Trilogia Geografias Socioculturais
Volume 3

Abordagens Socioculturais em Geografia

(Organizadores)
Eliseu Pereira de Brito
Jéssica Soares de Freitas
Maria Geralda de Almeida
Mary Anne Vieira Silva
Valney Dias Rigonato

Rfb Editora



ABORDAGENS SOCIOCULTURAIS EM GEOGRAFIA

Eliseu Pereira de Brito
Jéssica Soares de Freitas
Maria Geralda de Almeida
Mary Anne Vieira Silva
Valney Dias Rigonato
(Organizadores)

Trilogia Geografias Socioculturais
Volume 3

ABORDAGENS SOCIOCULTURAIS EM GEOGRAFIA

Edição 1

Belém-PA

Rfb Editora

2022

RFB Editora
Home Page: www.rfbeditora.com
Email: adm@rfbeditora.com
WhatsApp: 91 98885-7730
CNPJ: 39.242.488/0001-07
Av. Augusto Montenegro, 4120 - Parque Verde, Belém - PA, 66635-110

Diagramação
Diogo Wothon Pereira da Silva
Design da capa
Pryscila Rosy Borges de Souza
Imagens da capa
Eliseu Pereira de Brito

Revisão de texto
Ábia Costa Camacho
Bibliotecária
Janaina Karina Alves Trigo Ramos
Gerente editorial
Nazareno Da Luz

https://doi.org/10.46898/rfb.9786558892427

Catalogação na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

A154

Abordagens socioculturais em geografia / Eliseu Pereira de Brito (Organizador), Jéssica Soares de Freitas (Organizadora), Maria Geralda de Almeida (Organizadora), et al. – Belém: RFB, 2022.

Outros organizadores
Mary Anne Vieira Silva
Valney Dias Rigonato

(Trilogia Geografias Socioculturais, V. 3)

Livro em PDF

284 p., il.

ISBN: 978-65-5889-242-7
DOI: 10.46898/rfb.9786558892427

1. Geografia. I. Brito, Eliseu Pereira de (Organizador). II. Freitas, Jéssica Soares de (Organizadora). III. Almeida, Maria Geralda de (Organizadora). IV. Título.

CDD 910

Índice para catálogo sistemático

I. Geografia

Nossa missão é a difusão do conhecimento gerado no âmbito acadêmico por meio da organização e da publicação de livros científicos de fácil acesso, de baixo custo financeiro e de alta qualidade!

Nossa inspiração é acreditar que a ampla divulgação do conhecimento científico pode mudar para melhor o mundo em que vivemos!

Equipe RFB Editora

Universidade Federal de Goiás

Reitor | Edward Madureira Brasil

Vice-reitor | Sandramara Matias Chaves

Instituto de Estudos Socioambientais – IESA

Diretor | Ivanilton José de Oliveira

Laboratório de Dinâmicas Socioespaciais e Territoriais- Laboter

Coordenador | Leandro Oliveira de Lima

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Este e-book é o terceiro da trilogia "Geografias Socioculturais", uma coletânea dedicada a textos oriundos de pesquisas de dissertações e teses sob a orientação da professora Maria Geralda de Almeida nos últimos 20 anos junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, campus Samambaia.

Caminhos para Estudar Geografia e Cultura, assim como os dois primeiros volumes, mostra o rico campo de pesquisa da Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida. De estudos sobre os métodos e metodologias das Geografias Socioculturais, à organização do espaço Brasileiro sob a ótica do posicionamento dos quartéis militares; perpassando pelas andanças e festividades dos povos e pela literatura brasileira.

Aqui o que é valorizado em primeiro lugar, é a diversidade da pesquisa, as possibilidades do antigo e do novo, as mudanças e os percalços temáticos. Ao mostrarmos um pouco das pesquisas possibilitadas pela orientação de Maria Geralda, também ressaltamos o quanto a pesquisa brasileira é importante e como faz a diferença. Estudos do Norte ao Sul do Brasil, de Canudos à Contestado. Dos quilombolas aos seringueiros. Da organização territorial ao cotidiano das comunidades. A diversidade no campo da Ciência Geográfica, aqui, é o norteador das escritas.

Em ***Por uma Geografia de/em Transição: os Geraizeiros do médio vale do rio Guará, São Desidério - BA***, Valney Dias Rigonato, tece reflexões teóricas e metodológicas de forma contextualizada com as transformações dos pressupostos teóricos da Geografia mundial e, especialmente, a brasileira. Para tal, dialoga com autores que demonstraram preocupações com a virada espacial em ciências humanas na Geografia, Filosofia e Ciências Sociais, com destaque para a primeira. Ao inserir na discussão os modos de vida dos Geraizeiros no médio vale do rio Guará, São Desidério, BA, Valney dialoga com a teoria de modo a compreender melhor os universos ali criados. Para tal, aponta a Geografia e/em Transição como uma proposta que busca dialogar e promover uma tradução espacial das noções de temporalidades e espacialidades fluidas integradas nas paisagens, nos lugares e nos territórios vividos das comunidades subalternizadas.

Em texto que também aponta uma nova perspectiva na Geografia, Avacir Gomes dos Santos Silva em ***Geografias Desviantes: outras leituras culturais,*** debate a ideia de espaço social a partir de lógicas Lefbvrevianas. O texto traz uma importante discussão acerca dos métodos e metodologias utilizadas na Geografia e, em particular, no campo das Geografias Socioculturais. A autora demonstra em seu

texto a necessidade de fugir das lógicas impostas de pesquisa, de modo a abarcar a diversidade dos sujeitos.

No terceiro texto, ***Identidade territorial e discursos ideológicos****,* Leonardo Ravaglia Ferreira Gonçalves conduz a discussão por meio dos conceitos de território e de identidade territorial. Aqui, o território é apresentado enquanto espaço de mediação das relações de poder; e a identidade territorial se situa como prática discursiva desses agentes sociais. Para tal, o autor pontua as influências que a globalização provoca na identidade dos sujeitos e, consequentemente, os possíveis complicadores desse processo.

Já em ***Identidades Territoriais em Ilhas Quilombolas Urbanas: O ecletismo dos territórios sagrados e simbólicos culturais,*** da autoria de Fátima Sueli Oliveira dos Santos, mostra as comunidades quilombolas urbanas à luz da investigação sobre os territórios sagrados em ilha, a suscitar debate acerca das identidades e dos territórios dos excluídos. Com estudo empírico em Goiás e no Amapá, Fátima se apoia em autores de diferentes linhas teóricas, a contribui em um debate rico e de várias nuances.

Luana Martins de Lima no texto: ***Patrimônio e memória como objetos de apreensão geográfica***, abarca as ruralidades sertanejas de Goiás de modo a identificar o valor cultural das festas goianas na construção do patrimônio e da memória. De forma a contribuir no avanço de pesquisas sobre festas tradicionais, principalmente no estado de Goiás, a autora apresenta inventário em forma de mapas e parágrafos, que auxilia o leitor e o pesquisador a compreender as dinâmicas espaciais das festividades demonstradas.

O trabalho do seringueiro na extração do látex nos seringais do Acre é estudado com observações e entrevistas em ***A memória das estradas de seringa: o tempo e o espaço do seringueiro****,* de Janaína Mourão Freire. A autora buscou delimitar uma discussão sobre o reconhecimento do seringueiro no/pelo trabalho no espaço e tempo da lida com o extrativismo da borracha no Acre.

No artigo ***Entre a sombra do destino e a decepção fora dos limites de casa: Vínculos de lugar em "lavoura arcaica"***, Carlos Roberto Bernardes de Souza Júnior, apresenta outro olhar: o geográfico ao Romance *Lavoura Arcaica (1975)*, do autor brasileiro Raduan Nassar (1935). Ao se debruçar sobre a fenomenologia de Merleau-Ponty, o pesquisador dialoga com os conceitos geográficos, especificamente o lugar para realizar o debate de vínculos de lugar a partir dos conflitos de André.

Manuel Enrique Pérez, no artigo intitulado ***De Lugares Rururbanos periféricos: Práticas y Contextos de un Estudio Territorial,*** apresenta uma discussão fora das fronteiras brasileiras para dentro das periferias de Bogotá, na Colômbia. Ao utilizar, como metodologia, o *Método etnográfico Intergado para la Investigación Proyectal (MEIIP)*, o autor compreende as vivências materiais e imateriais dos sujeitos, a dialogar diferentes perspectivas teóricas que auxiliam no entendimento dos lugares Rururbanos.

O Mundo da Sustentabilidade: Produto Orgânico nas Prateleiras, texto de Silvana Lucato Moretti, debate o impacto do discurso sustentável no comércio de produtos orgânicos. **Com diálogos entre diferentes perspectivas, a autora questiona quais as lógicas por trás do** discurso verde, principalmente no meio urbano. Com falas de produtores, vendedores e consumidores de orgânicos, o artigo se mostra um importante vetor para entendermos um pouco mais acerca das dinâmicas capitalistas na contemporaneidade.

No texto de título ***Des/encontros no Semiárido: Os Sertões e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR - 2003-2014)***, Robinson Santos Pinheiro, demonstra a contribuição do romance *Os Sertões* (1902), escrito por Euclides da Cunha (1866 - 1909), no que concerne o imaginário espacial do Estado brasileiro no Século XXI. Para tal, tece os pontos de (des)encontros entre o imaginário espacial interpretado, por meio do uso do referencial teórico da Filosofia da Linguagem de Bakhtin e da Hermenêutica Filosófica de Gadamer. No converso entre o romance e o texto da PNDR, o autor mostra a importância dos diálogos entre Geografia e Literatura para o entendimento das políticas realizadas no semiárido brasileiro.

A autora Mary Anne Vieira Silva, no texto ***Estado, Política e Cultura: Produção do espaço metropolitano de Goiânia, colonialidades de poder e encobrimentos das comunidades de terreiro***, apresenta a importância da leitura decolonial na ciência geográfica contemporânea. A autora mergulha nas espacialidades urbanas da região metropolitana de Goiânia, a revelar as invisibilidades das religiões afro-brasileiras ocultas pelas lentes e olhares ditos modernos. Assim, é revelado como as práticas no cotidiano da metrópole são capitaneadas pelos poderes colonialistas e se unem na produção da segregação, na periferização e na disciplinarização cultural e política dos subalternizados.

Marcando o último texto desta coletânea, ***A Geopolítica dos Quartéis do Exército no Brasil Central em 2018***, Marajá João Alves de Mendonça Filho reflete sobre os elementos estratégicos e militares da/na ocupação do planalto Central e, mormente do Cerrado. O autor apresenta e discute o papel das forças armadas no

desenvolvimento regional, mais especificamente na construção de infraestruturas para o avanço da fronteira agrícola, atrelado ao modelo geopolítico de segurança nacional. Dessa forma, é exposto que os quartéis e os demais elementos institucionais no espaço geográfico representam o poder do Estado-Nação no planalto Central, enquanto projeto geopolítico de proteção à capital federal: Brasília.

Os autores(as) dessa coletânea debatem diversos enfoques teóricos e metodológicos e mostram que o diálogo entre diferentes perspectivas é possível. A diversidade de pensamentos, contemplada nas orientações e desafios propostos por Maria Geralda de Almeida, fundamenta a importância do estudo das Abordagens Socioculturais para a Geografia brasileira.

Outrossim, salientamos que a relevância desta coletânea se encontra na socialização de diferentes pesquisas, pois elas possibilitam aos leitores atentos estabelecer diálogos e reflexões para elaboração de outras Geografia possíveis. Além disso, afirmamos a importância da pesquisa na Ciência Geográfica, em todos seus parâmetros, seja em perspectivas já estabelecidas, seja nas novas teorias que questionam a tradicionalidade científica e propõe o novo, a abarcar a diversidade de povos e pensamentos.

PREFÁCIO

"...ser sábia é ao mesmo tempo estar sempre à procura de novos caminhos; ser cheia de espontaneidade e confiável; ser...criativa e obstinada; ser ousada e precavida; abrigar o tradicional e ser verdadeiramente original"

Clarissa Pinkola Estés, 2007

Inicio meu texto fazendo uso das palavras de Clarissa Pinkola Estés para exaltar a pessoa de Maria Geralda, mulher sertaneja de fibra, sempre inquieta em busca de novos caminhos pela vida e pela geografia. Generosa ao acolher e acompanhar os orientandos pelas searas das pesquisas sem dispensar a seriedade e o rigor acadêmico, valorizando dons e criatividades. Sinto-me honrada pela consideração e o convite para prefaciar essa importante obra que reflete parte da trajetória de Maria Geralda. Tivemos a rica e feliz oportunidade de estreitar os laços de amizade e parceria nas atividades relacionadas ao NEER e durante a realização do estágio pós-doutoral em 2011 no Laboter sob a sua supervisão. Àquela época pude participar de interessantes trabalhos de campo na comunidade Kalunga assim como acompanhar festividades relacionadas às festas de Reis. Ao retornar do pós-doutorado senti necessidade de sintetizar e catalogar pesquisas desenvolvidas com o aporte teórico e metodológico que guardassem relação com os Mapas mentais, o que me serviu de estímulo para compor uma obra com artigos provenientes das teses e dissertações elaboradas por meus ex-orientandos. Quero dizer com isso que a iniciativa da autora de organizar uma obra cujo conteúdo é composto pelas pesquisas realizadas sob sua orientação é louvável e representa uma importante contribuição para a Geografia Sociocultural. Mais do que isso, a obra atesta sua trajetória de vida pelas trilhas acadêmicas, seja compartilhando conhecimentos ou suas vivências e emoções. Sua memória é tão profusa que demandou três volumes para ser organizada, cabendo-me prefaciar o terceiro desta trilogia, que tem como mote "Abordagens socioculturais em geografia".

A perspectiva sociocultural marca sobremaneira a trajetória de Maria Geralda, sobretudo por ter sido uma das pioneiras a fazer chegar à geografia brasileira um novo campo de possibilidades de pesquisa. Tal se deu por meio da publicação do artigo "Geografia Cultural e geógrafos culturalistas: uma leitura francesa", trazido à lume em um volume da Revista Geosul, nos idos de 1993. Esse trabalho desencadeou muitas outras publicações que não apenas referendaram como ampliaram e aprofundaram a reflexão cultural e social em Geografia. Nesse contexto, Maria Geralda também estendeu suas contribuições acerca de uma Geografia em bases socioculturais para o grupo de pesquisadores parceiros da Rede NEER (Núcleo de

Estudos em Espaço e Representação), onde se encontra integrada desde os primórdios da consolidação do grupo.

O presente volume, composto por treze artigos, representa uma parcela da retrospectiva da trajetória de Maria Geralda, tendo como fio condutor a pluralidade das tendências geográficas contemporâneas, retratada na interface da Geografia com as Ciências Humanas. O cultural se evidencia com os conceitos de lugar/identidade/espaço vivido; território/territorialidade/poder; região/fronteira/geopolítica; memória/patrimônio e sagrado/simbólico. Traz ainda ricas reflexões sobre as espacialidades como construção social, enfatizando uma geografia de/e em transição.

Nesse aspecto, gostaria de apresentar o teor da obra a partir da citação de Marandola Jr (2012) *"...o lugar é construído a partir da experiência e dos sentidos, envolvendo sentimento e entendimento, num processo de envolvimento geográfico do corpo amalgamado com a cultura, a história, as relações sociais e a paisagem."* Sob diferentes olhares e enfoques, os artigos tomam o lugar como referência a partir das vivências, experiências e sentimentos, perpassando pelas relações sociais e representações do cotidiano vivido pelos sujeitos.

Referenciando a literatura em "Lavoura arcaica", os vínculos com o lugar são ressaltados por *Carlos Roberto Bernardes de Souza Junior*, onde o conceito é refletido a partir de um olhar fenomenológico com farta bibliografia estrangeira, evidenciando como os vínculos são estabelecidos experiencialmente e se imbricam na maneira de sentir o lugar; O lugar também pode ser percebido no trabalho de *Valney Dias Rigonato*, que nos apresenta o modo de vida dos Geraizeiros do médio vale do Rio Guará, em São Desidério, no estado da Bahia, ao retratar as noções de temporalidade e espacialidade implícitas nas paisagens/lugares vividos pela comunidade; *Avacir Gomes dos Santos Silva* nos expõe o lugar implícito na espacialidade vivida pelos ribeirinhos do Vale do Guaporé, em Rondônia, trazendo a baila interessantes reflexões sobre produções do espaço ribeirinho em "Culturas Desviantes: outras leituras culturais"; O lugar existente na memória dos seringueiros no Acre se explicita nas falas e representações presentes no texto de *Janaina Mourão Freire* intitulado "Memória das estradas e as estradas da memória"; Ainda com o intuito de evidenciar o patrimônio/memória, *Luana Martins de Lima* exibe o binômio lugar/identidade nas festas advindas das ruralidades sertanejas em Goiás, explicitado no texto "Patrimônio e memória como objetos de apreensão geográfica".

“Identidade territorial e discursos ideológicos” é o tema abordado por *Leonardo Ravaglia Ferreira Gonçalves,* ao ressaltar o conceito de território como espaço relacional que pressupõe a existência de relações de poder incessantes e multiescalares (política, identitária e afetiva); Ainda sobre identidade relacionada ao território, porém do sagrado, *Fátima Sueli Oliveira Santos* propõe a reflexão sobre territórios sagrados e simbolismos no texto “Identidades territoriais em ilhas quilombolas urbanas”; No texto “Espaço, política e cultura: produção do espaço metropolitano de Goiânia”, *Mary Anne Vieira Silva* nos proporciona reflexões sobre um espaço sagrado marginal, relacionado aos cultos de matriz africana, que representam resistência cultural ou marginalização da cultura segregada, espelhando espacialidades plurais repletas de colonialismo e poder; *Manuel Enrique Pérez Martinez* em seu texto “De lugares rururbanos periféricos (LRP): prácticas y contextos de un estudio territorial”, tendo como recorte espacial Santa Fé, situada na periferia de Bogotá na Colômbia. Propiciando refletir sobre territorialidade, ação, processo de reprodução social, sentido de possessão e pertença a um lugar, evidencia por meio de excelente representação cartográfica a escala espaço-temporal de retração/expansão da cultura; Advindo do imaginário do romance Os Sertões, de Euclides da Cunha, associado à política nacional de desenvolvimento regional, se estrutura o texto de *Robinson Santos,* intitulado “Des/encontros no semiárido: os sertões e a política nacional de desenvolvimento Regional (PNDR)”. Por meio da espacialidade referente ao semiárido como domínio ambiental que envolve a vida dos sertanejos se visualiza a necessidade da elaboração de um processo de integração e modernização, ressaltando ainda a importância do diálogo entre a Geografia e a Literatura; Elementos estratégicos e militares de ocupação do Planalto Central referendado nos quartéis é destaque do texto de *Marajá João Alves de Mendonça Filho,* sob o título “A geopolítica dos quartéis do Exército no Brasil Central em 2018”, no qual enfatiza a relação entre região, fronteira e geopolítica associada ao posicionamento dos quartéis como aparato de proteção à capital Federal, Brasília.

A relação entre natureza/sustentabilidade e as contradições com o agronegócio é referendada por *Silvana Lucato Moretti* em seu texto “No mundo da sustentabilidade: produtos orgânicos nas prateleiras” enfatiza que o reencantamento pela natureza foi se transformando em práticas cotidianas de valorização dos produtos orgânicos.

O conjunto de textos que compõem essa obra é bastante peculiar. Mesmo diante de sua pluralidade, os artigos se conectam e se inter-relacionam, refletindo a visão de seus autores, sempre atravessados pelas diretrizes propiciadas por Maria Geralda e sua singular perspectiva acerca da Geografia Cultural brasileira,

marcadamente de matrizes socioculturais, que agregam conhecimentos oriundos das Ciências Humanas. Se a exploração de *Terrae Incognitae* é sempre instigante, indubitavelmente a obra de Maria Geralda nos permite e nos convida a inéditas e sempre notórias reflexões.

Salete Kozel[1]
Curitiba, outono de 2021.

1 Possui graduação em Geografia pela Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranavaí (1970), mestrado em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo (1993) e doutorado em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo (2001) com estágio na Universidade Paris IV Sorbonne-França. Atualmente é professora aposentada da Universidade Federal do Paraná com atuação em pós-graduação na área de Geografia. Integra a linha de pesquisa Território, Cultura e Representação, priorizando os seguintes temas: Geografia, ensino e representação, Estudos de percepção em geografia, Mapas Mentais, linguagem e representação, Geografia e manifestações culturais. Pós-doutorado no IESA/ LABOTER da Universidade Federal de Goiás. Professora convidada pela Universitá degli studi di Trento (Itália). Integrante da rede NEER (Núcleo de Estudos em Espaço e Representação)

CAPÍTULO 1

POR UMA GEOGRAFIA DE/EM TRANSIÇÃO: OS GERAIZEIROS DO MÉDIO VALE DO RIO GUARÁ, SÃO DESIDÉRIO, BAHIA[1]

Valney Dias Rigonato

DOI: 10.46898/rfb.9786558892427.1

1 Esse texto é parte da discussão teórica da tese "Por uma Geografia de/em transição: r-existência e (re) habitação dos Geraizeiros no médio vale do rio Guará, São Desidério, BA, sob a orientação da professora Dra. Maria Geralda de Almeida, apresentada no ano de 2017.

A ciência, a ciência, a ciência...
Ah, como tudo é nulo e vão!
A pobreza da inteligência
Ante a riqueza da emoção!

Aquela mulher que trabalha
Como uma santa em sacrifício,
Com quanto esforço dado ralha!
Contra o pensar, que é o meu vício!

A ciência! Como é pobre e nada!
Rico é o que alma dá e tem.

[...]
(Fernando Pessoa, 1934)

Parafraseando Fernando Pessoa, a ciência e, principalmente a ciência geográfica, se for desenvolvida apenas pela razão da modernidade pode ser "sacrifício", "esforço em vão" e empobrecedora do ser pensante. Mas, se for desenvolvida também pela emoção, pela subjetividade e pela "intersubjetividade" há caminhos que a tornam um vício do prazer. Prazer de pensar e repensar e de construir uma transição geográfica possível.

Uma das grandes questões da ciência geográfica é investigar o mundo e/ou as concepções de mundo da sociedade contemporânea. Mundo(s) repleto(s) de adversidades e significados, valores e possibilidades. Há diversas conceituações, visões e abordagens sobre o espaço geográfico. De modo geral, pode-se inferir que desde a Geografia Clássica a Geografia Moderna ou Pós-Moderna como afirmam alguns, há o propósito de dialogar com o mundo vivido[1].

Ao longo de sua trajetória, enquanto ciência, são notadas aproximações da Geografia com os saberes filosóficos. A Geografia científica possui em sua gênese interfaces com diversas ciências o que lhe atribuiu o caráter interdisciplinar. Com isso, os autores clássicos e modernos da Geografia buscaram descrever, sistematizar, estruturar, analisar e debater as espacialidades da relação homens/mulheres com a natureza.

Fernando Pessoa, poeta, salienta que é preciso superar o medo e a dor do sacrifício para alcançar a essência do ser pensante. Esquecendo o medo, os geógrafos, neste início do século XXI, podem ativar a alma aos movimentos mais simples do espaço geográfico. Eles podem contextualizar o abstrato, o mundo material e imaterial. Também, é possível revelar o simples e o complexo. Progressivamente, eles alcançam as barreiras das ciências. Eles ousam discutir o cotidiano e as suas muta-

1 Aqui é importante destacar que o mundo vivido ocorre no espaço geográfico o qual permite os sujeitos e os grupos de sujeitos inter-relacionar com os objetos, formar uma consciência espacial, junto e sem negar a sua objetividade.

ções. E, eles se propõem a traduzir as práticas espaciais na superfície terrestre. Tudo isso é apresentado como possibilidades na ciência Geográfica desde os anos de 1990.

Como bem aponta Cosgrove (2003, p. 104), um dos objetivos da Geografia é "compreender o mundo vivido de grupos humanos". Neste texto, considero que o mundo vivido dos Geraizeiros[2] baianos do médio vale do rio Guará é composto por uma rede de lugares aos quais eles situam as suas territorialidades próximas e distantes, suas relações de poder e, mormente, estabelecem os seus signos e significados nas paisagens dos Cerrados.

Nessa perspectiva é preciso retomar a filosofia de Merleau-Ponty (2004) enquanto inspirações teóricas. Ele não fala de um lugar, mas de mundo vivido. Entende-se que este mundo vivido são os lugares vividos, habitat dos seres humanos. No entanto, o mesmo Merleau-Ponty (2004) já apontava que é preciso reaprender a ver o mundo. Então, retomando o ver o mundo, a Geografia de/em Transição convida os geógrafos a reaprenderem a sentir os lugares. Esta aprendizagem se dá pela análise/tradução dos discursos, das representações e das práticas espaciais daqueles que vivem nesses lugares.

Os mundos vividos metamorfosearam-se, pois nas últimas décadas do século passado e, neste século XXI, acelerou os eventos e há mais crises financeiras mundiais, conflitos rurais e urbanos, trânsito caótico nas grandes cidades, muita competitividade nas relações humanas, individualidade virtual versus solidariedade. Além disso, há alterações ambientais provocadas pelas mudanças climáticas e pela ação desordenada da sociedade contemporânea, tais como: aumento e redução das temperaturas, mudanças dos índices pluviométricos em algumas regiões e locais do planeta Terra que colocam os seres humanos na situação r-existência e de (re) habitação.

Essas transformações são marcantes no mundo vivido das pessoas. No caso específico do Brasil Central já é possível identificar ressignificações da relação dos homens/mulheres com o meio ecológico/sociocultural devido ao alongamento da estação seca e às transformações espaciais oriundas da modernização da agricultura nos Cerrados baianos. Carvalho (2010), discutindo as práticas e programas de convivência com o semiárido no Território de Juazeiro, Bahia, comprovou em sua tese que juntamente com a ressignificação dos biomas ocorre a reapropriação social da natureza no semiárido baiano.

2 Aqui neste texto, preferiu-se utilizar Geraizeiros para evitar denominações que requerem o seu par dentro da lógica adjetiva da ciência moderna, na concepção de Porto-Gonçalves (2006). Destaca-se que, ao longo da pesquisa, notou-se mudanças: na medida em que as territorialidades da modernização da agricultura ocasionam transformações em suas territorialidades e da inserção deles nos movimentos sociais com isso há maiores ocorrências discursivas de auto-assimilação da identidade dos Geraizeiros, sobretudo pelos jovens habitantes do médio vale do rio Guará.

Neste início do século XXI, tanto na cidade como no campo há outras formas de comunicação, de contato. Se de um lado ampliam, por outro lado dificultam e transcendem. Estes meios redimensionam a percepção direta com as coisas, com os objetos, sobretudo, capitaneadas pela intensificação dos meios de comunicação do advento "técnico-científico-informacional" (Santos, 1996).

Com o advento da modernização dos meios de transporte, com a chegada da energia elétrica e com a diversificação e popularização dos meios de comunicação há também mudanças significativas no modo de vida dos Geraizeiros baianos. Assim, há a resignificação dos valores socioculturais quanto às mutações em curso no cotidiano.

Claval (2009, p. 54) elucida sobre a importância da cultura em tal contexto:

> As culturas não existem como realidades estáveis. Cada um recebe uma herança diferente de técnicas, atitudes, conhecimentos, porque não vivem nos mesmos lugares e no mesmo tempo que os outros. Culturas mudam com a introdução de tecnologias novas de comunicação, com a difusão dos saberes escolares, com a facilidade menor ou maior de viagens.

Considera-se que não só as culturas dos lugares mudam e mudaram, conforme destaca Claval, mas também a forma de fazer a ciência geográfica, de pesquisar os lugares, as paisagens e os territórios vividos pelas populações rurais brasileiras. No nosso caso, interessa-nos principalmente os Geraizeiros baianos. Diante desse contexto, propõe-se neste texto, discutir os princípios da Geografia de/em Transição e, com base nela, enfrentar o pluralismo das relações socioculturais dos Geraizeiros diante da dinâmica espacial que acompanha a modernização da agricultura dos Cerrados baianos.

Geralmente em seu mundo vivido, eles desenvolvem o extrativismo, as roças de rego e/ou de esgoto por meio do trabalho familiar, o artesanato e praticam a medicina popular. Essas populações habitam as áreas com disponibilidade de bens hídricos como as matas ciliares, as galerias e áreas próximas às veredas nos fundos dos vales úmidos dos Cerrados baianos.

Um dos propósitos da Geografia de/em Transição é auxiliar na interpretação do processo de dialogar com o mundo vivido a partir da valorização das representações socioculturais, do imaginário/imaginações geográficas e das suas práticas no espaço vivido, percebido e concebido dos Geraizeiros na mesorregião do Extremo Oeste da Bahia.

O mundo vivido dessas populações é constituído de interculturalidade da globalização econômica e cultural, (Hall, 2003); (Burke, 2007); (Canclini, 2011). Ou

como Bhabha (2010), assegura, elas constituem estratégias espaciais de viver próprias das populações subalternizadas no mundo ocidental. Existem portanto, no cotidiano, novos valores e significados sociais, econômicos, políticos, culturais que se confrontam, negociam em novas matrizes culturais.

Todas essas metamorfoses são gestadas no mundo da vida das sociedades urbanas e rurais. Caso Husserl[3] estivesse vivo poderia certificar-se da intensificação da crise da sociedade humana, principalmente, a ocidental. Além disso, ainda assistiria a propagação dos discursos científicos mais interligados com a objetividade da vida.

Existem transformações socioculturais no mundo vivido que carecem de paradigmas contextualizados. Kuhn definiu (1992, p. 35) os paradigmas como "realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência". Assim, diferentemente do passado em que as ciências sociais tinham carência de paradigmas, hoje há vários. Entretanto, há também rupturas, fendas e falhas neles.

Hissa (2002) e Boaventura Santos (2010), diante deste contexto, asseveram que há uma transição paradigmática. Para eles a sociedade ocidental desde o século XVI e XVII se constituiu de um ambicioso paradigma sociocultural, aderindo a uma tensão entre regulação e emancipação sociocultural. Entretanto, as sociedades e suas ciências vivem espacialidades regulatórias que impedem a emancipação. Isso posto, todo novo paradigma pressupõe mudança de conhecimento: o conhecimento-regulação e o conhecimento-emancipação.

Diante disto, pode-se afirmar que conhecer é progredir na direção de elevar o outro da condição de objeto à condição de sujeito. Ou seja, o sujeito é entendido como protagonista e construtor de suas próprias espacialidades no âmbito das relações socioculturais vividas. Para a Geografia de/em Transição as "falhas paradigmáticas" apontam para o conhecimento como também o conhecimento-reconhecimento e essa é que se designa por solidariedade entre as pessoas e as ciências.

Para contextualizar esse momento de crise das ciências há três reflexões propostas por Boaventura Santos (2010), Lima (2014) e Claval (2014) que são importantes, tais como:

a) A crise das ciências é representativa da falência da epistemologia moderna, devido ao distanciamento do mundo da vida;

3 Matemático e filósofo considerado o pai da filosofia fenomenológica.

b) A crise da sociedade ocidental abre possibilidades para novos itinerários de transformação e emancipação socioculturais edificados a partir de aprendizagens plurais e recíprocas;
c) Há emergência de epistemologias distintas de outrora as quais elaboram conjunto de iniciativas de produção e validação de conhecimentos baseadas nas experiências das populações injustiçadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado e, também pelo conhecimento científico hegemônico.

A Geografia de/em Transição é uma proposta dupla, porém, unívoca. De transição significa que se encontra aliada com o paradigma desta , defendido por Boaventura Santos (2010). Já a Geografia em transição é que ancora, espelha e interliga nas contribuições evolutivas metodológicas, das correntes de pensamento geográfico e, dos discursos das Neogeografias.

Aqui essas reflexões apenas auxiliam na discussão a respeito do distanciamento das ciências sociais e, principalmente das ciências geográficas nas questões vividas no espaço geográfico contemporâneo. Sobretudo, elas são relacionadas aos consensos e aos dissensos geográficos modernos e pós-modernos.

Como admite Godoy (2011, p. 72), "[...]o paradigma é constituído de teorias, regras, metodologias, técnicas, normas e, sobretudo, consenso". Já para Boaventura Santos (2010, p. 144), referindo-se às ciências sociais, esta ao "[...]assumir a diversidade epistemológica do mundo implica renunciar a uma epistemologia geral." Diante desta assertiva, infere-se que há nas ciências uma diversidade epistemológica. Essa diversidade é o combustível para as novas formas de fazer ciência neste século XXI.

Tais premissas e evidências da crise das ciências modernas e pós-modernas diante das transformações espaciais elucidam no âmbito das ciências humanas, tanto as possibilidades, quanto as necessidades de outros consensos e dissensos. Essas reflexões sugerem a posição ambivalente da própria ciência geográfica em relação ao seu papel na construção dos imaginários geográficos do mundo contemporâneo, nas transformações dos "sistemas de objetos e de ações" e na cristalização e/ou reinvenção das representações sociais, socioculturais e espaciais do mundo e dos lugares (Massey, 2009).

Contudo, tem-se a clareza de não se respaldar em propostas definidas porque tanto as ciências como a sociedade estão em permanente mudanças e construções. Então, ao invés de trilhar as certezas, propõe-se partir dos itinerários da reflexão da Geografia de/em Transição para a descoberta das espacialidades e temporalidades pré-existentes, existentes e emergentes.

Para esse fazer é importante estabelecer outras relações de equivalência entre o conhecimento científico, as representações e as práticas socioculturais e, mormente, os saberes ditos "populares". Boaventura Santos (2003; 2010) ao apresentar sua proposta de "ecologia de saberes" dialoga a respeito do papel das ciências e da sua incomensurabilidade em relação ao mundo vivido. Para este autor:

> A ciência intervém tanto mais eficazmente no mundo quanto mais independente é dele. A ciência opera autonomamente segundo as suas próprias regras e lógicas para produzir um conhecimento verdadeiro ou tão próximo da verdade quanto é humanamente possível. A verdade consiste na representação fiel ou, pelo menos, mais aproximada possível da realidade que existe, independentemente das formas que assume e dos processos através dos quais é produzido o conhecimento que se tem dela. Uma vez criadas e estabilizadas as condições institucionais que garantem a autonomia da ciência, tal verdade e tal representação não estariam sujeitas ao condicionamento ou à manipulação por parte do mundo não científico. (Santos, 2010, p. 138).

Ele avalia de forma concisa o valor da ciência diante do mundo não científico o que parece revelar a cristalização das representações científicas diante do mundo da vida, ou melhor, "não científico" para uma parcela significativa de cientistas modernos e pós-modernos.

Os autores anteriores citados me auxiliaram nos itinerários da Geografia enquanto ciência de/em Transição diante da crise das ciências modernas e pós-modernas. Contudo, há três questões importantes para balizar as reflexões acerca deste entendimento: a) Qual(is) o(s) papel(is) da(s) ciência(s) nas transformações do mundo da vida das pessoas nos lugares vividos?; b) De que modo a produção científica dinamiza e/ou minimiza as representações socioculturais e as práticas espaciais dos lugares vividos pela sociedade?; c) De que forma a Geografia de/em Transição situa-se no contexto da "epistemologia de transição" e como contribuirá para conhecimentos e análises dos Geraizeiros nos Cerrados baianos?

Essas questões ganham força diante da própria produção da ciência geográfica ocidental e especialmente brasileira. No início do século XXI, nota-se o surgimento de novas formas de fazer as ciências como proposto por Massey (2009) e Boaventura Santos (2010), estas, minimizam com alguns elementos da tradição de Descartes nas ciências modernas que depositam confiança no método único.

Observa-se também que tal credibilidade é questionada pelas ciências denominadas pós-modernas e trans-modernas as quais valorizaram o ecletismo metodológico. Há também questionamentos pelos adeptos à modernidade. Outros autores contemporâneos nas ciências sociais e nomeadamente na geografia brasileira, deferiram o pluralismo metodológico. Em síntese, esse contexto atual é dominado pelas

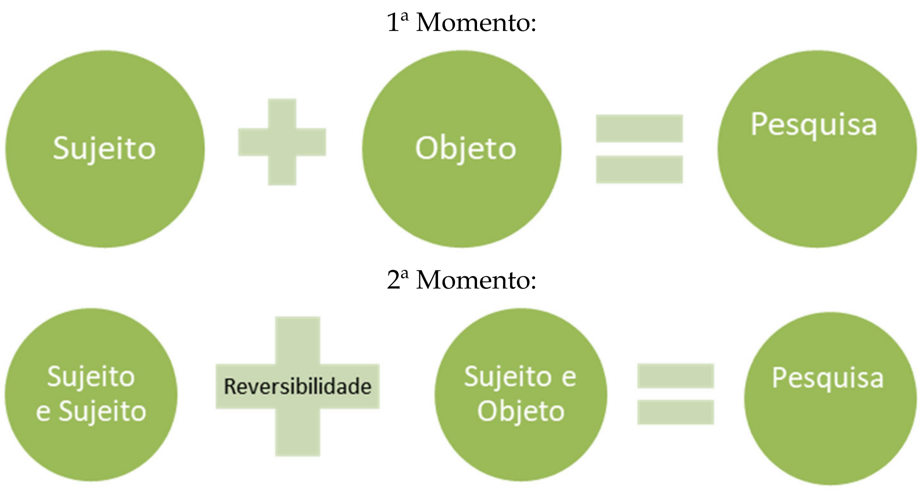
ideias contraditórias de diversidade, do pluralismo e da globalização, nos alerta Boaventura Santos (2010).

Aqui, é importante frisar que o pluralismo científico ao invés de minimizar as críticas e a crise, maximiza-os. Por exemplo, Feyerabend (2011) ao se colocar com o método e avesso ao papel da ciência na sociedade. Entretanto, precisa-se retomar a máxima de Pascal (2002, p. 38) que: "[...]nem todos os problemas requerem o mesmo modo de solucionar".

Ao refletir esse caminho, o papel e como fazer ciência no contexto atual para aprofundar no entendimento das r-existências e a (re)habitação sociocultural dos Geraizeiros baianos é preciso considerar a ciência geográfica no bojo de constituição dos velhos e dos novos paradigmas. Para tanto, é preciso valorizar a forma de fazer ciência no seu cerne mais elementar: a relação sujeito e objeto. No campo científico ocidental e, especialmente, na Geografia brasileira identificam-se três vertentes que pautam de forma distinta a relação sujeito e objeto, até o presente: o realismo, o idealismo e o criticismo kantiano.

Não discutirei cada uma dessas vertentes já amplamente sistematizadas por Haesbaert (1990), Santos (1996) e Sposito (2004), entre outros. Para o estudo dos Geraizeiros, faz-se necessário contextualizar a relação entre os sujeitos e os objetos, a exemplo das pesquisas contemporâneas. Observe a figura 01 a seguir:

Figura 01 - A relação sujeito e objeto na Geografia de/em Transição



Org.: Rigonato, 2020

No caso específico da Geografia de/em Transição, se acredita que o diagrama do segundo momento é mais representativo por buscar a vivência profunda entre os sujeitos e os objetos. No entanto, há necessidade de aprofundar o princípio metodológico da tradução sem perder de vista a descrição, a interpretação e a análise.

Para isso, faz-se uso do princípio da reversibilidade no segundo momento. Para Merleau-Ponty (2004), a reversibilidade é a capacidade, em princípio, que nunca é completa, pois se fosse, seria "um ser outro ser".

Pode-se afirmar que a reversibilidade é um dos princípios científicos que o profissional de Geografia atua como ser vidente do visível e, como visível do vidente. Mas, essa é uma relação incompleta, pois tanto os lugares como as pessoas que as dinamizam são heterogêneos, multifacetados e dinâmicos.

O mesmo filósofo assevera que na relação sujeito e objeto, mediada pela reversibilidade, o(a) pesquisador(a) pode "desapegar-se" da sua identidade como sujeito para ser "objetificável" e para ser "sujetivável".

Como se percebe, a latência da noção de reversibilidade em Merleau-Ponty é, naturalmente, a defesa contra a adequação metafísica: "[...]a reversibilidade não é completa porque a minha existência nunca é completamente substituível ou suficiente para a existência de outro" (2004, p. 45). Portanto, a reversibilidade é apropriada enquanto um dos princípios científicos na proposta da Geografia de/em Transição.

A reversibilidade é uma possibilidade de transcender a "imaginação geográfica clássica e moderna" (Massey, 2009, p. 231). Uma imaginação na qual a imagem e as ideias se concretizam pela representação do real. Ela é uma possibilidade de desconstruir o *conjunto de construções mentais* construídas pelos cientistas de diversas áreas do conhecimento e pelos geógrafos.

A Geografia de/em Transição que defendo neste texto considera as trocas interpessoais manifestadas nas ações, nas práticas e nos discursos sobre influência das relações socioculturais no mundo vivido dos Geraizeiros baianos do médio vale do rio Guará em São Desidério, BA.

Com isso, nesse texto são trilhadas reflexões para romper gradualmente com a cultura representacional estática das ciências, inclusive da Geografia (Seemann, 2013). É necessário salientar que não há pretensão de cultivar a "ideia mítica de renovação" (Gomes, 2000, p. 337) da ciência Geográfica neste século XXI. E, muito menos de justificar apenas pela crítica ao racionalismo da modernidade e/ou pela crítica ao subjetivismo exacerbado da pós-modernidade.

No caso especial da Geografia, foram efetuadas muitas permanências e emergências de abordagens que valorizam as diversas categorias, conceitos e temáticas. Entretanto, nos anos 1960 tais transformações já eram anunciadas por Foucault. Na

Geografia brasileira, desde a década de 1970 houve diversos esforços teóricos e metodológicos dos geógrafos.

O próprio movimento de renovação é o fruto desse desejo epistemológico dentro da Geografia brasileira, em consonância com o mundial. Nessa trajetória, em conformidade com as ciências sociais e especialmente, a Geografia, poucos conseguiram se conectar ao circuito da "virada espacial, linguística e cultural". Para Harvey (2009) foram poucos profissionais da Geografia que de fato conseguiram alcançar tal "giro espacial", uma vez que parte destes profissionais estava circunscrita pelos dualismos e representações cartesianas, conforme a última premissa apontada anteriormente neste texto. Soja (2008 p. 52) dizia que "[...]enquanto o pensamento espacial florescia fora da geografia, à maioria dos geógrafos continuavam relativamente ignorante ou indiferente a ele", embora, existissem profissionais da Geografia mais ligados à Geografia Marxista Humanista, Geografia Cultural e da Geografia Humanista Cultural, que conseguiram introduzir os princípios teóricos e metodológicos em suas pesquisas e produções acadêmicas. Há também aqueles da Geografia Crítica menos ortodoxa. Entretanto, foram mais aqueles que atentaram direta e indiretamente para as críticas e as concepções de espaço/espacialidade, espaço e representação e práticas espaciais de Henri Lefebvre (2006), Michel Foucault (2005) e Soja (2008).

Destacaram-se neste movimento: Milton Santos, Anne Buttimer, David Harvey, Doreen Massey, Claval e Denis Cosgrove. Mesmo sendo de correntes diferentes, suas leituras filosóficas buscaram e buscam colocar a ciência geográfica nos atuais patamares contextualizados das ciências sociais.

Suas contribuições apontam para uma ontologia espacial que supera as velhas dualidades - material/mental, objetivo/subjetivo, empírico/conceitual – como também cultiva novos campos do conhecimento prático. Particularmente, o campo da importância das ações sociais nas espacializações humanas.

Claval (2010), ao analisar essa contemporaneidade, afirma que:

> A geografia moderna não se assemelha à imagem envelhecida que o grande público ainda se faz. Seu objetivo não é enumerar os lugares e situá-los em um mapa – já faz muito tempo que essas questões não se conformam mais como problemas. Sua ambição é compreender o mundo tal qual os homens o vivem: ela fala da sensibilidade de uns e de outros, das paisagens que eles modelaram, dos patrimônios aos quais estão vinculados, dos enraizamentos ressentidos; ela descreve ao mesmo tempo a mobilidade crescente dos indivíduos, a confrontação das culturas, as reações de retorno que ela provoca, regionalismos, nacionalismos ou fundamentalismos, mas ela destaca também a exploração dos multiculturalismos e a fecundidade dos contatos renovados (Claval, 2010, p. 379).

De modo geral, pode-se dizer que há, desde os anos de 1980, uma diversificação no seio da Geografia: tendências, títulos, temas, problemáticas e escalas. Há também aqueles que preferiram continuar nas dualidades tradicionais do conhecimento geográfico, ou melhor, suas zonas de conforto. E há também **movimentos** mais abertos os quais almejam por meio das pesquisas transdisciplinares explorar os significados, os valores, as representações e não representações do espaço e, mormente, das espacialidades humanas.

Dessa forma, a Geografia de/em Transição ao invés de seguir um único caminho metodológico cartesiano, ficar nas bifurcações dos múltiplos itinerários metodológicos do "vale tudo" ou ficarmos na crítica banal do pluralismo no pensamento geográfico brasileiro. Ela prefere retomar a máxima de Pascal a qual a cada conjunto de problemas pode exigir métodos distintos, sem perder o compromisso com critíca o pluralismo dentro da trajetória do pensamento geográfico brasileiro como "delirantes novas geografias" (Monteiro, 2012, p. 94).

Ao realizar pesquisas e aprofundar o debate a respeito dos percursos teóricos e metodológicos da Geografia brasileira, Almeida (2013, p. 47) registra esse pluralismo ao afirmar que: "o discurso geográfico se alimenta do positivismo, pós-estruturalismo, existencialismo, marxismo, pós-modernismo, sustentando uma emaranhada base conceitual da Geografia moderna e pós-moderna".

Na produção do conhecimento geográfico há diversas Geografias emergentes: "Outras Geografias" (Nogué; Romero, 2006), "Geografias pós-coloniais" (Azevedo; Sarmento, 2008; Botelho, 2013); "Geografias malditas" (Silva, Ornat; Chimin Jr, 2013) e "Neogeografias" (Claval, 2010). Capel (2013) propôs o retorno do positivismo aliado com as novas técnicas de geoprocessamento para caracterizar as "Neogeografias".

Desse modo, todos esses adjetivos na ciência geográfica são muito mais do que neologismos no acadêmico e na seara das espacialidades/temporalidades da sociedade atual. São, portanto, trilhas discursivas que colocam os profissionais destas geografias diante de outras formas de fazer ciência e também da leitura e compreensão das múltiplas espacialidades humanas.

Claval (2010, p. 131) ao analisar esse contexto de produção do conhecimento geográfico neste início do século XXI, observa:

> A evolução é empolgante para os geógrafos profissionais, que perdem em parte o seu papel, mas estão mais bem situados para captar como as representações coletivas se constroem como os boatos circulam e como os lugares se impõem à atenção das massas.

O autor considera criticamente as limitações e potencialidades das Neogeografias para as pesquisas das práticas, saberes e ações “vernaculares”. E ao mesmo tempo de forma indireta ele aponta para as espacialidades que os sujeitos e grupos possuem com o lugar vivido.

As Neogeografias demonstram que estão vinculadas com espacialidades humanas as quais, outrora, no pensamento geográfico foram pouco valorizadas. Já no Brasil, nota-se o crescimento de pesquisadores que intercedem em direção às novas “sensibilidades geográficas e dizeres geográficos” (Amorim, 2006); (Almeida, 2014; Serpa (2008), Maciel (2012), Marandola Jr (2012), (Chaveiro, 2015), entre outros.

Essa tendência torna-se endossada por outros profissionais da geografia e, mais recentemente, pelas pesquisas de caráter mais interdisciplinar no território brasileiro. Já para Marandola Jr (2013), a geografia interdisciplinar faz-se mais nítida de transição com novas leituras do lugar “fluido, incerto, teleguiado e das relações interpessoais efêmeras e errantes” (Marandola Jr, 2013, p. 57).

Sem dúvida, vive-se um momento ímpar na Geografia (Harvey, 2010; NOGUÉ; Romero, 2006; Claval, 2013; Capel, 2013) e especialmente na Geografia brasileira. Há uma abertura para novas temáticas, além de abordagens e reformulações metodológicas. Assim, almeja-se que a Geografia de/em Transição possa somar-se àquelas existentes e construir os pressupostos teóricos e metodológicos para traduzir as espacialidades/temporalidades dos Geraizeiros nos Cerrados baianos.

Nessas Geografias há contribuições para melhor descrever, interpretar e analisar os modos de vida, os saberes vernaculares, as experiências dos sujeitos sociais e/ou grupos sociais com as paisagens e os territórios fluídos nos lugares vividos diante do advento da globalização.

A maioria das contribuições das Neogeografias se distinguem pelos anti-essencialistas e anti-objetivistas e valorizam os discursos espaciais, as imagens, as práticas socioculturais em suas discussões geográficas filosóficas. Essas são geografias que colaboram e fazem ressonância para o que proponho como denominação de Geografia de/em Transição. Elas predominam, neste século, nos cursos superiores e de pós-graduação em Geografia no Brasil.

Na Geografia brasileira pode-se inferir que parte do mérito dessas pesquisas se deve à vinculação com as pesquisas da Geografia Marxista Humanista, Geografia Cultural e da Geografia Humanista. Essa amarração foi devido à busca de novas vinculações filosóficas e teóricas e sensibilidades com temáticas mais humanas em

suas pesquisas geográficas. Entretanto, há poucas pesquisas desta ciência direcionadas para estudar os Geraizeiros, os lugares vividos do/no campo brasileiro, principalmente dos Cerrados baianos.

Alguns pesquisadores como Doralice Maia (2000); Rosselvelt Santos (2008); Andreia de Paula (2009); Evanildo Santos (2012); Avacir Silva (2014); Vicente Alves (2015) e Souza Sobrinho (2012, 2015), buscaram elucidar as espacialidades da ruralidade brasileira das populações campestres em seus lugares vividos. Espaços rurais e urbanos marcados a partir das representações socioculturais e pelas territorialidades das instituições colonialistas e pós-colonialistas. Nelas, as relações de poder sempre estiveram amordaçadas pela racionalidade do mundo ocidental.

Tais pesquisas, como já foram mencionadas, são ainda escassas ou inexistentes. E apesar de serem contribuições significativas, são poucas que aprofundam as representações e as práticas espaciais desta ruralidade em transição constante.

No caso específico da produção do Programa de Pesquisa e Pós-graduação do Instituto de Estudos Socioambientais, há diversas teses de doutorado desde 2006 a 2016. Dentre essas teses, destacam-se duas: a de Silva (2014), com a geografia singular que analisou as culturas desviantes das comunidades rurais no Vale do Guaporé na região Amazônica e; a outra tese traz na sua “Geografia das Falas” o papel das cosmolocalidade nas discussões acerca das manifestações religiosas de matrizes africanas e suas espacialidades na região metropolitana de Goiânia (Silva, 2013).

Diante do avanço inovador na produção em Geografia , o interesse é situar essa discussão no seio da ciência geográfica contemporânea. O objetivo é, principalmente, contribuir para de fato promover essa transição na compreensão da geografia sem perder nossa identidade: as espacialidades humanas. E em especial, neste texto, as espacialidades humanas dos Geraizeiros baianos nos Cerrados.

Com essa compreensão, “Geografia de/em Transição” transcende o movimento de adjetivação e neologismo na procura de caminhos epistemológicos na fronteira do conhecimento neste início do século XXI. Uma retórica discursiva que parte das (re)estruturações discursivas e das experiências do lugar vivido pelos sujeitos e grupos de sujeitos

No caso específico da trajetória da Geografia de/em Transição, torna-se significativo ultrapassar o campo do visível para melhor escolher, delimitar e definir os problemas e os fenômenos geográficos a serem conhecidos e interpretados. Tal

postura parece consolidar com a emergência dessas Neogeografias mencionadas e das geografias pós-coloniais (Azevedo; Sarmento, 2008).

Conforme foi salientado, a trajetória discursiva desta escrita almeja contribuir para superar as premissas científicas, sobretudo, do conhecimento geográfico que ficou amordaçado. Tal superação foi iniciada com a evolução entre a modernidade e a pós-modernidade do discurso acadêmico, promovida pelos seguintes autores Hissa (2002, 2013); Boaventura Santos (2010); Milton Santos (1999), Claval (2010), Massey (2009).

E neste artigo pretendo tecer os princípios básicos para a Geografia de/em Transição o que, desde o início, exponho nele. Com isso, procuro adequar, aproximar e legar que dialoguem com as racionalidades, subjetividades e intersubjetividades do mundo ocidental meridional. No caso aqui específico, deste texto, refiro-me aos lugares vividos pelos Geraizeiros que residem nas áreas de franjas dos Cerrados na mesorregião do Extremo Oeste da Bahia

Para fazer tal percurso, baseio-me em Boaventura Santos (2010, p. 59) que nos instiga ao lembrar de que há percursos nesta trajetória que podem levar-me nessa aventura discursiva a consolidar “um pensamento alternativo de alternativas”. Assim, diante da diversidade da sociedade contemporânea, das diversas trajetórias da ciência geográfica, suas interfaces, suas fronteiras interdisciplinares proponho a cogitar: Por que não uma Geografia de/em Transição?

Essa é uma Geografia da interface entre os itinerários da modernidade e da pós-modernidade da ciência ocidental. Ela é calcada em uma leitura teórica da diversidade na chamada “epistemologia do sul” cunhada por Boaventura Santos (2010), sem deixar de vislumbrar as origens das influências das “epistemologias do norte” na construção da ciência, mas também na produção do espaço geográfico brasileiro.

Antes de tudo, a intenção é apreender a navegar geograficamente com outra bússola. Uma que não só direciona para o Norte, ou seja, uma bússola que poderá não só situar a partir do Sul, como também nos proporcionar os primeiros passos em direção a itinerários múltiplos da Geografia de/em Transição.

A Geografia de/em Transição situa sua trajetória discursiva na epistemologia de fronteira (Hissa, 2013). Fronteiras e fronts em transe na qual os limites do conhecimento hegemônico ocidental são tensionados pela própria realidade objetiva do conhecimento não-hegemônico.

Em resumo, a Geografia de/em Transição apresenta-se como uma terceira face da moeda. Uma face que rompe com as representações estáticas e que possui traços reveladores das espacialidades vividas. Essa Geografia aposta no enredamento de uma rede integrada de processos econômicos, políticos e culturais em múltiplas lógicas heterogêneas inseridas na mesma realidade geográfica, neste caso, dos Cerrados baianos. Com isso, foi necessário efetuar um mergulho no interior dos processos geopolíticos, geoculturais e geoeconômicos dos sistemas-mundo colonial/moderno e pós-moderno.

Ressalto também que, na trajetória da Geografia brasileira, a Geografia de/em Transição não a considera como "rainha das ciências", isto é, ciência de síntese como foi vista por alguns cientistas desde o século XIX até o XXI.

O propósito desta abordagem é constituir outras trajetórias mais humanista e cultural enquanto possibilidades de analisar e traduzir outras totalidades espaciais. Que a Geografia de/em Transição, pelo diálogo com as Geografias e as Neo-Geografias, conduza ao repensar das ideias cristalizadas e vigentes. E com esta percepção analisar/traduzir as representações socioculturais e as práticas espaciais dos Geraizeiros dos Cerrados baianos. Abordar o sujeito geográfico, tal como Besse (2006, p. 91) sugere, como uma geografia que transcende "o visível e o pré-reflexivo".

INTERFACES DA MODERNIDADE, PÓS-MODERNIDADE E TRANSMODERNIDADE

Esse trajeto que sinaliza nas interfaces da modernidade, da pós-modernidade e da transmodernidade situa o leitor nas diversas trajetórias das Neogeografias contemporâneas elaboradas sobre o espectro do conhecimento europeu ocidental.

Godoy (2013) ao analisar a produção recente da Geografia brasileira, assevera que:

> A geografia, nos últimos dez anos, experimentou mudanças bastantes consideráveis em seu temário de pesquisa e nas formas de abordagem das categorias de análise espacial. As mudanças, no entanto, foram pouco discutidas em sua processualidade prática e teórica. O "novo" temário que se instalou na geografia não promoveu até o momento, a alteração profunda da matriz científica e filosófica herdada dos séculos XIX e XX. Todos os "ismos presentes na geografia contemporânea são, ainda, *corpus theoricus* forjados pela modernidade. (Godoy, 2013 p. 78)

Em consonância com o autor, pode-se entender que as geografias pós-modernas ainda estão circunscritas à modernidade. Entretanto, o autor concorda que há uma diversidade de temáticas e a maior parte é oriunda da inserção das leituras pós-coloniais do poder nas ciências humanas e, especialmente na Geografia.

Para Grosfoguel (2010, p. 466): "Colonialidade e modernidade constituem duas faces de uma mesma moeda". O mesmo autor nos convoca também para despertarmos para a "colonialidade global" e assevera que a colonialidade compartilha diversas dimensões da existência sociocultural nos países que foram colônia. Com isso, há necessidade de trilhar a diversidade metodológica diante dos "pseudoecletismo metodológico" de algumas geografias plurais na conquista da autonomia que a transmodernidade pode proporcionar para as ciências contemporâneas.

Para uma maioria de geógrafos, essa proposta de percorrer caminhos pelas interfaces da Geografia Moderna e Pós-Moderna levaria a refletir a transição paradigmática. Na visão de Grosfoguel (2010), as leituras apontam para transcender a transição paradigmática, considerando que há necessidade de leituras e elaborações reflexivas para transição do "sistema-mundo-patriarcado-capitalista-moderno"[4].

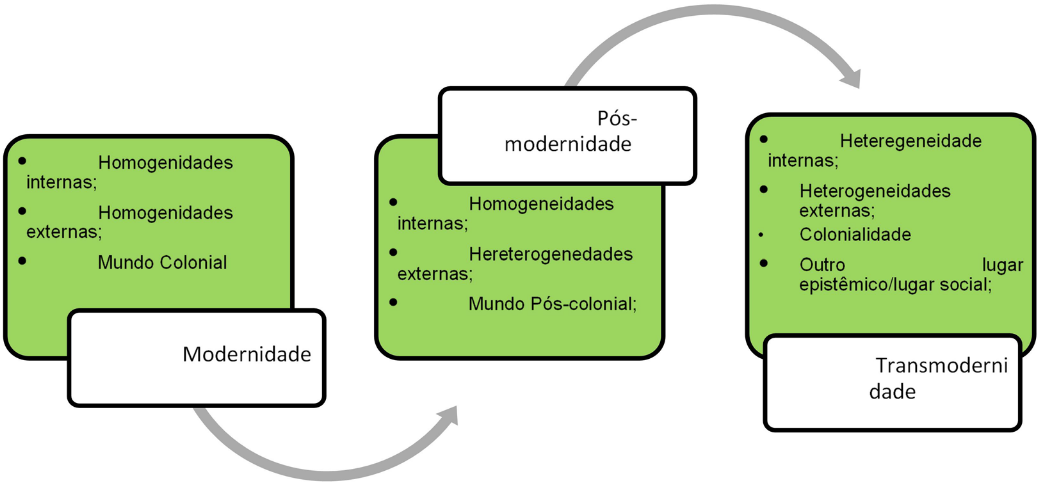
Essa proposta de transição paradigmática possui sua gênese a partir das contribuições teóricas e empíricas de diversos autores comprometidos, sobretudo, com as leituras pós-coloniais, tais como: Wallerstein (2002), Dussel (2002), Quijano (2003), Grosfoguel (2010), Harvey (2010), Soja (2008), Boaventura Santos (2010), Souza Neto (2008), Hissa (2002, 2011 e 2013), Silva (2014) e Porto-Gonçalves (2006).

Antes de adentrar nas interfaces é importante salientar que a pós-modernidade e a transmodernidade são reações, construções teóricas a modernidade, e a pós-modernidade mais interligada ao pós-estruturalismo. Já a transmodernidade é um projeto elaborado pela filosofia da libertação que reveste por meio das epistemologias locais subalternas. A transmodernidade almeja transcender a versão eurocêntrica da modernidade, nas palavras Dussel (2002).

De modo geral, observa-se, entre estas duas concepções, diferenças nas abordagens científicas, como sugere a representação da Figura 02:

4 Para ele "esse sistema é importante para entender a matriz do poder colonial mas, também é fundamental para compreender no bojo das leituras pós-coloniais que há diversas dimensões que ainda buscam articular os lugares periféricos com a divisão internacional do trabalho com a hierarquia ético-racial global" (Grosfoguel, 2010, p. 467).

Figura 02 - Esquema representativo das relações internas e externas no campo epistemológico das ciências humanas



Elaboração: Rigonato, 2020.
Modelo criado a partir de Dussel (2002), Santos (2010) e Massey (2012).

De forma geral, este é o caminho que a ciência adentra com a transmodernidade na busca da heterogeneidade dos fenômenos internos e externos para a construção de outras epistemologias e lugares. Mesmo considerando o expressivo vínculo da pluralidade dos saberes, é preciso alcançar suas transcendências, para entender a essência das coisas e das ações nos lugares vividos. Também ultrapassar os essencialismos, os localismos e, mormente, as representações socioculturais estereotipadas e descontextualizadas com o lugar vivido pelos Geraizeiros nos Cerrados baianos.

Souza Neto (2008), em seu artigo *"Os ventos do norte não movem moinhos"*, posiciona-se na interface entre os que defendem a modernidade e a pós-modernidade. Mas, também salienta que não podemos apagar os malefícios da modernidade nas populações do Sul como se nada tivesse ocorrido nos últimos séculos. Com isso, o autor salienta a necessidade de a Geografia brasileira valorizar as experiências espaciais humanas no território.

Porto Gonçalves (2006, p. 25), discutindo sobre os povos da América Latina, afirma que "[...]a modernidade européia inventou a colonialidade e a racionalidade (base da escravidão moderna) e, assim, essa tríade – modernidade-colonialidade-racionalidade – continua atravessando, até hoje, as práticas sociais e de poder". O autor apresenta em sua análise que, mesmo diante dessa tríade, há saberes e práticas das populações rurais que oferecem r-existências no seio de seus modos de vida.

Há movimentos iniciais na Geografia brasileira para traduzir os efeitos da colonialidade diante da modernidade e pós-modernidade em nosso território. A maioria dos lugares não permanece passivo e imóvel perante a modernidade e a pós-modernidade. Inclusive, eles são movimentados pela inserção das inovações

técnicas e informacionais decorrentes das descobertas científicas que introduzem novos objetos tecnológicos, novas ideias e valores ao mundo da vida das pessoas.

Além disso, no caso da Geografia brasileira ela pouco contribuiu para revelar as representações socioculturais, os discursos espaciais – os falsos regionalismos, os pré-conceitos inter-regionais e intra-regionais.

Massey (2009, p. 103) assevera que na reflexão sobre uma nova política da espacialidade:

> O que se desenvolveu dentro do projeto da modernidade, em outras palavras, foi o estabelecimento e a (tentativa de) universalização de uma maneira de imaginar o espaço (e a relação sociedade/espaço) que afirmou o constrangimento material de certas formas de organizar o espaço e relação entre sociedade e espaço. E que ainda permanece hoje em dia.

Tal universalização, em um primeiro momento colocou os Cerrados baianos enquanto representação nos mapas do IBGE como grandes áreas inóspitas, homogêneas e planas. Em segundo lugar, concretizou uma imaginação espacial carregada de discursos regionalistas nos quais os baianos foram e são classificados enquanto "preguiçosos", por não deterem o capital e promoverem o chamado progresso, uma "modernização da agricultura".

Diante das imposições espaciais da modernidade para trilhar outros itinerários contextualizados é preciso considerar os saberes subalternos, constituídos nas práticas e, consequentemente, nos modos de fazer. Saberes estes que estão nas interfaces do conhecimento científico com os saberes autóctones das populações Geraizeiras. Para isso, faz-se necessário evidenciar esses saberes, os conhecimentos, as representações socioculturais e as práticas socioculturais dos lugares vividos.

Cabe ressaltar que valorizar as representações e as não representações do lugar vivido pelos Geraizeiros(as) dos Cerrados baianos, consistiu em assumir posturas metodológicas as quais se situam na interface dos saberes/conhecimentos originários, modernos e pós-modernos. Também permitem, ainda, em forma de traduzir as espacialidades subalternas destas populações.

Grosfoguel (2010, p. 481), ao dialogar com os autores estudiosos de outras concepções de fronteira, afirma que:

> Ao invés de rejeitarem a modernidade para se recolherem num absolutismo fundamentalista, as epistemologias de fronteira subsumem/redefinem a retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizadas no lado do oprimido e explorado da diferença colonial, rumo a uma luta de libertação descolonial em prol de um mundo capaz de superar a modernidade eurocêntrica. Aquilo que o pensamento de fronteira produz é uma redefinição/submissão da cidadania e da democracia, dos direitos huma-

> nos, da humanidade e as relações econômicas para lá das definições impostas pela modernidade europeia. O pensamento de fronteira não é um fundamentalismo antimoderno. É uma resposta transmoderna descolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica. (Grosfoguel, 2010, p. 481)

Diante do exposto pelo autor, acredita-se que a Geografia de/em Transição, ao trilhar as interfaces do conhecimento moderno, pós-moderno e transmoderno, se encontra próxima dessas ideias de elucidar as espacialidades e temporalidades dos sujeitos e grupos subalternizados. Por esse motivo são necessários cuidados relacionados com as espacialidades e temporalidades nos lugares vividos para superar a oscilação entre o perigo do reducionismo econômico e o do culturalismo presentes em algumas das "neogeografias".

Outra precaução é contextualizar o que se denomina de colonialidade e o que se aplica no território brasileiro. As contribuições de Spivak (2010), Bhabha (1994) são fundamentais para o despertar do interesse pelo pós-colonialismo. Boaventura Santos (2010) também destaca as especificidades dos tipos de colonialismo inglês, do asiático e do português. No seu entendimento, este último, sendo colonialismo do colonialismo permitiu a emergências de diversas relações econômicas, políticas, culturais e religiosas no período colonial brasileiro.

Tal observação destaca indiretamente a importância da análise das teorias mais autóctones, sobretudo, as desenvolvidas por Dussel (2002), Quijano (2003) e Santos (2010), as quais estão mais ligadas às discussões da transmodernidade na ciência contemporânea.

O papel da transmodernidade é instituir novas agendas e práxis científicas que possam transcender os discursos modernos (acríticos) e os pós-modernos (esvaziados do conteúdo político) como também para revelar as alteridades, as identidades mais horizontalizadas no campo dos saberes e, principalmente, das práticas socioculturais do lugar.

De modo geral, a transmodernidade rediscute a modernidade e a pós-modernidade em relação ao lugar de enunciação dos sujeitos. Isso no que tange, sobretudo, a posição sociocultural e das relações de poder, as quais as pessoas e grupos socioculturais da sociedade pós-colonialista continuam, muitas vezes, enquanto espectadores ou na condição subalterna, ou vitimadas.

Diante disto, Dussel (2002) certifica que a transmodernidade é:

> [...]como projeto mundial de libertação em que a Alteridade, que era co-essencial à Modernidade, igualmente se realize. A "realização" não se efetua na passagem da *potência* da Modernidade à *atualidade* dessa Modernidade européia. A "reali-

> zação" seria agora a passagem transcendente, na qual a Modernidade e sua Alteridade negada (as vítimas) se co-realizariam por mútua fecundidade criadora. O projeto transmoderno é uma co-realização do impossível para a Modernidade; ou seja, é co-realização de solidariedade, que chamamos de analéptica, de: Centro/Periferia, Mulher/Homem, diversas raças, diversas etnias, diversas classes, Humanidade/Terra, Cultura Ocidental/Culturas do mundo periférico ex-colonial, etc.; não por pura negação, mas por *incorporação* partindo da Alteridade. (Dussel, 2002, p. 06)

A partir dessa colocação, pode-se inferir que a transmodernidade, no campo do conhecimento geográfico, é fundamental para ultrapassar o plano da pré-reflexão, do visível das relações socioculturais e das representações socioculturais. Para isso, se faz necessário apoiar a Geografia de/em Transição a retomar os princípios da filosofia realista. Isso sem desconsiderar o simbolismo, mas também avançar na análise/tradução das experiências espaciais vividas, percebidas e concebidas na alteridade dos lugares.

Saliento que essa trajetória que sigo aqui é apenas uma dentre muitos percursos por um campo de pesquisas geográficas contemporâneas que iniciam o repensar das identidades, das formas de inserção dos grupos sociais nos programas institucionais das esferas administrativas, nos movimentos sociais e em suas próprias práxis do cotidiano vivido.

Outro propósito da análise da interface é evidenciar que nela se encontra muito mais do que formas de fazer as ciências contemporâneas. No caso especial da Geografia nota-se certo vigor nas pesquisas para releituras políticas as quais podem colaborar para novos caminhos e/ou abordagens dos conhecimentos, dos saberes e de suas interfaces sem rotulação da racionalidade de outrora, como já foi apontado no início deste artigo. As diversas geografias, já o disse, constituem os discursos geográficos neste início do século XXI.

Muitas dessas geografias consideram que "[...]a modernidade é inseparável da colonialidade" (Porto-Gonçalves, 2006, p. 49). Tal consideração confirma, sem dúvida, a riqueza das tendências das teorias pós-críticas das ciências e, principalmente na Geografia. Esse conjunto de teorias inclui os estudos pós-estruturais, pós-coloniais, pós-modernos, pós-fundacionais e pós-marxistas (Gregory, 1996).

Essa compreensão de interfaces é a possibilidade de ultrapassar as falácias acadêmicas, enquanto verdades absolutas. Tais falácias, muitas vezes, são propagadas sem a reconstrução dos conhecimentos à luz da realidade e, principalmente das ideias mais contemporâneas. Muito que é discutido nas "delirantes geografias" são construções conceituais amordaçadas pelas ideias da modernidade científica e/ou pelas abordagens pós-modernas. Sem dúvida, há diversos autores que demonstram

avanços na produção geográfica, mas há ainda um número significativo deles que pouco avançaram em direção à atual virada espacial.

Boaventura Santos (2006, 2010) frisa a importância da diferenciação entre o pós-moderno e o pós-modernismo de oposição. Para ele, este último procura alternativas aos projetos coletivos e a emancipação social ao propor o pluralismo e a reinvenção da emancipação social. A tese principal do autor, com base na trajetória entre regulação social, é a emancipação social. Como aponta Santos (2006, p. 27) "[...] em vez da desconstrução proponho uma teoria crítica pós-moderna, profundamente auto-reflexiva, mas imune à obsessão de descobrir a própria resistência que ela funda".

Assim, esse conhecimento de interface expõe desafios de compreender os saberes daqueles que perpassaram pela "transmodernidade" e pouco tiveram oportunidade de sentir o papel do Estado Nação direcionado a emancipação social. No caso em particular, refiro-me aquela percorrida pelos Geraizeiros nos Cerrados detentores(as) da geoecologia de saberes recheada de representações e práticas socioculturais profundas no lugar vivido.

É importante salientar que a transmodernidade proposta por Enrique Dussel (2002) destaca-se como paradigma da vida espacial de cada sujeito ou grupo de sujeitos. Apresenta-se como uma alternativa contextualizada na consciência da prática enquanto uma nova referência teórica desde a pré-modernidade, até a pós-modernidade.

Diante disso, pode-se afirmar que muito do conhecimento produzido pouco proporcionou rupturas radicais com a modernidade e muito menos com pós-modernidade nas ciências. Admite-se que causou apenas uma subsunção dialética dos dois anteriores. Então, a transmodernidade apresenta-se nos discursos científicos como possibilidade não hegemônica de construção de outros paradigmas a partir da modernidade e da pós-modernidade, com possibilidade de alcançar outras totalidades. Ou, como bem ilustra Boaventura Santos (2010, p. 123) "totalidade da totalidade".

De modo geral, percebe-se que o projeto da transmodernidade enfrenta ainda o diálogo com as utopias factíveis, as quais passam a ter sua fonte nas espacialidades humanas menos favorecidas. Além disso, realiza-se a subsunção dos aspectos instrumentais dos paradigmas científicos vigentes.

De acordo com Dussel:

> [...] a partir da intersubjetividade crítica das vítimas, é realizada pela razão crítico-instrumental e pela razão estratégica subsumidos dento do horizonte ético-material e formal moral crítico. Trata-se do âmbito da "factibilidade antecipatória", como construção formulada, explícita, da utopia possível como programa de ação. Aqui nos encontramos no aspecto positivo do princípio. A comunidade, a intersubjetividade crítica das vítimas começa a imaginar a utopia. É uma imaginação transcendental ao sistema: se o "atual" não permite que se viva, é preciso imaginar um "mundo onde seja possível viver". A "esperança" como motivação (instinto de vida, do prazer, o dionisíaco de Nietzsche, corrigido como "desejo metafísico" de Lévinas etc) diante do futuro possível. (2002, p.476)

Como pode ser observado, com a transmodernidade, este autor procura situar a produção das ciências, sobretudo, diante das espacialidades da América Latina. Com isso, agrega-se com outras propostas, inclusive com a de Paulo Freire (1996) ao demonstrar fortes vínculos com a teoria da libertação.

Tal reflexão soma muito com nossa proposta de refletir a Geografia de/em Transição. Esta considera que a geoecologia de saberes, enquanto metodologia, pressupõe, principalmente, a valorização dos saberes e das práticas dos Geraizeiros baianos, muitas vezes apenas idealizadas pelas ciências modernas e pós-modernas de outrora. Além disso, elas apontam para o caráter intersubjetivo das espacialidades humanas as quais o transcendental pode ser a fonte para traduzir as intencionalidades das ações espaciais.

Ao considerar a importância da transmodernidade para a Geografia de/em Transição a geoecologia[5] dos saberes, assenta-se na ideia paradigmática de que é preciso fazer uma reavaliação das relações sociais concretas na sociedade e da sociedade com a natureza, para caminhar em direção à análise e tradução dos geosaberes.

Considerando essas reflexões, pode-se afirmar que uma Geografia de/em Transição distingue-se por questionar as noções hierarquizadas e verticalizadas entre colonizador/colonizado nas ciências humanas e sociais. Também transcende a concepção simplista de cultura enquanto apenas efeito da opressão colonizadora. E ela ainda tende a valorizar o dinamismo do lugar, o hibridismo e a coexistência da negociação mesmo nas relações assimétricas de poder.

Em síntese, a Geografia de/em Transição eficiente deve ser capaz de levar em conta uma nova ontologia do espaço, tanto conceitual quanto metodológica. Se não formos capazes de fazê-lo, a geografia não somente perderá seu potencial da modernidade, mas também pode continuar proporcionando apenas "delirantes novas

5 A geoecologia dos saberes busca não só traduzir os saberes, mas eles constituídos nos símbolos e materializados nas espacialidades vividas.

geografias", na concepção de Monteiro (2012), conforme já o disse. O que se propõe aqui é desejável, uma abordagem científica que ultrapasse a interpretação das formas de vida na atitude natural, sobretudo, das populações rurais dos Cerrados.

Afinal, apreender as geografias do presente é o propósito da Geografia de/em Transição enquanto ciência social. Assim, vale frisar, mesmo de passagem, a necessidade de transcender a esfera consensual de que, para que haja a evolução do conhecimento geográfico, é preciso valorizar as outras geografias, as Neogeografias e uma geografia de/em transição independe da constatação das deficiências teóricas e metodológicas nas interfaces da modernidade, pós-modernidade e transmodernidade e, em especial da Geografia moderna clássica ou pós-moderna.

De acordo com Kuhn (1992), cada metamorfose científica revolucionária na ciência necessita reescrever e reestabelecer a sua própria história, repensar suas práticas científicas, seus instrumentos e seus objetivos. Partindo desse pressuposto, acredita-se que as possibilidades de validade de uma Geografia de/em Transição serão a sua própria aplicabilidade na descrição, análise, interpretação e, principalmente, tradução das múltiplas práticas sociais fluidas nos lugares neste início do século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. G. A propósito do trato do invisível, do intangível e do discurso na Geografia Cultural. *Revista da Anpege.* Campinas, v. 9, n. 11, p. 41-50, jan. 2013. Semestral. Disponível em: http://anpege.org.br/revista/ojs-2.4.6/index.php/anpege08/issue/view/RA11. Acesso em: 14 fev. 2015.

ALMEIDA, M. G.. *Entrenotas*: compreensões de pesquisa. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. v. 1. 197p.

ALVES, Vicente. E. L. *Modernização e Regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil*: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste. (Org.). Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

AMORIM, FILHO, O.B.; A pluralidade da Geografia e a necessidade das abordagens culturais. *Caderno de Geografia* (PUC Minas), n.16, p.35-58, 2006.

AZEVEDO, A F., Geografias Pós-Coloniais: contestação e renegociação dos mundos culturais num presente pós-colonial, In J.R. Pimenta, A. F. Azevedo; e J. Sarmento (org.) *Geografias Pós-Coloniais*; Porto: Figueirinhas, Porto Portugal, 2008.

BESSE-JEAN, M. *Ver a terra*: seis ensaios sobre paisagem e a geografia. Tradução Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOTELHO, M. L. Colonialidade e Forma da Subjetividade Moderna: a violência da identificação cultural na américa latina. *Revista ESPAÇO E CULTURA*, UERJ, RJ, N. 34, P.195-230, JUL./DEZ. DE 2013

BHABHA, Homi K. *O local da cultura.* Belo Horizonte: UFMG, 2010

BUTTIMER, Anne, *Lar, horizontes de alcance e o sentido de lugar. Geograficidade, Niterói*, v5, n.1, p.1-19, verão de 2015. Disponível: file:///C:/Users/Usuario/AppData/Local/Temp/DialnetLarHorizontesDeAlcanceEOSentidoDeLugar-4996052.pdf. Acesso: 24 setembro de 2015.

CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade***.** 4. ed. São Paulo: UNESP, 2011.

CAPEL, Horácio. Entrevista Horácio Capel. *Boletim Campineiro de Geografia.* V.3 n.1 2013.

CARDOSO, E. S. *Viver entre margens*: a persistência na paisagem e no lugar dos beiradeiros do rio de Ondas, Barreiras, Bahia. Goiânia. IESA/UFG. (Tese de Doutorado). 2012.

CARVALHO, L. D. *Ressignificação e a reapropriação social da natureza*: políticas e programas de Convivência com o semiárido no Território de Juazeiro-Bahia. São Cristovão-SE, 2010. (Tese de Doutorado)

CLAVAL, P. *Epistemologia da Geografia*. Tradução: Margareth de Castro A feche Pimenta. Joana Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

CLAVAL. P. Agenda da Geografia. In: ALMEIDA, M.G. de; ARRAIS, T. A. *É geografia, é Paul Claval*. Goiânia: FUNAPE, 2013. p. 144 a 160.

CLAVAL, P. *Terras dos Homens*: a geografia. Tradução Domitila Madureira. São Paulo: Contexto, 2010.

CLAVAL. P. *Le Brésil*: idées reçues. Éditions Le Cavalier Bleu, Paris, 2009.

COSGROVE, Denis. Em direção a uma Geografia Cultural Radical**.** In: CORRÊA, Roberto. L. e ROSENDAHL, Zeny. (Org.). *Introdução a Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 224p.

DUSSEL, Enrique. "Europa, Modernidad, Eurocentrismo". In: LANDER, Edgard (compilador). *La colonialidad del saber*: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, Clacso, 2003.

DUSSEL, E. *Ética da libertação***.** Na idade da globalização e da exclusão.2.ed. Petrópolis, Vozes, 2002.

FEYERABEND, Paul. *Contra o Método*. Editora da Unesp, São Paulo. 2011.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa.25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção leitura).

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso***.** São Paulo: Ed Loyola, 2010.

GODOY, P. R. T de. Paradigmas e Geografia. *Revista da ANPEGE*, v.7 número especial, 2011 p. 67-80.

GOMES, P. C, *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Org.). *Geografia humana*: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, B. S.de; MENESES, M. P. *Epistemologia do Sul*. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

HAESBAERT, R. Filosofia, Geografia e Crise da Modernidade. *Terra Livre,* n. 7. 1990.

HARVEY, David. *O enigma do capital*: e as crises do capitalismo. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2010

HARVEY. D. *Condição Pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Edições Loiola. São Paulo, 2009 (20ª Edição).

HISSA, C. E V. *A mobilidade das fronteiras*: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

HISSA, C. E V. (Org.). *Conversações*: de artes e de ciências. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. v. 1. 315p.

HISSA, C. E V.. *Entrenotas*: compreensões de pesquisa. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. v. 1. 197p.

KUHN, T. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4a Ed. Paris. ÉditionsAnthropos, 2000) Primeira versão: início –fev.2006)

MAIA, Doralice. S. *Tempos lentos na cidade*: Permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa - PB. 2000. Tese (Doutorado) FFLCH-GE – Universidade de São Paulo USP, São Paulo, 2000.

MARANDOLA JR, E. Fenomenologia e pós-fenomenologia: alternâncias e projeções do fazer geográfico humanista na geografia contemporânea, *Geograficidade* v. 3 n. 3, Inverno 2013.

MARANDOLA JR., E. *Habitar em risco*: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2015. 250p

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço*: uma nova política da espacialidade. Tradução HildaPareto Maciel. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 314p.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *O olho e o espírito*: seguido de A linguagem indireta e as vozes do silêncio e A dúvida de Cézanne. Tradução Paulo Neves e Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

NOGUÉ, Joan; ROMERO, Joan (eds). *Las otras geografías*. Valencia: Tirant lo Blanch (Colección Crónica), 2006. 557 páginas [ISBN: 84-8456-663-3]

MONTEIRO, C. A.F.de. *Geografia entre os séculos XX e XXI*: Minha vivência na 2ª metade do 1º e na entrada do 2º e inquietações sobre o futuro. GEOgraphia. Rio de Janeiro. Número Especial. Novembro de 2012. p. 69-98.

NOGUÉ, J. Sentido del lugar, paisaje y conflito. *Geopolítica(*s). Vol.5 núm 2, 2014 p. 155-163.

PASCAL, Blaise. *Pensamentos.* Ridendo Castigati Moraes. Coleção. 2002.

PAULA, A.M.N.R. *Travessias*...Movimentos migratórios em comunidades rurais no Sertão do Norte de Minas Gerais. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Uberlândia. 2009.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A *Globalização da natureza e a natureza da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Reinvenção dos Territórios*: a experiência latino-americana e caribenha. En publicacion: Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. Ceceña, Ana Esther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2006. pp. 151-197.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: Lander, E. (compilador). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2003, p. 201-246.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A gramática do tempo*: para uma nova cultura política. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, R. J. *Gaúchos e Mineiros do Cerrado*: metamorfoses das diferentes temporalidades e lógicas sociais. Uberlândia: EDUFU, 2008.

SEEMANN, Jorn. O fim das representações na Geografia Cultural? In: RAMANCINI, S.R.; ROSSETTO, O.C. NORA, G.D. (Orgs) NEER- *As representações culturais no espaço: perspectivas contemporâneas em Geografia*. Documento Eletrônico. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2015 p. 31-51. https://issuu.com/imprensa.livre/docs/neer_i_e_ii. Acesso: 12/01/2017.

SERPA, A. *Espaços culturais*: vivências, imaginações e representações. Salvador: EDUFBA, 2008.

SILVA, A., G. S. dos. *Culturas desviantes*: andanças amazônicas pelo Vale do Guaporé. Goiânia: Editora UFG, 2014.

SILVA, J. M.; ORNAT, Marcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Orgs.). *Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços*. Ponta Grossa: Toda Palavra. 2013. 400p.

SOBRINHO, J. S. de. Territorialização e desterritorialização dos camponeses geraizeiros do vale do rio Arrojado, Oeste da Bahia. In: ALVES, V. E. (Org.) *Modernização e regionalização nos cerrados do Centro Norte do Brasil*: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste do Tocantins. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 269-323.

SOJA, E. O Espaço como questão pessoal. In: OLIVEIRA, M.C. N. C.; CORRÊA, A. M. de. (Org.) *O Brasil, a América Latina e o mundo*: espacialidades contemporâneas (I). Rio de Janeiro: Lamparina: Anpege, Faperj, 2008.

SOUZA NETO, Manuel F. S. de. Os ventos do norte não movem moinhos. *Boletim Goiano de Geografia*. v. 28, n. 2, p. 15-32, jul/dez, 2008.

SPIVAK, Gayatri G. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPOSITO, Eliseu. *Geografia e filosofia*: contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo. Editora UNESP, 2004.



CAPÍTULO 2

GEOGRAFIAS DESVIANTES: OUTRAS LEITURAS CULTURAIS[1]

Avacir Gomes dos Santos Silva

DOI: 10.46898/rfb.9786558892427.2

1 Este escrito é um recorte da minha tese de doutorado: "Culturas desviantes: as espacialidades das comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé (Rondônia)", defendida em 2011, no Programas de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Socioambientais da UFG/GO, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida.

INTRODUÇÃO

Neste escrito, nosso objetivo é contextualizar os pressupostos teóricos que fundamentaram nossa proposta metodológica referente à geografia desviante constituída por meio da tese das *culturas desviantes*. Para tal empreitada elegemos dois motes reflexivos: *a favor do espaço, cotidiano e lugar* e; *conceber, perceber e viver.*

Na seção sobre *a favor do espaço, cotidiano e lugar* definimos o conceito interpretativo e as categorias de análises. A ideia perseguida é a do espaço social. Este concebido enquanto construção mediada pela cotidianidade vivenciada pelos agrupamentos humanos. A partir das contribuições de Lefebvre (1970, 1974, 1983, 2001, 2004, 2008), buscamos realizar uma interpretação de espaço que rompa com o formalismo separatista da forma e conteúdo.

Conceber, perceber e viver teoriza nossa contribuição metodológica para o desenvolvimento e a interpretação da pesquisa acadêmica relacionada às comunidades "tradicionais", em especial as comunidades ribeirinhas amazônicas. Uma proposta, para sermos coerentes a nossa opção conceitual, de cunho lefebvriano, baseada na tríade das espacialidades geográficas.

As dimensões do espaço social podem ser compreendidas nas vivências, experiências e relações que os grupos sociais estabelecem com a sociedade, natureza e imaginário. Sermos capazes de ver, entender e compreender a magnitude da *cultura* e *geografias* desviantes, por meio da leitura do espaço social, este é o labirinto que nos propomos a adentrar.

O CALEIDOSCÓPIO DAS NOVAS ABORDAGENS GEOGRÁFICAS

Qual é o objeto de estudo da geografia? O espaço; o território; a região; a cidade; a paisagem; o campo; o lugar; a cultura; os sistemas de objetos; os arranjos espaciais ou a inferência humana no espaço. A geografia estuda tudo isso, pois como afirma Cosgrove (2004), a geografia está em toda parte. Bonnemaison (2002) propõe que a região deveria constituir o conceito síntese da geografia.

O objeto primeiro de estudo da geografia é o espaço. No entanto, esse não é um elemento dado a priori. A nossa empreitada maior é a compreensão do espaço enquanto elemento de multiplicidade, tanto de análises como de vivências. Somos partidários das ideias de Massey ao se posicionar a favor do espaço da seguinte forma:

> [...] compreendemos o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem, como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço. Se espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade (2008, p. 29).

Os pressupostos teóricos contemplados no desenvolvimento desse escrito são aqueles que, a exemplo dos apresentados por Massey (2008), consideram a inter-relação entre espaço, natureza, sociedade, cultura, religião, imaginário e representações contidas nas dimensões das espacialidades percebidas, concebidas e vividas.

Nesse grupo selecionamos autores que nos ajudaram a compreender o espaço geográfico como elemento fundante e aglutinador das categorias: espaço e tempo; história e tradição; domínio e apropriação; estratégias e táticas; presença-ausência; significante e significado; inclusão e exclusão; isotopia e heterotopia; desejo e necessidade; devaneio e realidade; e, forma e conteúdo.

A ideia do espaço como mediador entre forma e conteúdo foi defendido por Santos (2002). Para ele, a forma garante visibilidade ao espaço, o conteúdo, por sua vez, é o aspecto revelador dos usos, significados que corroboram a materialidade. A tese de Santos é uma releitura das proposições de Lefebvre. Segundo este autor,

> Não há forma sem conteúdo. Não há conteúdo sem forma. Aquilo que se oferece a análise é sempre uma unidade entre forma e conteúdo. [...] A forma leva assim dupla 'existência'. Ela é e não é. Só tem realidade nos conteúdos e, no entanto, separa-se deles. Tem uma existência mental e uma existência social (Lefebvre, 2001, p. 87).

O espaço não é apriorístico. Ele materializa-se pela mediação das disposições das formas. As formas são repletas de conteúdos, que correspondem às espacialidades vivenciadas nas práticas cotidianas e desviantes dos grupos sociais. Qualquer proposta de separação da forma e conteúdo, de acordo com Lefebvre, incorre em um equívoco epistemológico e analítico, o que redunda em puro formalismo academicista.

Outros autores ampliaram a compreensão do espaço como ser para si. Segundo Gomes (2007, p. 38) "o espaço se concretiza por meio da disposição física das coisas e práticas sociais que ali são vivenciadas". O espaço, destarte, é composto pela indissociabilidade entre a dimensão física, dimensão social e dimensão simbólica.

O espaço resulta da interdependência entre a natureza física e natureza humana, que por meio de significações, expressa práticas de espacialidades. Essa relação simbiótica é captada por Almeida (2003), que percebe o espaço para além das estruturas físicas e considera-o pleno de atributos simbólicos e afetivos.

A partir dessas concepções é inadmissível pensar o humano, o espaço, o tempo, a sociedade e a natureza como realidades distintas. O indivíduo infere, cria, recria e interfere no espaço a partir das relações estabelecidas entre sociedade e natureza. Esta dispõe de condições ao ser humano, possibilidades e não determinismos, as quais serão superadas ou recriadas por novas necessidades históricas.

O espaço não é apenas "o resultado da inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações" (Santos, 2002, p. 100). Como contingente, o espaço passa a ser concebido na materialidade da paisagem e nas ações que os seres humanos estabelecem entre espaço concebido, percebido e vivido. Acrescemos a esta definição um terceiro aspecto, a construção do espaço por meio da prática social.

O espaço é construção social. Tal paradigma implica concebê-lo em múltiplas configurações: econômicas, sociais, linguísticas, físicas, simbólicas, culturais, históricas, sociais, religiosas e imaginárias além de sonhos, devires e desejos. Assim,

> [...] o espaço ocupado manifesta em seu próprio plano a organização da sociedade, as relações constitutivas. Essas relações não dão senão um pequeno espaço para a abstração. Elas permanecem no nível do sexo, da idade, do sangue e mentalmente da "imagem" sem conceito: o da palavra (Lefebvre, 1974, p. 198).

O espaço enquanto construção social ultrapassa o que é planejado e determinado pelo poder hegemônico. Para além dessas percepções o espaço é repleto de possibilidades de recriações, contidas nas espacialidades humanas. Frémont (1980) aponta a "criação do espaço" como perspectiva dinâmica de superação das análises simplificadoras do espaço; "Este supõe que ao domínio das limitações materiais se venha juntar o poder de dar vida a uma obra. Esta via difícil tende a substituir o ordenamento do espaço por uma arte do espaço. Pelo menos a acrescentar uma à outra" (Frémont, 1980, p. 251).

A compreensão do espaço social é a contribuição de Lefebvre, no sentido de fazer avançar a teoria marxista que privilegiou as análises lógicas e históricas, nas formulações dos modos de produção. Para Lefebvre o espaço é, assim como o trabalho e capital, também elemento fundante das relações econômicas produzidas historicamente pelos grupos humanos em diferentes tempos e espaços sociais.

O espaço na concepção lefebvriana é constituído na prática espacial, nas representações do espaço e no espaço de representação, "estas três dimensões correspondem ao percebido, ao concebido, ao vivido, numa unidade global. Na e pela prática espacial" (Lefebvre, 1974, p. 223). Estas espacialidades estão interligadas dialeticamente, no entanto cada uma possui seu próprio conjunto de signos e significados historicamente construídos entre os diversos grupos sociais.

No nível percebido o espaço é o *lócus* da negação, da coisificação, da heterotopia e desgaste cotidiano. Nele as relações são esquizofrênicas. Acorrentado pelas formas do espaço percebido o ser humano nega sua essência. De acordo com Sahr: "*espaço percebido* é vivenciado imediatamente e, às vezes, até fica sem interpretação cognitiva. Forma-se parcialmente contra as vontades dos moradores, baseado em linguagens impostas pelo próprio capitalismo" (Sahr, 2007, p. 68).

Na cidade, a liberdade é vigiada e controlada pelas formas de espacialidades determinantes de espaços percebidos, horários e ritmos de trabalho, alienado e alienante. No campo, no mundo rural e nas comunidades ribeirinhas o espaço percebido se organiza em torno do cultivo agrícola, do ciclo da natureza e das temporadas de enchentes e vazantes dos rios. Estes elementos influenciam de forma direta as configurações espaciais e as práticas cotidianas da vida na ribeira.

No segundo nível, mas não separado da lógica do espaço percebido, encontra-se o espaço concebido. Por meio deste materializam-se as práticas de inclusão (isotopia) e de exclusão (heterotopia). As ideologias resignificadas pelos planejadores urbanísticos. Arquitetos, engenheiros, paisagistas e geógrafos, convencem os indivíduos sobre os espaços de domínio e espaço "consumidos" coletivamente. De acordo com Lefebvre: "em verdade, o que o urbanismo acaba promovendo e legitimando é uma redução da vida urbana ao mínimo" (Lefebvre, 2004, p. 10).

Estes planejadores do espaço definem os locais e formas de circulação, restringem os locais, dias e horas onde pode-se ou não entrar. Por meio das passarelas, viadutos, faixas de pedestres, corredores, escadas, planejados em nome da segurança e eficácia do uso do espaço, determinam o caminhar dos transeuntes. Os edifícios, arranhas céus, monumentos, praças, bosques, alamedas, jardins e demais formas de arranjo espacial são estratégias empregadas no afã de vigiar, controlar e manter a ordenação espacial.

O espaço vivido situa-se no interstício da prática social. O espaço dos usuários, vivido no cotidiano e no lugar. Ele não é apenas percebido e nem tão pouco apenas concebido, mas também vivido simultaneamente. O espaço vivido vai além das reminiscências e lembranças dos tempos idos. É o amálgama de espaços e tempos do presente imediato e dos devires. Segundo Lefebvre,

> O espaço do usuário é vivido, não representado (concebido). Em relação ao espaço abstrato das competências (arquitetos, urbanistas, planificadores), o espaço das performances que os usuários efetuam cotidianamente é um espaço concreto. Ou seja, subjetivo. Espaços dos 'sujeitos' e não dos cálculos, espaço de representações, ele tem uma origem: a infância e suas experiências, suas aquisições e suas carências (Lefebvre, 1974, p. 396).

A análise do espaço percebido, concebido e vivido implica consequentemente a compreensão do próprio ser humano. Ao reorganizar o espaço e ser por ele "formado", o sujeito promove a continuidade de sua existência e da espécie, para além dos ditames ordenadores do espaço.

Em contraposição às estratégias espaciais, restam aos andantes e caminhantes a utilização de táticas que invertam a ordem estabelecida para consumo do espaço: rodear a passarela, criar caminhos desviantes das calçadas e corporificar espaços proibidos.

O homem comum, o pequeno produtor agrícola, o ribeirinho, por meio das práticas cotidianas: fazer, andar, falar, caçar, vestir, comer, pescar, conversar, navegar pelos rios, reinventa formas de apropriação dos espaços interditos, novos objetos e ações que não foram pensadas e, portanto, não podem ser controladas.

Ao andar pelas cidades, caminhar pelas ruas, avenidas, praças, nas trilhas no meio da floresta, ou bulevares, espaços institucionalizados, o caminhante recria traçados espaciais que fogem a lógica disciplinar. Os movimentos corpóreos dos grupos que se locomovem criam as espacialidades.

Lanches, jogos, fugas, resistências, inventividades e desvios ressignificam as lógicas das segregações espaciais. Na dialeticidade entre espaço percebido e espaço concebido são recriados os espaços de representações. De acordo com Shar, o espaço vivido se configura em,

> [...] uma linha de fuga, em espaço utópico-agenciador, 'imaginado' [...], no qual se encontra a função conscientizadora e um grande potencial de resistência. Trata-se de um tipo de espaço onde os moradores podem desenvolver uma linguagem não-alienadora (analítica ou não) que os permitem exprimir e viver os seus verdadeiros anseios (Sahr, 2007, p. 69).

Nesse sentido, as práticas de religiosidade, as manifestações culturais e artísticas, as atividades de lazer, as formas de contemplação da natureza, os momentos de ociosidade, as vivências imaginárias, a literatura, as associações, a poesia, as festividades, os festejos, a troca de saberes e novas aprendizagens constituem os espaços vividos. Nestes a linguagem expressa a busca da completude humana, do espaço utópico, idealizado e imaginado como possível materialidade.

A priori, nenhum local pode ser indicado, exclusivamente, como espaço percebido, concebido e vivido. De acordo com Sartre: "as contradições apresentadas sobre o espaço não são excludentes. Não há um espaço puramente isótopo em contraposição a um espaço hetorotópico. Estas são manifestações do fenômeno espacial. É a própria essência do espaço" (Sartre, 1997, p. 17).

O cotidiano e lugar, enquanto conceitos, são considerados espacialidades mais próximas ao espaço vivido. Toda experiência individual do espaço é ao mesmo tempo experiência de tempo (Monnet, 1999). Assim, lugar (espaço) e cotidiano (tempo) são elementos significativos para compreensão das espacialidades vividas.

O espaço é produção social. Logo, o espaço não se define por local X ou Y. Mas se caracteriza pela mediação das relações humanas. A fábrica comporta formas e conteúdos interligados aos três níveis de espaço. A escola é simultaneamente espaço de alienação e libertação. A casa nunca foi espaço exclusivamente harmônico, pois ela comporta relações de aproximação e exclusão.

Nas comunidades ribeirinhas amazônicas, o rio é a representação dos espaços concebidos, percebidos e vividos. Assim, o rio funciona simultaneamente como elemento de garantia e limitação. No período das enchentes o rio arrasta as casas, plantações e animais. Nesse processo fertiliza os beiradões, que serão ocupados pela agricultura de várzea. O rio destrói e mantém a vida da gente ribeirinha.

O FAZER GEOGRÁFICO E A ABORDAGEM CULTURAL

O fazer geográfico remete-nos a uma discussão de ordem epistemológica. Há os que defendem a Geografia enquanto ciência do geral, outros a veem como ciência do particular. Outro grupo afirma que a ciência geográfica deve ser realizada por meio do modelo metodológico analítico ou pelo modelo sintético.

Apesar dos diversos pensares, as discussões epistemológicas são propícias para aprofundamento da geografia. Como defende Suertegaray: "acreditamos que aqueles que aprofundam a discussão conceitual e teórica ampliam sua capacitação de investigação e compreensão do mundo e da geografia em particular" (Suertegaray, 2005, p. 8).

A ciência geográfica possibilita interpretar a relação entre sociedade e natureza e, desta forma compreender como os seres humanos estabelecem sentimentos de inclusão e exclusão, isotopia, heterotopia, nas esferas dos espaços concebidos, percebidos e vividos, dimensões reveladoras das espacialidades humanas.

A geografia quanto ciência é o conhecimento das formas do espaço. A geografia humana, por sua vez, pela mediação da abordagem cultural, estuda como as vivências e práticas espaciais conduzem ao entendimento das espacialidades, que recriam possibilidades tanto a manutenção quanto a transformação social.

As representações cartográficas do espaço, frente a essa compreensão, passam a ser uma maneira de criação e apreensão do espaço. Como afirma Almeida: "pelas representações também é possível entender a maneira pela qual as pessoas modelam as paisagens e nelas afirmam suas convicções e suas esperanças" (Almeida, 2003, p. 71).

Construções arquitetônicas, fotografias, vestuários, culinária, festividades, manifestações artísticas, histórias de vida, memórias individuais e coletivas, biografias, literatura, vídeos, documentários, objetos, práticas cotidianas, imaginários são formas de representações que trazem subjacentes a ideia de espaço-tempo, vividos "entre paisagens" (Nogué, 2009).

O imaginário amazônico resulta das espacialidades vividas pelas comunidades ribeirinhas entre o mundo da floresta e o mundo das águas. O imaginário, para Loureiro, "também estabelece a forma de uma ética das relações dos homens entre si e com a natureza" (Loureiro, 1995, p. 79). O espaço é a materialização do tempo. A geografia, enquanto forma e fonte de criação da representação do mundo.

A geografia é feita no momento em que o geógrafo aventura-se em terras desconhecidas. Saber olhar o invisível, ouvir o inaudível, sentir o inodoro das águas dos rios são desafios para o geógrafo culturalista. A percepção, além do aparato biológico, constitui-se de símbolos, significados e representações. A interação imediata do mundo se dá pela percepção, que em seguida é transformada em expressões.

O conhecimento científico é uma forma abstrata de consciência do mundo. O espaço vivido transcende a mesura academicista. A geografia cultural é a geografia daquilo que ainda não está posto, do devir, dos desejos e das espacialidades desviantes. Como afirma Bonnemaison: "o projeto de toda abordagem geográfica é procurar definir o espaço onde se aloja a cultura. Isto não é simples, pois a cultura não organiza o espaço, mas o penetra" (Bonnemaison, 2002, p. 105). Como as culturas são múltiplas, também são os caminhos metodológicos apropriados para captar as relações existentes entre espaço, cultura, tempo e espacialidades.

Por considerarmos o espaço como amálgama das dimensões físicas, sociais e culturais nos apropriamos de pressupostos metodológicos que nos possibilitem realizar a interpretação das complexidades das espacialidades como resultantes da prática espacial. Esta interpretação deve avançar para além da estrutura lógica de análise e priorizar outra forma de descrição, capaz de compreender,

> [...] o conjunto do espaço, as relações constitutivas da sociedade global. A correspondência exata entre as duas apreensões do espaço implicado - explicado permitiria compreender ao mesmo tempo as transformações operadas pelas partes

> atuantes no interior do espaço e a sua gênese enquanto conjunto (social e mental e ao mesmo tempo, abstrato e concreto) (Lefebvre, 2001, p. 47).

Sem a pretensão de estabelecer verdades universais, mas com o intuito de abrir novas possibilidades optamos por considerar a dimensão vivencial, espaço das representações. O espaço social pode ser compreendido como um texto, repleto de operações cognitivas como especifica Gomes,

> A análise geográfica deve examinar o espaço como um texto, onde formas são portadoras de significados e sentidos. Há, por assim dizer, uma "escrita" nesta distribuição das coisas no espaço. Em outros termos, o arranjo espacial das coisas é uma linguagem. Comunica, revela e organiza sentidos, estrutura ações, muda segundo os contextos, utiliza metáforas, metonímias, anacolutos, elipses e hipérboles. Há como uma linguagem na maneira pela qual as coisas estão postas no espaço, no fluxo de coerência que as une especialmente no sentido que as atravessa nas diferentes sequências de elementos (2006, p. 38).

A compreensão do espaço enquanto expressão de linguagens e subjetividades está diretamente relacionada com a espacialidade dialética, nossa proposta metodológica interpretativa. Por esta mediação, concebemos as configurações espaciais como construções sustentadas em imagens e enunciações carregadas de signos e significados, os quais necessitam ser investigados nas suas dimensões mais profundas, interligadas as espacialidades concebidas, percebidas e vividas.

Os discursos e as narrativas, elementos constituídos de espacialidades, são repletos de sentidos. O analista cultural os compreende para além das questões estruturais da linguística. Ele considera também os aspectos geográficos, históricos, as condições de produção e a posição do sujeito no processo de produção, recepção e reprodução das práxis espaciais. Como nos ensina Claval: "a finalidade do saber geográfico não é o de elaborar um inventario sobre o que se pode observar na superfície da terra. É sim o de explorar os processos que existem para mostrar como eles modelam o espaço para facilitar a ação humana e para dar sentido à vida de todos" (2008, p. 18).

As narrativas são caminhos profícuos para a compreensão das espacialidades concebidas, percebidas e vividas. Valorar a fala dos colaboradores e sujeitos das nossas pesquisas é uma forma de estreitar as relações existentes entre "a geografia, a cultura, os lugares da vida e a vida dos lugares." (Almeida; Chaveiro; Costa, 2008).

METODOLOGIAS POSSÍVEIS DAS GEOGRAFIAS DESVIANTES

As pessoas, apesar das instâncias e aparelhos controladores das espacialidades humanas, vivenciam no cotidiano as práticas desviantes. Qual geografia e método seriam capazes de interpretar as lógicas desviantes?

A partir de releituras de De Certeau (1996, 2002), propomos a formulação da geografia desviante e, com base nas contribuições de Lefebvre (1970, 1974, 1983, 2001, 2004, 2008), a aplicabilidade da espacialidade dialética, enquanto nosso método interpretativo das espacialidades desviantes.

Em nossa proposta de geografia desviante, o exercício geográfico é percebido como um fazer duplo entre práticas instituídas e práticas desviantes. Neste sentido, geograficizar é sistematizar espacialidades, sintetizar culturas, compreender as lógicas dos espaços percebidos, concebidos e vividos; é estar atento e predisposto a múltiplos movimentos: pensar dialeticamente, a partir das proposições científicas, envolver-se nas vivências cotidianas e práticas sociais, retomar a análise sistematizada a fim de fazer aflorar a riqueza, a complexidade e a diversidade das espacialidades humanas, representadas por meio dos arranjos e configurações espaciais que fogem à lógica homogênea e universalista do capital.

Nas geografias desviantes, os saberes e fazeres geográficos valorizam as culturas plurais e espacialidades portadoras de inventividades e criatividades humanas. Tal geografia privilegiará espacialidades cotidianas na junção interdisciplinar, pois o espaço é vivência relacional, criadora, inventiva e formadora de concepções de mundo.

Para geografias desviantes o método é instrumento apreendedor da realidade, considerado como unidade entre natureza, sociedade, cultura, espaço e tempo. Esse método se caracteriza como uma das possibilidades de análise geográfica. Caracterizamo-lo como espacialidade dialética.

A espacialidade dialética é instrumento de apreensão da realidade que se propõe a captar a totalidade dos fenômenos e fatos na unidade entre signo, significado e significante; domínio e apropriação; razão e emoção; presença e ausência, e demais dicotomias espaciais pensadas e instituídas pela razão iluminista de forma fragmentada. De acordo com Sahr, fazer geografia expressa, consequentemente, uma ação dupla: "a construção de um objeto científico e a compreensão do fazer geográfico cotidiano embutido no sentido comum" (2007, p. 58).

A pesquisa na geografia humana e nas abordagens culturais exige mais que a descrição dos lugares e modo de vida dos grupos culturais. Por isso, a proposta de aplicabilidade metodológica da espacialidade dialética se apropria da descrição como ponto de partida, e avança para a realização de leitura e interpretação das espacialidades geográficas de forma radical, crítica e totalizante (Sposito, 2004).

Uma análise geográfica radical implica em investigar a raiz das espacialidades dos grupos sociais em sua natureza mais profunda, sem restrições ou limites. Uma comunidade ribeirinha, por exemplo, nunca é apenas o resultado dos determinantes físicos e econômicos visíveis na aparência das paisagens geográficas. Por meio da valorização das formas é possível captar os conteúdos, identificar as estruturas fundantes que sustentam e recriam a dinamicidade do grupo pesquisado.

A análise radical preocupa-se também em identificar e refletir sobre a forma de produção do espaço. O que prevalece nas comunidades desviantes são as imposições do espaço percebido, concebido e vivido. Defendemos que apesar das determinações do espaço concebido e percebido, os grupos sociais no espaço vivido, cotidiano e lugar, são capazes de formularem práticas espaciais desviantes a fim de libertarem-se das esquizofrenias da vida moderna.

A postura crítica frente ao desenvolvimento da pesquisa desviante não é procedimento simples. Posicionar-se de tal modo não significa estabelecer julgamentos de valores dos grupos culturais, alheios ao modo de vida do pesquisador. Segundo Sposito a postura crítica implica em: "ter cuidado de saber estabelecer critérios, e ter critérios é possuir uma norma para as tomadas de decisões" (2004, p. 66).

Quais são os critérios que devem ser estabelecidos para se decidir sobre o que é ou não relevante para a pesquisa junto as comunidades culturais? Qual o tipo de relação a ser estabelecido entre pesquisador e a comunidade pesquisada? O que o pesquisador e os colaboradores da pesquisa esperam um do outro? O que será permitido ou não a ser "revelado" pelo pesquisador? A priori seria cair em contradição indicarmos a condução destas questões. Elas estão relacionadas com a própria visão, a ética e compreensão de mundo do pesquisador; a ele cabe a decisão de suas escolhas.

Na geografia desviante, um pressuposto básico é a ideia de totalidade. A parte contém o todo, ou este é constituído pelas partes? Estamos envoltos num dilema ontológico. De qualquer forma, por maior que seja a fragmentação do objeto de estudo é incoerente pensar o espaço como simples forma separada de um conteúdo histórico, simbólico e cultural. O espaço não é vazio, neutro, a-histórico ou harmônico. O espaço é totalidade construída, histórica e socialmente. Ele constitui-se entre mundos: ordenamentos e desvios; ordem e desordem; rigidez e flexibilidade; heterotopias e isotopias; inclusão e exclusão; proibições e permissões; rupturas e suturas; continuidade e descontinuidade; necessidades e vontades e de sonhos e desejos.

Apenas ver o único, o igual, a forma, a matéria, o objeto, sem considerar a lei dos contrários é se perder nas brumas da pesquisa. As comunidades, grupos sociais, fenômenos naturais e fatos sociais são múltiplos de significados. O desafio é enxergá-los, percebê-los e compreendê-los pelo caleidoscópio das vivências sociais e, com o auxílio do binóculo da ciência. Uma geografia que segue única e exclusivamente a ordem do caminho cientificista sobrevive de homogeneidades e generalidades. Desviar-se desse caminho é uma proposta da geografia desviante.

CONCEBER, PERCEBER E VIVEREIS O NOSSO DESVIO METODOLÓGICO.

O risco da despossessão dos geógrafos, como alertou Bonnemaison (2002), em relação ao espaço, levaria à exploração de novos campos de pesquisa, procedimentos e metodologias. A nossa proposta não defende o abandono do espaço enquanto conceito analítico, mas procura compreendê-lo pela mediação de novas dimensões: concebidas, percebidas e vividas. Estas podem ser interpretadas por meio das ordenações espaciais, das configurações das paisagens e das narrativas dos sujeitos sociais, que vivenciam cotidianamente o espaço em sua complexidade e totalidade.

Neste item especificamos a aplicabilidade de uma *geografia desviante*. O desvio enquanto proposta metodológica já foi agenciado há tempos pela antropologia. Segundo Balandier. "el desvío antropológico permite hacer más evidente las características de campo político y del poder que el encerramiento en una sociedad concreta termina por ocultar" (1988, p. 114).

O método é por nós concebido enquanto instrumento apreendedor da realidade, considerada como unidade entre as naturezas: humana, social, "natural", cultural, espacial e histórica. Esse método se caracteriza como uma das possibilidades de análise da complexidade na totalidade. Para tanto, passamos a caracterizá-lo de *espacialidade dialética,* com base nos pressupostos do *desvio antropológico*, de Balandier (1988), das releituras de Martins (1996) sobre o retorno à dialética e, das contribuições de Lefebvre (1970) sobre *método regressivo-progressivo*.

A espacialidade dialética enquanto proposta metodológica se constitui na mediação entre espaços-mundos. Entre a ciência e vida cotidiana; significado e significante; nível material e nível simbólico; reflexão sobre o espaço e experiência no espaço; liberdade e ação; determinismos e possibilidades; sujeito e objeto; forma e conteúdo; realidade e devaneios; sonhos e utopias. Enfim, entre forma e conteúdo. De acordo com Lefebvre: "conteúdo é feito da interação dos elementos opostos,

com o sujeito e o objeto. O exame de tais interações é chamado de dialética. A lógica dialética propõe a mediação entre forma e conteúdo" (1983, p. 84).

Nesse sentido, para aprendermos os significados das espacialidades das comunidades e culturas desviantes, uma *dialética espacial*, aparece no horizonte acadêmico como método capaz de auxiliar a busca de compreensão das lógicas espaciais dos grupos organizados por meio de *culturas desviantes*.

A espacialidade dialética é uma metodologia elaborada das releituras dos pressupostos de Lefebvre (1970, 1983) definidos no método regressivo-progressivo. Reelaboramos essa proposta metodológica a partir das especificidades do nosso campo de pesquisa, as comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé. Para tanto, definimos os seguintes procedimentos metodológicos: i) a descrição horizontal, ii) a desconstrução vertical e, iii) a reconstrução das espacialidades.

No primeiro momento, a *descrição horizontal* da realidade social é realizada por meio da captura e sistematização dos elementos visíveis em um determinado espaço social. O visível aqui não se restringe a capacidade ocular de enxergar as paisagens. Todos os sentidos são postos à espreita, na caça incessante dos aspectos aparentes.

O geógrafo cultural investiga com os pés no chão, caminha junto com os sujeitos da pesquisa, atento aos movimentos, às linguagens corpóreas, à organizações paisagísticas, à disposição dos objetos, ao dito, ao silenciado, aos cheiros, aos sons, aos olhares, aos gestos, aos comportamentos, às práticas cotidianas e às *práticas desviantes*. No contato direto com nossos colaboradores de pesquisa apreendemos ouvir o não dito, ver o invisível e a sentir as presenças ausentes.

A *descrição horizontal* estreitamente vinculada à teoria, avança para além do exercício de coleta de dados e informações. Os elementos das espacialidades, que aparentemente estão desconectados, começam a ser interligados pela mediação da análise teórica. Nesse momento, segundo Martins,

> Cabe ao pesquisador reconstituir, a partir de um olhar teoricamente informado, a diversidade das relações sociais, identificando e descrevendo o que vê. O pesquisador procede mais como etnólogo. No momento da descrição o tempo de cada relação social ainda não está identificado (1996, p. 21).

A *descrição horizontal* acontece na pesquisa de campo. Munido dos equipamentos necessários, o geógrafo cultural registra as observações sobre as configurações espaciais, a disposição espacial dos objetos e construções, os depoimentos dos colaboradores, o grau de parentesco das pessoas da comunidade, ou grupo social estu-

dado, as relações de trabalho e tudo o mais que considerar importante. Os elementos observados resultam da compreensão de mundo que acompanha o pesquisador desde a opção por determinada temática até a finalização da escrita, por meio do método de exposição.

No momento da *desconstrução vertical* os indicadores que são descritos como aparentes, empíricos e objetivos passam pela desconstrução da normalidade e naturalidade. Nesse interim, o geógrafo cultural se adentra nas águas profundas do tempo histórico e capta a singularidade de cada processo. No espaço vivido os sujeitos vivenciam práticas e processos da contemporaneidade. No entanto, eles resultam de combinações espaciais e históricas que fogem a compreensão do imediato.

Nesse sentido, desconstruir é desfazer o que está dado a *priori* como pronto, acabado e naturalizado por meio das práticas sociais ou dos fenômenos da natureza. Na *desconstrução vertical*, cabe ao pesquisador, conforme Martins,

> [...] adentrar-se na complexidade vertical da vida social, a da coexistência de relações sociais que tem datas desiguais. Nele a realidade é analisada, decomposta. Cada relação social tem sua idade e sua data. O que na descrição aparece simultâneo e contemporâneo é descoberto agora como remanescente de época especifica (1996, p. 21).

A desconstrução vertical implica capturar a profundidade espacial e temporal dos processos e objetos. No entanto, é um equívoco considerar os aspectos das espacialidades como pertencentes apenas as horizontalidades e as profundidades referentes às temporalidades. Espaço e tempo são indissociáveis, juntos compõem a síntese do devir. Cada momento temporal é vivenciado na totalidade das espacialidades, produtora e reprodutora das relações sociais.

A *reconstrução da espacialidade* é o procedimento metodológico mais interligado ao método da exposição. Nesse momento, o geógrafo culturalista procede do retorno do espaço e tempo presentes, mais, destarte, como afirma Martins: “elucidado, compreendido, explicado” (1996, p. 22). Os elementos descritos inicialmente são apresentados de forma relacional as espacialidades e temporalidades compreendidas nas significações dos espaços vividos de cada grupo social.

As contradições, os conflitos, as diferenças, os acordos, as trajetórias, as negociações, as resistências, os *desvios*, os confrontos, as reivindicações, as lutas, derrotas e conquistas sociais, no momento da *reconstrução signespacial* são apresentadas como resultantes da relação que os grupos humanos estabelecem entre si e a natureza, por meio de suas concepções de mundo. De acordo com Lefebvre,

> [...] as contradições na consciência e no pensamento subjetivos dos homens têm uma base *objetiva real*. Se há o pro e o contra, o sim e o não, é porque as realida-

> des possuem, não apenas múltiplos aspectos, mas também aspectos mutáveis e antagônicos. E então, o pensamento humano, que não consegue aprender num relance as coisas reais, vê-se forçado a tatear e a caminhar através das suas próprias dificuldades e contradições, a fim de atingir as realidades moveis e as contradições reais (1970, p. 25).

Dessa forma, os processos espaciais e temporais não se reduzem aos desejos de poder da cultura hegemônica. Antes de tudo compõem as contradições e os movimentos, nos quais se manifestam na forma de organizar o espaço e o tempo, nas relações que os grupos sociais estabelecem com a natureza e demais seres humanos, tanto coletivo, individual, quanto culturalmente.

Na construção do método expositivo o geógrafo cultural reconstrói a interação entre o espaço percebido, concebido e vivido. Nada de determinismo geográfico ou histórico. De acordo com Martins: "a volta à superfície fenomênica da realidade social elucidada o percebido pelo concebido, teoricamente define as condições e possibilidades do vivido." (1996, p. 22).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos pressupostos metodológicos descritos, a espacialidade dialética complementa-se por meio das dimensões teóricas do espaço percebido, concebido e vivido e da metodologia ternária, materializada dialeticamente na tese, descrição horizontal; na antítese, descrição vertical e, na síntese, reconstrução da espacialidade.

Por considerarmos o espaço como a unidade contraditória das dimensões espaciais, temporais, sociais e culturais nos apropriamos de pressupostos metodológicos que, além de priorizar a descrição horizontal são capazes de realizar a desconstrução vertical e a reconstrução das espacialidades, no nosso caso, uma possibilidade a mais de leitura das espacialidades das comunidades ribeirinhas amazônicas.

A pesquisa de campo, que se relaciona diretamente com a descrição horizontal é desenvolvida com o intuito de coletar informações para compor a descrição das práticas de espacialidades vivenciadas pelos grupos culturais. No contato direto com esses grupos, além da observação da organização espacial, é significativo a realização de entrevistas, gravações de história de vida, registros das conversas e informações, a fim de perceber a multiplicidade dessas práticas presentes no espaço vivido.

A escolha das comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé (Rondônia), para o desenvolvimento da nossa pesquisa, foi posta em prática porque entendemos que

as comunidades ribeirinhas amazônicas se constituem na mediação das culturas desviantes. Expressas em espacialidades desviantes da lógica do espaço percebido e concebido imposta pelo desejo de poder das práticas capitalistas.

A opção por valorizar as narrativas, as histórias de vida, os depoimentos e os testemunhos dos nossos colaboradores, como *corpus* de interpretação discursiva, expressa nosso desejo de ampliar a compreensão dessas espacialidades, agenciadas pelos processos maquínicos de corpos. Como apregoam Guattari e Rolnik (1986), a boca cria território no seio, a mão cria território na ferramenta. Corpos, espaços, tempos e objetos, elementos essenciais das espacialidades vivenciadas pelas comunidades ribeirinhas guaporeanas entre mundos desviantes: da terra firme e das fluidas águas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. G. de; CHAVEIRO, E. F.; COSTA, H. (orgs). *Geografia e cultura*: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Editora Vieira, 2008.

ALMEIDA, M. G. de. Em busca do poético do sertão: um estudo de representações. In: ALMEIDA, M. G. e RATTS, A. JP. (orgs) *Geografias Culturais.* Goiânia: Alternativa, 2003.

BALANDIER, G. *Modernidad y poder:* el desvio antropológico. Madrid: Júcar Universidad, 1988.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, L. e ROSENDAHL, Z. (org). *Geografia cultural*: um século (3). Rio de Janeiro: EDURJ, 2002.

CLAVAL, P. Geografia e dimensão espacial: a importância dos processos na superfície da terra. In: ALMEIDA, M. G., CHAVEIRO, E. F.; COSTA, H. (orgs). *Geografia e cultura:* os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Editora Vieira, 2008.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, L.; ROSENDAHL, Z. (org). *Paisagem, tempo e cultura.* Rio de Janeiro: EDURJ, 2004.

DE CERTEAU, M. et al. *A invenção do cotidiano* 2. Morar e cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2002.

DE CERTEAU, M. et al. *A invenção do cotidiano 1*. Petrópolis: Vozes, 1996.

FRÉMONT, A. *A região, espaço vivido*. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

GOMES, P. C. da C. Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: *Explorações geográficas*: percursos no fim do século. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C., CORRÊA, R. L. (orgs). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GOMES, P. C. da C. *Geografia e modernidade*. 6ª ed., Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suelly. *Micropolítica:* cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

LEFEBVRE, H. *O marxismo.* 5ª ed., São Paulo/Rio de Janeiro, 1970.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Paris: Anthropos, 1974.

LEFEBVRE, H. *Lógica formal e lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização. brasileira, 1983.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana.* Belo Horizonte: UFMG, 2004.

LEFEBVRE, H. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOUREIRO, J. de J. P. *A cultura amazônica*: uma poética do imaginário. Belém: Cejup, 1995.

MARTINS, J. de S. (org). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: HICITEC, 1996.

MASSEY, D. *Pelo espaço*: uma nova política da espacialidade. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MONNET, J. Las escalas de la representación y el manejo del territorio. In: CRUZ, Beatriz Nates. *Territorio y cultura*, del campo a la cuidad. Colombia: ABYA-YALA, 1999.

NOGUÉ, J. F. *Entre paisajes*. Barcelona:Ámbit, 2009.

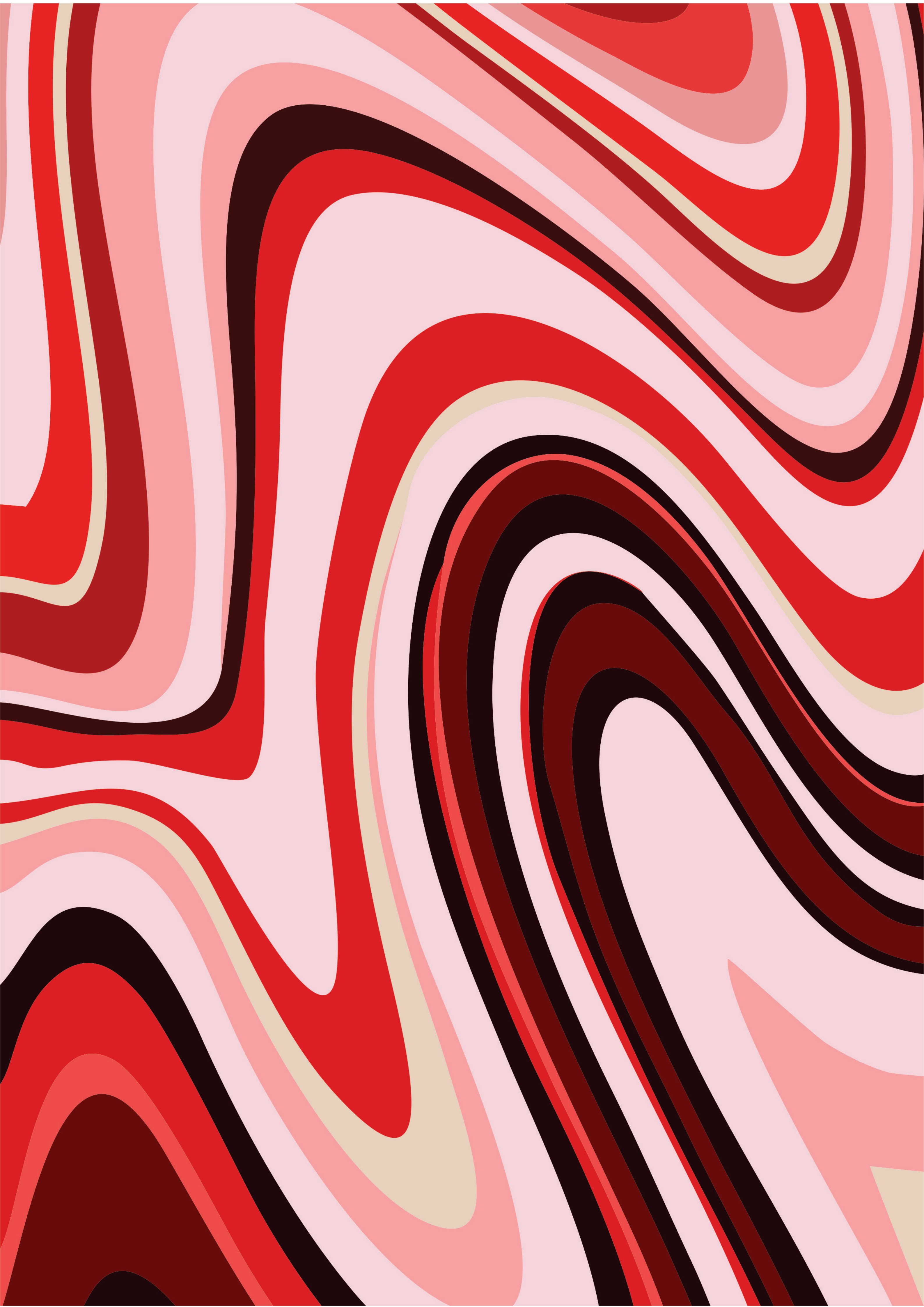
SAHR, W. Signos e espaço mundos – a semiótica da espacialização na geografia cultural. In: KOZEL, S. *et al* (org.) *Da percepção e cognição a representação*: reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SARTRE, J. Uma idéia fundamental da fenomenologia de Husserl: a intecionalidade. In: SARTRE, J**.** *Situações I.* Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

SPOSITO, E. S. *Geografia e filosofia*: contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

SUERTEGARAY, D. M. A. Notas sobre epistemologia da geografia. *Cadernos Geográficos*. Nº 12. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1999.



CAPÍTULO 3

LEITURAS PRELIMINARES SOBRE IDENTIDADES TERRITORIAIS E DISCURSOS IDEOLÓGICOS[1]

Leonardo Ravaglia Ferreira Gonçalves

DOI: 10.46898/rfb.9786558892427.3

1 Este artigo é parte da discussão desenvolvida na tese intitulada: **Discursos e representações sobre identidades territoriais nas políticas de turismo em Goiás**, defendida em 2018, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, IESA-UFG, sob a orientação da professora Dra. Maria Geralda de Almeida.

INTRODUÇÃO

O estudo do território apesar da possibilidade de ser analisado por meio de diversas vertentes, como será visto neste artigo, pressupõe que nele haja um tensionamento provocado por relações de poder de diversos grupos sociais em um determinado espaço. Assim, tais tensões podem resultar na apropriação simbólica e incorporação de uma dimensão identitária ao território.

Essa identidade formada no território está relacionada mais ao espaço concebido do que efetivamente ao vivido. Dessa forma, a construção identitária que prevalecente em dado espaço deriva de grupos sociais com maior poder dentro do território, como o Estado ou segmentos sociais mais capitalizados, por exemplo, tornando-os hegemônicos perante outros grupos sociais.

Estes grupos sociais, inseridos em uma estrutura de poder multiescalar assimétrica, possuem maior possibilidade de ter seus interesses atendidos, em detrimento de outros grupos. Para que tais interesses sejam internalizados por todos, utiliza-se de discursos construídos com base em ideologias hegemônicas e amplificados pelos meios de comunicação.

Nota-se assim que identidade se relaciona com diversos conceitos, como o de territorialidade, ideologia, Estado e território, e pode ser utilizada como instrumento de controle territorial e legitimação de discursos ideológicos. No presente artigo busca-se discutir estas questões colocadas com base em autores consagrados das ciências humanas em geral, com enfoque na geografia cultural.

O presente artigo é estruturado em quatro seções, além desta introdução e considerações finais. Faremos inicialmente uma breve discussão sobre o conceito de território e como este se relaciona com o conceito de identidade. Na seção seguinte, a partir desta relação, analisa-se o caráter político do território e como este é influenciado na contemporaneidade, em um mundo mais globalizado e tecnificado, em uma sociedade mais complexa, desigual e conectada. Analisa-se na seção seguinte como que as ideologias influenciam a constituição das identidades e, consequentemente a dimensão simbólica do território.

As análises realizadas anteriormente embasam a maior seção do artigo, intitulada “A constituição da identidade territorial”. Nela, além de unir os conceitos de identidade e território em um único conceito, o discutiremos relacionando com o Estado, ideologia e territorialidade no contexto contemporâneo. Por último, temos as considerações finais e as referências utilizadas.

O CONCEITO DE TERRITÓRIO NA COMPOSIÇÃO DA IDENTIDADE

Dois autores muito utilizados no Brasil em estudos estruturados acerca do conceito de território são Rogério Haesbaert e Claude Raffestin. Raffestin, geógrafo suíço e professor na Universidade de Genebra, possui como principal obra traduzida para o português *Pour une géographie du pouvoir,* de 1980 (editado no Brasil em 1993 com o título "Por uma Geografia do Poder"). Este autor compreende o espaço como algo anterior ao território, sendo que o território é o "resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço" (Raffestin, 1993, p. 143).

A importância da apropriação espacial, por um ator sintagmático com sua consequente territorialização do espaço, auxilia no entendimento do que é discutido focando as relações de poder entre instituições, grupos sociais e indivíduos. Estas relações são examinadas dentro de um "sistema territorial", que pode ser compreendido de acordo com um sistema de tessituras, nós e redes que se imprimem no espaço, organizados de forma hierárquica por meio de uma diferenciação funcional. O conceito de poder de Raffestin é fortemente influenciado por Michel Foucault, que o vê sendo exercido por diversos agentes, a partir de inúmeras circunstâncias presentes em qualquer relação.

Haesbaert também recebe influência de Foucault, principalmente em suas análises sobre microterritórios, mesmo utilizando autores de outras correntes de pensamento, como Henry Lefebvre e David Harvey. Haesbaert, mesmo afirmando que não há uma conceituação clara do que vem a ser território, em seu livro "O mito da desterritorialização" (2004) agrupa em quatro vertentes básicas as concepções deste conceito: jurídico-política, simbólico-cultural, econômica e naturalista.

A primeira vertente analisa o território por meio das relações de poder, institucionalizadas ou não, no espaço. A segunda examina o território enquanto apropriação simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido. Quanto à vertente econômica, as análises territoriais baseiam-se na relação capital-trabalho. Já a naturalista concebe o território com base na relação sociedade-natureza.

O autor sintetiza tais vertentes afirmando que a concepção de território pode ser concebida "a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural" (Haesbaert, 2004, p. 79). Mesmo que, segundo

sua concepção, o território se define por meio da conjugação de "processos mais concreto-funcionais e simbólico-identitários, ou seja, o espaço incorpora sempre de alguma forma, uma dimensão 'identitária', nem todo território necessita ter uma clara e preponderante 'carga simbólico-identitária' na sua constituição" (Haesbaert, 2015, p. 103). Assim sendo, por mais que haja uma dimensão identitária no processo de territorialização, dentro da lógica capitalista tal dimensão fica em segundo plano, quando comparado com aspectos material-funcionais do território.

Dentre diversos autores que influenciaram as discussões de Haesbaert, Henry Lefebvre, sociólogo marxista francês, teve uma importância essencial. Lefebvre utilizou os conceitos de prática espacial, espaço de representação e representações de espaço na sua teoria de produção social do espaço.

As representações do espaço estão "ligadas às relações de produção, à ordem que elas impõem e, desse modo, ligadas aos conhecimentos, aos signos, aos códigos" (Lefebvre, 2006, p. 59), caracterizando o espaço concebido[1]. Enquanto isso, os espaços de representação apresentam simbolismos complexos, sendo o espaço vivido[2] por meio dos seus símbolos e imagens que o acompanham.

Para os teóricos da geografia cultural, o território é o lugar do vivido a partir do percebido[3] e do concebido. Dentro dessa acepção, a cultura é "definida pelas relações históricas de um povo, que dão sentido ao mundo vivido num território que se torna lugar" (Rocha; Almeida, 2005, p. 1). Estamos sempre num processo de formação cultural. Mais do que fazermos parte de forma inerente a uma cultura, nós nos tornamos parte de uma cultura de forma processual e relacional.

O vivido está diretamente relacionado com tudo aquilo que se desenvolve no espaço geográfico, os fixos e os fluxos, as pessoas, objetos e instituições relacionando-se intersubjetivamente. O território é, assim, o vivido a partir do que é percebido, por meio de representações mentais materializadas, que correspondem a lógicas de percepção e funcionalidades diversas; e do concebido, o espaço dominante elaborado intelectualmente com um sistema de signos igualmente elaborado.

Merleau-Ponty, filósofo francês fenomenólogo, influenciado por Edmund Husserl[4], coloca o ser humano como centro da discussão do conhecimento. Para este

1 Lefebvre define o espaço concebido como "o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção)" (Lefebvre, 2006, p. 66), aquele dos cientistas, dos planificadores, onde as próprias concepções do espaço tenderiam para um sistema de signos elaborados intelectualmente.

2 É o "espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar" (Lefebvre, 2006, p. 66). O espaço social é a expressão mais concreta desse espaço vivido.

3 Dentro da teoria do espaço social lefebvriana, o espaço percebido é um dos três momentos da produção social do espaço, junto com os colocados: espaço vivido e espaço concebido. O espaço percebido, chamado por David Harvey também como espaço material ou da experiência, o espaço das práticas socioespaciais oriundas de relações específicas derivadas de atos e valores de cada formação social. Essas representações mentais materializadas podem atribuir funcionalidades diversas, que correspondem às lógicas de percepção da reprodução social também diversas.

4 Filósofo alemão que estabeleceu a escola da fenomenologia na busca de uma ruptura com o positivismo característico de

autor, o ser humano, por meio de sua consciência perceptiva, após perceber um objeto em harmonia com sua forma, faz com que esse entre em sua consciência como um fenômeno. A centralidade de sua análise encontra-se no percebido. Assim ele define o percebido, em primeira pessoa: "a cada momento meu campo perceptivo é preenchido de reflexos, de estalidos, de impressões táteis fugazes que não posso ligar de maneira precisa ao contexto percebido e que, todavia, eu situo imediatamente no mundo" (Merleau-Ponty, 1994, p. 5-6), sem nunca confundi-lo com suas próprias divagações.

Nessa interpretação o território possui seu significado na materialidade visível e mensurável, e em todo um conjunto de relações entre elementos, inclusive no intangível e no invisível. O território é movimento e fluidez, é relacional ao incluir processos sociais e espaço material (Almeida, 2015). Pela abordagem da geografia cultural, outros conceitos ganham força na discussão de território, como discurso, ideologia, identidade e cultura. Rocha e Almeida (2005) ilustram a polissemia e a diferença de abordagens na discussão sobre território:

> Na Geografia Cultural, território não é categoria enquanto elemento de apropriação. É diferente do território ratzeliano. É diferente do território dentro da análise da Geografia Crítica, em que o vivido é definido pelas relações de trabalho que englobam a existência e a subsistência. Quem define o território, na concepção pós-moderna, é a identidade cultural. Nessa acepção, o território é o lugar do vivido a partir do percebido e do concebido, ou, em outras palavras, o lugar é concebido a partir do vivido. Para se entender o território, busca-se analisar a identidade cultural através do coletivo de suas festas, seus ritos, seus mitos, suas crenças, no simbólico, enfim na sua história. (Rocha; Almeida, 2005, p. 12).

A história molda identidades, dá sentido ao mundo vivido, forma territórios, dá sentido a lugares. Torna-se assim imprescindível estudar a história de formação do território, o que é vivido, percebido e concebido em seu interior. Necessita-se entender as dinâmicas que originaram as relações territoriais de poder, sua simbologia, o discurso que esconde a realidade e descortina um sistema de pensamento, uma ideologia reflexo e resultado dessas dinâmicas históricas.

O território é, assim, um conceito dinâmico e de grande dimensão simbólica. Se uma comunidade interage de determinada forma com o ambiente, essa interação gera e é gerada por certo reconhecimento em seu agir individual e coletivo. Pode ser assim considerado um processo de territorialização espacial, cujo simbolismo serve como protagonista neste processo. Este simbolismo nos auxiliará, no presente artigo, nas discussões sobre identidade e como esta se relaciona com o território pela perspectiva da geografia cultural.

sua época, no final do século XIX e início do século XX.

TERRITÓRIO POLÍTICO E IDENTIDADE NA CONTEMPORANEIDADE

Como dito, o conceito de território é relacional. Pressupõe a existência de relações de poder incessantes e multiescalares. Gómez (2001), em seu texto *Razion y pasion del espacio y el territorio*, discorre sobre a influência de um conjunto de vínculos de domínio, de poder, de pertencimento ou mesmo de apropriação no território, revestindo-se de uma dimensão política que não pode ser ignorada. Em compensação, o mesmo autor, apesar de destacar essa dimensão política, também reconhece que as dimensões identitária e afetiva são imprescindíveis no território.

É necessário considerar o caráter político dentro da vertente jurídico-política do território descrito por Haesbaert (2004). Por essa vertente, o que é concebido e o que é percebido são frutos de ideologias e atuação de atores e grupos sociais que possuem maiores condições de "serem ouvidos" perante o restante dos indivíduos da sociedade, possuindo os meios de estabelecerem suas vontades na arena política territorial.

A dinâmica em que esses atores hegemônicos se diferenciam dos demais e acumulam poder, bem como o processo de territorialização dos espaços, é fortemente dependente do tempo histórico e das características do meio. E, de acordo com Milton Santos, com as modificações no meio técnico-científico-informacional, as dinâmicas de T.D.R. – territorialização, desterritorialização e reterritorialização – também se modificam.

Um dos pensadores da pós-modernidade que foca suas reflexões nessa leitura da realidade contemporânea é Zigmunt Bauman, sociólogo polonês que cunhou a modernidade líquida, a fluidez característica do território na contemporaneidade e sua consequente (ou seria a causa?) fluidez das identidades. Bauman se preocupa em como os agentes territorializadores se multiplicam, bem como as próprias possibilidades de territorialização, apesar de não utilizar esta nomenclatura. O autor ainda acusa a importância central do consumo na construção da identidade individual e de grupos, a busca pela orientação, estabilidade e orientação pessoal em fontes cada vez mais díspares, desmanchando referências espaciais em medidas de tempo cada vez mais instantâneas (Bauman, 2001), o que estamos de acordo.

Este autor entende a modernidade líquida como uma condição global caracterizada por mudanças contínuas, por fluxos e incertezas. Dentre as características desta condição ele cita a diminuição da importância do conhecimento científico e dos agentes que os domina, inclusive sendo colocados como causas de problemas

sociopolíticos e ambientais, ao invés de solução. O mundo conhecido é um mundo de incertezas: incertezas no emprego, na educação, no bem-estar. É um mundo que vê o desmanche do Estado de Bem-Estar Social, em especial no tocante aos domínios da educação superior, da habitação e da assistência médica.

Como abordar o enraizamento, a sensação de pertencimento e os laços afetivos em um território se a tendência é exatamente ocorrer o inverso? Se a indeterminação, imprevisibilidade, fragmentação identitária e dinamismo constante são algumas características da sociedade vivente nessa modernidade líquida, como tratar do conceito de território sem cair em reducionismos analíticos?

Não há como simplificar a análise de um mundo altamente complexo, que se modifica e se reinventa a um ritmo incessante, sob o risco de se cair em reducionismos analíticos. Saquet (2015a, p. 25), discorre sobre a contemporaneidade apresentando o aumento da complexidade na análise territorial, em uma realidade relativa: os territórios e territorialidades[5] são não somente vividos e percebidos, mas também compreendidos de formas "distintas; são substantivados por relações, homogeneidades e heterogeneidades, integração e conflito, localização e movimento, identidades, línguas e religiões, mercadorias, instituições, natureza exterior ao homem; diversidade e unidade; (i)materialidade".

O trabalho do geógrafo aqui se expande, seu escopo teórico-metodológico é ampliado, a busca de respostas igualmente se torna mais complexa. A realidade descrita por Bauman revela fatos intangíveis[6], e mesmo invisíveis, que possuem o poder de influenciar decisivamente toda a análise territorial. Vivemos a era do triunfo da imagem, do simulacro enquanto verdade, do dito pelo não-dito. Estamos diante de um poder que, como diz Almeida (2013, p. 45), "é cada vez mais invisível, menos identificável, por ter se deslocado de atores e protagonistas visíveis para grupos e conglomerados sem uma localização precisa". A autora conclui que esta invisibilidade é o resultado de um complexo processo do qual confluem volatilidade, mobilidade, fusões e mesmo alianças insólitas.

Esses grupos e agentes possuem territorialidades e formas de apropriação distintas das comunidades ali viventes, processos de territorialização diversos, relações afetivas também diferentes. Inclusive poderíamos falar de uma geografia emo-

5 Utilizaremos aqui o conceito de Raffestin (1993) de territorialidade. Ele afirma que a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam dentro da sociedade, em determinado espaço e tempo. Essas relações são mediatizadas, simétricas ou assimétricas com a exterioridade, se inscrevendo no quadro de produção, troca e consumo das coisas. Ela se manifesta em todas as escalas sociais e espaciais, sendo consubstancial a todas as relações.

6 O intangível, apesar de ser invisível, é de difícil apreensão. Como atribuir valores ao que não pode ser analisado quantitativamente? Como medir a beleza de uma paisagem, a apropriação cultural de uma comunidade autóctone que passa a trabalhar com atividade turística, recebendo visitantes de diversas culturas?

cional, já que a relação afetiva da comunidade com sua terra e entre membros dela mesma influencia de sobremaneira a própria configuração espacial do território.

O advento de geossímbolos[7] é uma mostra de que a cultura não se limita em ser uma agente organizadora do espaço. A cultura penetra o espaço por meio de um entrelaçado de signos, figuras e sistemas espaciais que são a representação simbólica da concepção que os homens fazem do mundo (Bonnemaison, 2002). O território, assim, também se constrói como um símbolo, já que:

> [...]ele se forma em torno de polos geográficos representantes dos valores políticos e religiosos que comandam sua visão de mundo. Assim, entre a construção social, a função simbólica e a organização do território de um grupo humano, existe uma inter-relação constantes e uma espécie de lei de simetria. (Bonnemaison, 2002, p. 106).

Na modernidade líquida, os agentes, grupos e conglomerados sem localização inserem-se em um ambiente de desregulamentação e diminuição da centralidade dos Estados-Nação na geopolítica mundial. Esses agentes possuem o poder, além de moldar e de se apropriar de determinados territórios, também de dar um caráter simbólico, mesmo que de forma tecnificada e homogeneizante, a porções de terra e construções pertencentes a esse território. O próprio Estado-Nação se estrutura na criação de discursos e ícones para narrar sua história, criando e ressignificando geossímbolos e contando a história de acordo com as perspectivas mais convenientes ao seu projeto de nação, dentro de uma miríade de interesses e tensionamentos de poder existentes no processo.

Se o afetivo é uma dimensão que reveste a ideia de território, podemos supor que esse processo de afeição também pode ser concebido dentro de um projeto de desenvolvimento territorial elaborado por agentes estranhos ao território. Este projeto seria influenciado por ideologias diversas, seja por meio de conglomerados sem localização precisa, seja pelo Estado-Nação.

Saquet (2015b, p. 312) afirma que o território, com esse significado mais próximo de lugar e enfocando no afetivo, é "resultante de relações sociais, das identidades, diferenças e desigualdades gerando e sendo influenciado, muitas vezes, por identidades territoriais". Nessa concepção, ele defende que as políticas públicas possam atender as singularidades e particularidades de cada território, ativando sinergias existentes entre sujeitos, grupos e classes.

Interessante notar o papel da identidade territorial nessa concepção. Ela tanto influencia quanto é influenciada no processo de formação territorial. A identidade

7 Conceito criado pelo geógrafo Joël Bonnemaison, o geossímbolo remete à verificação terrestre de mitos, desenhando na terra uma linguagem simbólica, "uma espécie de escrita codificada a partir da qual o grupo lê, difunde e reproduz sua própria visão de mundo" (Bonnemaison, 2002, p. 123).

territorial exprime e é exprimida pela cultura (ou pelas culturas), pelo sentimento de pertencimento, pelas relações afetivas, pela dinâmica em que as relações de poder se estabelecem na arena política.

O território, assim, é um espaço de identidade. Essa identidade se relaciona com as ideologias, com os discursos e manifestações simbólico-sociais, com as representações sociais. Consequentemente, as políticas públicas territoriais, tanto aquelas materializadas pelo Estado quanto por outros grupos sociais, terão um componente ideológico em sua constituição, podendo refletir-se no processo de constituição da identidade. Esta, formada em âmbito territorial, baseada em uma estrutura de poder assimétrica, está relacionada mais ao espaço concebido do que efetivamente ao vivido dessa identidade.

Castells (2006), exemplifica esta dinâmica por meio da realidade encontrada nos Estados Unidos da América, ocorrendo também em diversos outros países, inclusive o Brasil. O autor em sua explicação sobre o enfraquecimento do Estado-Nação e sua reestruturação por meio da descentralização do poder e fornecimento de maior autonomia a governos locais e regionais, afirma que essa autonomia "dá maior força às elites e às identidades dominantes nos próprios territórios, em detrimento dos grupos sociais não representados nessas instituições governamentais autônomas, ou ainda, relegados a guetos e marginalizados" (Castells, 2006, p. 319).

Nessa realidade, ainda segundo Castells (2006), podem ocorrer dois diferentes processos: "identidades com tendências assimilativas utilizam seu controle das instituições regionais para ampliar a base social e demográfica de sua identidade" (2006, p. 319). e, concomitantemente, "sociedades locais entrincheiradas em uma posição defensiva transformam suas instituições autônomas em mecanismos de exclusão" (2006, p. 319). Assim, o Estado-Nação, mesmo que seja mais descentralizado e enfraquecido do que antes dos anos 1980, consegue influenciar, fortalecer, enfraquecer identidades por seu poder perante outros grupos sociais e pelas diversas relações que podem ser estabelecidas com grupos dominantes, inclusive ideologicamente, nesses locais e regiões.

IDEOLOGIA E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

A construção da ideologia, apesar de influenciada por aspectos históricos, culturais e sociais, não se vê dominada por eles. São aspectos que afetam, apesar de não serem decisivos. A ideologia constitui e é constituída pela realidade, sendo temeroso, resumimos a questão da construção ideológica em uma dicotomia de determinismo x relativismo.

Mais do que uma construção deliberada, a ideologia é construída também de forma inconsciente. Assimilada de discursos passados, muitas vezes perpetuando preconceitos e colocando como normal e natural fatos que não são. Ao mesmo tempo, é construída e moldada por meio de signos que visam a cristalização e perpetuação de determinado discurso.

Milton Santos, quando afirma que tudo é ideológico, que estamos em um mar de ideologias e que tudo é produzido por meio de ideologias sem aparentar sê-las (Santos, 2000) demonstra que, por mais que não pareça, por mais que não tenha sido moldada de forma consciente, a ideologia permeia os mais diferentes aspectos da vida do ser humano e as mais diversas coisas que nos rodeiam.

A própria organização territorial, a territorialização do espaço, também se dá influenciada por ideologias e por seus discursos que buscam legitimar ações por meio de sua naturalização e normalização. A construção de cidades planejadas no Cerrado brasileiro, bem como sua configuração espacial, traços arquitetônicos, características urbanísticas, localização e função das urbes são produtos de discursos construídos ideologicamente que representam as narrativas hegemônicas no Brasil no período histórico de suas fundações. Não apenas narrativas hegemônicas, mas a reprodução de discursos que visavam legitimar as ações dos governos da época.

O território é repleto de ideologias, as relações de poder que (re)constroem territórios também podem ser considerados confrontos ideológicos, muitas vezes inconscientes. Como exemplo citaremos o caso da cidade de Goiânia. Esta foi fundada na década de 1930, confrontando grupos políticos outrora hegemônicos da cidade de Goiás, sob o discurso de modernização e ocupação do Centro-Oeste brasileiro por meio da "Marcha para o Oeste", fortemente apoiada pelo Estado Novo. A construção de Goiânia representaria a ruptura com o "atraso econômico", com a "velha oligarquia", com a decadência provocada por uma agricultura de subsistência realizada por uma população dispersa em áreas rurais.

Para isso, Goiânia significaria a antítese do atraso, ou do discurso do que se propagava como sendo o atraso. Assim, a cidade foi planejada para ter largas avenidas, prédios públicos de arquitetura *art déco*, que representava uma arquitetura de vanguarda, urbanismo também alinhado ao que de mais moderno se produzia nos países centrais. Ou seja, Goiânia era a antítese do Estado agrário, cuja capital tinha ruas estreitas e aparência do século XVIII. Toda a concepção da capital de Goiás e sua publicização foi construída ideologicamente para representar uma ruptura com

ideologias anteriormente dominantes e, consequentemente, de grupos políticos que representavam estas ideologias.

Portanto, não podemos deixar de investigar a importância das ideologias na construção dos territórios, na constituição dos Estados e suas políticas públicas bem como na formação das próprias identidades territoriais. É necessário ter a clareza de que, por trás dessas construções, esconde-se uma falsa consciência, individual e coletiva, que influencia e é influenciada pelas dinâmicas que estruturam estas identidades.

Considera-se, dessa forma, que a produção espacial, histórica e social das identidades também se dá por meio de ideologias construídas consciente e inconscientemente, reproduzidas e/ou perpetuadas por meio de discursos e materializadas na constituição do território. É no território que interagem diversas identidades, fluidas, fragmentadas, fugazes, mas que possuem características comuns que permitem uma identificação. A seguir discutiremos o conceito de identidade territorial em si, de acordo com este posicionamento adotado.

A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL

O conceito de identidade é empregado na Geografia e em diversas ciências humanas. Selecionaremos alguns autores com reconhecida importância nas discussões teóricas sobre esse tema e que mais se aproximam do que queremos discutir.

Stuart Hall[8], destacado nome da Escola Britânica de Estudos Culturais, possui importante contribuição nos estudos de identidade, ideologia, representações e multiculturalismo. Suas publicações ocorreram no período entre 1960 e 2013, havendo algumas mudanças de pensamento ao longo de sua produção.

Em seu artigo *Who needs identity?*, de 1996(tradução "Quem precisa da identidade?" publicada em 2000), o autor busca fazer a ligação entre ideologia e identidade. Em uma das passagens do artigo, Hall afirma que "se a ideologia é eficaz é porque ela age tanto nos níveis rudimentares da identidade e dos impulsos psíquicos quanto no nível da formação e das práticas discursivas que constituem o campo social." (Hall, 2000, p. 114). Esta relação corresponde à ideologia enquanto construção consciente e inconsciente. Nesse mesmo artigo, ao discutir o conceito de identidade, Hall (2000, p. 112) defende que "as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora 'sabendo', sempre, que elas são representações,

8 Sociólogo jamaicano e importante teórico cultural. Foi um dos fundadores da Escola de Birminghan de Estudos Culturais, também conhecida como Estudos culturais britânicos. Morreu no ano de 2014.

e que a representação é sempre construída ao longo de uma 'falta', ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro"[9]

Essa noção de identidade se aproxima com a de Erving Goffman, sociólogo canadense interacionista simbólico[10], que conceituou na década de 1960, a identidade enquanto posição social do sujeito. Ou seja, a sociedade nos dá uma série de papéis e identidades que são considerados normais (chamado de papel-identidade), mas a autoidentidade, aquela da vida privada, quando não estamos sujeitos ao escrutínio público, é chamada de "eu essencial". Quando há grande discrepância entre o papel-identidade e a autoidentidade, há a rotulagem negativa do indivíduo.

A conceituação de identidade dada por Mondardo (2009) reflete, assim como aquela de Goffman, a relação do eu com o outro na estruturação de um conceito de identidade. Diferenciando-se de Goffman, Mondardo insere em sua discussão o imaginário e o simbólico, como visto a seguir:

> As identidades, portanto, surgem de uma narrativa "ficcional", mas que não diminui no processo sua eficácia discursiva material, simbólica e política, mesmo que essas identidades sejam apenas construídas pelo imaginário e, portanto, em parte, construída a partir de alguma fantasia e/ou invenção, esta terá eficácia na relação de pertencimento. Nesse sentido, o discurso toma centralidade importante para a produção da identidade. […] O discurso aciona a identidade através da posição-de-sujeito, ou seja, a posição que os sujeitos assumem entre a divisão nós e eles; entre o eu e o outro. (Mondardo, 2009, p. 121).

A própria construção ideológica do sujeito e de sua identidade se baseia neste estabelecimento de posições-de-sujeito estruturadas por meio do discurso. Althusser (1980) afirma que a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos mesmo antes de nascerem. Antes de nascer, já possuímos nosso lugar no mundo, teremos o sobrenome do pai, seremos doutrinados a seguir determinada religião, a amar nossa pátria. Essas ideologias materializam-se nos Aparelhos Ideológicos do Estado (conhecidos pela sigla AIE), definidos como "um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas" (Althusser, 1980, p. 43).

---

9 O "Outro", com letra maiúscula, refere-se, no presente artigo, ao sentido lacaniano do termo, ou seja, ao sentido dado pelo psicanalista francês Jacques Lacan. Nas palavras do autor, o Outro vem a ser "o lugar em que o discurso do sujeito ganharia consistência, e onde ele se coloca para se oferecer a ser ou não refutado" (Lacan, 2008, p. 24). O Outro antecede o sujeito, possui uma função simbólica na constituição deste. Revela a origem do sujeito, seja sua cultura, sua identidade, sua espécie, sua consciência enquanto parte de um todo, tornando o sujeito elo na própria construção desse Outro. Nota-se assim que a constituição do deste não ocorre sem um assujeitamento do indivíduo, que poderíamos dizer que também corresponde a certa alienação, em relação ao discurso do Outro.

10 Segundo Thorpe *et al*., o interacionismo simbólico é uma tradição teórica social norte-americana que foca "as microinterações e trocas entre os indivíduos e pequenos grupos de pessoas, em vez das relações no nível macro, impessoal, entre as estruturas ou instituições sociais e indivíduos […]. A ideia básica por trás do pensamento simbólico-interacionista é que o eu individual é, acima de tudo, uma entidade social" (Thorpe *et al*., 2015, p. 192). De acordo com essa tradição teórica, mesmo o aspecto mais aparentemente idiossincrático do nosso eu, não é somente produto de aspectos psicológicos, mas é socialmente determinado e contingente cultural e historicamente. Ou seja, defende-se o determinismo social na produção ideológica e formação identitária.

O autor reconhece as seguintes instituições como AIE: Religiosa, escolar, familiar, jurídica, política, sindical, informacional e cultural. Estes não se confundem com os aparelhos repressivos do Estado e diversos possuem domínio privado. O Estado aqui se assume como a própria condição de existência do público e do privado (Althusser, 1980). Os AIE funcionam pela ideologia, enquanto os aparelhos repressores do Estado funcionam pela violência.

Na construção do discurso promovido pelos AIE, o processo de formação histórico-cultural influenciou ideologicamente a própria constituição das AIE. Assim, torna-se necessário o estudo de autores pós-coloniais[11] como, por exemplo, Ana Francisco de Azevedo, geógrafa portuguesa que enfatiza a relação do Outro com a construção identitária. O Outro, nesse caso, é comparado ao discurso imperial, dos colonizadores. É por meio desse discurso que o sujeito colonizado se reconhece como outro, oposto ao colonizador, em uma posição de subalternidade.

A autora afirma que, alicerçada sobre construções culturais de diferença e alteridade, a imaginação geográfica imperial e suas espacialidades entroncam em complexos processos de formação identitária, os quais são afetados por imagens estereotipadas e distorcidas que refletem o modo como outras foram absorvidas e importadas para o mundo ocidental. Por meio dessas construções identitárias estereotipadas do Outro, impõe-se fronteiras, barreiras nos quais situam-se esse Outro como abjeto, desprezível, e assume-se uma rejeição deste como uma questão de "segurança" (Azevedo, 2007).

Para a autora, na mesma obra, a construção de imagens e imaginários aprisionados pelo binômio essência/resíduo (ou eu/Outro) surge como base para as doutrinas de pensamento eurocêntricas. Essa construção ideológica é perpetuada por um discurso pós-colonial mediado por relações de poder anacrônicas, materializada na forma de práticas discursivas e simbólicas. A veiculação de estereótipos do Outro, de acordo com preconcepções da cultura hegemônica sobre este (independente se relacionado à sua cultura, natureza, etc.), tem o poder de conceber uma identidade subalterna, no qual o próprio Outro se vê efetivamente como um Outro. Inclusive, este pode adquirir e se ver com tais traços identitários estereotipados pela cultura hegemônica, chamado por Azevedo (2007) de "identidade privilegiada".

11 Derek Gregory conceitua os estudos pós-coloniais como "uma formação político-intelectual crítica que tem como preocupação central o impacto do colonialismo e sua contestação nas culturas dos povos colonizados e colonizadores do passado, bem como a reprodução e transformação das relações coloniais, representações e práticas no presente" (Gregory *apud* Azevedo, 2007, p. 31). Mais envolvido com abordagens pós-estruturalistas, os estudos pós-coloniais, busca-se compreender esses processos por meio da análise das culturas e formações discursivas do colonialismo, atendendo aspectos de construção do objeto e representação do poder. Assim, busca uma leitura crítica do discurso colonial como forma de enfatizar seus problemas interpretativos. (Azevedo, 2007, p. 33).

Este é um fenômeno perceptível, por exemplo, nas relações ocorridas entre população local e turistas. A estereotipação de uma localidade e sua população por parte de turistas é às vezes incentivada pelo próprio poder público responsável pela divulgação de uma localidade enquanto destino turístico. O que ocorre é o pensamento do *marketing* turístico de uma localidade baseada nas concepções e pré-conceitos do público-alvo no qual se quer trazer, visando alinhar os desejos do turista com a imagem do local. O turista, vindo de uma metrópole, com características urbanas e bagagem cultural específica pode, inclusive involuntariamente, influenciar a identidade da população local de acordo com seus estereótipos sobre a mesma, e esta internalizar tais estereótipos como características reais e estruturantes de sua cultura. Em último caso, esta população inclusive pode ter a ânsia de apropriar-se da cultura do turista, assimilando características culturais e reproduzindo-as em seu território.

Vejamos agora a conceituação de identidade colocada por Cruz (2007, p. 22):

> […] a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato fixo, estável, permanente e definitivo, nem tampouco é completamente coerente, unificada, mas sim instável, contraditória, inacabada e contingente. É uma construção, um processo de produção relacional de significados sociais e culturais de uma determinada posição-de-sujeito, construída historicamente no movimento das relações de poder da sociedade. A identidade se realiza através das práticas discursivas e narrativas, do imaginário, da memória coletiva e dos símbolos usados para criar e sustentar performaticamente o consenso pelo menos temporário de uma posição de sujeito.

A identidade, assim como o próprio ser humano em sua essência, é contraditória. Pelo próprio fato de poder ser concebida por uns e assimilada por outros, a identidade não é necessariamente coerente, estável, permanente e acabada (Azevedo, 2007). Possuímos múltiplas identidades, transitamos por entre identidades e possuímos muitos papéis-identidade (Goffman, 2011).

Mesmo nossa autoidentidade, - terminologia utilizada por Goffman - pode ser múltipla, fluida e transitória. Pelo fato de a identidade ser um processo de produção relacional, influenciado tanto por fatores objetivos quanto por fatores subjetivos, influenciando e sendo influenciada por tudo a nossa volta, torna-se bastante complexo seu estudo.

Não esqueçamos que a identidade está em constante construção e é dinâmica, aberta, múltipla. Pelos fatores que estão sendo expostos, não cabe a nós nos posicionarmos de forma determinista ou mesmo fragmentada, analisando apenas aspectos discursivos, ou culturais, ou simbólicos, mas sim estudar a forma como esses aspectos se relacionam na construção identitária.

Na modernidade líquida, esse posicionamento determinista se desfaz por completo. As identidades, com o advento de novas tecnologias e com todas as transformações que as sociedades urbanas passam em caráter global, modificam em grande velocidade. E essas modificações identitárias podem influenciar a própria organização territorial e as dinâmicas de territorialização do espaço com uma multiplicação de agentes sociais. Estes agentes independem do espaço físico para atuarem, complexificando e alterando as relações de poder existentes no território.

A hiperinformação, a policulturalidade, a individualidade e a multiplicidade identitária são algumas das características da modernidade líquida. São, desse modo, fatores que colaboram para uma crise de representação do sujeito, tendo como consequência uma destruição de referenciais que balizavam o estudo do tema até o final do século XX.

Existem diversas consequências que o processo de globalização provocou nos mais distantes pontos do globo terrestre, seja na configuração urbana, seja nos conflitos do campo: a tecnificação da sociedade, os processos de desterritorialização e reterritorialização de comunidades, a "revolução verde", a intensificação da divisão internacional do trabalho, a financeirização da economia, dentre diversas outras. O processo de globalização se complexifica e se aprofunda pautado pelos avanços provocados pelo meio técnico-científico-informacional[12], modificando profundamente as relações dos grupos sociais.

Obviamente, essa reestruturação social provocada pelo meio técnico-científico-informacional também alterou a estrutura das identidades e as formas como estas se constroem e se manifestam. Com a mundialização do capital, que ocasionou a expansão de empréstimos e financiamentos, desregulamentação das mais diversas atividades econômicas, ascensão do neoliberalismo e consequente enfraquecimento do Estado-Nação, a manifestação da identidade se modifica.

A estrutura da identidade é aberta, havendo antagonismos sociais que produzem diversas posições de sujeito (Hall, 2006). Desestabiliza-se, assim, identidades do passado. Ora, o ser humano anseia por ter identidade, por ter um sentimento de pertença, uma segurança. Por mais que, em curto prazo, possa gerar certa excitação, como defende Bauman (2005, p. 35), a ansiedade surge nesse "flutuar sem apoio em um espaço pouco definido". O próprio ato de identificar-se para Bauman significa dar abrigo a um destino desconhecido que não se pode nem influenciar nem controlar.

12 Um dos legados teóricos do geógrafo Milton Santos, que analisa a produção e reprodução do meio geográfico por meio do processo de globalização.

As já citadas características do período pós-moderno fazem com que haja uma tensão entre o global e o local em relação à transformação das identidades. Os fluxos culturais incessantes do global permeando o local aprofundam o fenômeno de identidades partilhadas, independentes do espaço real, compartilhados instantaneamente de forma virtual. Esses fluxos não são homogêneos, temporal e espacialmente falando, sendo desigualmente distribuídos ao redor do planeta. Hall (2006) afirma que esta desigualdade possui um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação.

Castells (2006) teoriza que mais do que o aumento da tensão entre o global e local na concepção de identidades territoriais, há um aumento de concorrência, "sutil e problemática (2006, p. 353), de atores com poderes reais de influenciar tais identidades. Como uma das consequências do enfraquecimento do Estado-Nação, este encontra-se submetido a uma concorrência de fontes de poder indefinidas e indefiníveis, supra e subnacional. Castells (2006) cita diversos exemplos de formas de poder: como redes de capital, instituições internacionais, organizações não-governamentais, comunidades, gangues, religiões transnacionais, dentre outros. Obviamente que como tais formas de poder atuam pode variar, de acordo com as condições de cada território.

Há assim lugares mais propensos a sofrer efeitos mais profundos da globalização do que outros onde, teoricamente, seus indivíduos possuem maiores possibilidades de possuir múltiplas identificações. O próprio impacto dos movimentos sociais, como explica Hall (2006), colabora na multiplicação e afirmação de novas identidades. Dentro de múltiplas possibilidades, atualmente, tornou-se corrente mencionar numa construção de políticas de identidade fomentadas por tais movimentos, seja por gênero, condição social, etnia, dentre outros.

A estrutura identitária de um indivíduo pode contar com dezenas de identidades, metamorfoseando-se em diversas configurações, dando novos sentidos a velhas identidades, fragilizando-as e tornando-as provisórias, apresentando-se como algo relacional ou escalar. Há uma estrutura identitária formada por identificações sociais das mais diversas: nação, gênero, religião, gosto musical, profissão, gastronomia, etnia, território, dentre diversos outros. Identidades sociais são conformadas por diferentes premissas, expectativas e procedimentos interpretativos, contextualizado na cultura matriz (Santana, 2009).

Quanto mais fortes forem as territorialidades estabelecidas por vínculos identitários determinados historicamente, mais complexos serão os embates e ajustes.

Tais territorialidades, além dos vínculos identitários históricos, sujeitam-se e estão sujeitas a novas identidades, novas temporalidades.

Le Bossé (2013, p. 228) afirma que "no sentido das modalidades práticas e simbólicas pelas quais um grupo define e controla seu território, a territorialidade revela a identidade do lugar; ela é, ao mesmo tempo, o produto e a expressão de um ponto de vista interno e inclusivo". Esse ponto de vista interno e inclusivo do grupo identitário é soldado pela percepção e representação do outro, dentro de uma visão ideologizada.

A identidade territorial, e sua própria valorização, pode ser compreendida como uma produção ideológica espacializada. Haesbaert (1999) defende que muitas vezes a própria produção da identidade territorial é marcada pela segregação e auto-segregação, cujas territorialidades podem ser projetadas por práticas sociais, mercado, estratégias de discursos políticos, dentre outros.

Assim, como assevera Claval (2007, p. 181), o próprio sentimento de identidade possui consequências geográficas "aparentemente contraditórias: eles favorecem, através do sentimento de territorialidade, a emergência de espaços culturalmente homogêneos, e, ao mesmo tempo, permitem aos indivíduos ou aos grupos manterem suas especificidades" mesmo quando misturados entre si. As territorialidades, que podem ser concebidas por diversos fatores, de acordo com Haesbaert (1999), favorecem o surgimento de espaços homogêneos que representam especificidades de grupos.

A identidade territorial não é a projeção perfeita de um território. No entanto, pode ser uma eficiente estratégia para conseguir o controle territorial, ou seja, a identidade territorial é muito utilizada como tática para imposição de poder (Gomes, 2005). Claval (2013, p. 132) complementa que: "os problemas do território e a questão de identidade estão indissociavelmente ligados: a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades". Nome de ruas, estátuas, configuração dos prédios públicos, praças, parques, arquitetura: são diversos os signos que ajudam a conferir uma identidade própria às cidades, auxiliando na concepção identitária das mesmas.

Não é raro a identidade territorial ser utilizada como instrumento de controle de território por governos e grupos nacionalistas do mundo inteiro, sendo construída discursivamente por meio do recorte territorial. Toda a identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente por meio do território (Haes-

baert, 1999), ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá no campo das ideias e na realidade concreta. Um dos aspectos fundamentais para a estruturação da identidade territorial está na alusão ou referência ao território. Assim sendo, o referente simbólico central dessa construção parte ou perpassa o território.

A construção da identidade territorial se dá, assim, ao longo das relações de domínio e apropriação do espaço, nas mediações espaciais do poder. Segundo Cruz (2007), a identidade territorial pressupõe dois elementos fundamentais: o espaço de referência identitária e a consciência socioespacial de pertencimento. O primeiro elemento refere-se ao recorte espaço-temporal em que se realiza a experiência cultural e social. Esta experiência é onde são forjadas tanto as práticas materiais, como organização, forma de uso e produção do espaço, quanto as representações espaciais, como formas de significação, simbolização e imaginação do espaço. O segundo elemento fundamental para a construção da identidade territorial é a consciência socioespacial de pertencimento, definido por Cruz (2007, p. 26-27) como:

> O sentido de pertença, os laços de solidariedade e de unidade que constituem os nossos sentimentos de pertencimento e reconhecimento como indivíduos ou grupo em relação a uma comunidade, a um lugar, a um território. Não é algo natural ou essencial, é uma construção histórica, relacional, contrastiva, já que consciência de pertencimento e identidade não são uma "coisa em si" ou "um estado ou significado fixo", mas uma relação, uma "posição relacional", uma posição de sujeito construída na e pela diferença.

O segundo elemento legitima as práticas do primeiro, sendo que esse é formado pela soma do espaço vivido, que inclui modos de vida e expressões culturais), mais o espaço concebido (as representações do espaço como imagens, planos, teorias, ideologias geográficas).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade territorial é forjada histórica e socialmente, sendo relacional e marcada pela diferença. Não é algo naturalmente formatado de forma equânime pelos diversos grupos sociais que compõe o território, mas baseados em uma estrutura de poder multiescalar assimétrica não somente econômico, mas também político e simbólico. Essas formas de diferença desaguam na dicotomia lacaniana da relação dos grupos opostos: eu/outro, nós/eles.

A identidade territorial pode estar mais relacionada ao espaço concebido do que efetivamente ao vivido, apesar de que ambos interferem em seu processo de construção. Pode estar mais relacionada ao discurso ideológico atuante no território do que nas práticas efetivas de seus diversos grupos sociais. Ela pode ser construída deslocada das experiências do vivido, das práticas cotidianas.

Assim sendo, a identidade territorial é produto das representações do espaço, ligadas a uma ordem distante e abstrata, fruto de discursos ideológicos, políticos e científicos de atores hegemônicos como o Estado, o grande capital, políticos e mídia. Pode ser utilizada como instrumento de controle territorial, legitimando discursos hegemônicos. Conclui-se, dessa forma, que torna-se imperativo seu estudo como forma de explicitar como ideologias são materializadas no inconsciente coletivo, influenciando os mais diversos aspectos de nossa existência como indivíduos e como sujeitos integrantes de uma coletividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. G. A propósito do trato do invisível, do intangível e do discurso na geografia cultural. Fortaleza: *Revista da ANPEGE*, v. 9, n. 11, p. 41-50, jan-jun 2013.

ALMEIDA, M. G. Diáspora: Viver entre-territórios e entre-culturas? In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). *Território e territorialidades:* Teorias, processos e conflitos. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 173-193.

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado.* Traduzido por Joaquim José de Moura Ramos. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

AZEVEDO, A. F. Geografias pós-coloniais: Contestação e renegociação dos mundos culturais num presente pós-colonial. In: PIMENTA, J. R.; SARMENTO, J.; AZEVEDO, A. F. *Geografias pós-coloniais:* Ensaios de Geografia Cultural. Porto: Figueirinhas, 2007. p. 31-69.

BAUMAN, Z. *Identidade:* Entrevista a Benedetto Vecchi. Traduzido por Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 2005.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida.* Traduzido por: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. *Geografia cultural:* Um século (III). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 83-131.

CASTELLS, M. *O poder da identidade.* Traduzido por: Klauss Brandini Gerhardt. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CLAVAL, P. *A geografia cultural.* Traduzido por Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3 ed. Florianópolis: EdUFSC, 2007.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. Traduzido por: Lara Neves Soares e Marcela Burger Sotto-Maior. In: ALMEIDA, M. G.; ARRAIS, T. A. (orgs.). *É geografia, é Paul Claval.* Goiânia: FUNAPE, 2013. p. 122-143.

CRUZ, V. C. Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade. In: BEZERRA, A. C. A. *et al.* (orgs.). *Itinerários geográficos.* Niterói: EdUFF, 2007, p. 13-35.

DEL GAUDIO, R. S.; PEREIRA, D. B. (orgs.). *Geografias e ideologias:* Submeter e qualificar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

GOFFMAN, E. *A representação do Eu na vida cotidiana.* 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOMES, P. C. C. Sobre territórios, escalas e responsabilidade. In: HEIDRICH, A. L. *et al.* (orgs.). *A emergência da multiterritorialidade:* A ressignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 37-45.

GOMEZ, G. M. Razon y pasion del espacio y el território. In: *Espacio y territorios:* Razón, pasión e imaginarios. Bogotá: Unobiblos, 2001. p. 15-32.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: Espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). *Território e territorialidades:* Teorias, processos e conflitos. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 91-117.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). *Manifestações da cultura no espaço.* Rio de Janeiro: UERJ, 1999. p. 169-190.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização:* Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Traduzido por: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. Quem precisa de identidade?. In: SILVA, T. T. *Identidade e diferença:* A perspectiva dos Estudos Culturais. 11 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p 103-133.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna.* São Paulo: Loyola, 1994.

LACAN, J. *O seminário:* Livro 16 – De um Outro ao outro. Traduzido por Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LE BOSSÉ, M. As questões de identidade em geografia cultural: Algumas concepções contemporâneas. Traduzido por Márcia Trigueiro. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). *Geografia cultural:* Uma antologia – Volume II. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 221-232.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço.* Traduzido por Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 2006.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção.* São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MONDARDO, M. C. Identidades territoriais e globalização: A relação entre espaço, política e cultura no processo de des-re-territorialização. *GeoUERJ,* Rio de Janeiro, v. 2, n. 19, p. 111-137, jan./jul. 2009.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder.* Traduzido por: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, L. B.; ALMEIDA, M. G. *Algumas reflexões sobre cultura, território e mundo-vivido na abordagem da geografia cultural.* Geonordeste, ano XIX, n. 2, 2005.

SANTANA, A. *Antropologia do turismo:* Analogias, encontros e relações. Traduzido por Eleonora Frenkel Barretto. São Paulo: Aleph, 2009.

SANTOS, M. *Território e sociedade.* 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território.* 4 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015a.

SAQUET, M. A. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:* Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015b.

THORPE, C. e*t al. O livro da sociologia.* Traduzido por Rafael Longo. São Paulo: Globo, 2015.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. *Identidade e diferença:* A perspectiva dos Estudos Culturais. 11 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 7-72.



CAPÍTULO 4

IDENTIDADES TERRITORIAIS EM ILHAS QUILOMBOLAS URBANAS: O ECLETISMO DOS TERRITÓRIOS SAGRADOS E SIMBÓLICOS CULTURAIS[1]

Fátima Sueli Oliveira dos Santos

DOI: 10.46898/rfb.9786558892427.4

1 Artigo referente a tese "Identidades territoriais nas comunidades afrodescendentes urbanas: do cerrado de Goiás aos igarapés do Amapá". Defendida no ano de 2019.

INTRODUÇÃO

Durante séculos as comunidades remanescentes de quilombos continuam circundadas pela sombra da "invisibilidade", as quais foram relegadas pela historiografia oficial. O discurso do passado e a aparência enganadora de uma forma de proteção contra as ameaças externas, não surtiu efeito, permanecendo assim, no envelhecido insulamento.

A busca pela visibilidade de seus direitos territoriais, o reconhecimento das manifestações culturais e seus territórios simbólicos, são elementos que fazem com que o movimento negro se fortaleça cada vez mais. Os grupos étnicos frente às instâncias locais, uma vez que, não são assistidos como deveriam diante de tantos ranços do passado, retomam as associações e estabelecem sua coletividade em suas lutas de classe.

As suas lutas estão pautadas nos direitos à liberdade, cidadania, igualdade, saúde e educação, pois ainda existem comunidades em total abandono em relação aos grupos étnicos. As comunidades escolhidas para o desenvolvimento do estudo se mantêm, atualmente, em quilombos urbanos e estão localizadas nos Estados do Amapá e Goiás.

Nesse contexto, é apresentado à comunidade acadêmica, pesquisadores e a sociedade em geral, as manifestações culturais em territórios simbólicos vinculados ao modo de vida das Comunidades Quilombolas Urbanas. No artigo também foi feito alusão à existência das identidades territoriais e seu ecletismo *sui generis*[1], representado no território quilombola urbano, no intuito de entender que ele nasce com duplo sentido, material e simbólico imaterial.

Perpetuar a defesa de seu território é fortalecer o processo historiográfico, existente nas comunidades quilombolas urbanas. O estudo se justifica pela importância dispensada aos grupos pertencentes às minorias, e que na geografia, ainda se encontra uma resistência em discutir assuntos dessa relevância.

Em relação aos quilombos urbanos, esta é a primeira tese realizada no estado do Amapá sob a ótica da abordagem da Geografia Cultural e a primeira no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. O que estabelece um tema inédito nessa categoria, uma vez que, o geógrafo tem como tarefa "interpretar o complexo jogo de analogias, de valores, de representações que figuram neste espaço" (Gomes, 2003, p. 312). O intuito, ao desenvolver um estudo nessa

1 Locução adjetiva: Único; que não se parece com nenhum outro; único em seu gênero: expressão sui generis; inteligência *sui generis*. Etimologia (origem de *sui generis*). Do latim *sui generis*.

proporção, é possibilitar o interesse por novos conhecimentos, acerca da existência dos quilombos em núcleos urbanos.

Nessa percepção, a formação quilombola representa um elo de convergência entre as movimentações retomadas ao longo do caminho. Ao tratar de ecletismo quilombola subentende-se que os membros das comunidades quilombolas estudadas não possuem limites em relação às suas manifestações culturais e seus territórios simbólicos.

Assim, a existência de um estilo próprio nas comunidades quilombolas, instigou a elaboração de um artigo que viesse tratar do ecletismo em territórios simbólicos. Investigações como estas, contribuem para o desenvolvimento de outras pesquisas e novas análises acerca do tema.

Cosgrove (1983), descreve que, "a tarefa da geografia cultural é apreender e compreender esta dimensão da interação humana com a natureza e seu papel na ordenação do espaço". Diante dessa percepção, entende-se que relações de território, cultura e quilombo urbano, contribuem no desenvolvimento deste estudo.

Um dos assuntos encontrados no decorrer da pesquisa, foi a interdependência entre território, cultura e a ação humana na realização da produção do território. Consoante esse fato, buscou-se escrever sobre a cultura, os aspectos simbólicos, sagrados e o modo de produção como modo de vida.

Para Marx (2008, p. 47) o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. Neste contexto, o modo de produção é reconhecido na prática como modo de vida, uma vez que, no território está implicitamente vinculado ao simbolismo.

Ressalta-se a relevância que o assunto tem para as geografias e suas abordagens. A inserção e contribuição das demais ciências sociais, com as quais, a Geografia busca dialogar, e constituir subsídios para discussões conceituais, com o objetivo de enriquecer os estudos atrelados a Geografia Cultural brasileira.

Para chegar nesses resultados foi necessário buscar conhecimento nos debates sobre métodos e objetos que permearam e permeiam a ciência geográfica. Isso ocorre em virtude da não definição de um método específico para suas investigações. É comum ainda se discutir a falta de harmonia em relação ao método a ser aplicado para os estudos da geografia cultural. Gomes (2003, p. 305-319) pontua que:

> Desta maneira, é difícil ver neste movimento uma unidade ou uma uniformidade sobre o plano filosófico-metodológico. Segundo o ponto de vista, é difícil falar de uma metodologia geral que possa dar conta de todas as especificidades do universo estudado. A metodologia dos programas de pesquisa deve se limitar a algumas grandes linhas de orientação, pois, cada interpretação depende diariamente do tipo de realidade estudada.

Os métodos, conceitos e categorias são as partes constitutivas de uma ciência. Os geógrafos culturais, mediante classificações, passam a formular seus métodos. A década de 1970, para Relph e Yi-Fu Tuan, culminou com a apresentação do método fenomenológico para descrever o mundo vivido, fazendo com que a geografia cultural se renovasse.

Para Relph (1970), a fenomenologia é um método com habilidade para resolver a dicotomia entre homem e natureza, tão discutida no pensamento humanista. É a fenomenologia que estabelece o contato entre o mundo e a significação. Com Yi-Fu Tuan, a essência dos valores, o homem e o ambiente vão estar estreitamente ligados à compreensão da essência fenomenológica.

Ressaltam-se as análises de Relph e Yi-Fu Tuan, por compreendermos também ser a Fenomenologia um dos métodos especializados para entender a interação do homem com a cultura, bem como sua relação com o meio ambiente. A escolha mediante a abordagem da Geografia Cultural se evidencia por fazer aporte a várias dimensões. Nos estudos do espaço rural, a fenomenologia aporta a pesquisa qualitativa, sobretudo, nos diagnósticos participativos.

Entre as técnicas utilizadas no DRP[2] estão: Observação Participante, Entrevistas, Mapas Mentais e Diagrama de Veen[3]. A observação participante foi de fundamental importância nas entrevistas formais e informais, num estudo de caso que buscou visibilizar os entraves que as discussões teóricas têm mostrado, quanto à hierarquia dos trabalhos sobre identidade territorial.

Além das entrevistas, foram utilizados os registros visuais, como: fotografias, mapas locais, vídeos, gravação, complementados com o processo de história de vida da comunidade no sentido de reforçar, nos mais variados aspectos as questões norteadoras deste estudo.

Da mesma forma, as entrevistas com líderes, representantes das comunidades e técnicos do poder público que assessoram as instituições, foram úteis nas identificações das mudanças na organização e participação política, tanto na relação,

2 DPR - Diagnóstico Rural Participativo - Guia Prático - Miguel Exposito Verdejo.
3 Diagrama que identifica os grupos e as relações que estes possuem entre si e as outras instituições.

como também agentes sociais e políticos envolvidos com a questão sociopolítica no espaço de observação.

AS CONCEPÇÕES TEÓRICAS DA ABORDAGEM DA GEOGRAFIA CULTURAL E O TERRITÓRIO QUILOMBOLA URBANO

Durante o estudo de três anos e meio, para o desenvolvimento da tese sobre Identidades Territoriais em quilombos urbanos, observou-se que cada comunidade possui seu estilo de vida adequado de acordo com suas necessidades. Um fato ficou marcado: “a luta entre classes”.

O século XVIII, caracterizado pela construção formal da sociedade capitalista, adaptou os interesses de uma sociedade escravista e de total exclusão das minorias. A burguesia já havia denominado seu legado e escolhido os gêneros de vida. As comunidades tradicionais a resistência era a sua opção.

O processo historiográfico das comunidades quilombolas, foi marcado pela desigualdade social e um racismo estrutural. Mediante tal concepção a abordagem geográfica, relaciona o modo de produção como modo de vida, estabelecendo vínculo de interdependência nos territórios culturais e simbólicos.

Segundo Corrêa e Rosendahl (2013, p. 9), a “geografia cultural já tem um século de existência e não tem ainda no Brasil a importância que desfruta nos Estados Unidos e na Europa”. Essa mesma concepção é percebida por Almeida (2008, p.34), quando cita “apesar de não ser recente, a geografia cultural até o início dos anos 2000, era ainda pouco divulgada ou tinha poucos seguidores no Brasil”.

Atualmente, os adeptos da geografia cultural desenvolvem pesquisas, formam grupos de estudos, e empenham-se em fortalecer a visibilidade da geografia cultural no Brasil. Essa abordagem, por ser rica em seu aporte teórico diversificado, na qual se identifica outras vertentes (identidade territorial, cultural, modo de produção, entre outros) no estudo geográfico brasileiro.

A compreensão da geografia cultural sob a ótica da interação homem e natureza, alude a uma discussão sobre os estilos de vida, seja em comunidades tradicionais e/ou não tradicionais. Condizente a Cosgrove (1983, p. 1):

> Os seres humanos experienciam e transformam o mundo natural em um mundo humano, através de seu engajamento direto enquanto seres pensantes com sua realidade sensorial, material. A produção e reprodução da vida material é, necessariamente, uma arte coletiva, mediada na consciência e sustentada através de códigos de comunicação. Esta última é produção simbólica. Tais códigos incluem não apenas a linguagem em seu sentido formal, mas também o gesto, o vestuário, a conduta pessoal e social, a música, pintura, e a dança, o ritual, a cerimônia e as

> construções. Mesmo esta lista, não esgota a série de produções simbólicas através das quais mantemos o nosso mundo vivido, porque toda atividade humana é, ao mesmo tempo, material e simbólica, produção e comunicação. Esta apropriação simbólica do mundo produz estilos de vida (genres de vie) distintos e paisagens distintas, que são histórica e geograficamente específicos. A tarefa da geografia cultural é apreender e compreender esta dimensão da interação humana com a natureza e seu papel na ordenação do espaço.

O mundo vivido e seu ecletismo diante de uma materialidade e simbologia nos leva a compreender que o modo de produção e o modo de vida nos territórios quilombolas, estão interligados. Em cada território existe o código simbólico interligado com o gênero de vida dessas comunidades e a paisagem cultural.

As identidades territoriais interligam um espaço relacional em que o modo de vida é expressivo nos detalhes que a natureza e a relação humana desenvolvem. Seemann (2003), em seus escritos, chamou atenção para a amplitude em que se envereda a abordagem da geografia cultural.

Especificou a relação com as demais ciências, e diante da variação de caminhos em que a geografia cultural ampliava, estaria confundindo cultura com o cotidiano. E assim foi possível desenvolver, outros caminhos em relação à abordagem geográfica.

Seemann (2003, p. 262), ressalta sua preocupação de "como trabalhar com cultura e espaço quando ambas as palavras não são bem definidas? Como defender a existência da geografia cultural contra geografia social, que, nas suas variações mais extremas, está confundindo cultura com o cotidiano?" Esses questionamentos tornaram necessária uma discussão teórica mais aprofundada sobre as possíveis naturezas da geografia cultural para abrir novos caminhos para pesquisas da/na realidade brasileira.

Nessa concepção, o urbano e a cultura, foram ganhando espaço com os teóricos culturais, embora para Corrêa e Rosendahl (2013, p.11) evidenciem um forte antiurbanismo:

> A despeito da força da geografia cultural e da geografia urbana, as relações entre ambas estiveram ausentes das preocupações dos geógrafos. Os interessados na cultura privilegiaram o mundo rural e o passado, evidenciando um forte antiurbanismo; os interessados no urbano preocuparam-se com processos e formas espaciais, privilegiando os padrões de uso do solo, as interações espaciais e as redes derivadas ou os movimentos sociais. A convergência veio tardiamente, na década de 1980, mas foi nos anos 1990 que ela ganhou força.

Esse assunto esteve ausente da preocupação dos geógrafos culturalista por algum tempo. Ainda que o urbano tenha sido incluído somente na década de 1970,

a tradição no estudo do urbano pelos geógrafos já existia. O estímulo diversificado da geografia cultural não se centrava apenas na paisagem.

Dentre as configurações culturais, aos poucos o imaginário emergia, oportunizando novas ciências como a Antropologia Cultural em favorecer os estudos geográficos. Almeida (2009, p. 244) ressalta que, "a contribuição da Antropologia Cultural sobre a égide de dois fatores: o uso da concepção estruturalista da realidade e outro a relação de causa e efeito".

Nesse percurso a Geografia Cultural nos anos 80 evoluiu com base teórica no pós-estruturalismo. O pós-estruturalismo sofreu influência de três correntes: teoria da desconstrução, criticismo e interpretação, como sinal de poder. Somente com a virada cultural – movimento que deu ênfase para a geografia cultural repensar os conceitos de natureza e cultura – foi possível um novo olhar para as manifestações da sociedade em relação à cultura.

Claval (1995) defende a cultura como produto da história, enquanto Silva (2008) faz uma alusão à cultura "não como algo externo, ou uma estrutura que paira sobre todos, mas compõe homens em sociedade". Autores como Cosgrove, Daniels, Davis, Knox e Duncan entre as décadas de 1980 e 1990, se destacaram na geografia cultural por analisar a paisagem.

Contudo, a rápida modernização da sociedade, a divisão do trabalho e a crescente uniformização das técnicas têm lançado questionamentos aos geógrafos que agora têm como grande desafio a análise das sociedades complexas.

Para Lévy (2015) em seu texto *What is the meaning of Cultural Geography?* Faz menção à virada cultural geográfica em várias etapas:

> The 'cultural turn', which has gone through several stages, covers a composite reality and can be read in at least three different ways. As an anthropopolitization of the social sciences, it encourages and develops the diffusion of the concepts and methods of ethnography and ethnology. As a dematerialization of the world, it emphasizes the explanatory value of ideal realities, which are no longer treated as "superstructures" of the material world, but as larger and durable components of the "dominances" of a society. As cultural relativism, this turn takes a critical stance on the weaknesses of a "western universalism" that is often overwhelmed by its implicit particularisms (Lévy, 2015, p. 20)[4].

As três maneiras, nas quais a geografia cultural foi entendida por Lévy, em relação à etnografia, superestruturas e universalismo cultural, contribuíram para um

4 A "virada cultural", que conheceu várias etapas, recobre uma realidade compósita e pode ser lida ao menos de três maneiras diferentes. Como antropoligização das ciências sociais, ela encoraja e desenvolve a difusão dos conceitos e dos métodos da etnografia e da etnologia. Como desmaterialização do mundo, ela acentua o valor explicativo das realidades ideais, que não são mais tratadas como "superestruturas" do mundo material, mas como componentes maiores e duráveis das "dominâncias" de uma sociedade. Como relativismo cultural, essa virada adota uma postura crítica face às fragilidades de um "universalismo ocidental" que se encontra frequentemente sobrecarregado por seus particularismos implícitos (Lévy, 2015, p. 20).

novo olhar nesta ciência. Outro destaque foi o interesse no estudo sobre as identidades e seus componentes como noção de pertencimento de um determinado grupo ou comunidade.

Segundo Bossé (2013), o termo "identidade" como convergência entre as demais ciências humanas, concede aos geógrafos o interesse pela identidade do lugar e pelos papéis que eles desempenham na forma da consciência tanto individual quanto coletiva.

> La géographie culturelle a participé aux intérêts contemporains sur des questions d'identité et de phénomènes d'identité. La pertinence de la notion d'identité et sa richesse conceptuelle facilitent la convergence de perspectives thématiques diverses, non seulement entre les sciences humaines et sociales, mais également dans le domaine spécifique de la géographie culturelle (Bossé, 2013, p. 221)[5]

Relph (1970, p. 193) argumenta ser possível falar em identidade do lugar, uma vez que, descrevia a natureza e os métodos da fenomenologia e afirma: "todo conhecimento vem do mundo da experiência e não pode ser independente daquele mundo".

O diálogo entre pesquisadores geográficos estimula novos debates e acrescenta opiniões, não sendo enfoque novo ao interesse dos geógrafos pelas questões de identidade. A geografia clássica focalizava uma identidade dos lugares, das pessoas, conforme citação:

> identidade é uma construção social resultante das respostas fundamentais, como: o que é? Quem são eles? Quem somos nós? Envolve a relação de semelhança e diferença entre pessoas e grupos sociais. [...] As identidades são objetos de políticas identitárias, procurando, em grande medida, associar identidade e território. (Corrêa; Rosendahl, 2013, p. 15)

A temática identidade para os geógrafos amplia o sentido e direciona a geografia cultural para um aprofundamento. A geografia agregará a identidade como Identidade Territorial definida por Haesbaert (2013, p. 235) como "toda identidade territorial é identidade social definida fundamentalmente por meio do território". Reforça ainda que, "não há território sem algum tipo de identificação e valorização simbólica (positiva ou negativa) do espaço por seus habitantes".

Logo, as Identidades Territoriais não podem ser confundidas epistemologicamente com o conceito de identidade, termo habitual das ciências sociais e demais áreas afins, protagonizado pela identificação dos grupos sociais ou designadores de condutas culturais.

5 A geografia cultural participou dos interesses contemporâneos sobre as questões de identidade e de fenômenos identitários. A pertinência da noção de identidade e sua riqueza conceitual facilitam a convergência de perspectivas temáticas diversas, não apenas entre ciências humanas e sociais, mas também na área específica da geografia cultural (Bossé, 2013, p. 221).

O quadro teórico delineia a definição de Identidade Territorial por ser a base central das reflexões desenvolvidas na investigação. Os sociólogos Stuart Hall e Manoel Castells dedicaram boa parte de suas pesquisas para debater o conceito de identidade.

O pensamento de Hall (2001) nos direciona a três concepções de identidade, são elas: o sujeito do iluminismo; o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. O sujeito do Iluminismo estava baseado num entendimento da pessoa como um indivíduo totalmente unificado, dotado da capacidade de razão, de consciência e de ação, fundamentado no núcleo interior desde o nascimento do sujeito.

No ponto de vista sociológico, "a identidade é formada pela interação entre o eu e a sociedade", preenchendo o espaço entre o mundo pessoal e o mundo público. O sujeito pós-moderno é caracterizado por não ter uma identidade fixa, porém, os sujeitos estão envoltos pelas diferentes "identidades", não havendo a obrigatoriedade de nascer, crescer e morrer com a identidade única.

Ao entender as transformações existentes nas identidades da sociedade moderna, percebe-se uma concepção desprovida de um comportamento único. Esse comportamento formado ao longo do tempo, não vê a identidade como fixa. Mas, como algo a sofrer mudanças ou "descentralização do sujeito". Por isso, elas mudam conforme seus territórios de permanência ou mobilidade.

O pensamento de Castells (1999) também contribuiu para o estudo sobre identidades territoriais e acentua em sua apreciação a existência de três formas na construção das identidades:

a) Identidade legitimadora (instituições dominantes);
b) Identidade de resistência (atores estigmatizados pela lógica da dominação);
c) Identidade de projetos (construção de uma nova identidade redefinindo sua posição na sociedade),

A identidade perpassa vários segmentos até ser construída e ser identificada como múltipla. A abordagem do processo de construção da identidade salienta a necessidade de deixar clara a distinção entre identidade e o conceito de papéis (discussão realizada pelos sociólogos).

Concordo com o autor ao explicitar que a influência no comportamento vai depender de negociações e acordos entre os sujeitos e as instituições. Essa ponderação confirma a relação entre o Estado e as Comunidades na legalização de territórios.

Fortalecendo a vulnerabilidade no processo de identificação dos grupos étnicos, seus critérios e uso de seus direitos.

O ato de se identificar, de reconhecer o eu, faz da identidade elementos simbólicos, nos quais alega Canclini (2003, p. 193):

> Hubo una época en que las identidades de los grupos se formaban a través de dos movimientos: ocupa un territorio y construir colecciones de objetos, de monumentos, de rituales, mediante los cuales se afirmaban y celebraban los signos que distinguían a cada grupo. Tener una identidad era, ante todo, tener un país, una ciudad o un barrio, una entidad donde todo lo compartido por quienes habitaban ese lugar se volvía idéntico e intercambiable.

Esse discurso chama atenção pelo comportamento diferenciado das comunidades aqui estudadas. As visitas *in loco* demonstraram quanto os conflitos estão presentes na inquietação de quem se considera e não se considera pertencente às comunidades afrodescendentes.

Cruz (2007, p.17) nos conduz a uma análise ao afirmar que, a "construção da identidade é atribuída de maneira relacional e conflitiva entre uma autoatribuição", não sendo possível estudar a identidade de qualquer grupo social apenas com base na sua cultura ou no seu modo de vida.

A ação conflitiva entre os grupos é visível por vários aspectos, um deles está na disputa fundiária. A luta pelo território faz da tradicionalidade, condição para reconhecimento coletivo, e a autoatribuição passa a ser um processo universalizado.

A consciência socioespacial de pertencimento que recai no sentido de pertença, e autorreconhecimento, implica em reconhecer o eu, o nós e os outros pertencentes a um grupo ou comunidade de um território. O sentimento de pertença do grupo e da comunidade em relação ao território não se restringe a uma ação natural, ela vai se construindo conforme sua história e suas relações, definidos em momentos do passado e presente.

Para as comunidades tradicionais serem entendidas dentro do seu território, é preciso conhecer sua experiência cultural, seu território vivido e sua territorialidade. Assim, os territórios ecléticos em ilhas quilombolas surgem mediante a religiosidade, os simbolismos e a relação com a natureza mediante seu modo de vida.

Nesse sentido, buscou-se aqui enfatizar que o termo ilha, não se encontra vinculado a isolamento, e sim, a ideia de núcleos divididos em um mesmo território. Que se constituíram diante de tantas situações étnicas e (re)existiram até os dias

atuais, como os quilombos urbanos, formados principalmente, por grupos que viviam ao redor de grandes cidades.

Os quilombos urbanos são considerados por Maia (2000) como espaços de resistência, pois segundo ele, as lutas não ocorreram apenas nas áreas rurais, houve citações de sua existência também em áreas urbanas. Esses locais ou eram cômodos e casas coletivas no centro da cidade ou núcleos semi-rurais.

Desses núcleos tanto na cidade do Rio de Janeiro (Quilombo Urbano Cabeça de Porco), quanto em São Paulo (Quilombo Urbano Brotas), só tiveram reconhecimento no final do século XIX:

> O Estado brasileiro só reconheceu a existência desse tipo de quilombo em 2003, entretanto, no final do século XIX quando muitas mudanças ocorriam no Brasil como a 'abolição' formal da escravatura e a adesão ao regime político republicano, a cidade de São Paulo se consolidava com a mudança de ricos fazendeiros da lavoura de café. Está em tramitação desde fevereiro de 2009 o Projeto de Lei 13/09, que dispõe sobre o estabelecimento de diretrizes para a identificação de Quilombos Urbanos na cidade de São Paulo (Maia, 2000, p. 14).

O surgimento do termo quilombo urbano trouxe alguns questionamentos, e um deles está voltado para a existência de uma tradição em quilombos não considerados rurais. É importante enfatizar que a identidade pode sofrer mudanças e que essas mudanças são estabelecidas de acordo com o meio na qual estão inseridas.

O que vemos é uma complexa interpretação, em que a relação ser ou não quilombo urbano está atrelado ao seu contexto tradicional. Na interpretação de Oliveira e D'Abadia (2015), propõem uma definição de quilombos urbanos como uma configuração de um espaço de resistência.

> Neste sentido, os assim chamados "quilombos urbanos" contemporâneos se configuram como grupos sociais de resistência a um sistema de exclusão, comunidades de ascendência marcadamente negra – mas não exclusivamente –, no geral empobrecidas, com ethos e costumes diferenciados dos grupos que lhes circundam. Um confinamento espacial é proporcionado pela marginalização por parte das políticas públicas. A ausência de políticas específicas para um contingente dotado dessa peculiaridade histórica e a precariedade das políticas universalistas conformaram os "quilombos urbanos" como espaços socialmente distantes. (Oliveira; D'Abadia, 2015 p. 269).

Uma comunidade proveniente de sua ancestralidade e reminiscência não deixam de desenvolver suas tradições. A Fundação Cultural Palmares é bem clara em relação aos seus critérios, segundo Martins (2017),

> Inexiste um critério fixo e imutável para determinar se uma determinada comunidade urbana é (ou não) quilombola. O que temos feito é uma análise criteriosa da documentação, aliada a visitas de campo, uma vez que estamos a tratar de critério de auto identificação, tal como ele está previsto no Decreto 4.887/2003,

> mas que devem ser respaldadas no histórico da comunidade, tal como previsto na Portaria 98/2007.

Na atualidade, a relação da tradição e modernidade nas Comunidades Afrodescendentes de Quilombos Urbanos manteve a presunção de ancestralidade. Seguindo o conceito:

> É definido com grupos étnico-raciais segundo critério de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas com a presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Brasil, 2003).

O vocábulo "tradição" nos tange à compreensão, como o ato de transmissão da realidade, no qual, o imaginário popular contribuiu com o incentivo dos relacionamentos sociais. No caso das Comunidades Afrodescendentes de Quilombos Urbanos, as transmissões das práticas culturais se firmam e revitalizam nas identidades territoriais. Em harmonia com Maia (2000, p. 93):

> O vocábulo tradição, de origem latina, *traditione*, pode ser entendido, em princípio, como o ato de transmitir ou entregar; com um significado um pouco mais elaborado, a transmissão oral de fatos, lendas etc., de idade em idade, de geração em geração ou ainda enquanto conhecimento ou prática resultante de transmissão oral ou de hábitos inveterados.

O resgate da ancestralidade nos cultos afros, nas danças tradicionais, nos saberes, ou seja, em suas práticas culturais, afirmam uma tradição conservada pelo anseio cultural, segundo Giddens (1996, p. 58):

> A qualidade característica da tradição, que a separa do costume ou do hábito e também do conhecimento técnico ou especializado, é o fato de ela pressupor uma ideia de verdade ritual ou revelada – e esse traço definidor também é a origem de sua autoridade. Aquilo que é 'consagrado' nas tradições não é o passado, mas a sabedoria que incorporam. Essa sabedoria pode ou não ser funcionalmente eficiente ou 'tecnicamente precisa'; essas características não a particularizam como tradicional. A verdade ritual é mostrada em seu estatuto, na repetição da fórmula prática.

O autor deixa claro que a sabedoria é que consagra a tradição, e não o passado. As formas culturais e a expressão interagem em torno de elementos representativos, como saberes e festas de santos, que reúnem ou transformam uma sociedade.

Os escravizados após a alforria passaram por todo um processo de transformação em seu cotidiano. Cabe ao pesquisador perceber a organização socioespacial de cunho material e imaterial. Assim ele irá compreender a construção da identidade das comunidades remanescentes de quilombos urbanos.

ILHAS QUILOMBOLAS URBANAS: "*GENRE DE VIE*" E O ECLETISMO EM SEUS TERRITÓRIOS SAGRADOS, SIMBÓLICOS E CULTURAIS

O homem e sua interligação com a terra, produz um modo de vida, construindo seus territórios ecléticos, simbólicos e culturais. Portanto, analisar as impressões da produção humana no meio, faz do território um processo de ressignificação social. "Território é, antes de tudo, uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra" (Almeida, 2010).

O modo de vida das populações tradicionais, em especial as "quilombolas" em núcleos urbanos, desenvolvem em seu território cultural várias identidades territoriais, uma delas está tradicionalmente conservada. Estas são indícios de que a ancestralidade permeia sobre uma mudança social em virtude do contexto a qual se encontra atualmente.

As manifestações culturais, a relação com a natureza e a religiosidade vinculada à matriz africana, foram encontradas como forma de especificar que naquele território de faces urbanas, existem identidades territoriais.

Suzuki (2013, p. 630) discorre:

> A diversidade existente de sociedades tradicionais se produz a partir de sensíveis e expressivos vínculos, estabelecidos entre sociedade e natureza; não como uma determinação monocausal, em que um tipo de natureza defina a sociedade, mas como uma das múltiplas determinações, em que pese seu significado marcante.

As múltiplas determinações perante a relação sociedade-natureza em territórios de quilombos urbanos, não podem ser consideradas como mono, por se acreditar na existência de múltiplos territórios, múltiplas identidades. Percebe-se uma concepção desprovida de um comportamento único, referente às transformações existentes nas identidades da sociedade moderna. A identidade não será mais vista como fixa, não obstante como algo a sofrer mudanças ou "descentralização do sujeito" conforme sua cultura.

Essas reflexões encaminham-se ao embasamento teórico de Almeida (2008, p. 317), justificado "pela cultura que estas populações fazem sua mediação com o mundo, constroem um modo de vida particular e se enraízam no território". As suas crenças, seus costumes, suas tradições, constituem identidades territoriais tradicionalmente conservadas.

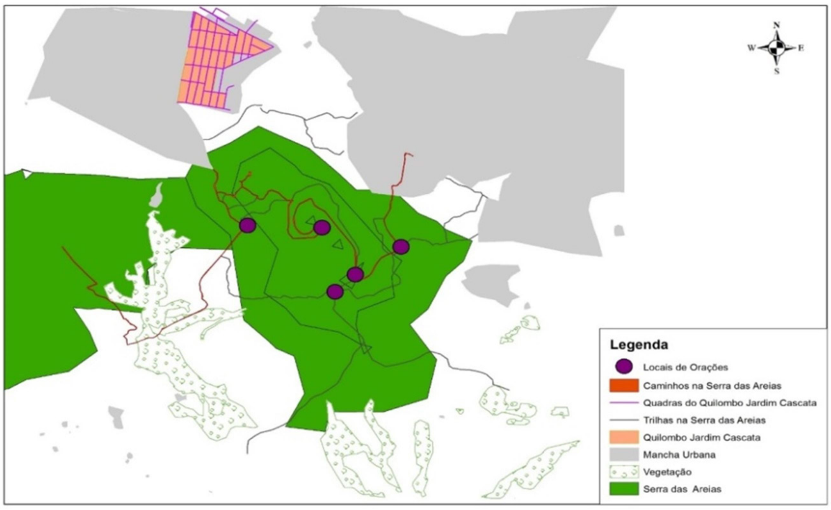
A identidade da comunidade quilombola da lagoa dos Índios-Macapá/AP e Jardim Cascata-Aparecida de Goiania/GO, se constitui mediante conservação dos

laços de seus ancestrais. A religiosidade foi um elemento que se fragmentou e não centralizou na religião católica, fazendo das ilhas quilombolas pontos ecléticos para a realização de seus cultos afros e evangélicos.

Segundo Rosendahl (2013, p. 170) "reconhece o homem religioso pela motivação estabelecida pela fé", sendo esta representada por cada simbolismo existente em seus cultos diários. Os Quilombos Urbanos mencionados acima, por estarem nas proximidades de Áreas de Proteção Ambiental, como as Serras das Areias no Jardim Cascatas e "lagoa" com "furos de rios e igarapés" na Comunidade Quilombola Lagoa dos Índios, servem de refúgio para contemplação e momentos de integração com o divino.

O primeiro croqui demonstra os locais considerados territórios sagrados. Nesse local ocorre uma devoção ao divino, com realização de orações e oferendas. O ecletismo acontece em virtude de não ser um ambiente somente para um determinado grupo. O local da serra das areias, destinado a esses momentos, se estabeleceu por ser destinado a oração, por estar mais perto de Deus e dos Guias Afros.

Figura 01 - Croqui de Oração na Serra das Areias



Fonte: Organização e elaboração: Santos e Melo, julho de 2017.

Essa relação da biodiversidade e religiosidade transforma a territorialidade em múltipla expressão, na qual, os vínculos afetivos são tradicionalmente conservados pelas comunidades. O bioma "cerrado e áreas úmidas" existente entre as comunidades tradicionais, consagra os territórios culturais e conserva as práticas oriundas de seus grupos ancestrais, determinantes quanto ao uso da natureza em relação aos seus saberes.

Discorre Almeida (2016, p. 20) que "as populações que permaneceram nas áreas remanescentes nesse bioma vêm delineando suas configurações e modos de

vida, entre os significados tradicionais e os valores modernos". Na Comunidade Lagoa dos Índios, a relação com a natureza é dada nos igarapés, como vínculo lucrativo, tanto para o lazer quanto para a criação de peixes, com empreendedorismo vinculado à pesca.

Figura 02 - Área de Empreendimento Aquícola



Fonte: Santos, julho, 2017.

Essa nova maneira de atribuir os saberes aos valores modernos, demonstra a mudança que vem ocorrendo nos territórios ecléticos quilombolas e permeia sobre as identidades territoriais em se tratando de território relacional. Acerca desse fato, entendemos o quanto a relação do homem-natureza-cultural é interdependente.

O que se observa na nova configuração dos territórios e identidades territoriais urbanas é uma adaptação ao referido processo contemporâneo e global, norteadores de mudanças sociais de um sistema puramente capitalista. Este sistema excludente, fez dos quilombos urbanos a resistência necessária para dizer que mesmo com todo o processo de urbanização em seu entorno, as raízes ancestrais não se desmembraram, ao contrário, criaram forças para conservar suas identidades territoriais.

As festividades culturais e religiosas também foram conservadas, mesmo com a inclusão dos evangélicos nas duas comunidades. Releva-se que a religiosidade é um aspecto fundamental que preserva os laços de identidade e de solidariedade na comunidade. Os festejos de Santos são: São José (19 de março); Nossa Senhora do Carmo (padroeira da comunidade festejada em 16 de julho); São Joaquim (agosto); São Jerônimo (setembro) e Santa Luzia (dezembro), rituais da Igreja Católica com a Umbanda e o Candomblé, permanecem nessas comunidades.

Essa postura se demonstra para a comunidade ali instalada e para quem as visita, que os "novos" presentes nos aspectos sociais, políticos e econômicos, não desvincularam os elementos culturais. Mesmo ocorrendo perda de áreas dos recursos naturais, inviabilizando a proteção e a legalização de suas terras, coletivamente esses fatores têm motivado a ação das comunidades a exigir dos agentes político-institucionais, providências na efetivação de seus direitos.

CONCLUSÃO

Nesse estudo sobre as identidades territoriais dos quilombolas urbanos e suas relações com seus territórios ecléticos, entende-se que existem costumes distintos de manifestar determinadas relações pela fé e elementos simbólicos.

A exemplo tem-se o candomblé, o movimento religioso católico e evangélico, bem como nas ações de músicas (marabaixo, batuque, hip-hop), danças, todos esses elementos são norteadores dos territórios ecléticos. Esses territórios encontram-se em permanente luta pela legalização de suas terras e tem levado aos desmembramentos e conflitos nas comunidades tradicionais.

Mas, em meio às formas de negligenciar seus direitos, ainda é possível dar visibilidade as manifestações culturais e suas crenças relacionadas à contemporaneidade. A ausência do poder público e as condições em que são estabelecidas as autoafirmações recaem num esvaziamento frente às demandas de políticas públicas valorativas para essas comunidades.

À vista disso, sugerem-se iniciativas por parte dos próprios moradores das comunidades, em assegurar seus territórios, salvaguardando-os de práticas abusivas como ocupações desordenadas nas áreas verdes identificadas pelas comunidades. Por intermédio de análise, conclui-se que o modo de vida se caracteriza como fonte existencialista no desenvolvimento do território cultural.

Ao formar suas ilhas quilombolas em identidades territoriais urbanas, destina-se a compreender que esse conjunto de relações e movimentos negros ativos buscam visibilidade. Estudos como este possibilitam que essas comunidades sejam identificadas e reconhecidas. As pesquisas não podem ser deixadas em banco de dados sem ter uma forma de estabelecer relações sobre ciência e sociedade.

É necessário divulgar o que se passa nas comunidades, seus anseios e como elas veem o pesquisador que vai ao seu encontro e não contribui para que as mesmas possam ser valorizadas. O estudo sobre "identidades territoriais em quilombos

urbanos", foi um dos estudos que, assumiu um compromisso em relação às comunidades tradicionais, isto é, dar a visibilidade pelas identidades territoriais.

Em algumas falas dos moradores, há o temor sobre o cientista que se apropria do espaço e de suas narrativas, porém, descaracteriza a realidade das comunidades, para que seu posicionamento como pesquisador não seja refutado. Já o pesquisador comprometido deve, ao identificar que em quilombos urbanos existam identidades territoriais, afirmar que ali ele se encontra num território com códigos de ancestralidade.

Alguns posicionamentos dos quilombolas vislumbram a gênese de que territórios quilombolas serão sempre onde se encontrará uma casa sem reforma e pouca higiene no local. Sabe-se que a sociedade evolui e que as comunidades de modo geral, por várias questões, mudam suas identidades, como já mencionado. Elas se fortalecem ao mudá-las e conservam suas tradições sem deixar com que as ações do mundo moderno desfaçam suas ancestralidades.

Por conseguinte, este artigo é finalizado com a seguinte pergunta: Quais os critérios de geografia cultural, para identificar os códigos simbólicos, e contradições sociais em comunidades tradicionais de quilombolas urbanos? Justificando a importância de se entender que mesmo estabelecidas em espaços urbanos, as comunidades não se desvinculam de sua ancestralidade e nem de seu DNA quilombola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. G. de; NATES CRUZ, B. *Território e cultura*: inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais. (orgs.) Goiânia: Universidade Federal de Goiás/FUNAPE, 2009. 256p.

ALMEIDA, M. G. de (org.). *Geografia e cultura***:** a vida dos lugares e os lugares da vida. Goiânia: Editora Vieira, 2008a.

ALMEIDA. M. G. de. Território de Quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás – patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. *Revista Ateliê Geográfico*, Edição Especial, v. 1, n. 9, p. 36-63, fev. 2010

ALMEIDA. M. G. de. Comunidades tradicionais quilombolas do nordeste de Goiás: quintais como expressões territoriais, *Confins* [Online], 29 | 2016, posto online no dia 17 dezembro 2016, consultado o 16 julho 2020. URL : http://journals.openedition.org/confins/11392 ; DOI : https://doi.org/10.4000/confins.11392.

BOSSÉ. M. Le. As questões de identidade em geografia cultural - algumas concepções contemporâneas. In CORREA. R. L. e ROSENDAHL. Z. (Org.) *Geografia cultural*: uma analogia, volume II. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2013, p.296. ISBN 978-85-7511-289-2.

BRASIL. *Decreto Federal nº 4.887, de 20 de novembro de 2003*. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 17 out. 2013.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas*. Trad. Ana Regina Lessa & Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2003.

CASTELLS, M. Paraísos Comunais: identidade e significado na sociedade em rede. In: CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 21-43.

CLAVAL. P. Géographie culturelle. Nathan: Paris, 1995.

CORREA. R. L., ROSENDAHL. Z. (org.). *Geografia cultural*: uma antologia, volume II. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. 296 p.

COSGOVE. D. E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. Laughborough College of Technology, Inglaterra Traduzido por Olívia B. Lima da Silva de "Towards a Radical Cultural Geography of Theory"Publicado em Antípode – a Radical Journal of Geography, Worcester, 15 (1). 1983, pp 1-11

COSGROVE, D. E. *Em direção a uma geografia cultural radical*: problema da teoria. Espaço e cultura/UERJ, Rio de Janeiro, n. 5, p. 05-29, 1998.

CRUZ, V. C. *Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade*. In: *BEZERRA*, *A. C.A.* et. Al. (*Orgs*). *Itinerários Geográficos*. *Niterói*. EdUFF, 2007

GIDDENS, A. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1996.

GOMES, P. C. C. *Geografia e modernidade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 368p

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomas Tadeu da Silva. Guaracira Lopes Louro. 5 ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

HOBSBAWM, E. Introdução: A invenção das tradições. In: ______, RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LE BOSSÉ, M. As questões de identidade em geografia cultural: algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) *Paisagens, textos e identidade.* Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013. p. 157-179.

LÉVY, J. Qual o sentido da Geografia Cultural? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 61, p. 19-38, ago. 2015. doi: http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i61p19-38.

MAIA, D. S. *Tempos lentos na cidade*: permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa-PB. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciên-

cias Humanas da Universidade de São Paulo, 2000 (Tese, doutorado em Geografia Humana).

MARX, K. *Prefácio à Contribuição para a crítica da economia política.* 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

OLIVEIRA, F. B.; D'ABADIA, M. I. V.; Territórios quilombolas em contextos rurais e urbanos brasileiros. *Élisée, Rev. Geo. UEG* – Anápolis, v.4, n.2, p.257-275, jul. /dez. 2015. Disponível em: http://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/viewFile/3712/2822. Acesso em 2 de setembro de 2017.

OLIVEIRA. F. B; D´ABADIA, M. V. Territórios quilombolas em contextos rurais e urbanos brasileiros. *Élisée, Rev. Geo. UEG* – Anápolis, v.4, n.2, p.257-275, jul. /dez. 2015

OLIVEN, R. G. *A parte e o todo*: diversidade cultural no Brasil-Nação. Petrópolis: Vozes, 1992.

RELPH. E. Na inquiry intro the relations between phenomenology and geography. *Canadian Geographer,* 14(3);193-201, 1970.

SILVA, T. T. da (org.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HAESBAERT. R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) *Manifestações da cultura no espaço.* Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190.

SUZUKI, J. C. Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras. *Revista Espaço e Geografia*, UnB, Brasília, v. 16, n. 2, p. 627-640, 2013.

VERDEJO, M. E. *Diagnóstico rural participativo*: guia prático DRP/ revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. - Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2010 62 p: il.



CAPÍTULO 5

FESTAS GOIANAS: PATRIMÔNIO E MEMÓRIA COMO OBJETOS DE APREENSÃO GEOGRÁFICA

Luana Nunes Martins de Lima

DOI: 10.46898/rfb.9786558892427.5

INTRODUÇÃO

Neste texto resgato o meu vínculo com a Geografia Cultural que norteou um horizonte teórico-metodológico, bem como reflexões e práticas sobre a "geografia das festas"[1]. Tais reflexões e práticas teórico-metodológicas subsidiaram o levantamento das festas populares de Goiás por meio de pesquisas de campo, as quais foram fundamentais para a construção de um olhar analítico sobre as festas que se fazem neste território. Além disso, aguçaram-me a buscar as correspondências entre as cidades e os sentidos patrimoniais das festas.

As incursões no tema e as descobertas de campo mostraram que é preciso lançar luz a um patrimônio que não é dado como tal, revelado nestas festas. Como objeto de apreensão geográfica, interessa mostrar como esse patrimônio está enredado numa trama de vivências e memórias relacionadas ao espaço como lugar.

Nas pesquisas de campo realizadas[2], não adentramos em metodologias etnográficas, como procede a maioria dos estudos antropológicos sobre festas, que combinam a descrição rigorosa do processo ritual, a investigação das posições ocupadas pelos sujeitos nestas festas e na sociedade local e a análise exegética do conteúdo simbólico que ocorre, sob a forma de uma tradução fiel do que pensam e de como os próprios agentes do ritual atribuem significados a situações, crenças, objetos, lugares e pessoas (Brandão, 1985). Na abordagem sobre as festas em que realizamos a observação participante, coube-nos desenvolver um modelo de análise que pudesse explicitar as formas e os tipos de relações que tais manifestações constroem com o patrimônio material e com a memória de seus moradores sobre o lugar, constituindo-se como seu "patrimônio próprio". O lugar, em seu caráter de permanência, produz a condição *sine qua non* para a preservação também da festa e de seus rituais.

Além disso, os trabalhos empíricos realizados nessas cidades goianas atestam que, para as pessoas do lugar, nem sempre é a longevidade da manifestação que as determinam como tradicionais ou não, como sugerem a perspectiva institucional, os órgãos de preservação e outros estudos culturais, que se baseiam em alguns critérios para a predefinição do que é patrimônio.

Existe uma "comunidade de sentimento" nessas manifestações que dialogam com diferentes saberes locais (culinária, técnicas de produção, práticas de curas, ar-

1 Pesquisas desenvolvidas no âmbito de projetos coordenados ou orientados pela Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida, na Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Entre esses projetos, o "Pró-Cultura: A Dimensão Territorial das Festas Populares e do Turismo: Estudo Comparativo do Patrimônio Imaterial de Goiás, Ceará e Sergipe" (CAPES), entre 2011 e 2014, que se desenvolveu em parcerias das Instituições: Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Ceará e Universidade Federal de Sergipe.

2 As pesquisas de campo transcorreram durante o desenvolvimento da tese "Lugar e memória: o patrimônio goiano entre o esquecimento e a resistência", defendida e aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília (UnB) em 2017, sob orientação do Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa.

tes, linguagens, religiosidade, entre outros) enredados nas práticas cotidianas. Essa comunidade de sentimentos, atrelada à perspectiva de lugar, foi identificada nos trabalhos de campo, fornecendo uma visão alternativa para o entendimento que buscamos.

FESTAS COMO PATRIMÔNIO, FESTAS COMO MEMÓRIA...

As práticas de preservação que se iniciaram na década de 1930, quando se deu a institucionalização patrimonial no Brasil, fizeram com que muitas cidades do Brasil sertanejo assistissem, marginalizadas, a consagração das cidades históricas mineiras e do barroco como centralidade artística da estética e do pensamento.

Os espaços e conteúdos rurais que marcaram os primórdios da ocupação em busca do ouro e a reprodução da Fazenda Goiana não foram reconhecidos pelo movimento intelectual inicial que coordenava o reconhecimento do patrimônio brasileiro. Edificações históricas reminiscentes, como igrejas e conjuntos arquitetônicos urbanísticos, já demonstravam a essência da ruralidade pela vivência a que estavam circunscritos.

Goiás, entretanto, seguiu o caminho da modernização do território, desprezando suas reminiscências coloniais também no espaço urbano, uma vez que a maior parte de seus núcleos antigos não se enquadrava no pretendido modelo como símbolos identitários nacionais. Talvez por apresentarem uma arquitetura considerada "simples" e "pobre" com um barroco pouco expressivo monumentalmente, dentro de parâmetros artísticos em que a opulência e o fausto relativos a essa arte balizavam a eleição do que representaria o Estado-Nação, como esclarecem Costa e Suzuki (2012).

As lacunas produzidas nessa ruptura com as referências históricas de seu passado colonial, contudo, foram revisitadas a partir da década de 1980, numa retomada da chamada "goianidade" que buscou assumir tardiamente uma identidade que transformasse algumas cidades goianas em "mito", para fins econômicos e culturais. A trajetória do patrimônio nacional, então, orientou processos territoriais e paisagísticos que deram coesão à ruralidade, como marca efetiva do patrimônio cultural goiano.

O espaço sertanejo em Goiás se formou por intermédio de um contexto sociocultural peculiar, quando o arrefecimento geral da mineração resultou no processo de ruralização de um grande contingente da população urbana que migrou para o campo. A prática da pecuária, atividade que convivia elementarmente com a mine-

ração no século XVIII, se consolidou como principal atividade produtiva ao longo do século XIX.

Segundo Estevam (1998, p. 72), durante todo o século XIX "a população goiana esteve em período de reacomodação e a característica básica foi a ruralização". Estas tradições, portanto, desde então, estão associadas ao modo de vida rural experienciado no espaço-sertão. Foi este espaço que subsistiu como realidade física e social até a modernização do campo e a urbanização de Goiás, sobretudo na configuração da Fazenda Goiana. Explicam Braga e Almeida (2006, p. 4-5):

> Até o início do processo de modernização-urbanização de Goiás, pode-se propor uma identificação da sociedade goiana com seu espaço de vida pautada pelos referenciais comuns e pelos símbolos que davam sentido à existência daquela sociedade. São exemplos disso as relações de proximidade com a natureza, o conhecimento da terra, o trabalho desenvolvido com técnicas rudimentares, a contagem cíclica do tempo, a linguagem, as vestimentas, a camaradagem, a confiança e a própria moral machista [...]. As paisagens naturais e construídas, os objetos e as próprias relações pessoais compunham um universo conhecido, identitário. Essa vivência da ruralidade é a expressão da tradição goiana.

Portanto, a ruralidade pode ser entendida como uma categoria simbólica representativa do espaço sertanejo goiano com sua forma de organização social e com suas práticas culturais, responsáveis pela produção de parte de seu patrimônio. Embora o processo de urbanização, que fora mais intenso em algumas regiões do estado, conforme a implantação de ferrovias e rodovias, tenha criado novos centros, trazendo novos ares de modernização, Goiás não rompeu com sua identidade sertaneja, permitindo que muitos elementos tradicionais (costumes locais, festas etc.) permanecessem nas cidades e dessem a tônica do que seria posteriormente apropriado como patrimônio. Esse é o caso da Festa do Divino Espírito Santo, que ocorre em vários municípios goianos, sendo apenas a de Pirenópolis registrada pelo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e incluída no chamado Roteiro das Devoções em Goiás. Ainda que não tenham os registros de seus festejos, os demais municípios se investem dessa qualificação de "tradição" e historicidade sertaneja, considerando suas próprias festas como patrimônios locais.

Ortiz (2012, p. 135) considera que "a memória coletiva é da ordem da vivência, a memória nacional se refere a uma história que transcende os sujeitos e não se concretiza imediatamente no seu cotidiano". É plausível inferir que, enquanto na memória nacional se instaurava a ordem de uma ideologia que se impunha a todos os grupos, a memória goiana manifestava-se ritualmente e tinha como pontos de apoio as diversas tradições cultivadas por grupos sociais restritos (mas não isolados) e predominantemente rurais.

Entretanto, é importante ponderarmos sobre as implicações da institucionalização da festa como patrimônio imaterial. Com a emergência e categorização do patrimônio cultural imaterial, as festas se converteram em manifestações com maior expressão em nível nacional e internacional. Aquelas que despertaram maior interesse no campo do patrimônio brasileiro foram as consideradas mais "exóticas", mais "coloridas", ou que agregam um maior contingente de participantes, como o Carnaval, o Boi-Bumbá (Bumbá Meu Boi), o Círio de Nazaré, as grandes quadrilhas, entre outras, diferenciando-se das celebrações associadas ao cotidiano e ao comum.

Desde a Carta de Fortaleza, em 1997, o Iphan constrói os instrumentos e vem implementando ações para o inventário e registro de bens culturais de natureza imaterial. Contudo, tais instrumentos e ações sempre se aliaram a uma perspectiva essencialista da cultura e do patrimônio, o que fica evidente na declaração da Unesco (2006) de que o patrimônio imaterial, mesmo mantendo um senso de identidade, "é particularmente vulnerável, uma vez que está em constante mutação e multiplicação de seus portadores".

Essa visão institucional sobre o tratamento do patrimônio imaterial apresentou um problema de cunho teórico e metodológico no que diz respeito aos critérios adotados. Como estabelecer critérios de autenticidade de um bem imaterial que por si só é mutável? Apesar de mencionar o caráter de expansão cultural nos processos de salvaguarda, essa perspectiva fragiliza o bem perante uma legislação que não considera sua amplitude, mas sim valores como "autenticidade".

Por essa razão, a comunidade internacional adotou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, em 2003. De acordo com essa Convenção, "patrimônio cultural imaterial" refere-se às

> [...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos *reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural*. Este patrimônio cultural imaterial, que se *transmite de geração em geração*, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um *sentimento de identidade e continuidade* e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2006, p. 4, grifo nosso)

A partir de então, essa noção de "patrimônio imaterial" foi disseminada na última década, sobretudo a partir do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, do Governo Federal (2004), e reforçada com o primeiro título concedido pela Unesco ao Brasil em 2008. Dentre os elementos do Brasil inscritos nas Listas do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da Unesco, e seus respectivos anos de inscrição,

estão: Roda de Capoeira (2014); Círio de Nazaré: procissão da imagem de Nossa Senhora de Nazaré na cidade de Belém (Estado do Pará) (2013); Frevo: arte do espetáculo do carnaval de Recife (2012); Yaokwa, ritual do povo Enawenw-Nawe para a manutenção da ordem social e cósmica (2011); Museu Vivo do Fandango (2011); as expressões orais e gráficas dos Wajapi (2008); e Samba de Roda do Recôncavo Baiano (2008) (UNESCO, 2017).

Dentre os bens em Goiás, registrados pelo INRC como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, estão: Ritxòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá (Livro de Registro das Formas de Expressão, 25/01/2012.); os Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá (Livro de Registro dos Saberes, 25/01/2012.); Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis (Livro de Registro das Celebrações, 13/05/2010); Romaria de Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade (Livro de Registro das Celebrações, 15/09/2016) (IPHAN, 2017).

Desde a década de 1970 têm sido reconhecidos alguns saberes e fazeres que brotam da sensibilidade popular. Em âmbito nacional, o Iphan instituiu em 2000 o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC. Trata-se de um instrumento de identificação de bens culturais imateriais e materiais, uma vez que a indicação de bens para registro e/ou para tombamento pode resultar de sua aplicação, mas não obrigatoriamente. O INRC, por sua vez, foi pensado para atender a dois objetivos principais:

> 1. identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade; 2. apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferenciais de sua preservação. (INRC, 2000, p. 8).

O INRC (2000, p. 28) baseia-se em "critérios explícitos e que sejam de aplicação universal, para que se possa construir, a partir de um contexto bem delimitado, um conjunto completo de instâncias que sejam as consideradas relevantes segundo tais critérios". Em Goiás, até o momento, foram concluídos os seguintes inventários sobre o Patrimônio Imaterial e Material: Festa do Divino de Pirenópolis; Festas do Rosário e Congadas; Festa da Caçada da Rainha em Colinas do Sul; Roteiro das Devoções em Goiás; Cidade de Goiás; e Inter-Relações Semânticas e Contextualização Simbólica da Cidade de Goiás e Entorno – Semana Santa e Festa do Divino (IPHAN, 2017).

O Manual de Aplicação do INRC foi a base do texto da Lei n° 3.551, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, e cria o Programa Nacional

de Patrimônio Imaterial, o qual prescreve o registro de “saberes, celebrações, formas de expressões e lugares”. No Artigo 1º, Parágrafo 2º, consta: “A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira” (BRASIL, 2000). Lima Filho (2009), todavia, percebe nesse decreto uma armadilha conceitual, da qual seus idealizadores não conseguiram se desvencilhar. Segundo o autor,

> [...] nota-se que a palavra “relevância” está para o Decreto do Imaterial como a palavra “excepcional” está para o Decreto do Tombamento. Ambos são seletivos, excludentes. A representatividade, [...], não me parece resolver o problema da relevância. Representar quem? O Brasil? A região? O local? A complexa rede de saberes espalhadas pelo território brasileiro seria representada por um instrumento de indexação nacional? Como resolver a questão colocada por uma nativa de um distrito da cidade de Goiás que [...] pretende registrar uma folia mantida por sua família ao longo dos tempos, mas que não dispõe de documentos escritos já que eles não existem? Tal demanda seria representativa para o Estado brasileiro? Qual seria o valor representativo para o registro entre conceber como relevante o Carnaval do Rio de Janeiro e o Terreiro de Umbanda Mártir São Sebastião de Goiânia? (Lima Filho, 2009, p. 622).

Tem-se aí uma ideologia que não resulta em práticas de reconhecimento que visem à totalidade do patrimônio, mas a eleição de alguns, cuja origem mítica remete à ideia de autenticidade, representatividade e relevância. Do ponto de vista conceitual, a própria cultura é reordenada na dialética do cotidiano, motivo pelo qual, na análise do patrimônio imaterial, não nos interessam as celebrações, formas de expressões e saberes em si mesmos, o que é mais ou o que é menos tradicional (no sentido de continuidade histórica), mas sim os sentidos e signos partilhados, as dinâmicas de atribuição de significados e valores no presente, concatenados à própria espacialidade do lugar.

No momento em que as memórias dos sujeitos ressaltam esses significados e valores, é mais perceptível que o que os movem nem sempre é a expectativa do “resgate”, mas sim, da (re)criação. Nesse sentido, “a memória deixa de ter um caráter de restauração e passa a ser a memória geradora do futuro” (Bosi, 2003, p. 66).

As folias, por exemplo, como rito de recordação não são cerimônias que carregam objetos considerados simplesmente como resquícios a serem preservados. O ato de convocar o passado ritualisticamente envolve o poder criativo da memória de reatualizar narrativas. Dessa forma, “recordação-comemoração não opera dentro de uma suposta separação entre passado, presente e futuro. A retrospectiva é um ato de propensão, extensão para adiante” (Melo, 2006, p. 167), como veremos a seguir em alusão a algumas festas pesquisadas no território goiano.

A GEOGRAFIA E A MEMÓRIA DAS/NAS FESTAS GOIANAS

Para a geografia, a festa tornou-se um campo fecundo de análise, por constituir e produzir espaços dinâmicos e em movimento, além de possibilitar a compreensão de discursos sobre o lugar, definindo a prática socioespacial específica daqueles que a realizam. Segundo Di Méo (2012, p. 27), ela permite "perceber os signos espacializados pelos quais os grupos sociais se identificam a contextos geográficos específicos que fortificam sua singularidade".

Brandão (1974) também reconhece a festa como um acontecimento social de efeito identificador, sobretudo pela observação daquelas que, em Goiás, pesquisou durante trinta anos de trabalho e de andanças. Para o autor,

> [...] se ficarmos nas festas rurais do Brasil Central, poderemos verificar isso mesmo nos níveis mais epidérmicos. 1º. É através de festas que a sociedade homenageia, honra ou rememora: personagens, símbolos, ou acontecimentos com os quais ela se identifica e pelos quais se identificam os seus membros nos momentos de rotina. As festas de Santos Padroeiros, geralmente as mais importantes do calendário ritual, são um bom exemplo. 2º. Mesmo quando incluem partes ou aspectos comuns a outras festas de outras sociedades (pelo que também se identificam com elas e através delas com um contexto mais amplo de reconhecimento social), as festas de cada sociedade procuram fazer-se através de pelo menos algumas formas e conteúdos simbolicamente exclusivos, logo igualmente contrastivos e identificadores. 3º. Os rituais das festas são a forma simplificada e simbolizada de vivência e exposição da própria organização social e dos seus modos de ser. (Brandão, 1974, p. 6).

Mesmo que sejam vulneráveis à imposição da lógica capitalista, o fato festivo encontra sua definição como momento privilegiado de articulação das tensões próprias do lugar, produzindo na comunidade o desejo de afirmação da própria identidade. Num ciclo de realimentação, estimula o conhecimento sobre o patrimônio e a uma procura por recuperar cada vez mais o próprio passado. As festas ainda permitem que os moradores atribuam sentidos simbólicos ao espaço e fortaleçam sua conexão com ele. Elas se apropriam desses espaços enquanto o patrimônio materializa os sentidos afetivos das festas.

As Figuras 1, 2 e 3 apresentam momentos festivos em cidades goianas, em que os espaços do patrimônio de pedra e cal são revisitados durante os rituais, conferindo a eles sentidos que são próprios das pessoas do lugar, e garantindo um tipo de preservação que vai além da importância do tombamento e da conservação. A saída da Romaria de Nossa Senhora da Penha que parte de Pilar de Goiás rumo a Guarinos, GO, congrega uma grande multidão em frente à igreja Matriz para o badalar dos sinos que marca o início da romaria.

Figura 01 - Saída da Romaria de Nossa Senhora da Penha na Igreja de Nossa Senhora do Pilar, em Pilar de Goiás, GO



Foto: Bruna Reis Paiva Cunha, 2013

O Arraiá da Boa Vizinhança (Figura 02), realizado no sítio histórico de Porangatu, GO, é um pequeno festejo que reforça o sentimento comunitário e de valorização do lugar, pois, ainda que o festeiro sorteado resida fora do sítio histórico, a festa obrigatoriamente deve acontecer ali no entorno da Matriz, em resistência a uma forma de abandono pela gestão municipal e pelas políticas institucionais do patrimônio que essa área pioneira da cidade sofre.

Figura 02 - Quadrilha no Arraiá da Boa Vizinhança no sítio histórico de Porangatu, GO



Foto: Luana Nunes Martins de Lima, 2015

Situação semelhante acontece em Crixás, GO, cidade que perdeu quase a totalidade de seus edifícios históricos, datados do período da mineração em Goiás. Sem a Casa Grande, local tradicional que abrigava a festa do Divino Espírito Santo e outras tradições locais, a folia pousa em residências e edificações que continuam sendo referências históricas, demonstrando que a preservação do patrimônio é muito mais um movimento de resistência cultural das populações locais do que necessariamente a conservação da pedra e cal. Apesar de, por vezes, estar desapropriado de sua base material, o patrimônio se reconstrói, se recria, e se reelabora no presente das cidades.

Figura 03 - Saída da Folia de São Patrício após pouso no Casarão (Centro Cultural), único edifíciohistórico remanescente em Crixás, GO



Foto: Luana Nunes Martins de Lima, 2016

Segundo Di Méo (2012, p. 224), ritos e cerimônias manifestam a influência dos grupos locais sobre o espaço em festa. Em quase todas as festas pesquisadas ficou claro o alcance da Igreja Católica, das prefeituras municipais e de associações específicas. Esse efeito de territorialização se acentua nos desfiles, nas cavalgadas, nas procissões, nas folias e em outros percursos que se apoiam nesse espaço territorializado, ao ponto de fazer corpo com ele. Exemplo disso é a "Corrida da Aleluia", em celebração da Páscoa na cidade de Pilar de Goiás. Esta é uma manifestação voltada para as crianças de todas as idades no Domingo de Aleluia, que partem da Igreja Matriz, após a Missa, percorrendo toda cidade. "[...] Era do povo, mas como a sociedade, é ligada à Igreja [...]" (entrevista concedida por moradora em 27 de junho de 2016).

Ainda para Di Méo (2012), as manifestações culturais não só significam e qualificam o espaço, como tiram dele outras propriedades: alegria, emoção, orgulho, espanto, um sentimento de solidariedade ou identidade, às vezes um pouco de medo, um arrepio. "É em parte porque ela se confunde nos espíritos com dispositivos espaciais particulares, que a festa suscita uma reação emocional de adesão e de comunhão para seus participantes". Entretanto, o espaço da festa não suscita apenas sensações espontâneas, intensas e efêmeras aos seus protagonistas ou a seus espectadores, mas abarca também "uma dimensão simbólica que marca mais duravelmente seus lugares, selecionando-os" (Di Méo, 2012, p. 224). Nisso consiste o aspecto mais geográfico do ato festivo.

Do ponto de vista da memória, o fenômeno festivo expressa uma "liberdade" maior em relação ao conceito de patrimônio, que, por sua vez, é fechado em uma temporalidade (Jeudy, 2004). Enquanto gestores do patrimônio buscam eleger o que deve permanecer em memória para o tempo futuro, as festas, em sua espontaneidade e autonomia comunitária, permitem que as memórias coletivas resistam aos processos de conservação que terminam sempre por petrificar o patrimônio, impondo modelos.

As festas são o patrimônio em movimento, em continuidade, em ciclo. São reminiscências que possibilitam determinada continuidade, apesar das descontinuidades sobrevindas. Nas palavras de Eckert (1997, p. 185), "a festa é transferida como um movimento de reatualização do lugar consagrado na imaginação coletiva como palco legítimo da teatralização presente, como contexto propício para reanimar, na memória atual, o lugar do passado".

Afirmamos anteriormente que o ato de recordar-comemorar não opera dentro de uma suposta separação entre passado, presente e futuro. Por exemplo, no giro da folia e na festa do Divino Espírito Santo, que ocorrem em muitas cidades goianas com duração de aproximadamente um mês, há uma intensa dinâmica em que a festividade do passado tem seu espaço na memória dos partícipes. Nas falas, o "antigamente era assim..." e "naquele tempo..." surgem espontaneamente quando conversamos sobre a festividade do presente, como se, de fato, a festa representasse o elo de conexão mais forte da comunidade local com seu passado. "– Do que mais tem saudade na cidade do passado? – perguntamos. – Das festas – respondem". O que significa ter saudade da festa do Divino do passado, quando ela ainda acontece na atualidade? Percebe-se que havia uma forma de participação, de fazer a festa, de produzir, que ainda é rememorada como autoafirmação de inserção no próprio lugar. Os locais do patrimônio também integram essa dinâmica: o casarão histórico (Figura 03), as ruas por onde passam a procissão e a folia (Figura 04), os fornos onde se assavam os bolos, a igreja onde há a entrega da folia, entre outros. Trata-se de locais que interagem com a festa, sendo ainda mais impregnados de significados pela memória dos fiéis, como Halbwachs (2003, p. 170) afirmou:

> Teríamos uma ideia muito incorreta da maneira como se dispunham em sua memória as lembranças das cerimônias, das preces e de todos os atos, todos os pensamentos que preenchem uma vida devota, se não soubéssemos que cada um deles encontraria lugar em alguma parte desse espaço.

Figura 04 - Folia de Pilar de Goiás, GO, no giro a cavalo pela cidade



Foto: Acervo de Rogério Ferreira, 2013

Também é importante reconhecer que "em todas essas comemorações, a crença está indissociavelmente ligada à imagem, e esta é capturada através do ato de relembrar e revivificar", diz Melo (2006, p. 166). E mais: "Aqui vemos que imagens do passado e o conhecimento revivido são sustentados por performances rituais" (Melo, 2006, p. 166). A memória reconhece o rito como uma herança do passado, e o valor patrimonial é dado pelo que o "ato de festar", os ritos e práticas significam no presente. E o que elas significam no presente? O "fazer a festa" responde a alguma necessidade individual ou coletiva, ou cumpre alguma função social essencial, nem sempre clara aos próprios participantes? Brandão (2015, p. 65) responde a essas perguntas, alegando que,

> [...] de dentro para fora, talvez seja preferível acreditar que as pessoas "vivem a festa" porque ela é um entre os outros meios simbólicos tão humanamente ancestrais e essenciais, através dos quais os sentimentos, os saberes, os sentidos, os significados e as sociabilidades inevitáveis da vida de todos os dias são re-traduzidos e re-ditos, solenemente pronunciados entre a prece, o canto, a dança, o cortejo, a romaria, o teatro, a celebração, enfim.

Além de uma forma de estabelecer identidade com o lugar e exercer a função de memória, as festas em Goiás se revelam importantes mecanismos de resistência patrimonial, pois permitem a recuperação da história, dos valores, das tradições e das formas de vida da comunidade local. Por meio delas, nasce uma patrimonialidade que escapa à construção institucional de um patrimônio ou manutenção daqueles já "construídos" (pedra e cal). Isso faz com que o patrimônio resista de uma forma singular nestas cidades, como afirmação do patrimônio negado histori-

camente. São resistências porque, no entrecruzamento entre o popular e o religioso, tornaram-se veículo, suporte material e espaço de luta entre diversas interpretações do passado hierarquicamente posicionadas.

Os arraiais, julgados e vilas que surgiram em várias regiões do estado de Goiás em função da economia aurífera geraram uma mobilidade de sujeitos rumo ao interior do Brasil, trazendo também a existência de diversas categorias de festas. Festas que foram consideradas como a herança barroco-colonial de maior expressividade deixada para Goiás, em forma de ritos, *performances*, cantos e danças, conforme aponta Paulo Bertrand (1977, p. 30):

> A arte barroca no Brasil Central não teve a mesma importância da Bahia ou de Minas Gerais, [...] mas sempre compareceu historicamente, deixando uma forte herança que hoje – em todo o mundo de fala portuguesa – quase que só sobrevive em Goiás. São exemplos as Cavalhadas, as grandes festas do Divino, a Semana Santa da Cidade de Goiás (muito parecida com a da cidade de Braga, em Portugal) e até a Catira, que era uma dança medieval, assim como medievais são as festas citadas. Já os cantares em falsete e em duos – como nas nossas duplas sertanejas –, provêm diretamente dos padrões culturais da colonização no século XVIII.

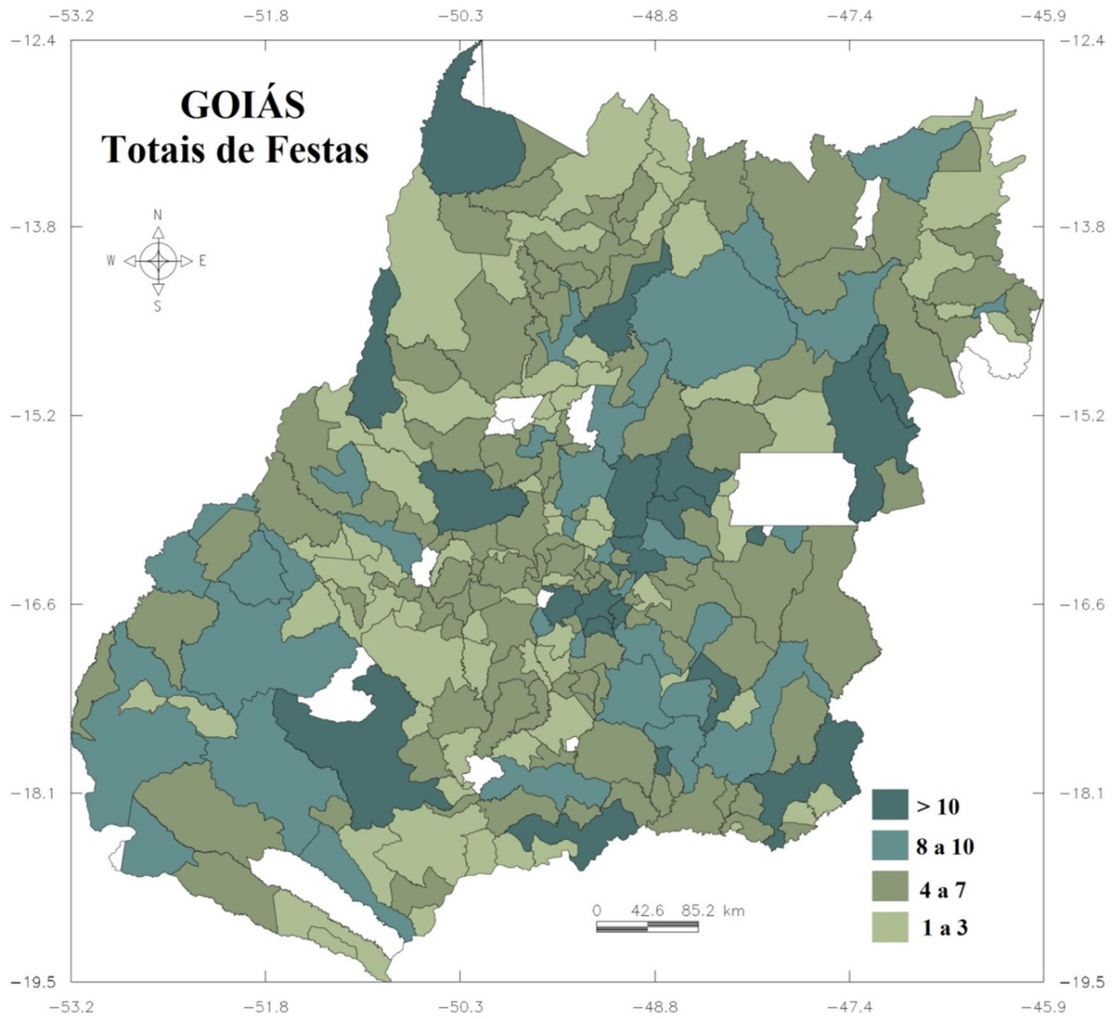
Essas categorias de festividades goianas foram muito bem abordadas na produção do *Atlas de Festas Populares em Goiás*, organizado por Almeida *et al.* (2015). São elas: Festas de Santos, Padroeiros e Romarias, Festas rurais, Festas de Folias, Festas Juninas, Festas Natalinas, Festas de Espetáculos (Cavalhadas, Congada, Procissão do Fogaréu, Encenação da Via Sacra), entre outras. O *Atlas de Festas Populares em Goiás* é uma visão geográfica, contando com a pesquisa e análise de geógrafos sobre o tema, cuja elaboração deteve-se à dimensão do patrimônio imaterial da goianidade. Tal aspecto foi possibilitado na análise, na descrição e na cartografia de suas mesorregiões.

> Este inventário, quase pioneiro, apresentou um fragmento ilustrativo das festividades goianas. É, contudo, rico no potencial ao apresentar a essência da manifestação cultural. Também, algumas festas que de suas práticas de celebrações, de tradições e de sociabilidade são reinventadas e tornam-se espetáculos midiáticos. Espera-se que o *Atlas* auxilie na importância de valorização de tradições presentes nas raízes dessas festas populares e desperte o interesse para que este inventário tenha aprofundamento. Afinal, a festa popular é um fenômeno atemporal, expressão da tradição cultural e, também, da identidade goiana. (Almeida *et al.*, 2015, p. 10).

Esse inventário cartográfico das festas populares em Goiás não esgota a diversidade e quantidade das manifestações no estado. Afinal, há muitas outras festas em Goiás não catalogadas, pelo seu aspecto muito localizado e pouco publicizado. Assim mesmo pode-se evidenciar quantitativamente essa riqueza de produção cultural não inventariada pelo INRC. O mapa da Figura 05 é um levantamento preli-

minar quantitativo das festas do estado, já indicando uma rica diversidade em todo território.

Figura 05 - Mapa da quantidade de festas por município no estado de Goiás



Elaboração: Rodrigo S. Lima, 2013. Fonte: Projeto Pró-Cultura "A dimensão territorial das festas populares e do turismo: estudo comparativo do patrimônio imaterial de Goiás, Ceará e Sergipe" (Edital Capes/Minc nº 7/2008), 2009, 2010, 2011 e 2012. Base cartográfica: Sistema Estadual de Estatística e de Informações Geográficas de Goiás, 2006.

As festas de Goiás, dessas cidades do interior, embora não sejam "patrimonializadas" ou midiatizadas, identificam os lugares e definem as diversas categorias de sujeitos partícipes. Alguns são os guardiões da memória, zelosos quanto aos ritos para que sejam praticados tais como eram no passado. Outros são aprendizes, para não deixar que a festa se acabe. Ninguém é simples turista em busca de um espetáculo. O público é especial e todos têm algo em comum. As festas revelam a resistência do patrimônio, na medida em que permitem aos grupos sociais partilharem o que acreditam ser esse algo em comum: uma origem, uma memória, uma história comum. Em cada uma das cidades da pesquisa, as festas apresentaram conexões com o espaço onde se realizam, mostrando que a memória sobre elas se articula na

construção de uma "essência" do lugar. As rezas e cantorias com letras que remetem ao universo do lugar, as comidas típicas e modos de fazer, danças e gestos que também expressam relações de pertencimento local, contos e causos de acontecimentos na festa, são exemplos. Embora sejam festas comuns em várias partes do país, o "isso só tem aqui" é o que garante certa segurança ontológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é raro pesquisadores encontrarem, na oralidade e na observação das festas goianas, elementos que conferem um sentido patrimonial, ou seja, de patrimonialidade, um conjunto de formas de reconhecimento que individualizam as cidades e definem o lugar de um patrimônio próprio. Reconhecemos nelas a resistência de uma ruralidade expressa como tradição nos rituais e nos símbolos, por penetrarem o cotidiano do lugar compondo o quadro da memória de seus moradores. Essa resistência se expressa na reafirmação das festas de Goiás como elementos identitários, como percebeu Brandão (1974, p. 6):

> [...] tenho encontrado em todas as cidades mais antigas de Goiás uma espécie de "orgulho" difundido, dos velhos às crianças, pela posse e uso dos elementos "tradicionais" e "exclusivos" de suas festas. [...] A sociedade rural parece orgulhar-se de conservar e colocar em exposição uma vez por ano mais do que apenas a sua "cultura tradicional". É a si própria, seus valores, seus preceitos e sua história que ela revê, rememora e conserva.

Essa essência, vista tão efusivamente no conjunto dos rituais solidários da festa do Divino, da Folia de Reis, dos arraiás, dos presépios e lapinhas, entre outros, revela a aspiração do desejo de rememorar acontecimentos religiosos do passado. A festa do passado é lembrada porque o seu acontecer sempre estará associado a um acontecer íntimo: a promessa, a dádiva, a doação, a penitência, o casamento, o batismo, o compadrio. "E não tanto a memória fiel do que se lembra, mas também a arte generosa, criada pelos ancestrais ou pelos próprios atores que a vivem aqui e agora, e tão diferenciadamente partilhada" (Brandão, 2004, p. 28).

O que mais sobressaiu durante a pesquisa empírica nessas festas foi poder identificar uma linguagem, uma forma de canto, uma atitude de devoção, os gostos e as conversas tão comuns, tão próprios daqueles lugares, que dão uma singela dimensão do "ser goiano". As festas expressam, ao mesmo tempo, a goianidade enquanto identidade, e a patrimonialidade de lugares e sujeitos não patrimonializados, pelos sentidos que eles carregam sobre a festa. As igrejas, as ruas, as praças, as casas, as fazendas, tudo isso é palco de realização da folia e da festa, tornando-se centralidades geográficas pelos sentidos de patrimonialidade que despertam ao re-

presentarem um centro de referências dos antepassados, revivido agora pela memória coletiva.

Para a fenomenologia, no domínio do pensamento, sujeito e objeto, fato e essência, ser e nada, consciência e imagem, coisa e palavra já implicam interpretações singulares do mundo. Para quem, como pesquisador, vivencia esses momentos festivos que se apoiam em redes de sociabilidade interna e na identidade das pessoas pertencentes ao lugar, cada festa, cada ritual, cada gesto (ainda que sejam práticas que se repetem em outros lugares) revela o próprio lugar. Isso porque são intrínsecos de um "mundo-vivido" (Buttimer, 1982) que, embora seja aberto a múltiplas e coexistentes trajetórias (Massey, 2013), ainda mantém certa coesão ao compartilhar uma história comum, saberes comuns, sentidos e linguagens próprios no rezar, no comer, no dançar, no lembrar, no sentir e no crer.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. *et al.* (Org.). *Atlas de Festas Populares em Goiás*. Goiânia: Gráfica UFG, 2015.

BERTRAND, P. *Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783.* Goiânia: Universidade Católica de Goiás; Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1997.

BOSI, E. Memória da cidade: lembranças paulistas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 198-211, jan.-abr. 2003.

BRAGA, H. C.; ALMEIDA, M. G. Tradição e modernidade em Goiás: uma breve reflexão sobre sua dimensão cultural. *In*: COLÓQUIO NACIONAL DO NEER, 2., 2006, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006.

BRANDÃO, C. R. *Cavalhadas de Pirenópolis*: um estudo sobre representações de cristãos e mouros em Goiás. Goiânia: Oriente, 1974.

BRANDÃO, C. R. *Memória do sagrado*: estudos de religião e ritual. São Paulo: Paulinas, 1985.

BRANDÃO, C. R. *De tão longe venho vindo*: símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás. Goiânia: Ed. UFG, 2004.

BRANDÃO, C. R. De um lado e do outro do mar: festas populares que uma origem comum aproxima e que um oceano e um cerrado separam. *In*: OLIVEIRA, M. F. et al. *Festas, religiosidades e saberes do Cerrado*. Anápolis: Ed. UEG, 2015. p. 25-72.

BRASIL. *Decreto nº. 3.551, de 4 agosto de 2000.* Dispõe sobre o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em: 4 fev. 2016.

BUTTIMER, A. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. *In*: CHRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982. p. 165-93.

COSTA, E. B.; SUZUKI, J. C. A ideologia espacial constitutiva do Estado nacional brasileiro. *Scripta Nova*, Barcelona, v. XVI, n. 418 (6), p. 1-28, 2012.

DI MÉO, G. La géographie en fêtes. Tradução de Elisa Bárbara Vieira D'Abadia. *Revista Plurais Virtual*, Anápolis, v. 2, n. 1, p. 24-55, 2012.

ECKERT, C. A saudade em festa e a ética da lembrança. *Revista Estudos Feministas,* Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 182-192, 1997.

ESTEVAM, L. A. *O tempo da transformação*: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. Goiânia: Ed. UCG, 1998.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais. *Manual de aplicação.* Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

IPHAN. Patrimônio Imaterial. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234. Acesso em: abr. 2017.

JEUDY, H.-P. Liberdade da memória: uma entrevista com Henri-Pierre Jeudy. *Revista Pós*, São Paulo, n. 15, p. 10-15, jun. 2004.

LIMA FILHO, M. F. Da matéria ao sujeito: inquietação patrimonial brasileira. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, v. 52, n. 2, p. 605-632, 2009.

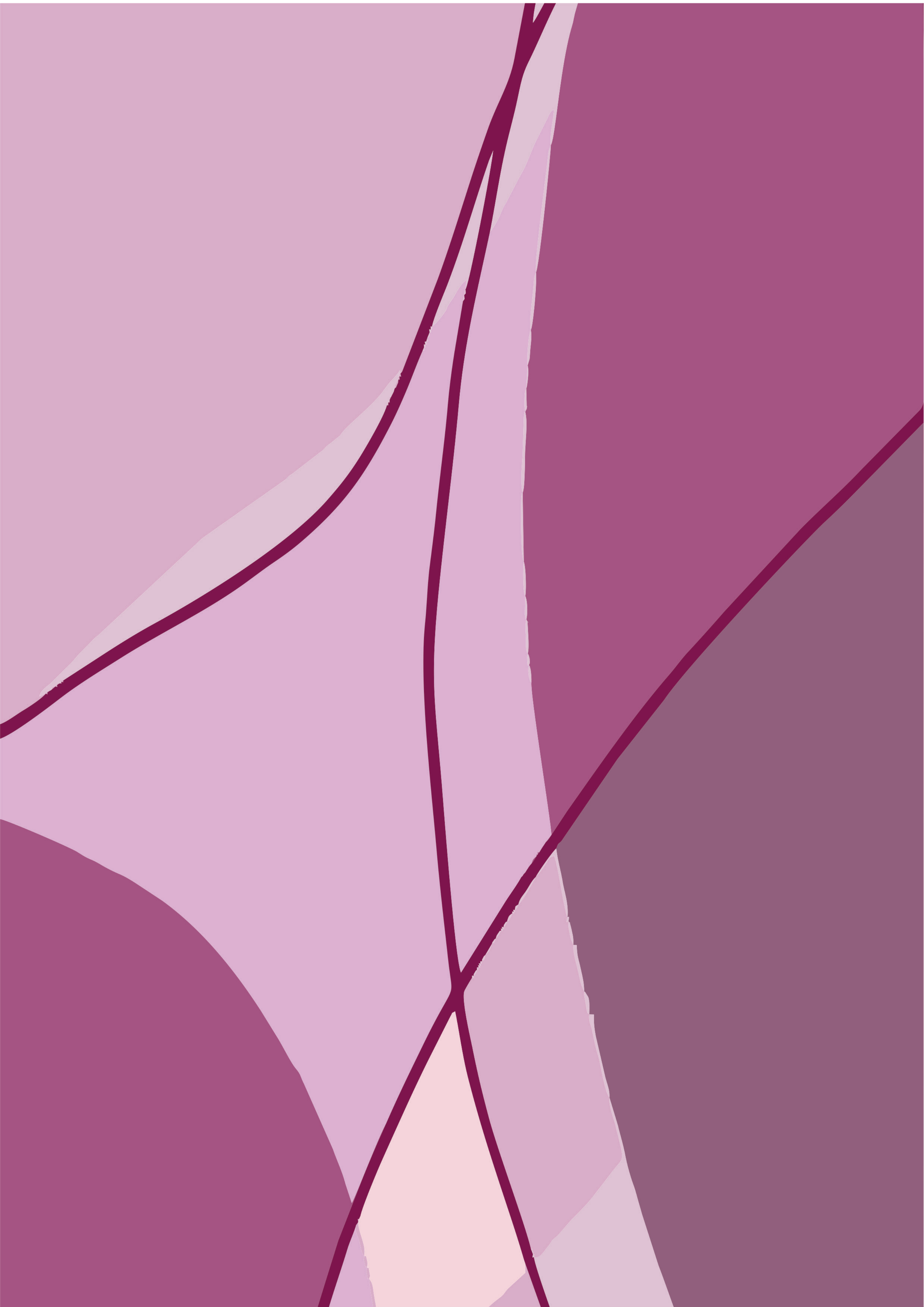
MASSEY, D. B. *Pelo espaço*: uma nova política de espacialidade. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MELO, R. V. Cerimônias comemorativas em Corumbá de Goiás. *In:* MELLO, T. F. N. (Coord.). *Entorno que transborda*: patrimônio imaterial da RIDE. Brasília: Petrobrás, 2006, p. 143-171.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Tradução do Ministério das Relações Exteriores. Brasília, DF: Unesco, 2006.

UNESCO. Elementos do Brasil inscritos nas Listas do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO, 2017. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/ world-heritage/intangible-cultural-heritage-list-brazil/#c1414250. Acesso em: abr. 2017.



CAPÍTULO 6

A MEMÓRIA DAS ESTRADAS DE SERINGA: O TEMPO E O ESPAÇO DO SERINGUEIRO[1]

Janaína Mourão Freire

DOI: 10.46898/rfb.9786558892427.6

1 O texto apresentado faz parte da pesquisa de mestrado intitulada "Imaginário e Paisagem na Memória de Seringueiros do estado do Acre" defendida no ano de 2013.

INTRODUÇÃO

aí a gente vive naquela vida, amanheceu, anoiteceu é nós no mato,
anoiteceu no mato, amanheceu no mato.
É assim... Quando o dia amanhece a gente ta na mata já.
Quando o dia anoitece a gente ta na mata denovo!
(AJ, 79 anos, Rio Branco)

A relação homem e meio, analisada de maneira integrada, deve considerar não apenas os aspectos físicos e biológicos de um e de outro, mas também a ligação imaterial existente entre ambos. O paradigma fenomenológico, na Geografia, tem viabilizado estudos dedicados à memória e ao imaginário, de modo a aproximá-los do nível simbólico e, inclusive, transcendental (Almeida, 2008; Corrêa, 2010).

Dardel (2011, p. 34) reflete que: "a cor, o modelado, os odores do solo, o arranjo vegetal se mistura com as lembranças, com todos os estados afetivos, com as ideias, mesmo com aquelas que acreditamos serem as mais independentes". Isso significa que não é possível armazenar qualquer coisa na mente humana que seja destituída de mundo, ou seja, de referências e símbolos absorvidos pela experiência e aprendizados obtidos no mundo.

Simon Schama (1996, p. 27) discorre sobre os "guardiões da lembrança da paisagem" - os portadores vivos que guardam a memória de um lugar e de um tempo. Esses guardiões possuem as paisagens que construíram ao longo da vida em sua memória e por isso aqui será utilizado o conceito de *paisagens na memória*. Paisagem na memória nada mais é do que o espaço-tempo vivido, que, quando materializado em discurso, é também revivido e representado, mesclando passado e presente. Os guardiões da lembrança do presente artigo são ex-seringueiros do estado do Acre, das regiões do Juruá, e baixo e alto Acre, que trabalharam no período da Segunda Guerra Mundial – por isso, denominados de Soldados da Borracha. Seringueiros são aqueles responsáveis por extrair o látex da seringueira - espécie *Hevea* (de gêneros diversos).

Os seringueiros viviam em colocações dentro dos seringais, ou seja, em fatias de terra virgem organizadas como núcleos. Nessas colocações se estabeleciam com a família para realizar o trabalho. Nos seringais predominava-se o sistema de aviamento, no qual o trabalhador era exposto a endividamento prévio, exclusividade de venda do látex ao patrão, limitação de roçados, exclusividade na compra de bens de consumo no barracão e incentivo ao consumo de supérfluos para o aumento das dívidas. Barracão era uma espécie de sede do seringal onde eram depositados os produtos e entregue todo o látex já defumado e marcado.

Nossos objetivos na dissertação eram discutir como se constitui o imaginário e a paisagem na Memória de seringueiros do estado do Acre; aprofundar estudos sobre a *memória* de maneira a compreender como o homem a constitui, a percebe e a revela, bem como identificar os elementos que compunham as *paisagens na memória* para constituir a geograficidade[1] dos antigos seringueiros do estado do Acre.

Quanto a metodologia empreendida para obtenção dos resultados aqui expostos, foram utilizadas entrevistas narrativas. De acordo com Uwe Flick (2009, p. 165), a tarefa do entrevistador é fazer com que o entrevistado conte a historia do objeto de pesquisa do início ao fim. Para tanto, é preciso ter uma <u>pergunta gerativa de narrativa</u>. Posteriormente, chega-se ao estágio das <u>investigações mais profundas da narrativa</u>, para captar elementos que não tenham ficado claros ou que não foram devidamente detalhados na primeira exposição (se for preciso pode-se usar outra questão gerativa de narrativa). O último estágio é a <u>fase do equilíbrio</u> "no qual pode-se também fazer perguntas ao entrevistado que visem relatos teóricos sobre o que aconteceu, bem como ao equilíbrio da história, reduzindo o significado do todo ao seu denominador comum". Nessa pesquisa, os seringueiros foram convidados a relatar sobre a vida no seringal desde a chegada até os dias de hoje, enfatizando detalhes de acontecimentos, relatos sobre a vida na floresta, como eles enxergam a paisagem e outros. Além das entrevistas, foram utilizados diários de campo com relatos durante e após cada entrevista e a confecção de croquis a mão livre pelos seringueiros. Todos foram estimulados a espacializar o seringal e a rotina diária no papel e, nesse artigo, será dado foco a esses resultados.

Ao total foram doze seringueiros entrevistados: onze homens e uma mulher. Alguns deles estavam junto de suas esposas durante as entrevistas e também as deixamos livres para se comunicarem. Dez dos seringueiros são aposentados como soldados da borracha (nascidos entre 1914 e 1936) e apenas dois deles ainda eram muito novos durante o conflito que levou a aceleração na produção de látex. As idades variam entre 70 e 98 anos. Com relação ao local de nascimento, 66,66% dos seringueiros entrevistados são nortistas. Desse número, 75% nasceu no estado do Acre e 25% no estado do Amazonas. Os outros 33,33% entrevistados são nordestinos (*Arigós*)[2], vindo do Ceará.

Para a catalogação e interpretação dos depoimentos, valemo-nos da análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011). Todas as entrevistas foram inteiramente gravadas, transcritas de acordo com simbologia própria, impressas, e agrupadas

1 Eric Dardel (2011, p. 31) afirma que: "Ela [a paisagem] coloca em questão a totalidade do ser humano, suas ligações existenciais com a Terra, ou, se preferirmos, sua geograficidade original [...]". Essa geograficidade define a relação do ser no mundo e é a essência da Geografia.

2 Termo pejorativo para designar os trabalhadores que vinham do nordeste assumir cargos como seringueiros na Amazônia.

em temas e subtemas por meio da metodologia de recorta e cola. De acordo com Laurence Bardin (2011, p. 96):

> Sob a aparente desordem temática, trata-se de procurar a estruturação específica, a dinâmica pessoal, que, por de trás da torrente de palavras, rege o processo mental do entrevistado. Cada qual tem não só o seu registro de temas, mas também a sua própria maneira de (não) os mostrar. Claro que tal como se pode, ao longo de várias entrevistas, e sobretudo se forem muitas, ver manifestarem-se repetições temáticas, pode também ver-se tipos de estruturação discursiva.

Após a análise de conteúdo foram definidas as categorias descritas a seguir: O *Cotidiano*, abarcou todas as falas que mencionaram alguma temporalidade sobre a rotina e adjetivações referente a vida no seringal; *Lendas, Família, Festas e Patrão* embora estejam ligadas ao cotidiano foram separadas pelos conteúdos peculiares; Os relatos sobre a *Migração* do Nordeste aos seringais foram trazidos por todos os *Arigós* e notou-se que é uma memória presente, merecendo destaque; Alguns seringueiros que foram soldados da borracha, deram a sua fala um teor historiográfico e trouxeram versões distintas sobre o período da Segunda Guerra Mundial, portanto, foi dado ênfase a categoria *História do Brasil e Geral*; Sobre a situação dos *Seringais nos dias de hoje*, alguns deles deram relevo ao descaso em que vivem e às condições da aposentadoria e; por fim, as categorias *Seringueiros/ex seringueiros* se referem à percepção individual sobre o que é ser seringueiro. Nesse artigo abarcaremos as respostas trazidas na categoria cotidiano. O quadro 01, a seguir, revela a legenda utilizada para transcrição das entrevistas, bem como as categorias definidas após análise de conteúdo.

Quadro 01 - Categorias/ repetições temáticas

<table>
<tr><th>Legenda de transcrição</th><th>Categorias</th></tr>
<tr><td rowspan="9">Legenda:
◆ A continuação de uma fala foi interrompida
★ Falamos juntos
✪ Silêncio
✗ Inaudível
O Entrevistado começou a falar sem pergunta prévia
♪ Imitação de som ou canto
⃠ Gesticulação
abc não tenho certeza se a palavra é essa
⌫ desenhando
ⓘ Respondeu algo diferente do perguntado</td><td>História do Brasil e Geral</td></tr>
<tr><td>Migração</td></tr>
<tr><td>Patrão/ seringalista</td></tr>
<tr><td>Lendas</td></tr>
<tr><td>Festas</td></tr>
<tr><td>Cotidiano</td></tr>
<tr><td>Família</td></tr>
<tr><td>Seringais hoje</td></tr>
<tr><td>Seringueiros/ex-seringueiros</td></tr>
</table>

Fonte: Estrutura de análise de conteúdo | Organização: Janaína Mourão Freire

Para melhor explicar as categorias selecionadas, iniciaremos por expor as questões temporais do trabalho. O trabalho do seringueiro pode ser concebido tam-

bém como um modo de viver e habitar[3]. O seringueiro não apenas trabalha como tal, mas existe dessa forma. Vale ressaltar que o habitat é determinado pelo número de *heveas* presentes em determinada área, de modo que se legitime a constituição de uma colocação.

AS TEMPORALIDADES ORIGINÁRIAS DA DINÂMICA SERINGUEIRA

Os elementos que constituem o cotidiano de um seringueiro se voltam inteiramente para a atividade principal – a extração de látex. A coleta do leite era organizada, inicialmente, pela abertura de estradas ao redor das seringueiras. De acordo com Cunha (2002, p. 285):

> a marca da atividade extrativista são trilhas que atravessam a floresta sob a copa das árvores, e, se as estradas fossem abandonadas, somente as cicatrizes dos numerosos cortes nos troncos de *Hevea* testemunhariam a longa história da borracha da floresta Amazônica.

Isso se daria porque sendo a dinâmica da floresta amazônica muito intensa, pelo alto índice pluviométrico, rapidamente as estradas seriam novamente agregadas a morfologia natural, como se não tivessem existido.

A espacialização dos seringueiros era tão direcionada a produção de borracha que essa prática se estabelecia de maneira altamente sustentável. Além da casa, a casa de defumação e outras pequenas construções que por ventura existissem, os trabalhadores possuíam pequenos roçados de no máximo 2 hectares. Portanto, a *ação espacializante* de um seringueiro configurava-se basicamente pelo trabalho nas *estradas de seringa*.

Todos os seringueiros explicaram o seu cotidiano por meio de advérbios de tempo ou substantivos ligados ao clima. No que concerne à hora para acordar, alguns costumavam ter relógio dentro de casa para despertar, outros despertavam com o galo. Na mata, a hora era identificada pela posição do Sol, que permitia a inserção de outras unidades temporais como a madrugada, a manhã e a noite. Muitos deles possuíam um plano de produção[4] que lhes permitia acompanhar as duas estações do ano: verão (sem chuva) e inverno (com chuva), fundamental para a colheita do látex. Além disso, outras categorias como o dia, mês e ano se apresentavam no plano para quantificar o desempenho das *heveas* da colocação.

Abaixo, segue um breve poema, escrito ao final das entrevistas e que resume a rotina diária deles:

3 Habitar é colocar sobre o solo toda a nossa subjetividade (DARDEL, 2011). Nós não vivemos pra pisar, mas para habitar um lugar na Terra.
4 Termo trazido por Manuela Cunha (2002) que se refere a um planejamento anual do seringueiro.

O seringueiro adentrava na mata logo ***cedo***
Seguia a estrada daquele ***dia****,*
A ***hora*** *passava sem tempo pra ter medo,*
Riscava[5] *com delicadeza e a tigela embutia*[6]*,*

O primeiro rodo era assim.
Depois de comer uma jacuba,
Recomeçava a caminhada, Agora pra colheita,
"Tomara que não ***chova****", ele pensava.*

Dentro da mata estão o trabalho e os alimentos
Dentro da mata estão os bichos e os índios
Dentro da mata estão a vida e os pensamentos

A solidão inicia antes do ***sol*** *clarear*
E não termina com o prata do ***luar***
Um dia inteiro está lá o seringueiro,
Sozinho mas inteiro!

Por esse poema foram relacionados o tempo e as feituras do espaço. A partir dos termos grifados, a prática seringueira foi associada a um calendário sazonal diário pois é desse modo que o trabalho se organizava.

De acordo com JSC[7] era necessário sair *"0h/01h da madrugada pra poder dar conta pra chegar na hora de fazer e de defumar"* e como *"a seringa era um serviço obrigatório se a pessoa não tivesse atento pelo menos até 6h da manhã já perdia o dia"* (JSC, 89 anos, Rio Branco). V. explica: *"Saía até 1 hora da madrugada pra cortar estrada*[8]*. Num tinha horário, era uma hora, duas hora, três hora..."* (V., 83 anos, Xapuri). FMG confirma isso: *"A gente se levantava 3 horas da madrugada, aí ajeitava o café e ia, botava farofa*[9] *na lata e ia pra estrada... e ia chegar 5 hora, 6 hora [da tarde]"* (FMG, 76 anos, Rio Branco). No depoimento deles pode-se traçar um horário de saída que varia de 1 hora da madrugada até 6 horas da manhã. Cunha (2002, p. 300) explica que o limite é às 5 horas: "O corte se inicia entre três e cinco horas da manhã, pois todas as madeiras de uma estrada de seringa devem ser sangradas até às nove horas, horário em que a temperatura mais baixa deixa o látex escorrer sem coagular". Essa explicação científica possivelmente era conhecida pelos seringueiros, não necessariamente por orientação dos seringalistas, mas pela vivência prática na floresta.

JSC continua a explicação, expondo a rotina de um seringueiro que saía de casa as 6h da manhã, o horário limite:

> *Era...por exemplo, a gente saía 6h, quando era 11h a gente terminava de embutir as tigelas, né? Aí quando terminava aquele corte, que a gente ia riscando a seringa e embutindo a tigela pro líquido cair dentro, né? Aí chegava 11h por exemplo, aí tinha que voltar, dar*

5 Risco feito na árvore para escorrer o leite
6 Ato de colocar a tigela na árvore para o leite escorrer dentro
7 Foram utilizadas siglas para se referir aos seringueiros entrevistados.
8 Nesse caso estrada foi utilizada como sinônimo de seringa. A estrada é tanto o local do deslocamento como o próprio trabalho, mostrando a relação direta do espaço com o trabalho.
9 A *jacuba*.

> *outro giro [a colheita]. Aí quando era 4h, 5h [16h/17h], era a hora que a gente chegava com o leite. Aí é que ía fazer aquela fumaça pra defumar, na alta noite...* (JS, 89 anos, Rio Branco).

De acordo com a explicação dele, um seringueiro que saía para o trabalho as 6h da manhã, só terminava de embutir as tigelas às 11h. Embutir a tigela se refere a ação realizada após o corte, pouco profundo, do caule. É a inserção de vasilhas abaixo da direção de derramamento do leite. A tigela permanecia acoplada a árvore até que o seringueiro fizesse o segundo *rodo,* o da colheita do leite, ou seja, o momento de esvaziar todo o leite contido nas tigelas embutidas, em outro vasilhame. O segundo rodo, ou o rodo da colheita, finalizava por volta das 17h. Vale ressaltar, que como dito no poema, o seringueiro sempre torcia para que não rompesse uma chuva, pois esta se misturava com o conteúdo das tigelas, comprometendo todo o trabalho.

Cunha (2002, p. 301) elucida que "após uma pausa para descanso de uma hora, a estrada é novamente percorrida para recolher o látex das tigelas no balde [...] Por volta das quatro da tarde, o seringueiro está em casa para almoçar e realizar a defumação". Nesse caso, o segundo *rodo* se estabelece no intervalo entre 9h e 17h, variando de acordo com a hora de chegada para a primeira etapa (de embutir as tigelas). Depois dos dois rodos na estrada - o do corte e o da colheita – vinha a defumação. Esta seguia pela alta noite, dependendo do horário que o trabalho iniciava e do peso da borracha.

Sobre a técnica de defumação, o senhor AJ explica:

> *Chegando em casa a gente faz, faz a fornalhazinha com coco ou cavaco, se tiver cavaco defuma com cavaco. Se não tiver defuma com coco, né? Aí vai defumando, vai defumando, vai defumando. O seringueiro tem muita inteligência* (AJ, 79 anos, Rio Branco).

Sim, o seringueiro tem muita inteligência e habilidade. Inicialmente, o seringueiro faz uma fornalha com coco ou com cavaco para defumar. À medida que a defumação transcorria, o leite engrossava/coalhava e começava a gomar, e aos poucos pesava. O peso dificultava, de certo modo, o trabalho:

> Na defumação, o látex é derramado sobre um pedaço de madeira que roda sobre a fumaça e coagula imediatamente. A operação é repetida por vários dias, até completar uma péla ou bola de 30 a 50 quilos de borracha [...]. A bola recebe então o carimbo do seringueiro e está pronta para a pesagem [...]. O processo de defumação ocupa de duas a três horas a mais no trabalho de corte de uma estrada de seringa (Cunha, 2002, p. 305).

Portanto, depois de finalização dos rodos, ainda era necessário mais essa etapa (a terceira) para finalizar a atividade diária e ela tinha uma duração média de duas horas. Após a formação da goma arredondada preta – a péla, o seringueiro marcava

a borracha e a guardava até o patrão buscar ou aparecer o mateiro responsável pela pesagem. Como explica um seringueiro: *"Todo seringueiro tinha a marca de ferrar a borracha, pra não misturar as borracha"* (V., 83 anos, Xapuri).

Explica outro que *"[...] de 15 em 15 dias o patrão mandava um mateiro pesar borracha pra ver como é que tava a situação dos seringueiros e ia comprar mais mercadoria"* (JPL, 85 anos, Cruzeiro do Sul). O mateiro era peça chave na organização dos seringais, como ensina Cunha (2002, p. 299): "O regulamento imposto pelo patrão e aplicado pelo mateiro regia até pouco tempo a organização da estrada e o corte das seringas. Estipulava o número de árvores exploradas, a frequência dos cortes, o número e o tamanho das bandeiras[10], o período de repouso, a profundeza do traço e as multas para aqueles que não se conformavam". A importância do mateiro, portanto, era fundamental para a regulação da atividade extrativa e da manutenção do sistema de aviamento. Allegretti (2002, p. 162) explica a função do mateiro na abertura das *estradas* de seringa:

> A primeira coisa a fazer era abrir uma pequena clareira, na beira do rio, construir uma barraca coberta de folha de palmeira para se abrigar e colocar em segurança mercadoria. para a sobrevivência dos próximos meses. Em seguida, o mateiro ia abrir o seringal, que significava localizar onde estavam as seringueiras, no meio da floresta e abrir as estradas de seringa [...]. O mateiro avaliava a topografia, a localização dos igarapés, onde deveriam ficar as barracas dos seringueiros, identificava a primeira seringueira mais próxima e ali era a boca da estrada ao localizar a segunda seringueira, gritava para o toqueiro que ia alcança-lo, seguido do piqueiro que ia abrindo uma picada entre duas árvores. Assim iam seguindo até a volta da estrada [...] de tal forma que estrada assumia uma forma circular e tinha entre 100 e 120 *madeiras* [seringueiras].

FBA (90 anos, Cruzeiro do Sul) confirma: *"a gente não abria estrada, quem abria estrada era o patrão que mandava o mateiro abrir a estrada. Aí a gente chegava e arrendava aquela estrada e ele aí ia cortar. Era assim o negocio"*. Quanto ao formato circular, muitos seringueiros confirmaram isso nos desenhos produzidos, como será explicado posteriormente.

A atividade do seringueiro pode ser dividida em duas estações anuais: verão e inverno. A primeira segue de maio a julho, sendo que nesta, a alta produtividade é alcançada por meio de um leite espesso. Depois desse período, há uma pausa entre agosto e setembro pela baixa produtividade das seringueiras. "Os seringueiros dizem que o leite sobe pra rama das madeiras, que nesse período estão florando e folhando. Por isso, a sangria é danosa pra árvore que precisa do leite para a sua renovação" (Cunha, 2002, p. 291). A safra de inverno acontece entre os meses de outubro e janeiro, mas como explicado pelos seringueiros é um período repleto de chuvas, tornando-se perigoso a perda de um dia inteiro de corte.

10 Linhas verticais "desenhadas" nas seringueiras para delimitar o limite do risco inclinado, donde escorre o leite.

É importante localizar na rotina, os períodos de alimentação, assim como a qualidade nutricional dos alimentos pois, como percebido com os testemunhos, o trabalho pesado e o pouco sustento eram elementos que dificultavam a vida de um seringueiro. A alimentação nos seringais se dividia em quatro fontes principais: 1) Jacuba; 2) Roçado; 3) Caça e 4) Frutas. A Jacuba é feita de farinha de mandioca. São dois os motivos de estar posicionada fora do roçado: por uma questão de destaque, visto que ela está presente em todas as falas, sendo a principal fonte energética do seringueiro; e porque alguns seringueiros a compravam ao invés de produzí-la. As frutas também estão isoladas do plantio porque muitas era coletadas na floresta ao invés de cultivadas. O roçado, por sua vez, era bem diversificado e variava de plantas medicinais, especiarias, grãos, tubérculos, frutas e legumes. A caça "é considerada por todos os grupos da floresta parte essencial da alimentação [...]. Quem não tem rancho, diz-se, passa fome, mesmo que os roçados ofereçam mandioca, banana e milho" (Cunha, 2002, p. 311).

A farinha é um elemento de grande importância na memória sobre os seringais. É a matéria prima base que permitia ao seringueiro o cumprimento de suas atividades. Também era chamada, além de Jacuba, de *Frango.* Os depoimentos revelam a importância do consumo desta para a sobrevivência. Em muitas situações, era o único alimento disponível para diversos dias de trabalho. Acredita-se que ela está diretamente associada a memória do trabalho nos seringais pois surge tão logo os seringueiros começam a descrever sua rotina. Nas paisagens que residem na memória, a *jacuba* é onipresente. Talvez porque os trabalhadores associem a ela a força que lhes permitiu, às vezes de forma bem precária, a realização do trabalho:

> *[...] a gente come Jacuba, Frango. Mas não é Frango. Frango você pega a farinha molhada com sal, bota/coloca dentro do mato, deixa inchar. Acabar você come. Chama frango, né? No meio da estrada a gente colocava dentro de uma lata numas folha de sororoca, botava o sal e comia aquela farinha. Fazia o funilzinho, assim, mesmo assim [...] Bota água e vai tomando aquilo alí. É comendo e saindo [...] que enquanto a barriga ta cheia d'agua com farinha, quando acaba aquilo a gente ta esmurecido. Porque não tem sustância né, a gente passava semana comendo isso, comendo farinha molhada [...], fazendo farofa de banha e tomando com café. Saía de manhã, quando chegava de noite, tomava de novo. Muito difícil.* (AJ, 79 anos, Rio Branco).

Depois do primeiro *rodo*, os seringueiros chegavam ao fecho da estrada, comiam a jacuba novamente e continuavam a jornada para o segundo *rodo*. Ao final ingeriam mais farinha com café para iniciar a defumação do látex. JPL concorda ao dizer:

> *Tinha vezes que a gente encontrava cedo [a caça], mas as vezes a gente cortava a estrada chegava no fecho e o almoço era farinha molhada com sal e água. Nós chamava jacuba, tem uma é, é tipo assim uma, tipo assim um pé de bananeira, mas eu chamo sororoca. Pega a folha faz aquele funil, tinha um pauzinho, bota a farinha dentro e o sal, chama balançada né?* (JPL, 85 anos, Cruzeiro do Sul).

Nessa afirmativa, encontramos outra titulação para a farinha inchada: *balançada*. O diálogo abaixo reafirma a preeminência do *Frango* frente a qualquer outro alimento. De acordo com Cunha (2002, p. 254): "Os roçados proporcionam a matéria-prima para a feitura da farinha, sem a qual a refeição do seringueiro nunca está completa. Comprar farinha é motivo de vergonha [...]". Mas muitos acabavam consumindo pelo sistema de aviamento instituído nos seringais.

Nem sempre a alimentação limitava-se a isso. No roçado, de acordo com JSC, podia-se *"[...] fazer um legume, plantar o milho, o arroz, o feijão, a macaxeira, plantar mandioca, né?"* (JSC, 89 anos, Rio Branco). Nas entrevistas, foram esses os roçados identificados: leguminosas (amendoim e abóbora); grãos (milho, arroz, feijão e café); tubérculos (macaxeira, batata-doce, inhame e cará); frutas (melancia, mamão e banana), e as culturas de cana, tabaco e temperos.

Nas estradas de seringa, a marcação de bandeiras nas *heveas* anunciava a presença de "donos". Na colocação, o território era demarcado pelo roçado pois mesmo sem cerca, "quando um seringueiro coloca ou bota um roçado, ele pode vendê-lo ou trocá-lo, sendo o valor estimado segundo a quantidade de roça plantada"(Cunha, 2002, p. 249). Portanto, o roçado tinha um sentido maior que o provimento de alimentos, também era um criador de fronteiras.

Quanto à caça, em algumas épocas do ano ela é bem farta. A partir dos depoimentos dos seringueiros, foram listadas algumas: *"o Porquinho, o Veado, a Anta, o Macaco, tudo isso a gente comia...macaco as vezes a gente matava dois, três. Aí era o almoço da gente"* (FBA, 90 anos, Cruzeiro do Sul). Outro seringueiro acrescenta: *"olha, comida era mais fácil porque tinha a caça no mato, né? Eu matei muita caça: Macaco, Nambu, matei Nambu Azul, Escorpião..."* (FTR, 83 anos, Cruzeiro do Sul). V. complementa: *"A gente comia tudo, Macaco Prego, Guariba, Porco, Veado, Coati, tudo quanto era coisa nós comia ali"* (V., 83 anos, Xapuri).

FCF se preocupou em esclarecer sobre a temporalidade da caça ensinando alguns requisitos básicos para uma boa caçada:

> *Porque a caça é o seguinte: tem época que as fruta ta caindo pra esse lado e tem época que as frutas ta caindo pro outro lado. E tem a época que as caças só vão pra perto do igarapé que tem a água pra eles beber e dormir ali perto. Então a gente já sabe do movimento e a gente vai caçar no verão aonde tem água, eles estão ali. Caça de noite. Tá entendendo? gente já fez, ta sabendo do levantamento da mata onde ta a fruta. Com água* (FCF, 70 anos, Goiânia).

Para ele, conhecer o período de cada fruta auxilia a realizar a caça que se aproxima delas para alimentação. Além disso, os animais também precisam de água para beber e por isso vale compreender os deslocamentos das caças até os igarapés.

Ainda de acordo com FCF, é melhor caçar no verão e, de preferência, à noite. Essa explicação também é trazida por Cunha (2002, p. 312) de maneira muito similar:

> Um bom caçador precisa conhecer os animais: seus sons característicos, rastros, hábitos alimentares e, em particular, as árvores que frequentam para obter comida [...] os locais onde preferem dormir, os horários de atividade e inatividade, seus cheiros e modos de reprodução. Deve estar atento aos sons emitidos pelos pássaros dentro da floresta, que muitas vezes indicam a direção por onde se deslocam os animais que procura, e a outros indícios.

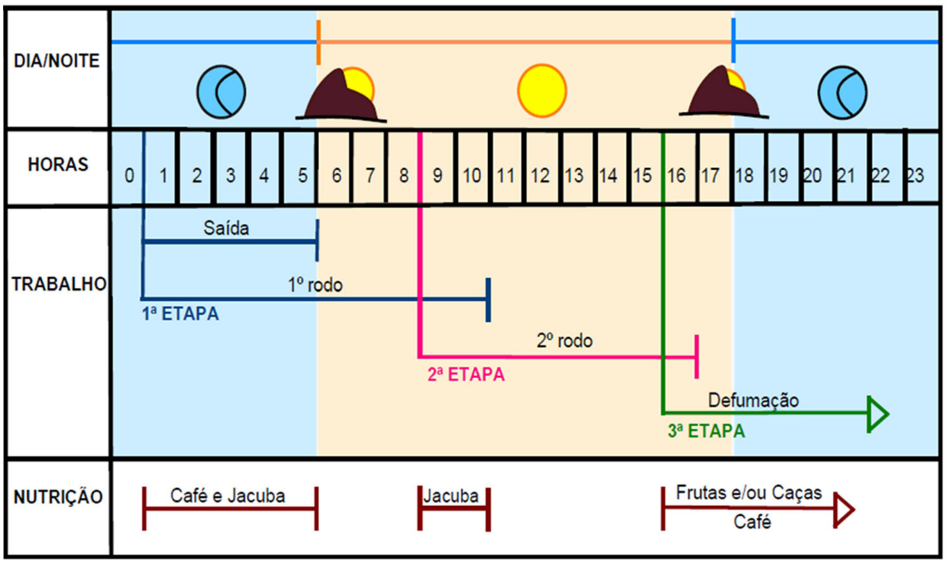
Das fontes principais de alimentação, resta ainda falar do uso de frutas na nutrição. AJ traz alguns esclarecimentos:

> *Na mata, na mata tem muita fruta. No inverno tem muita fruta. Todo jeito que você quiser comer na mata, no inverno tem. Fruta que macaco come você pode comer que não faz mal. Aliás, tem uma fruta que o macaco come que você não pode comer [...] O Paruacú não pode, porque o Paruacú come fruta de Açacu, aí é um veneno Açacu* (AJ, 79 anos, Rio Branco)

As frutas catalogadas pelas falas dos entrevistados são: Banana, Mamão, Melancia, Biorana, Amora e Jabuti, mas existem diversas outras que eram coletadas na mata e faziam parte da alimentação durante determinados períodos do ano.

A seguir, uma imagem que resume a questão da temporalidade (ver quadro 02):

Quadro 02 - Rotina do seringueiro



Fonte: pesquisas de campo | Organização: Janaína Mourão Freire

AS GEOGRAFICIDADES DA VIDA SERINGUEIRA

Para compreender a constituição das *estradas* de seringa, os entrevistados produziram croquis que foram analisados de acordo com as falas e com a bibliografia estudada. Esses croquis compõem o trajeto do seringueiro. O trabalho, como já foi

visto, era constituído por uma carga horária longa, isso principalmente pela quantidade de seringueiras que precisavam ser *riscadas*. V. explica: *"Aí seguia pra frente todo tempo, todo tempo, todo tempo. Até dar umas 50 madeira*[11]*, 200, 120..." (*V., 83 anos, Cruzeiro do Sul). AJ confirma: *"Faz esse rodo todinho, mas isso é muito, é 150 madeira, 80, 200 madeira. É muita coisa."* (AJ, 79 anos, Rio Branco). Cunha (2002) esclarece que a estrada inicial tem uma média de 120 madeiras, podendo ser aumentada para 150. Allegretti (2002, p. 162) complementa: "[...] a estrada assumia uma forma circular e tinha entre 100 e 120 madeiras. O mesmo processo era feito em todo o seringal, ficando as estradas empicadas". Portanto, à medida que se juntavam as estradas e outras ramificações dela como as *estradas de manga* ou os *oitos*[12], as *madeiras* poderiam chegar até a 200.

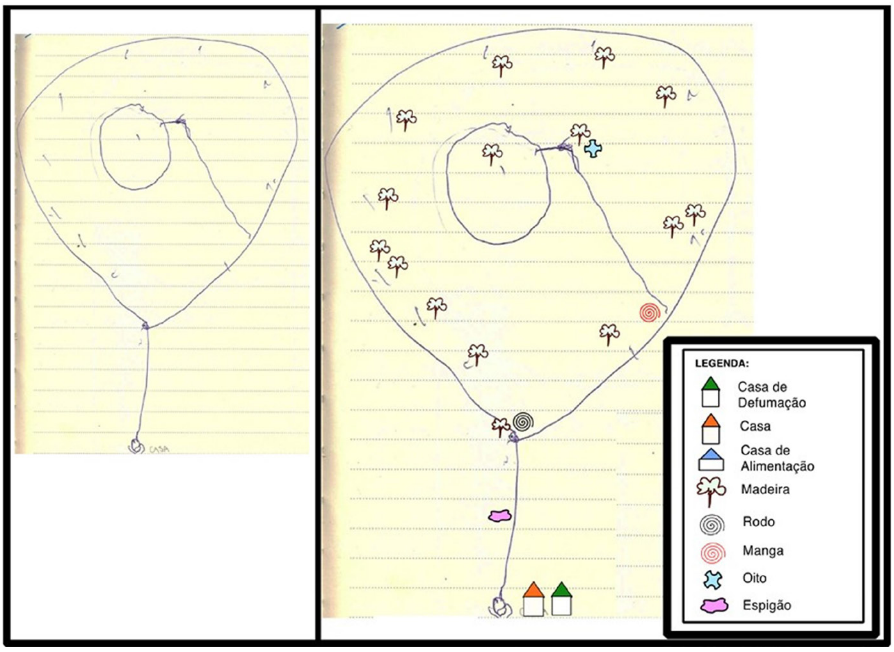
Para facilitar a compreensão dos croquis, foram demarcadas as partes do desenho. Pode-se ver alguns escritos a lápis nas imagens. Também foram incluídas legendas que facilitem a leitura e, portanto, foram inseridas as imagens originais e as codificadas. Na legenda foram simbolizadas a casa de defumação, a casa de alimentação e a casa - o barracão, que ficam bem próximos. Além disso, foram identificadas as seringueiras, as estradas (principal, de manga e oito) e o espigão.

As legendas foram construídas com base nas informações trazidas nos desenhos pelos próprios seringueiros. Muito embora a constituição seja mais complexa na realidade, esse foi o modo como se apresentaram na memória e no imaginário.

O primeiro croqui (figura 01) é de AJ (79 anos, Rio Branco), que desenhou traços bem definidos, ligados em início e fim.

11 O termo madeira é utilizado como sinônimo de seringueira
12 Esses termos serão explicados ao longo do texto

Figura 01 - Quadro Croqui AJ



Fonte: Pesquisa de campo |Organização: Janaína Mourão Freire

A partir do barracão (a casa), AJ desenhou um traço retilíneo (o espigão), que leva ao início da *estrada* de seringa, esse início, por conseguinte, se dá no encontro com a primeira seringueira: *"É, tudo é, tudo é caminho. Vocês abrem o caminho assim, aqui...Aqui é a casa da gente, né? A gente sai daqui…pa, pa… bem aqui tem uma madeira. A gente pega, corta aquilo, deixa as coisas da gente tudo aqui [...]"*. Como ele explica, todas as coisas são deixadas no início da estrada, que é também o *fecho* (o final). Vale ressaltar que um espigão pode vir a ter seringueiras também. A estrada segue a partir da primeira *madeira* e é representada por um círculo maior acompanhado paralelamente por pequenos traços – as seringueiras. A rotina de circundar a estrada é chamada de *rodo*. O desenho foi confeccionado durante a narração abaixo, sendo possível entendê-lo acompanhando a fala:

> [...] dá esse rodo aqui. Aí vem sair aqui de novo. Aqui é o fecho, é o fecho da estrada, onde você deixa as coisas. [...].Aqui tem as seringueira, seringueira, seringueira, seringueira, seringueira, seringueira, seringueira, seringueira, seringueira, seringueira, terra firme muito grande também, né?

As terras firmes referem-se à área da mata que os circundavam enquanto colhiam o leite das seringueiras. A mata virgem, como muitos relatam, é bem fechada: *"[...] desse tempo não tinha campo não, era mata..."* (V., 83 anos, Xapuri). Em outra passagem V. explica: *"mata mesmo, na mata [...] você tá de trás de um pau, tem outro aqui e eu não te vejo..."*. Essa segunda citação permite entender quão densa é a Floresta Amazônica, visto que duas pessoas podem tornar-se invisíveis a pouca distância.

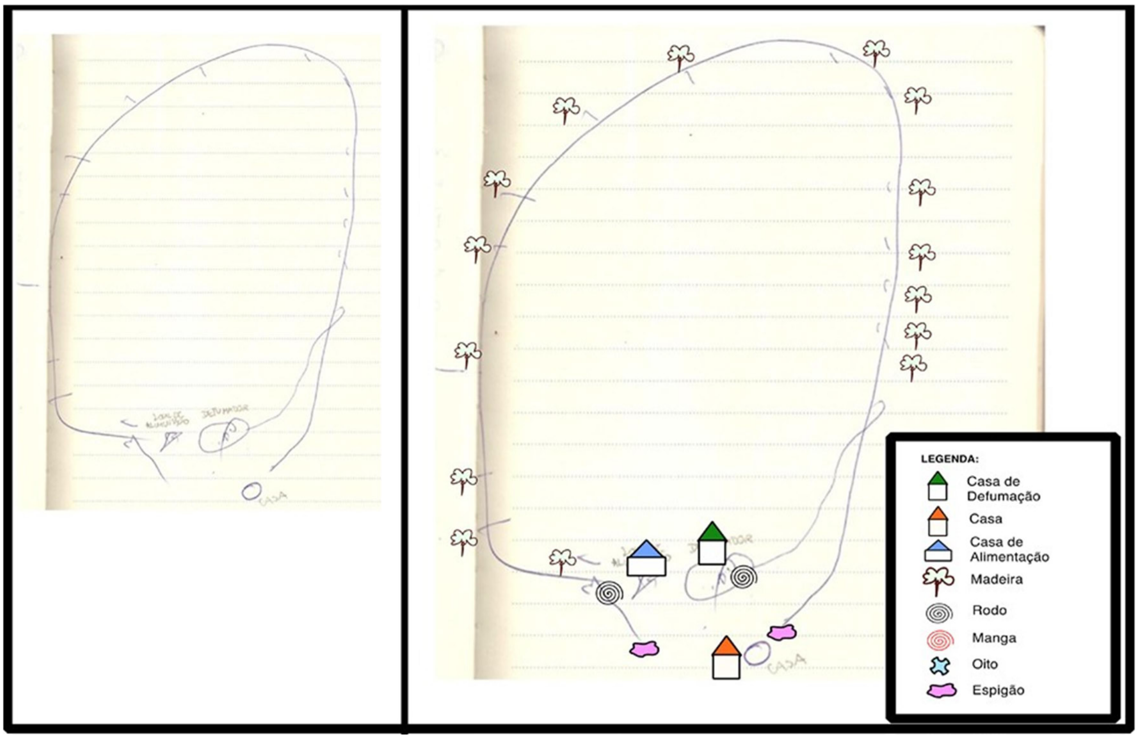
O caminho principal da estrada é o mais longo, às vezes desviado quando há a presença de grande quantidade de seringueiras em localizações próximas. Em caso de desvio forma-se uma *estrada de manga* - caso seja apenas um pequeno desvio, ou um *oito* – caso se forme uma nova pequena estrada. AJ explicou em sua fala:

> *[...] aqui é mata, aqui não tem mais seringueira. Se tiver uma bem aqui a gente vai daqui, pega ela bem aqui e volta de novo. Aqui se chama a tal manga. Aí se tiver muita seringa aqui, você faz um oito aqui. Aí você vem pra cá, chega aqui, você entra aqui, corta isso aqui tudinho aí volta pra cá de novo pra pegar a estrada* (AJ, 79 anos, Rio Branco).

Pela explicação do seringueiro, a *manga* é aquela *madeira* encontrada fora do caminho principal, mas que também pode ser cortada. Caso haja grande densidade de seringueiras pode-se abrir um *oito* de modo a adentrar na mata e depois voltar a estrada principal. Cunha (2002, p. 295) explica esses dois: “O oito, pequeno anel interno ou externo ao rodo, percorre algumas árvores [...]. A manga, conjunto de algumas árvores situadas fora do rodo, [é] acessível por uma simples ligação”.

O próximo croqui (figura 02), de JSC, foi confeccionado com linhas bem definidas e claras adicionando novos conhecimentos para a compreensão da vida no seringal:

Figura 02 - Quadro Croqui JSC



Fonte: Pesquisa de campo; Organização: Janaína Mourão Freire

No depoimento do seringueiro, ele explica que a estrada era como um corredor limpo:

> *A gente trabalhava. Tinha a estrada pra gente andar e a estrada era limpa, assim um corredor, né? A gente ía, dava aquele rodo e vinha e chegava aqui. Como eu te falei aquele dia, a gente dava um rodo riscando a seringa e embutindo a tigela pro leite cair dentro e depois dava outro rodo pra colher o leite, aí que vinha pra barraca* (JSC, 89 anos, Rio Branco).

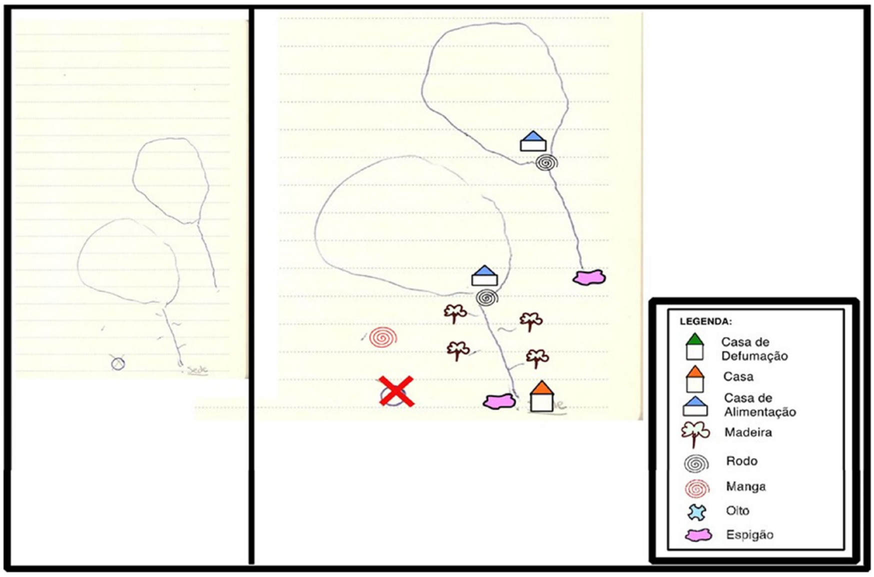
Ele detalha a rotina do seringueiro explicando o que fazem durante os dois *rodos*. Para extrair o leite eles *riscavam* a seringa, *embutindo* uma tigela para o látex escorrer dentro. Todo o primeiro rodo se fazia nesse processo, já na segunda volta o trabalho era de colher o leite da tigela para colocar no balde. O balde ia pesando a medida que a trilha transcorria e no final era levado para a casa de defumação. JSC continua a explicação:

> *A gente saía daqui, né? Aqui é o barraco e aqui chegava no barraco. Aqui você fazia, por exemplo, aqui tava todo o seu trabalho. Aqui você fazia sua borracha, aqui você fazia sua comida, aí tava todo o material aqui. Aí quando era cedinho da manhã você sai nesse caminho, vai, vai, seringa, seringa, seringa, seringa, até chegar aqui, entendeu?* (JSC, 89 anos, Rio Branco).

Em comparação ao desenho do senhor AJ, ele adicionou novos dados, como a localização do lugar de alimentação. Não foi tão detalhista ao representar o início e o fecho da estrada e por conseguinte, não separou a estrada de seringa da casa por um traço perfeitamente retilíneo, demonstrando que o *espigão* às vezes é fragmentado. Também não falou sobre as *mangas* ou o *oito*, mas as *madeiras* foram simbolizadas da mesma forma. Ele reafirmou que os materiais eram posicionados no início da estrada de modo que primeiro fosse feito o *rodo* do corte (riscado da seringa) para em seguida(após pegar os instrumentos) fazer o *rodo* da colheita.

O próximo croqui (figura 03) é do senhor FBA. O desenho dele se assemelha muito aos anteriores, mas representa duas estradas de seringa:

Figura 03 - Quadro Croqui FBA[13]



Fonte: Pesquisa de campo |Organização: Janaína Mourão Freire

Durante a conversa, o desenho foi estimulado com a mesma pergunta aplicada a todos: "como o senhor fazia para não se perder na floresta?" e ele inicialmente explicou a técnica a partir do Sol:

> *Ora, aquilo alí a pessoa faz um pique no mato, aí com terçado, sai cortando e olhando sempre pro sol. O sol é o maior mestre do mundo. A gente sai pisando em cima da sombra, quando falseia, aí a sombra fica de banda. Mas agente procura e aí pisando em cima da sombra dele, já saindo de tarde ele vem bater em casa* (FBA, 90 anos, Cruzeiro do Sul).

Ele respondeu a pergunta de maneira muito natural, relacionando a floresta, o seringueiro e o sol. O grande astro dourado foi colocado na posição de mestre e não apenas um como outros - mas o maior do mundo. Isso é um elemento fundamental para a compreensão do imaginário do seringueiro. FBA também explicou como se fazia para, a partir da sombra, encontrar o caminho de volta para casa. Após essa resposta, fizemos o movimento de levar o caderno a ele mas de início não se demonstrou interessado em desenhar. Apenas no segundo estímulo sobre como eram as *estradas* de seringa, ele se permitiu pegar a caneta:

> *Era assim mesmo. Vamos dizer, aqui era o espigão, agora aqui girava aqui. O espigão era esse caminho e casa ta pra cá. Aqui tinha madeira, ele cortava no espigão, aí entrava aqui, cortando, cortando, cortando até chegar aqui. Aí fazia o fecho aqui. Alí ele comia a comida que levava* (FBA, 90 anos, Cruzeiro do Sul).

FBA ao invés de usar um substantivo para designar a localização das madeiras como fez JSC: seringa, seringa, seringa, seringa; e AJ: seringueira, seringueira, seringueira, seringueira, seringueira; expressou por meio da ação: cortando, cortando, cortando. Além dessa diferença, nenhum até agora se inseriu como o sujeito em atividade no desenho. FBA usou o pronome pessoal ele e os outros dois seringueiros

13 O círculo com o "x" em vermelho é uma correção, visto que para estimular que ele desenhasse, representamos um ponto de partida mas ele simplesmente desconsiderou e partiu de outro

utilizaram o pronome você. A memória, mesmo sendo deles é trazida como pertencente a um terceiro. No uso do vocábulo "você", eles buscavam tornar didático para a minha compreensão. Na utilização do termo "ele", pode-se imaginar duas explicações: é a lembrança dele jovem – um "outro" ele; ou a lembrança do pai, visto que FBA nasceu e cresceu em seringais.

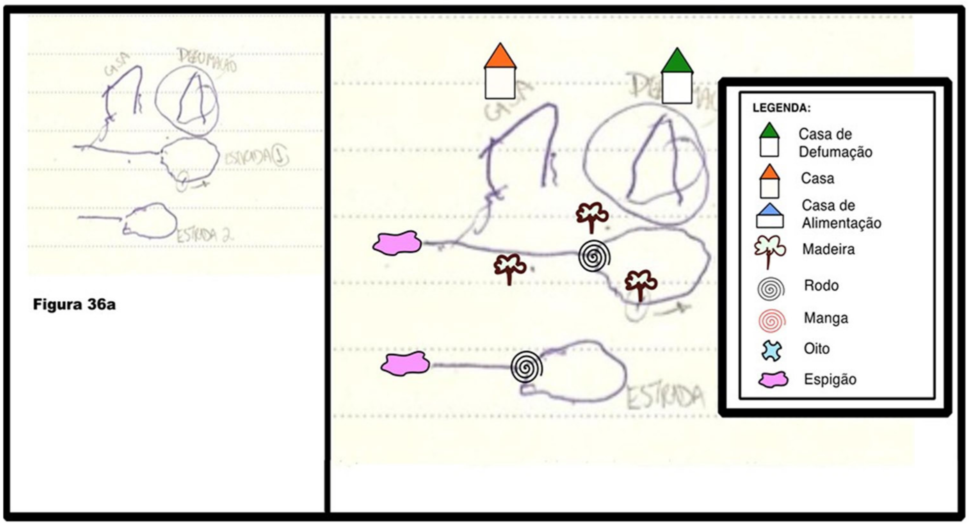
FBA, a partir da pergunta sobre como era a estrada, teve a preocupação em descrever a ação de se alimentar durante a rotina de cortar. Vale ressaltar que, no desenho, as seringueiras foram colocadas apenas ao longo de um espigão, mas ele a todo instante deu a entender que todo o *espigão* e todo o rodo possuíam madeira. Ele continuou explicando: *"Era sempre duas. Era duas estradas. Tinha essa e tinha outra encostada. A gente cortava essa hoje e amanhã cortava outra"* (FBA, 90 anos, Cruzeiro do Sul). MF, autor do próximo croqui, explica o motivo do uso de duas estradas, embora ele não tenha representado ambas:

> *[...] era duas estradas, cortava uma hoje, por exemplo, hoje não, ontem. Antigamente a gente fazia dia santo, hoje em dia o povo não faz. Pois é, aí na segunda ia cortar outra. Cortasse por exemplo hoje e amanhã de novo, podia dá pouco mais da metade do leite. Sempre era, falhava um dia* (MF, 83 anos, Cruzeiro do Sul).

Pela explicação dele, riscar as seringueiras em dias consecutivos podia diminuir a produtividade do leite e por isso a necessidade de alternar as estradas. Desse modo, pela sua experiência de vida ele relata que se "falhava um dia". Mas o uso de outras *estradas* também pode se dar por questões climáticas, como por exemplo no inverno – o período com maior intensidade de chuvas. Nessa época, torna-se complicado percorrer *rodos* muito longos por causa do perigo de perda do leite: *"No inverno que é chato. Quando o trovão bradava o nego saía já na carreira e o patrão dizia pra ele que enquanto não molhasse o fundo da calça ele não tinha o direito de voltar da estrada[...]. A chuva caía dentro da tigela, ia enchendo a tigela, derramava o leite e ficava só a água"* (FBA, 90 anos, Cruzeiro do Sul). Nota-se que, pelo sistema imposto pelo patrão, eles deveriam suportar a chuva. AJ confirma isso: *"(...) quando chega o inverno, chove muito, toma, perde muito leite e a gente só vive assim. Seringueiro é muito aperreado. Seringueiro não tem vida"* (AJ, 79 anos, Rio Branco).

O croqui, na figura 04, do senhor JX se diferencia dos outros pela pouca preocupação locacional e de escala dos elementos. No entanto, também representou duas estradas.

Figura 04 - Quadro Croqui JX



Fonte: Pesquisa de campo; Organização: Janaína Mourão Freire

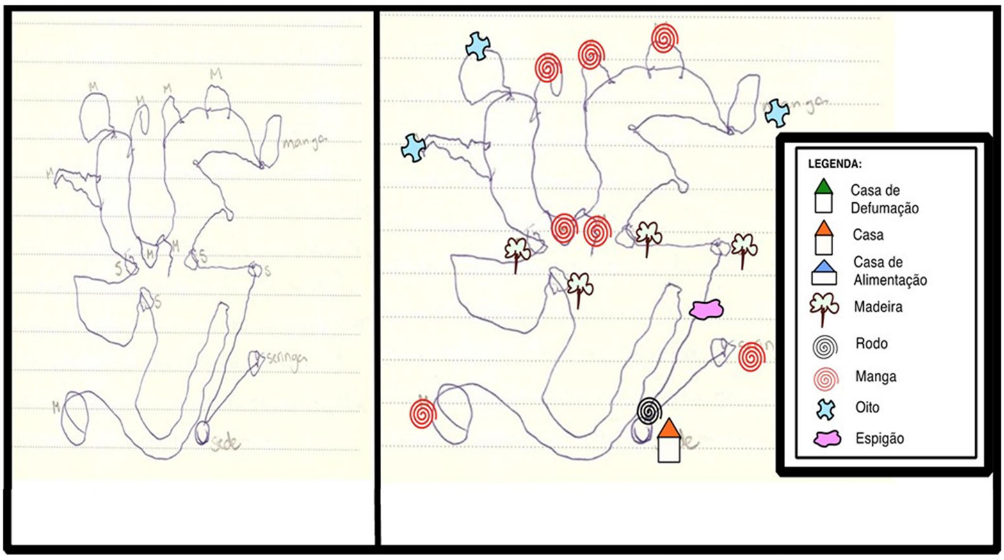
Ele representou apenas algumas seringueiras, pois como ensina, o *espigão* pode ou não ter madeira. Ele trouxe a seguinte explicação:

> *Aqui é a casa na colocação, uma casa. Aí a estrada começa daqui, o espigão. Aí a boca dela vem por aqui, o espigão é desse tamanho. Umas tem umas madeira, as outras não. Aí começa daqui pela direita, um fecho. Aqui é a estrada de seringa, começa por essa perna e fecha aqui*. (JX, 72 anos, Cruzeiro do Sul).

JX continua explicando: *"A casa de defumador é aqui bem pertinho de casa, a casa de morada é aqui e o defumador é uma casa assim cercada de palha pra não dar vento, pra não carregar fumaça [...]. Duas estradas, num dia corta essa e outro dia vem pra essa* (JX, 72 anos, Cruzeiro do Sul). Ele reafirma o uso de duas estradas como é possível visualizar no desenho e descreve as características da casa de defumação, feita de palha para evitar que o vento dispersasse a fumaça fundamental para defumar.

O desenho do senhor MF é bem diferente dos analisados até o presente momento. O croqui (figura 05), além de não ter seguido um traçado similar aos outros, representa as seringueiras e as estradas de manga de um jeito completamente diferente. Durante o desenho ele evitou falar e apenas quando terminou explicou o que era cada coisa.

Figura 05 - Quadro Croqui MF

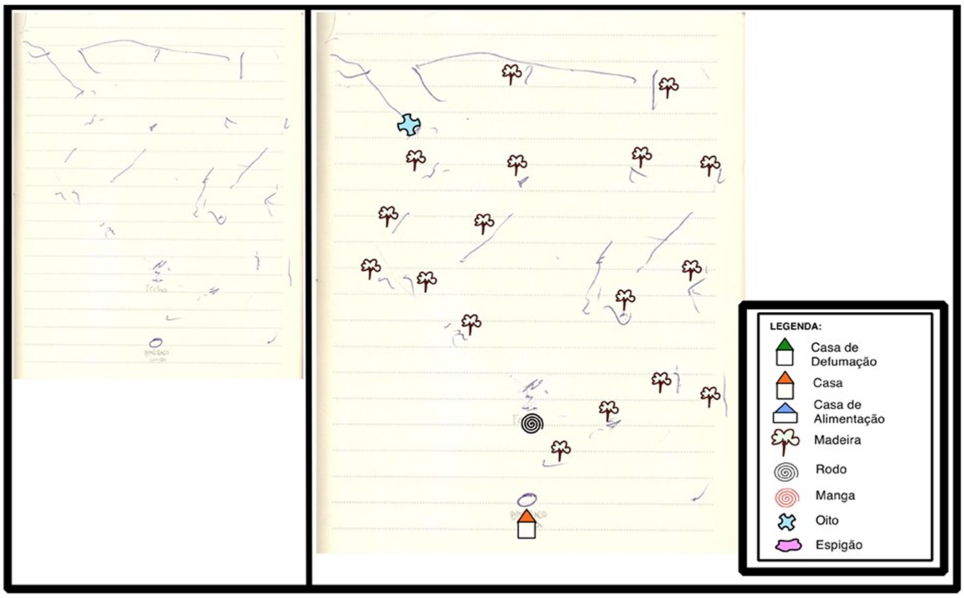


Fonte: Pesquisa de campo; Organização: Janaína Mourão Freire

Nessa representação, a estrada principal (o *rodo*) aparece de maneira menos geométrica e está sempre cercada por pequenas *estradas de manga* e *oitos*. Ele significou as seringueiras por círculos como se estivéssemos enxergando a madeira do alto (assim como fez V.).

No croqui de FTR observa-se a ausência do traçado da estrada (cf. figura 06). Ele usou as margens do papel como limite, isso quer dizer que não fez um círculo claramente delimitado para representar o *rodo*, se preocupando mais em demonstrar o espaçamento entre as seringueiras.

Figura 06 - Quadro Croqui FTR



Fonte: Pesquisa de campo; Organização: Janaína Mourão Freire.

No canto superior esquerdo ele adicionou um oito que se assemelha a de alguns outros seringueiros. Ele explicou: *"[...] é tino da cabeça da gente. Porque tem gente que marca pra lá e vai pra cá. Quando da fé ta rodando no meio da mata e não sabe mais pra onde vai. Eu não, se eu marcar um rumo certo... graças a Deus nunca me perdi"* (FTR, 83 anos, Cruzeiro do Sul). Ele marcava a estrada e seguia o rumo pelo que chamou de *tino* que são os seus conhecimentos e a intuição. Para estimulá-lo a desenhar fiz o círculo da casa e pedi que seguisse com a explicação:

> *Eu saía pegando. Sabe assim, isso é seringueira. Isso é o rodo dela. Aqui é um oito. Vai pra cá e fecha aqui. Aqui você entra, pega madeira aqui e volta pra cá. O fecho dela é aqui. Tudo é estrada, e eu moro aqui. Pega essa madeira aqui, pega essa, pega essa até fechar ela aqui* (FTR, 83 anos, Cruzeiro do Sul).

Essa concepção de "tudo é estrada" é muito significativa, pois à medida que a floresta Amazônica é o local de trabalho e o lar, a área onde se encontra a matéria prima base que define um homem como seringueiro, toda ela é a estrada que este percorre. FTR foi o único que não demarcou a estrada e nem na sua fala considerou com clareza que esta fosse previamente definida. Embora tenha usado o termo "você", diferente dos outros, ele usou o pronome "eu" para indicar a casa, colocando o verbo no presente.

Em relação aos croquis das *estradas* de seringa, pôde-se chegar as seguintes conclusões:

a) As *estradas* de seringa eram abertas por mateiros ou pelos próprios seringueiros, dependendo de cada seringal;
b) Antes de se chegar ao rodo, o seringueiro atravessava o *espigão* que pode ou não conter seringueiras;
c) O trabalho dos seringueiros envolvia três trunos*: dois* rodos e a defumação;
d) Grande parte dos seringueiros considerou a existência de duas estradas principais de modo que houvesse uma alternância nos "rodos" e uma não saturação das seringueiras;
e) O *rodo* poderia ser desviado para uma *estrada de manga* ou um *oito*;
f) A alimentação era precária para a quantidade de trabalho a que eram submetidos.

Por fim, vale ressaltar que as paisagens na memória dos seringueiros se apresentaram com muitas similaridades, sendo permitido construir as narrativas anteriormente empreendidas. Buscar os guardiões da lembrança é uma forma de desvelar a memória e o imaginário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se, por meio desse artigo, que a rotina de trabalho do seringueiro era intensa e envolvia todo o dia, não sendo possível diferenciar o momento de trabalho e o momento de pós e pré-trabalho.

As paisagens se apresentam na lembrança a partir de temporalidades e espacialidades, constituindo uma memória espaço-temporal. As pesquisas demonstraram uma relação indissociável do corte da seringa com a dinâmica temporal diária e com a própria concepção de vida. A vida é seringueira (o uso do verbo ser no presente é intencional, visto que a maioria dos seringueiros ainda se consideram como tal mesmo não riscando mais a madeira). Estudar as paisagens na memória permitiu todo o entendimento da dinâmica de vida no seringal. Pelas entrevistas tornou-se possível fazer um deslocamento no tempo e no espaço.

Os seringueiros são viventes do presente e sobreviventes do passado. Homens e mulheres que ainda percorrem cada espigão, cada oito, cada manga; que ainda fazem o rodo de embutir e o rodo de colher; que ainda defumam e fazem a péla; que ainda roçam sua terra e comem jacuba, que ainda sentem aquela inerente solidão do isolamento amazônico - nas estradas da memória (graças a memória das estradas).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEGRETTI, Mary Helea. *A construção social de Políticas Ambientais:* Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Dez/2022. Tese – Universidade de Brasília. Brasília – DF. 827p.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Aportes teóricos e os percursos epistemológicos da Geografia Cultural. In: *Revista Geonordeste*. São Cristóvão: Edição Especial, ano XIX, nº 1, 2008. p. 33-54

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo.* São Paulo: Edições 70, 2011.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária. 1982.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CUNHA, Manuela; De Almeida, Mauro Barbosa (orgs). *Enciclopédia da floresta*. O alto Juruá: Práticas e conhecimentos das populações. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 733p.

DARDEL, Eric. *O Homem e a Terra*: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. -. Porto Alegre: ARTMED, 2009. 405 =p.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Petrópolis: Ed Vozes, 2012. 598p.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CAPÍTULO 7

ENTRE A SOMBRA DO DESTINO E A DECEPÇÃO FORA DOS LIMITES DE CASA: VÍNCULOS DE LUGAR EM "LAVOURA ARCAICA"[1]

Carlos Roberto Bernardes de Souza Júnior

DOI: 10.46898/rfb.9786558892427.7

1 Este artigo é resultado e parte da dissertação intitulada "Espacialidades de tensão: L(ug)ar, vínculos e irreverências na Lavoura Arcaica", defendida em outubro de 2018.

DAS SINUOSAS TRILHAS...

Publicado originalmente em 1975, "Lavoura Arcaica" é um romance de narrativa introspectiva escrito por Raduan Nassar. Aclamado entre os principais marcos da literatura brasileira contemporânea (Abati, 1999), é uma obra que se distingue do período literário em que está inserida. Diferente dos romances panfletários da época de sua publicação, o romance de Nassar aborda conflitos de ordem filosófica à condição de ser como indivíduo-grupo, passionalidade-racionalidade e eu-outro.

A trama orbita a narrativa, em primeira pessoa, das reminiscências da partida e retorno à casa familiar de André, filho do meio de uma família camponesa. Em um ambiente familiar permeado pelas imposições do Pai, o protagonista descreve as situações que conformaram sua fuga e ressalta as dimensões e contornos do lar. No contato com Pedro, irmão primogênito e emissário da família, que vai buscá-lo no quarto de pensão, André é tomado pelas memórias do habitar e decide pelo retorno que substancializará na tragédia de infanticídio ao final do enredo.

Ao não se passar em um tempo ou local específico, a obra evoca uma dimensão de um espaço-lavoura e de um tempo arcaico, arquetípico das diferentes contradições e conflitualidades humanas. Núcleo do enredo, a lavoura também habita os personagens como uma forma de realidade geográfica em relação de reversibilidade ativa aos sujeitos. A geograficidade da obra está nos contornos dessa dinamogenia interna propiciada entre a espacialidade diegética e o habitar dos personagens-sujeitos, particularmente do narrador, André.

Por meio de uma abordagem cultural e humanista em geografia que dialogiza com a fenomenologia existencialista de Merleau-Ponty (2011; 2014), intento evidenciar a maneira pela qual emergem vínculos de lugar na *Lavoura Arcaica*. Para tanto, também decifro as condições em que o lugar sedimenta no corpo-sujeito do habitar, nas especificidades das dinâmicas do lar. Nesse âmbito, apresento as tensões que são substancializadas pelo contato subjetivo-intersubjetivo inerentes a esta geograficidade.

Pela interpretação hermenêutica que habita a obra em reciprocidade ativa, viso realizar um processo de imersão no qual aparecem elementos de geografias afetivas das relações no âmbito do lugar. Almeida (2013, p. 49) percorre nesta direção ao sugerir que "penetrar o invisível, fazer visível o invisível, parecia ser uma habilidade reservada à poesia, à pintura, à escultura etc. A geografia, porém, está demonstrando também ter este dom". Logo, foi fundante a experiência de intera-

gir com outras sensibilidades que possibilitaram estruturar maneiras de ler a obra como um mundo habitado.

DO TRONCO A LAVRAR: SEDIMENTOS E VÍNCULOS DE LUGAR

Como sujeitos que existem em relação ao mar de significados em que estão inseridos, os seres humanos necessariamente criam elos, vínculos e sentidos que (re)significam os espaços e tempos de seus entornos. O habitar, como condição primeira para a permanência humana na Terra, é o principal meio de transformação de elementos do universo em cosmo.

Do mesmo modo, esse mundo em que habitam também deriva em direção a ele, de modo a constituir elos significativos de inseparabilidade sujeito-espaço-tempo. As diferentes maneiras pelas quais os espaços se reconstituem no devir dão pistas relevantes, logo, para as maneiras como derivam as existências dos sujeitos. Considerados como entidades efetivas de corpo-alma (Merleau-Ponty, 2011), os sujeitos se (re)fazem nas constantes relações a que se submetem.

Encaminha-se que da indiferenciação do universo que origina o espaço, grande abismo existencial, o sujeito arquiteta lugares por meio da vivência mediada pelo corpo. Como Casey (2001, p. 405) discorre, o lugar "is the immediate ambiance of my lived body and its history, including the whole sedimented history of cultural and social influences and personal interests that compose my life-history"[1]. Simultaneamente, ele está sujeito às dimensões culturais, às sociais e ambientais que o precede.

No caso de André referencia-se aos laços e imposições de campesinidade a que ele está sujeito. Ainda que venha a explorar outros mundos e vivenciar espaços que se estendem para além das porteiras do Pai, permanece no protagonista um sentido de lugar relevante. Penso que são sedimentos experienciais de uma vivência intensa e que são parte de seu corpo, cicatrizes que balizam seu existir.

É salutar que a *lavoura* é sempre apresentada como um lugar significativo para sua experiência. Mesmo nas situações em que André é cínico quanto a essa dimensão de sua vida, permanece uma noção de espaço dotado de sentido e significado. Isso remonta à percepção de Tuan (1982, p. 52) de que

> space, to become a world and a home for self, must be defined. All human beings make some conscious effort to define space, though not necessarily by constructing a material house. What a material house does supremely well is to make the

1 "é o ambiente imediato do meu corpo e de sua história, incluindo toda a história sedimentada de influências sociais e culturais e de interesses pessoais que compõem minha história de vida" (CASEY, 2001, p. 405, tradução livre).

> character of the human world vividly present to the senses and to the mind. An enclosed space contains, concentrates, and focuses the human psyche.[2]

Na constituição do seu existir, como discorre Tuan (1982; 1995; 2012), o mundo humano necessita de uma base, de uma possibilidade de enraizamento de sua realidade geográfica, como afirmaria Dardel (2011). A lavoura é, no que concerne essa perspectiva, um lar que abrange as dimensões i-materiais. Ela transcende as formas concretas da totalidade a que se situa e constitui um caráter fundante de apropriação humana do espaço. Ela se realiza como abrupta protuberância antrópica que, centrada na figura fálica Pai-Avô-Pedro, apresenta uma perspectiva de lugar que está marcada na psique de André.

Independentemente de suas constantes recusas a caracteres marcantes do lar, o protagonista não consegue escapar de sua densidade simbólico-afetiva que intercepta seu modo de ser-no-mundo. De acordo com Seamon (1979, p. 71), "at-homeness is a prime root of personal and societal strength and growth. It may have a major role in fostering community"[3], é um sentimento que se expressa por meio da habitualidade efetivada pela continuidade no lugar. Como esse espaço é vivido coletivamente, pelo microgrupo família e macrogrupo da comunidade, negociações são estabelecidas para que existam solos comuns no que se refere à convivência.

É nítido, por essa perspectiva, que a *at-homeness* que se instala no lugar gera familiaridades e hábitos que definem o lugar. Se, conforme Bachelard (2008, p. 62), "o espaço habitado transcende o espaço geométrico", essas intangibilidades (Almeida, 2013) são salientadas em sua corporificação no lar. As geometrias das paredes e porteiras são desafiadas pela mente projetiva de André que, ao longo da narrativa, evidencia as substâncias poéticas que conformam os lugares que são vivenciados entre as cercas do Pai.

Percebe e sente, por meio do seu corpo, cada folha do bosque ou tijolo das paredes da casa velha. As tábuas de madeira que compõem o paiol ressoam a todo passo dado pelo protagonista no assoalho. Regressa, por meio dos sentidos, às memórias de tempos diversos. Morris, em uma perspectiva merleau-pontiana, afirma que a "perception is not an event enclosed within the perceiver, it is manifest in a moving circuit between the perceiver and the world"[4] (Morris, 2004, p. 66), em dinâ-

2 "Espaço, para tornar-se mundo e lar para o 'eu', deve ser definido. Todos seres humanos fazem algum esforço consciente para definir o espaço, porém não necessariamente por meio da construção de uma casa material. O que uma casa material faz de maneira fantástica é fazer com que o caráter de um mundo humano se apresente vividamente presente aos sentidos e à mente. Um espaço fechado contém, concentra e foca a psique humana" (Tuan, 1982, p. 52, tradução livre).

3 "*at-homeness* é uma raiz primordial para força e crescimento pessoal e social. Ela pode ter um grande papel no fomento da comunidade" (Seamon, 1979, p. 71, tradução livre). A considerar a especificidade linguística do conceito de *at-homeness* do autor, creio que qualquer tradução seria uma espécie de reducionismo; por isso a opção por manutenção do termo na língua original.

4 "Percepção não é um evento fechado em torno de quem percebe, ela se manifesta em um circuito móvel entre quem percebe e o mundo" (Morris, 2004, p. 66, tradução livre).

mica que potencializa a superação das materialidades que compõem a existência de ambos – mundo e sujeito. É por meio desse dinamismo que os hábitos do *at-homeness* compõem quadros existenciais significativos. Como rememora o protagonista André:

> desde menino, eu não era mais que uma sombra feita à imagem do destino, também eu complicava os momentos de um trajeto: construía uma sinuosa trilha com grãos de milho até a peneira, embora a linha que decidisse, escondida sob a areia, corresse esticada numa só reta (Nassar, 1989, p. 117).

Pelo processo da individuação, como na passagem, o personagem enseja a maneira pela qual sua percepção dos tempos de menino já era influenciada pelo meio. Ele relata ser sombra do destino, imagem do lugar e das opressões nele introjetadas. Contudo, também faz de si um *eu* por meio das possibilidades abertas pelo mundo. De acordo com Lang, "the home is the intimate hollow we have carved out of the anonymous, the alien. Everything has been transmuted in the home; things have truly become annexed to our body, and incorporated"[5] (1985, p. 202), como os movimentos e as tardes jocosas de André no bosque.

No jogo de tentar capturar a pomba – descrito na passagem do romance citada anteriormente – estão contidas percepções e sentidos da infância travada no silêncio do avô e nos sermões paternos. Como o destino que o persegue, o infante, traça os próprios movimentos, cria maneiras de ser quem é. Na experiência simulada de captura do pássaro, que posteriormente se manifestará no enlace sexual da irmã, está o seu modo de se impor frente à realidade que lhe é imposta. Ele decide qual o caminho, esconde suas intenções sobre a areia e crava no espaço, sua noção de lar.

Seria isso um sentido fundante para a experiência de vinculação de André à *lavoura-lugar*? Se, como propõem Scannel e Gifford, vincular-se é central para a experiência humana, e "we necessarily form meaningful connections with particular people, groups, objects and places. These many ties situate and secure us in broader social and physical environments, connect us to the past, and influence future behaviors"[6] (2014, p. 23), a vivência de *at-homeness* é constitutiva de vínculos de lugar que são arquitetados pela necessidade de criação de elos. No retorno de André essa situação também fica evidente quando descreve que:

> Assustado com o ânimo quente que tomou os fundos da casa de repente, se alastrando com rapidez pelos nervos das paredes, com vozes, risos e soluços se misturando, me levantei atordoado para encostar a porta, ao mesmo tempo que todo aquele surto de emoções parecia ser contido pela palavra severa do chefe da família (Nassar, 1989, p. 149).

5 "O lar é o cavernoso íntimo que cavamos no anônimo, no alienígena. Tudo é transmutado no lar; coisas ficam realmente anexadas e incorporadas ao nosso corpo." (Lang, 1985, p. 202, tradução livre).
6 "Nós necessariamente formamos conexões significativas com pessoas, grupos, objetos e lugares particulares. Esses muitos laços situam e nos asseguram em meios físicos e sociais mais amplos, conectam-nos ao passado, e influenciam comportamentos futuros" (Scannel; Gifford, 2014, p. 23, tradução livre).

São as paredes sempre vivas, dotadas de *nervos*, que desvelam ao personagem a maneira pela qual as vozes, risos e soluços se misturam. Cada sentido realça um aspecto de sua vinculação, das memórias e vivências que foram estabelecidas pela *at-homeness*. Mesmo que houvesse saído de casa, em seu retorno André tem um surto de emoções ambivalentes ao **sentir** a palavra *severa* do Pai. De acordo com Karjalainen, "o lugar é um fenômeno experiencial, algo que, desde o início, é uma parte essencial da vida" (2012, p. 6) e, portanto, presente nas diversas condições do habitar dos sujeitos.

A descrição do protagonista também possibilita evidenciar que os ânimos e sentimentos tecem lógicas que personificam o lugar e ao mesmo tempo partem dele. Como Larsen e Johnson (2012, p. 641) propõem, "cognition, existence, and, indeed, all things present first depend on place as the situated but universal happening, or disclosure, required for the world—natural and human—to appear. Place does more than bridge; it grounds"[7], de modo que a percepção de André, como elemento localizado, também é embasada no lugar. Ele habita seu quarto da *lavoura* e a – calorosa – luz doméstica que entra pela fresta da porta o incomoda suficientemente para que ele a encoste.

Contudo, mesmo ao fechá-la, as emoções e agitações se apoderam das fissuras das paredes e se alastram pelo corpo do personagem. Os ânimos podem estar no fundo da casa, mas não se restrigem a esse espaço. Blunt (2005, p. 506) trata que "the home is a material and an affective space, shaped by everyday practices, lived experiences, social relations, memories and emotions"[8], no qual o lar faz-se por esse somatório complexo de experiências humanas.

O protagonista descreve um surto de emoções que é contraditoriamente comedido porque a palavra austera de seu Pai assim o requer. Ressalta também que esse lugar é sentido pelo corpo do protagonista, em que as paredes e portas parecem uma continuidade de seu *eu*. Parece que "my existence as embodied finds a new access to the world in the home. The home becomes my second body" (Lang, 1985, p. 203)[9]. A reflexão de Lang elucida o processo de André que se mistura com o quarto da *lavoura*, a evidenciar a forma como o próprio lar é um *continuum* dos sentidos do personagem.

7 "Cognição, existência e, verdadeiramente, todas as coisas presentes primeiramente dependem do lugar como um acontecimento situado, porém universal, ou revelação, requerida pelo mundo – natural e humano – para se manifestar. Lugar faz mais que abrir caminho; ele embasa" (LARSEN; JOHNSON, 2012, p. 641, tradução livre).

8 "o lar é um espaço material e afetivo, moldado pelas práticas cotidianas, experiências vividas, relações sociais, memórias e emoções" (Blunt, 2005, p. 506, tradução livre).

9 "minha existência como corporificado encontra um novo acesso ao mundo no lar. O lar se torna meu segundo corpo" (Lang, 1985, p. 203, tradução livre).

Porém, o lar é uma entidade coletiva, que também se relaciona à intersubjetividade. Não é apenas André que habita o corpo-lugar que compõe o lar, mas a coletividade familiar. Se entendido desse modo, o sujeito é fruto dessa teia relacional composta pelas múltiplas subjetividades, ainda que algumas sejam suprimidas. De acordo com Lau (2004, p. 157), "for Merleau-Ponty, intersubjectivity means the inherence of any individual subject to the generality of a world"[10], ressalta em um mundo, aquele que conforma a lógica que reúne os sujeitos em torno daquele objeto ou lugar.

Entretanto, a adesão a generalidade desse mundo não significa em supressão completa de sua subjetividade. Dessa forma, as perspectivas subjetivas de todos que habitam a casa também a influenciam. Em sua conversa com o patriarca após seu retorno, André diz que "A prodigalidade sempre existiu em nossa mesa" (NASSAR, 1989, p. 156). O protagonista ressalta ser fruto do lugar, visto que o lugar também é pródigo. A mesa dos sermões semeou parte daquilo que é seu modo de ser.

Na condição de que, como propõe Merleau-Ponty, "o sujeito é ser-no-mundo, e o mundo permanece 'subjetivo', já que sua textura e suas articulações são desenhadas pelo movimento de transcendência do sujeito" (2011, p. 576), há uma lógica inerente de continuidade do devir em que se projeta o existir. André sente e articula as paisagens que compõem o mundo aberto pela sua experiência ativa com a *lavoura* e evidencia que se sua vida é pródiga, tal fator decorre da ênfase posta pelo sermão paterno em colocar princípio de prodigalidade no lugar.

O próprio sujeito é, por essa perspectiva, um fenômeno existencial a ser explorado. Wrathall reforça essa ideia e afirma que "it is so because it has its existence in being in a world, which means, in acting and experiencing and responding to the meaningful things and people and situations it encounters in the world"[11] (2006, p. 40). Ele é ativo e se faz justamente pelas fissuras das imposições. Entende que na prodigalidade de que trata o pai como algo *esbanjador* há uma certeza de *fertilidade*.

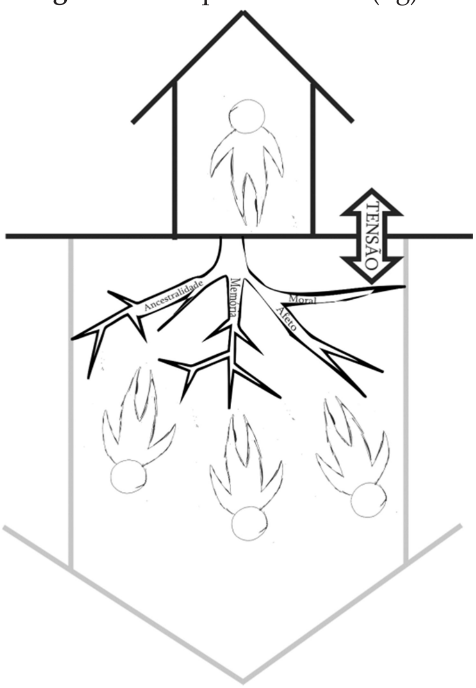
Nesse existir no mundo em condição de sujeito, é compreensível, como propõem Seamon e Mugerauer (1985, p. 8) que "dwelling involves the process by which a place in which we exist becomes a personal world and home"[12]. Portanto, cada portador de corpo e consciência constitui sentido e definição para o mundo em que habita. Cria significados que permitem vir a habitar. Para que exista *at-homeness* é fundamental que haja intersecções de subjetividades.

10 "para Merleau-Ponty, intersubjetividade significa a inerência de qualquer sujeito individual à generalidade de um mundo" (Lau, 2004, p. 157, grifo nosso, tradução livre).
11 "ele o é porque têm sua existência em ser-no-mundo, o que significa que no agir e experienciar e responder às coisas significantes e pessoas e situações ele encontra-se no mundo." (Wrathall, 2006, p. 40, tradução livre).
12 "Habitar envolve o processo pelo qual um lugar em que existimos se transforma em um mundo pessoal e lar." (Seamon; Mugerauer, 1985, p. 8, tradução livre).

Tudo que é habitado, da mesma forma, deixa sedimentos em quem o habita. André, ainda que não suporte permanecer na vida de *peça* nas mãos do pai-patrão, afirma para o patriarca, em seu retorno, que: “Jamais os abandonei, pai; tudo o que quis, ao deixar a casa, foi poupar-lhes o olho torpe de me verem sobrevivendo à custa das minhas próprias vísceras” (Nassar, 1989, p. 159). O personagem expressa na fala compreensão significante de que o lar, embora subjetivo, não é completamente individual. Ele é uma espécie de negociação implícita entre todos que estão a eles sujeitos, logo, todos que vivem esse lugar. Se o protagonista sofre com a situação em que se encontra, toda a família está implicada nesse sofrer.

Na *Lavoura Arcaica*, como aponta Abati (1999), a “troca intersubjetiva se encarregou de embaralhar as esferas individuais, constituindo a visão-de-mundo que norteia o protagonista, fragmentada em duplos que se embatem nas estruturas ideológicas” (Abati, 1999, p. 103). Isso evidencia misturas de papéis, palavras, ações e sentimentos, próprios da individuação no contexto familiar. Na intersubjetividade que conforma o lar, parece pujante pensar em l(ug)ar, como explicado na Figura 01.

Figura 01 - Mapa afetivo do l(ug)ar



Autoria: O autor, 2017. Design Digital: Jéssica Soares de Freitas, 2017

O lar, pelo que proponho (Figura 01), é um conjunto inseparável que se relaciona à individualidade e à coletividade, em diferentes graus de tensão ou estabilidade de *at-homeness*. Como discorrem Santos e Kinn acerca dos camponeses dos Cerrados Mineiros, “entre pessoas que mantêm identidades com um mesmo lugar, o pertencimento é uma construção social que implica relações que estabelecem e

mantêm vínculos com o lugar" (2009, p. 63-64). O caso provoca a pensar que como entidade coletivizada e intersubjetiva-subjetiva o l(ug)ar similarmente é evocado pelos vínculos de lugar.

Na *lavoura*, assim como em grande parte dos lares, o que fixa os sujeitos ao lugar são os vínculos estabelecidos. Eles enraízam a experiência vivida por quem habita. De acordo com Seamon "place attachment is part of a broader lived synergy in which the various human and environmental dimensions of place reciprocally impel and sustain each other"[13] (2014, p. 12), são elementos que vinculam e situam a existência do sujeito – mediada pelo corpo – no lugar.

Ao concernir a escala de uma sinergia que transcende a materialidade das paredes do lar ou dos sujeitos que nela vivem, o lugar estabelece a concretização de humanidades na experiência espacial. É fundamental notar que os diversos corpos que a habitam também sedimentam suas individualidades no *macrocorpo* do lar, de modo a consubstanciar uma alquimia de vínculos.

Vividos na realidade geográfica, os vínculos de lugar (re)significam o espaço e constituem laços que tem dimensões psíquicas e sociais. Para Rubinstein e Parmelee, "attachment to place is a set of feelings about a geographic location that emotionally binds a person to that place as a function of its role as a setting for experience"[14] (1992, p. 139). É por meio desses elos sensitivos que são efetivados diversos enraizamentos.

Também Brown e Perkings estão de acordo que, "*place attachments are integral to self-definitions, including individual and communal aspects of identity; disruptions threaten self-definitions*"[15] (1992, p. 280, itálicos no original). Contudo, é inerente que qualquer relação indivíduo-grupo se manifeste por meio de tensão, como estabelecido na Figura 01. Da mesma forma, o medo de rompimento é significativo na composição de vínculos que podem ser opressores aos sujeitos.

Por essa razão, creio que mais que *topofobia* ou *topofília*, polos absolutos propostos por Relph (1976), com base na fenomenologia da imagem poética de Bachelard (2008) e na *geograficidade* de Dardel (2011), é basilar refletir em um espectro mais amplo de vínculos. Scannel e Gifford afirmam que "neither interpersonal or place attachment bonds always have a positive valence"[16] (2014, p. 26), são variá-

13 "Vínculo de lugar faz parte de uma mais ampla sinergia vivida em que várias dimensões humanas e ambientais do lugar reciprocamente impelem e sustentam uma a outra" (Seamon, 2014, p. 12, tradução livre).

14 "vinculação ao lugar é um conjunto de sentimentos sobre a localização geográfica que emocionalmente conecta uma pessoa àquele lugar como uma função de seu papel como situação para experiência" (Rubinstein; Parmalee, 1995, p. 139, tradução livre).

15 "*vínculos de lugar são integrais para autodefinições, incluindo aspectos comunais e individuais da identidade; rompimentos ameaçam autodefinições*" (Brown; Perkins, 1992, p. 280, tradução livre).

16 "Elos interpessoais ou de vínculos de lugar nem sempre possuem valência positiva" (Scannel; Gifford, 2014, p. 26, tradução

veis em sentido e emoção da mesma forma que os valores humanos que os guiam e precedem. Naquilo que fica sedimentado na relação com o l(ug)ar, André relata ao Pai que:

> Toda ordem traz uma semente de desordem, a clareza, uma semente de obscuridade, não é por outro motivo que falo como falo. Eu poderia ser claro e dizer, por exemplo, que nunca, até o instante em que decidi o contrário, eu tinha pensado em deixar a casa; eu poderia ser claro e dizer ainda que nunca, nem antes e nem depois de ter partido, eu pensei que pudesse encontrar fora o que não me davam aqui dentro. (Nassar, 1989, p. 158).

Como "attachment for place arises out of being in and living in a place"[17] (Seamon, 1979, p. 142), apontado pelo protagonista é que ele é consciente de sua vinculação inerente ao lar em que habita. Não pensava, antes ou depois de sair, que encontraria outro lugar para criar elos similares, mas ao mesmo tempo sabia que não se bastava no lar. Se, efetivamente "the term *place attachment* implies that the primary target of affective bonding of people is to environmental settings themselves"[18] (Low; Altman, 1992, p. 6), seria incondizente para André esperar que pudesse se fixar da mesma forma no mundo além-lar.

Ao falar que toda *semente de ordem traz desordem*, o protagonista está discorrendo que na pretensa treva que põe sob o lar partilha do princípio normativo advindo do patriarca. A reflexão de Seamon é oportuna ao tratar que: "attachment to place relates not only to positive emotions; it is also associated with a constellation of negative emotions, including anxiety and annoyance"[19] (1979, p. 76). Do mesmo modo, André se encontra adstrito por ser vinculado a um lugar no qual o intersubjetivo se manifesta primordialmente na vontade de ordem do Pai, a instalar tensões que o angustiam, como relata ao irmão:

> veja, Pedro, veja nos meus braços, mas era ele também, era ele que dizia provavelmente sem saber o que estava dizendo e sem saber com certeza o uso que um de nós poderia fazer um dia, era ele descuidado num desvio, olha o vigor da árvore que cresce isolada e a sombra que ela dá ao rebanho, os cochos, os longos cochos que se erguem isolados na imensidão dos pastos, tão lisos por tantas línguas, ali onde o gado vem buscar o sal que se ministra com o fim de purificar-lhe a carne e a pele, era ele sempre dizendo coisas assim na sua sintaxe própria, dura e enrijecida pelo sol e pela chuva, era esse lavrador fibroso catando da terra a pedra amorfa que ele não sabia tão modelável nas mãos de cada um (Nassar, 1989, p. 41).

As confissões de André a Pedro revelam corporeidades dos vínculos relativos à sua ancestralidade e ao modo pelo qual entendia que o Pai impunha seu moral no l(ug)ar. Estabelece, simultaneamente, que a maneira do patriarca de marcar seus

livre).

17 "vínculo pelo lugar surge por meio de ser e viver em um lugar" (Seamon, 1979, p. 142, tradução livre).

18 "o termo *vínculo de lugar* implica que o alvo primário da formação de elos afetivos das pessoas é para as próprias situações ambientais" (Low; Altman, 1992, p. 6, tradução livre).

19 "Vínculo com lugar relaciona-se não somente com emoções positivas; ele também se associa com uma constelação de emoções negativas, incluindo angústia e mágoa" (Seamon, 1979, p. 76, tradução livre).

braços laboriosos também seria o sentido pelo qual ele travaria sua irreverência. Se, como pontua Cobb, "describing things and deciding what to do about them are evidently necessary and interrelated consequences of being-in-the-world"[20] (1973, p. 432), o posicionamento do protagonista revela sua dimensão de sujeito e trava tensões às imposições paternais.

Na perspectiva do patricarca, o vigor da árvore isolada é referência para o vigor de seus desejos e vontades que, ironicamente, mantém vínculos significativos com os elementos – culturais, naturais e simbólicos – do lugar. Evoca a imagem do Pai, *lavrador fibroso*, que embasa a maneira pela qual constrói sua poética fundamentada na ordem do lugar, a qual visa criticar. Não obstante, o entendimento de Pedro, que ouve, não coincide com o do irmão. Isso ocorre pois que "nós vemos verdadeiramente a coisa mesma e a mesma coisa – e, ao mesmo tempo, não alcanço nunca a vivência de outrem. É no mundo que nos reunimos" (Merleau-Ponty, 2014, p. 22). Ao viver no mesmo lugar há inerente simultaneidade de certos vínculos, porém o modo de vivê-los varia drasticamente entre cada um dos que a eles estão sujeitos.

É evidente, pela via bachelardiana, que "todo canto de uma casa, todo ângulo de um quarto, todo espaço reduzido onde gostamos de encolher-nos, de recolher-nos em nós mesmos, é, para a imaginação, uma solidão, ou seja, o germe de um quarto, o germe de uma casa" (Bachelard, 2008, p. 144). Por essa racionalidade, cada lar gesta a semente de sua própria contradição. As tensões que desdobram daquilo que é próprio de cada um, mas coletivizado, transbordam em cada canto apropriado.

Como escreve Staszak, "l'espace domestique est un espace *privé*, celui de chez-sui"[21] (2001, p. 345), portanto há sempre um quê de privado no compartilhado pela família no que se refere ao l(ug)ar. As memórias, raízes profundas que conectam os sujeitos que coabitam entre os domínios íntimos do lar, se misturam aos afetos e à moral, de modo a construírem experiências únicas em cada um. André narra, em seu retorno: "largado na beira da minha velha cama, a bagagem jogada entre meus pés, fui envolvido pelos cheiros caseiros que eu respirava, me despertando imagens torpes, mutiladas, me fazendo cair logo em confusos pensamentos" (Nassar, 1989, p. 148).

É evidente a maneira pela qual os sentidos se misturam, os cheiros evocam imagens e o protagonista é levado para outros momentos. Confirma-se que "the aesthetic standing of the home may also be suspect because it is not conspicuously

20 "Descrever coisas e decidir o que fazer quanto a elas são consequências evidentemente necessárias e inter-relacionadas de ser-no-mundo" (Cobb, 1973, p. 432, tradução livre).
21 "O espaço doméstico é um espaço particular, referente ao habitar" (Staszak, 2001, p. 345, tradução livre).

visual"[22] (Tuan, 1995, p. 113), visto que transborda em cheiros, sons e *confusas* emoções. Como lugar privado, doméstico, há peso significante que leva o personagem a pensar sobre sua trajetória. Isso nos mostra que:

> private places need to be quite so immediate and obvious. There may indeed be no common knowledge of them; rather they are defined by special and particular significances for us, and may be remembered rather than immediately present. In particular the places of childhood constitute vital reference points for many individuals[23] (Relph, 1976a, p. 37).

Contudo, essas densas imagéticas do espaço particular e privado das tardes jocosas da infância em que caçava pombas e esperava pelo afeto tenro da mãe relevam em André figuras *torpes e mutiladas*. Os significados particulares, que novamente remontam aos vínculos, reestabelecem modos de construção da estética do lar, funesta para o personagem. Isocronicamente, revela uma beleza que foge de padrões estéticos convencionais, daquilo que é tido geralmente como o belo. Isso evoca, como aponta Tuan (1995, p. 144), que "one's home or hometown need not be beautiful by artbook standards. Other values may be more important, such as comfort and security, a haven of human warmth. Yet even in the most humdrum town there are moments of beauty"[24].

Similarmente, André erige uma estética pessoal que se apropria daquela relativa ao lugar para consubstanciar suas irreverências. Tuan complementa que "o lar, ainda que seja um refúgio das ameaças externas, não está isento de conflitos, que são muito mais intensos por ocorrer entre membros da família, em que os sentimentos fraternos são fortes" (Tuan, 2005, p. 206). Justamente pela relação contraditória de estéticas, em que há o belo revoltoso de André e o belo paciente da casa-tronco, é que se efetivam tensões insuportáveis para seus habitantes.

Na obra, o protagonista, retrata Abati (1999), vive a constante agonia de não conseguir "constituir um pensamento totalmente independente do passado. Concentrando-se no problema do Bem e do Mal, tenta entender a natureza sob um princípio ético, humano, mas sem dogmatismos" (Abati, 1999, p. 110). Entretanto, sua estética audaz navega nas fronteiras limítrofes desse maniqueísmo, a substanciar os *direitos de sua impaciência*. Mesmo sua revolta tem por referência o núcleo aglomerante dos discursos paternos. Concomitantemente, ele se pauta na afetividade pretensamente excessiva da Mãe. Conforme André relata de sua infância:

22 "A situação estética do lar pode também ser suspeita porque não é conspicuamente visual" (Tuan, 1995, p. 113, tradução livre).
23 "lugares privados não precisam ser tão imediatos ou óbvios. Podem haver, certamente, nenhum tipo de conhecimento comum acerca deles; em verdade são definidos pelas significâncias particulares e especiais para nós, e podem ser lembrados ao invés de imediatamente presentes. Em particular os lugares da infância constituem referências vitais para muitos indivíduos" (Relph, 1976a, p. 37, tradução livre).
24 "o lar de alguém não precisa ser bonito em padrões de livros de arte. Outros valores podem ser mais importantes, como conforto e segurança, um refúgio de calor humano. Mesmo na cidade mais monótona também existem momentos de beleza" (Tuan, 1995, p. 144, tradução livre).

> só esperando que ela entrasse no quarto e me dissesse muitas vezes "acorda, coração" e me tocasse muitas vezes suavemente o corpo até que eu, que fingia dormir, agarrasse suas mãos num estremecimento, e era então um jogo sutil que nossas mãos compunham debaixo do lençol, e eu ria e ela cheia de amor me asseverava num cicio "não acorda teus irmãos, coração", e ela depois erguia minha cabeça contra a almofada quente do seu ventre e, curvando o corpo grosso, beijava muitas vezes meus cabelos assim que eu me levantava Deus estava do meu lado em cima do criado-mudo (Nassar, 1989, p. 25).

Em estética circundada de erotismo, constitui imagens de uma divindade que se relaciona à afabilidade maternal. O bem, analisa ele, é essa possibilidade de no lugar constituir seu **canto**, fazer do seu quarto um lugar que transcende à ditadura patriarcal. Seu desejo, ao que indica, seria o congelamento dessa infância em que o *amor* de sua mãe existe mais intensamente para si. Isso revela um lugar íntimo. Este sentiment, Relph escreveu, trata-se de notar que "what is important is the sense that *this* place is uniquely and privately your own because your experience of it is distinctively personal"[25] (1976a, p. 37). Esse tempo cristalizado na condição de lugar particular de retorno figurativo ao ventre materno constitui em experiência própria do lar, que ressalta origens para seus berros interiores.

Daquele universo de indefinições a que o sujeito se coloca vivo criam-se significados que ordenam e remontam até os mais confusos sentimentos de revolta no caso de André. É um modo de organização do espaço em um cosmo que pode ser ordenado, que recebe os vetores existenciais do sujeito como forma de abandonar o absoluto e alcançar espécie de sentido ou definição. A considerar que:

> assim como a noção de um *universo*, quer dizer, de uma totalidade acabada, explícita, em que as relações sejam de determinação recíproca, excede a noção de um *mundo*, quer dizer, de uma multiplicidade aberta e indefinida em que as relações são de implicação recíproca. Eu decolo de minha experiência e passo à *idéia* (Merleau-Ponty, 2011, p. 109).

Do todo indefinido que seria a experiência de *universo*, da desordem da qual o sujeito faz sentido, são gestados, como aprimoraria o autor (Merleau-Ponty, 2011), matrizes de ideias que humanizam o existir. Desta diversidade intersubjetiva, densa e dotada de significações que substanciam a vivência, o *mundo* é o que torna o lugar, como ordenamento pessoal ou coletivo, um fenômeno possível.

Em contraposição ao caos referente ao horizonte geográfico, "the cosmos is sensed in concrete landscapes as lived, remembered, or painted: it is the immanent scene of finite place as felt by an equally finite body"[26] (CASEY, 1998, p. 78), refere-se à dimensão de ordem que dá origem ao lugar. Por ser limitado ao seu corpo e

25 "O que é importante é o senso de que esse lugar é unicamente e privativamente nosso próprio porque sua experiência dele é distintamente pessoal" (Relph, 1976a, p. 37, tradução livre).
26 "O cosmo é sentido em paisagens concretas como vivo, lembrado ou pintado: é a cena imanente de um lugar finito vivido por um corpo igualmente finito" (Casey, 1998, p. 78, tradução livre).

ao concreto e de imediato perceptível em sua existência, o sujeito necessita de uma base – *topos* – em que realiza sua vida. Nela, vive, projeta e totaliza seus cotidianos, estabelecendo construções, tais quais as de André, que substanciam seu l(ug)ar, ainda que dotado de tantas contradições quanto ele.

Na perspectiva dos gregos, principalmente dos filósofos platonistas, a ordem é determinada por um corpo criante, metafísico ou não. Portanto, para que o espaço seja apropriado para fins humanos e constitua definição que contribua em sua transformação em lugar é necessário que haja ordenamento do *universo* por meio do *mundo* que media suas relações com ele. Casey (1998, p. 32) argumenta que, para os gregos, "creation must occur *in* and *with* this body, which Plato names necessity (*anankë*) – and also Space (*Chöra*)"[27].

Neste viés *Chöra* é compreendida como espaço, receptáculo sensível de espacialidade. *Chöra* é o campo do caos e do horizonte de indefinição, referente primordialmente à um universo que, embora dinâmico e absoluto é passível de apropriação. Na interação fenomênica do sujeito, essa dimensão é transformada, por *anankë* ou *boúlesis* (vontade humana), de modo a construir ordem no horizonte, consubstanciando, portanto, *topos* – lugar.

Pautado em Casey (1998), hipotetizo que se *Topos* é a dimensão de lugar e *Chöra* se refere à espacialidade básica e necessária, a esse espaço ocupado por outras subjetividades que é o universo, composto pelos mundos da vivência alheia, é fundamental que haja algo em que eles estejam contidos. Seu encontro se realiza em *Kenon*, espaço vazio, vácuo de sentido e significado, ininteligível, porém essencial para que a existência se manifeste.

Essa relação é evidente na maneira pela qual o espaço coletivo se manifesta como *Chöra*, em que é substrato fundante para a existência do *Topos* de cada um de seus habitantes. *Topos* e *Chöra*, compreendidas como dimensões do espaço subjetivo, dizem respeito ao ordenamento que cada sujeito realiza do universo e horizonte geográfico. A *lavra* é a realidade geográfica de André, mas sincronicamente seu quarto e suas percepções formam a própria ordem *tópica* que difere da forma como o patriarca concebe seu *Topos* e tenta ditar o *Chöra* dos filhos.

Partindo dos pós-socráticos, é entendido que "the openness and vagueness of a region call for a much more particular sense of place: place as *topos*"[28] (CASEY, 1998, p. 35), é necessário que sejam recriados os sentidos do *Chöra* para que a vida

27 "Criação deve ocorrer *em* e *com* este corpo, que Platão chama de necessidade (*anankë*) – e também de espaço (*Chöra*)" (Casey, 1998, p. 32, tradução livre).
28 "A abertura e falta de exatidão de uma região chamam por um sentido de lugar mais particular: lugar como topos" (Casey, 1998, p. 35, tradução livre).

não seja efetivada no âmbito de uma materialidade não apropriada pelo corpo. É condição para a existência de *at-homeness* que a relação íntima *Chöra-Topos*, mediada pelo mundo, relacione-se às vísceras do (inter)subjetivo que se realiza no lar.

Também em diálogo com os filósofos gregos, Buttimer (1993, p. 32) propõe que, ao mesmo tempo, "*order* subsumes interests in the management and 'housekeeping' of collective life – spatial, temporal, and societal"[29]. Portanto, mesmo o *topos* compreendido como ordenamento subjetivo sempre denota uma tensão inerente que se relaciona à necessidade de estar em contato com a vida coletiva. Mesmo no *Chöra*, a vivência precisa criar nexos de definição que favoreçam a coletivização da experiência humana.

Referente ao modo com o qual André se encontra incomodado, porém vinculado ao lugar, são essas duas dimensões que parecem tangivelmente opostas para ele. Essa situação desconforta o sujeito. Contudo, parece inseparável de qualquer experiência espacial, Casey (1998, p. 48) retrata que os gregos já consideravam que "just as there is no place without depth, so there is no place that does not connect the disparities of being and experience, of perception and language, of chaos and cosmos"[30]. Sem o *Chöra* seria impossível fazer *Topos*, portanto sem o macrolugar lavoura, ditado pela ordem paterna (lida como *chöra* por André), seria impossível que o protagonista cravasse seu lugar irreverente.

Conforme afirma Tuan (2013, p. 14) "o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e os dotamos de valor", ressalto, portanto, é a vivência que estabelece significados para o caos e o ordena em algo inteligível. O lugar de André, ainda que de aparente valorização do caótico e desordenado também tem uma ordem própria que descende dos sedimentos da *lavoura*, tanto que, no último capítulo cabe a ele declarar que:

> (Em memória de meu pai, transcrevo suas palavras: "e, circunstancialmente, entre posturas mais urgentes, cada um deve sentar-se num banco, plantar bem um dos pés no chão, curvar a espinha, fincar o cotovelo do braço no joelho, e, depois, na altura do queixo, apoiar a cabeça no dorso da mão, e com olhos amenos assistir ao movimento do sol e das chuvas e dos ventos, e com os mesmos olhos amenos assistir à manipulação misteriosa de outras ferramentas que o tempo habilmente emprega em suas transformações, não questionando jamais sobre seus desígnios insondáveis, sinuosos, como não se questionam nos puros planos das planícies as trilhas tortuosas, debaixo dos cascos, traçadas nos pastos pelos rebanhos: que o gado sempre vai ao poço.") (Nassar, 1989, pp. 193-194).

No *obituário* construído por André até a 'sabedoria' da natureza pode ser perturbadora, visto a densidade das contradições encontradas no discurso paterno. Ao

29 "Ordem agrupa interesses na administração e na 'governança do lar' da vida coletiva – espacial, temporal e social." (Buttimer, 1993, p. 32).
30 "assim como não há lugar sem profundidade, não existe lugar que não conecte as disparidades do ser e da experiência, da percepção e da linguagem, do caos e cosmos" (Casey, 1998, p.48).

mesmo tempo, há significativos sinais do *topos* paterno que evidenciam uma *at-homeness* intensa que se manifestava na oposição do protagonista ao patriarca. A reação comedida de encarnar posição fetal, resposta do Pai, para lidar com aquilo que extrapola seu mundo retrata a dificuldade – tão humana – de suportar o *Kenon*.

Para Hufford (1992, p. 232), "places do not exist apart from human experience and understandings; they are always places-for"[31], por isso seus elementos transbordam na fala, atos, discursos e gestos de cada sujeito. A *lavoura* é lugar-para em reação a todos que nela habitam, ainda sob o constante tensionamento entre o individual e o coletivo. É a compreensão dos habitantes que torna os domínios das porteiras do patriarca em *Topos* regente da coletividade.

Concordo com Shaw (2014, p. 587) que "rather than being either a space of isolation or a space of protection, home is most frequently both of these, to some degree"[32] e fica implícito que é nessa consubstancialização complexa que relaciona o sentido do existir no lar. Ao mesmo tempo em que o sujeito é vinculado ao lugar, ele problematiza sobre sua existência e intenta impor seu próprio *Topos* em contraposição ao *Topos* coletivo e à *Chöra*.

Esse conflito do sujeito é decorrente, como Relph (1976a, p.38) afirma, "to have roots in a place is to have a secure point from which to look out on the world, a firm grasp of one's own position in the order of things, and a significant spiritual and psychological attachment to somewhere in particular"[33]. Mesmo na recusa, André utiliza o *topos* da *lavoura* para permanecer com algum ponto de referência em relação ao mundo. Olha para o abismo, mas mantém a vinculação ao lugar que o originou para que saiba qual **seu lugar no mundo**. Portanto, parece sincero que reflita e pede que o irmão compreenda que:

> entenda, Pedro, com meus olhos sempre noturnos, eu, o filho arredio, provocando as suspeitas e os temores na família inteira, não era com estradas que eu sonhava, jamais me passava pela cabeça abandonar a casa, jamais tinha pensado antes correr longas distâncias em busca de festas prós meus sentidos; entenda, Pedro, eu já sabia desde a mais tenra puberdade quanta decepção me esperava fora dos limites da nossa casa" eu disse quase afogado nessa certeza (Nassar, 1989, p. 67).

Se a casa permanece como seu centro de significado e ordem é porque referencia o *topos* ordenador de sua relação com o universo, estabelece seu mundo vivido que embasa seus sentidos e vínculos de lugar. Os olhos *noturnos* de André nutrem

31 "lugares não existem fora das experiências e compreensões humanas; eles são sempre lugares-para" (Hufford, 1992, p. 232, tradução livre).
32 "mais que ser um espaço de isolamento ou um espaço de proteção, o lar é com maior frequência ambos, dada certa gradação" (Shaw, 2014, p. 587, tradução livre).
33 "Ter raízes no lugar é ter um ponto seguro para olhar o mundo, ter um alcance do posicionamento de alguém na ordem das coisas, e um significativo vínculo espiritual e psicológico a algum lugar em particular" (Relph, 1976a, p. 38, tradução livre).

uma percepção que, embora específica, está lastreada no âmbito da intersubjetividade do l(ug)ar. Porquanto consideramos que "the world is, of course, culture, time, space, location, imagination, and symbols, that is, a complex network of meanings that have a direct as well as indirect connection to the subject"[34] (Bartoloni, 2015, p. 146), a teia de nexos a que o protagonista está submetido conduz seus pensamentos e modo de ordenamento da existência, por conseguinte, de *at-homeness*.

O personagem também reconhece a contradição de seu sentir, a maneira pelo qual precisa se distanciar e se livrar de certas imposições. Sabia que sua permanência seria o *pathos* porque tinha uma sede silenciosa de poder ser quem realmente é. De acordo com Tuan (1982, p. 9) "What is the self? Who am I? To raise this type of question presupposes an ability to stand apart from the group. Individuals must be capable of physical and psychological withdrawal"[35]. Na perspectiva de André é inferido que descobrir quem é, significa viver uma vida de agonias no lar e de decepções fora do lugar. Parte disso decorre das geografias afetivas que foram arquitetados em suas vivências na *lavoura*. O afeto da mãe, o contato com Ana, assim como as relações que o fixam e vinculam no lugar somam-se para a escritura de uma história profunda que não se separa de quem ele é.

...PARA ALÉM DA *CHÖRA* E *KENON*

Como reciprocidade ativa mundo-sujeito, a condição de habitar é composta como elemento nucleante da espacialidade humana. Entremeada pela poética de ser como ente que manifesta-se no espaço, a composição do lar transcende a escala da materialidade. Pela *at-homeness* substanciada nos nexos e sentidos de lugar, realidade geográfica insurge como forma de significar o cosmo. O *Topos* que emerge de *Chöra* sumariza a capacidade de transbordar as situações limítrofes da geograficidade e compor lugares.

Nessa reversibilidade relevante, a percepção e experiência se dinamizam como componentes que se embasam no lugar. Pelo horizonte de mundo que vem a ser a partir do fenômeno experiencial do sujeito é evidente que a corporeidade é o centro de onde irradiam significações espaciais que transformam *Chöra* em *Topos*. Como ser-no-mundo, o sujeito evoca a presciência do lugar que relaciona-se ao devir de sua condição de *ser* humano.

Como entes ativos no mundo, os vínculos que são estabelecidos experiencialmente imbricam na maneira como se sente o lugar. Pela condição intersubjetiva em

34 "O mundo é, claramente, cultura, tempo, espaço, localização, imaginação, e símbolos, isso é, uma complexa rede de sentidos que tem conexão direta ou indireta ao sujeito" (Bartoloni, 2015, p. 146, tradução livre).
35 "O que é o eu? Quem sou eu? Levantar esse tipo de questionamento pressupõe a habilidade de se destacar do grupo. Indivíduos devem ser capazes de física e psicologicamente se afastar do grupo" (Tuan, 1982b, p. 9, tradução livre).

que metamorfoseiam a experiência fenomênica do habitar, a *at-homeness* desvela a forma pela qual o lar tece referenciais de realidade geográfica. Fundamentalmente, são abarcados diferentes modos de viver os vínculos de l(ug)ar em que, por vezes, são implicadas conflitualidades decorrentes das divergentes geografias afetivas estabelecidas.

Nas justaposições de estéticas, o *revoltoso* e o *paciente* na casa-tronco da família de André realizam uma alquimia emotiva do habitar que costura as tensões vividas. Pelos *direitos de sua impaciência*, o protagonista explora as contradições inerentes da intersubjetividade do lugar. Na experiência ativa do l(ug)ar, a eroticidade é nucleante em sua forma de compor e viver os vínculos de André com o lugar. Nas contraposições decorrentes disso, seus sentimentos conflitantes expõem que há algo que transcende a afetividade ou ódio a realidade geográfica que orienta seu existir.

Pela perspectiva dos vínculos de lugar é bordado um caminho fenomenológico para repensar o lugar para além de polos topofilia-topofobia. Pelo amplo espectro dos sentimentos humanos que variam entre ódio, amor, passionalidade, angústia, medo ou curiosidade (entre outros), as relações que vinculam os sujeitos aos lugares também refletem essa condicionalidade. Por ser inseparável a relação entre quem habita e o habitado, a reversibilidade implica em compreender a abundante variabilidade de nexos que podem ser referenciais para sentidos e vínculos de lugar.

REFERÊNCIAS

ABATI, H. M. F. *Da Lavoura Arcaica*: fortuna crítica, análise e interpretação da obra de Raduan Nassar. 1999, 188f., Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1999.

ALMEIDA, M. G. A propósito do Trato do Invisível, do Intangível e do discurso na Geografia Cultural. *Revista da ANPEGE,* v. 9, n. 11, p. 41-50, 2013.

BACHELARD, G. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BARTOLONI, P. The space of language and the place of literature. In: RICHARDSON, B. (Org.) *Spatiality and symbolic expression*: on the links between Place and Culture. New York: Paulgrave macmillian, 2015, p.129-153.

BLUNT, A. Cultural geography: cultural geographies of home. *Progress in human geography*, v.29, n.4, p.505-515, 2005.

BROWN, B. B.; PERKINS, D. D. Disruptions in place attachment. In: ALTMAN, I.; LOW, S. M. (Orgs.) *Place Attachment*. New York: Plenum Press, 1992, p.279-304.

BUTTIMER, A. *Geography and the human spirit*. Harrisonburg: The Jonhs Hopkings University Press, 1993.

CASEY, E. S. *The Fate of place*: a philosophical history. Berkley: University of California Press, 1998.

CASEY, E. S. Body, Self and Landscape: A geophilosophical inquiry into the Place-World. In: ADAMS, P. C.; HOELSCHER, S.; TILL, K. E. (Orgs.) *Textures of place*: exploring humanist geographies. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001, p.403-425.

COBB, W. Being-in-the-world and ethical language. In: CARR, D.; CASEY, E. S. (Orgs.) *Explorations in phenomenology*: papers of the society for phenomenology and existential philosophy. Leiden: Martinus Nijhoff, 1973, p.423-433.

DARDEL, E. *O Homem e a Terra*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

HUFFORD, M. Thresholds to an Alternate Realm: mapping the chaseworld in New Jersey's Pine Barrens. In: ALTMAN, I.; LOW, S. M. (Orgs.) *Place Attachment*. New York: Plenum Press, 1992, p.231-252.

KARJALAINEN, P. T. Place in *Urwind*: A humanist geography view. *Geograficidade*. v. 2, n. 2, Inverno 2012. p.4-22.

LANG, R. The dwelling door: towards a phenomenology of transition. In: SEAMON, D.; MUGERAUER, R. (Orgs.) *Dwelling, place and environment*: towards a phenomenology of person and world. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1985, p.201-214.

LARSEN, S. C.; JOHNSON, J. T. Toward an open sense of place: Phenomenology, affinity, and the question of being. *Annals of the Association of American Geographers*, v.102, n.3, p.632-646, 2012.

LAU, K. Intersubjectivity and Phenomenology of the other: Merleau-Ponty's contribution. In : CARR, D.; CHAN-FAI, C. (Orgs.) *Contributions to phenomenology*: Space, Time and Culture. Amsterdan: Springer science+business, 2004, p.3-14.

LOW, S. M.; ALTMAN, I. Place attachment: a conceptual inquiry. In: ALTMAN, I.; LOW, S. M. (Orgs.) *Place Attachment*. New York: Plenum Press, 1992, p.1-12.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MERLEAU-PONTY, M. *O visível e o invisível*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

MORRIS, D. *The sense of space*. Albany: State University of New York Press, 2004.

NASSAR, R. *Lavoura arcaica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RELPH, E. *Place and placelessness*. London : Pion Limited, 1976a.

RELPH, E. The phenomenological foundations of Geography. *Discussion Paper,* Department of Geography-University of Toronto,n. 21, 1976b, pp.1-40.

RUBINSTEIN, R. L.; PARMELEE, P. A. Attachment to place and the representation of the life course by the elderly. In: ALTMAN, I.; LOW, S. M. (Orgs.) *Place Attachment*. New York: Plenum Press, 1992, p.139-164.

SANTOS, R. J.; KINN, M. G. Festas: Tradições reinventadas nos espaços rurais dos cerrados de Minas Gerais. *Espaço e Cultura*. UERJ: Rio de Janeiro, p. 58-71. n. 26, jul./dez. 2009.

SCANNEL, L.; GIFFORD, R. Comparing the theories of interpersonal and place attachment. In: MANZO, L. C. (Org.); DEVINE-WRIGHT, P. (Org.) *Place Attachment*: advances in theory, methods and applications. Abingdon: Routledge, 2014, pp. 23-36.

SEAMON, D. *A Geography of the lifeworld*: movement, rest and encounter. London: Croom Helm, 1979.

SEAMON, D. Place attachment and phenomenology: The synergistic dynamism of place. In: MANZO, L. C. (Org.); DEVINE-WRIGHT, P. (Org.) *Place Attachment*: advances in theory, methods and applications. Abingdon: Routledge, 2014, pp. 11-22.

SEAMON, D; MUGERAUER, R. Dwelling, Place and environment: an introduction. In: SEAMON, D.; MUGERAUER, R. (Orgs.) *Dwelling, place and environment*: towards a phenomenology of person and world. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1985, p.1-14.

SHAW, R. Controlling darkness: self, dark and the domestic night. *Cultural Geographies*, v.22, n.4, p.585-600, 2014.

STASZAK, J. L'espace domestique: por une géographie de l'intérieur. *Annales de Géographie*, v. 110, n°620, p.339-363, 2001.

TUAN, Y. *Segmented Worlds and Self*: Group life and individual consciousness. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1982.

TUAN, Y. *Passing strange and wonderful*: aesthetics, nature and culture. New York: Island Press, 1995.

TUAN, Y.*Paisagens do medo.* São Paulo: Editora UNESP, 2005.

TUAN, Y. *Humanist Geography:* an individual's search for meaning. Staunton: George F. Thompson Publishing, 2012.

TUAN, Y. *Espaço e lugar:* a perspectiva da experiência.Londrina: EdUel, 2013.

WRATHALL, M. A. Existential Phenomenology. In: DREYFUS, H. L.; WRATHALL, M. A. (Orgs.) *A companion to phenomenology and existentialism*. Malden: Blackwell Publishing, 2006, pp.31-47.

CAPÍTULO 8

DE LUGARES RURURBANOS PERIFÉRICOS: PRÁCTICAS Y CONTEXTOS DE UN ESTUDIO TERRITORIAL[1]

Manuel Enrique Pérez

DOI: 10.46898/rfb.9786558892427.8

1 Este capitulo corresponde a los resultados de tesis de Doctorado en Estudios Territoriales, dirigida por la Doctora María Geralda de Almeida, PhD en Geografía Tropical de la Universidad Federal de Goiás y en codirección con la Doctora Beatriz Nates Cruz, PhD Antropóloga y Directora del Doctorado en Estudios Territoriales de la Universidad de Caldas, Manizales-Colombia

Este capitulo busca comprender, cómo las vivencias intencionales de personas que se sitúan en la periferia de una ciudad, constituyen interacciones, a través de las cuales, emergen *lugares rururbanos* en los que se establecen dinámicas de actuación, consenso y contradicción que se orientan hacia la estructuración de territorios posibles y desarrollables. El recorrido no pretendió contemplar el objeto mismo de lo urbano y lo rural, como si fuesen ámbitos socio-espaciales en continua oposición. En ese sentido, considera que, entre sus vínculos, existen acciones que se mueven en el tiempo, prefigurando desde los agentes sociales que las determinan: su imaginación de futuro, las sensaciones vividas en el presente y la remembranza de una memoria (Husserl, 1982).

El estudio opta por delinear sus argumentos desde la perspectiva del Estructural-Constructivismo, asunto que, inspirando por el paradigma de la fenomenología, procura una distinción importante sobre los modos en que la estructuración social define a la subjetividad, y a la vez, permite deliberar sobre las lógicas de su rearticulación, y, por medio de ello, interpretar la producción de sujetos con la capacidad de incorporarse espacial y potencialmente para la acción. La epistemología descrita, adquiere y desarrolla nuevos desafíos, en tanto que incorpora el cruce de múltiples temporalidades, asunto que lleva a la indeterminación y la contingencia; a la inclusión del futuro; a la exaltación de las vinculaciones y movimientos entre agentes (redes); e incluso, a reconocer otras cartografías, imaginadas y presentes, en los procesos territoriales que nos interpelan ante las complejas vinculaciones entre el espacio rural y urbano.

El caso de estudio *in situ,* contempló un trabajo de campo que tiene su orígenes desde el año de 2010, periódo en el cual el investigador inició contacto con pobladores rurales del borde sur de la ciudad de Bogotá, área que comprende la cuenca media del río Tunjuelo en las Localidades de Usme y Ciudad Bolivar. En el estudio participaron 140 personas, 63 mujeres y 77 hombres, quienes se desempeñan en actividades de producción agropecuaria, trabajos informales, de gestión comunitaria, funcionarios públicos de la ciudad, empresarios e investigadores de la academia.

La metodología implicó el diseño un método etnográfico intergado para la investigación proyectal (MEIIP), el cual procuró relacionar información respecto a las trayectorias del contexto socio-geo-historico del lugar, utilizando varios instrumentos de registro y procucción de información. Entre ellos, productos hipotéticos etnográficos mediante: i) *levantamiento de cartografía social* para definir los marcadores espaciales, históricos y sociales del área de estudio (Offten & Dym, 2011; Risler & Ares, 2013; Alberich, 2007; Iconoclasistas, 2011; Herrera, 2012; Harley, 1989;

Andrade, 2001; Barrera, 2009; Gumuchian *et al*., 2003; Bertin, 1973; ii) producción de un *sistema de georreferenciación* que permitió la ubicación y cuantificación de las transiciones en el uso y coberturas del suelo en la zona de estudio, a partir de una trayectoria temporal que registró información aproximada en un periodo de ochenta años (1940-2014) (Lambin *et al*. 2001 & 2003 & Dewan, Yamaguchi, 2009); iii) *Se adelantó un trabajo de identificación del sistema de contradicciones territoriales*, el cual se obtuvo producto de contrastar los datos de georreferenciación y la ubicación de los impactos territoriales que se han generado como efecto de la fricción entre las dinámicas urbano-rurales que se localizan en la periferia de la ciudad; iv) Se llevo cabo un registro y *análisis de Redes Sociales* que han surgido como producto de las múltiples interacciones entre los agentes sociales relativamente estables, de naturaleza no jerárquica e independiente, que comparten el acceso, uso, transformación y control de recursos en la zona (Williner, Sandoval, Frias, Pérez, 2012; Zimmermann, 2004; Velázquez & Gallegos, 2005; Reynoso, 2011 & Requena, 2003); por último, se adelantó un trabajo *sistematización e interpretación discursiva* de los resultados, el cual se oriernta en razón a la pregunta: ¿Cómo se relacionan las trayectorias y dinámicas de la experiencia material (fáctica), las interacciones de las instancias sociales y la imaginación simbólica que configura un espacio emergente de reproducción y representación de las relaciones urbano-rurales?

ZONA DE ESTUDIO

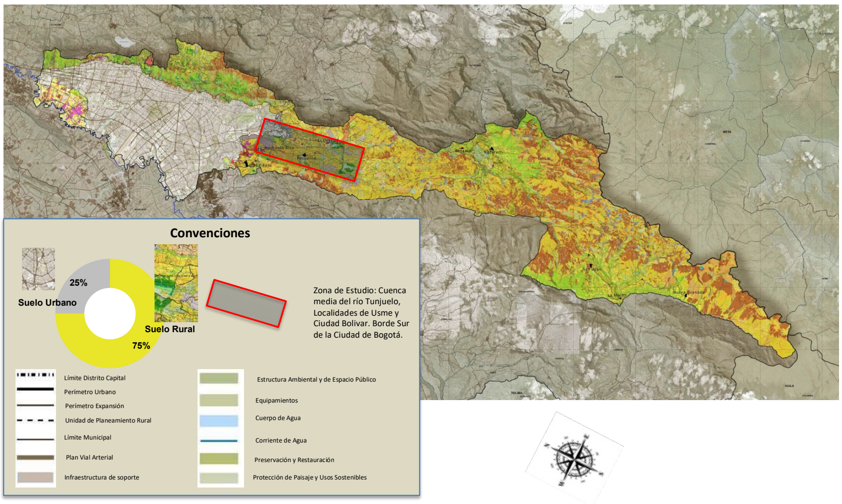
Antes de plantear las aproximaciones teóricas, precisemos las características y localización de la zona de estudio. Es importante precisar que, según Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE), para el año 2019, la población de la ciudad de Bogotá se aproxima a 7.200.000 personas, de allí se estima que 7.183.131 son habitantes urbanos y 16.869 se encuentran ubicados en suelo rural. Así mismo, los datos de la Secretaria Distrital de Planeación, indican que la capital del país, cuenta con una extensión aproximada de 163.663 Hectáreas, de las cuales, el 25% concentra suelo de uso urbano y el 75% corresponden a la categoría de suelo rural vinculado a la Estructura Ecológica Principal de la ciudad. A su ves el suelo rural del distrito se ubica especialmente en las periferias de las localidades de Suba, Usaquén, Chapinero, Santa Fe, San Cristóbal, Usme, Ciudad Bolívar y Sumapaz. [1]

Esta área se localiza principalmente hacia los cerros orientales y el sur del Distrito Capital. En ella se encuentran lagunas, lagos y ciénagas naturales, arbustales y herbazales abiertos, vegetación secundaria, bosques de galería, mosaicos de cul-

1 La ciudad se encuentra subdividida en 20 localidades: (1) Usaquén, (2) Chapinero, (3) Santa Fe, (4) San Cristóbal, (5) Usme, (6) Tunjuelito, (7) Bosa, (8) Kennedy, (9) Fontibón, (10) Engativá, (11) Suba, (12) Barrios Unidos, (13) Teusaquillo, (14) Los Mártires, (15) Antonio Nariño, (16) Puente Aranda, (17) La Candelaria, (18) Rafael Uribe, (19) Ciudad Bolívar y (20) Sumapaz. (Decreto 619 del 2000).

tivos, pastos enmalezados, arbolados y limpios, cultivos de cereales, maíz, cebada, oleaginosas, frijol, hortalizas, zanahoria, papa, fresa, ganadería y avicultura, así como la ubicación de vivienda rural dispersa. Todo ello limita con usos del suelo destinados a escombreras, explotación de materiales para la construcción, vertederos de residuos e infraestructura de zonas industriales, dotacionales de servicios públicos, vías e instalaciones urbanas compactas (cf. Figura 01).

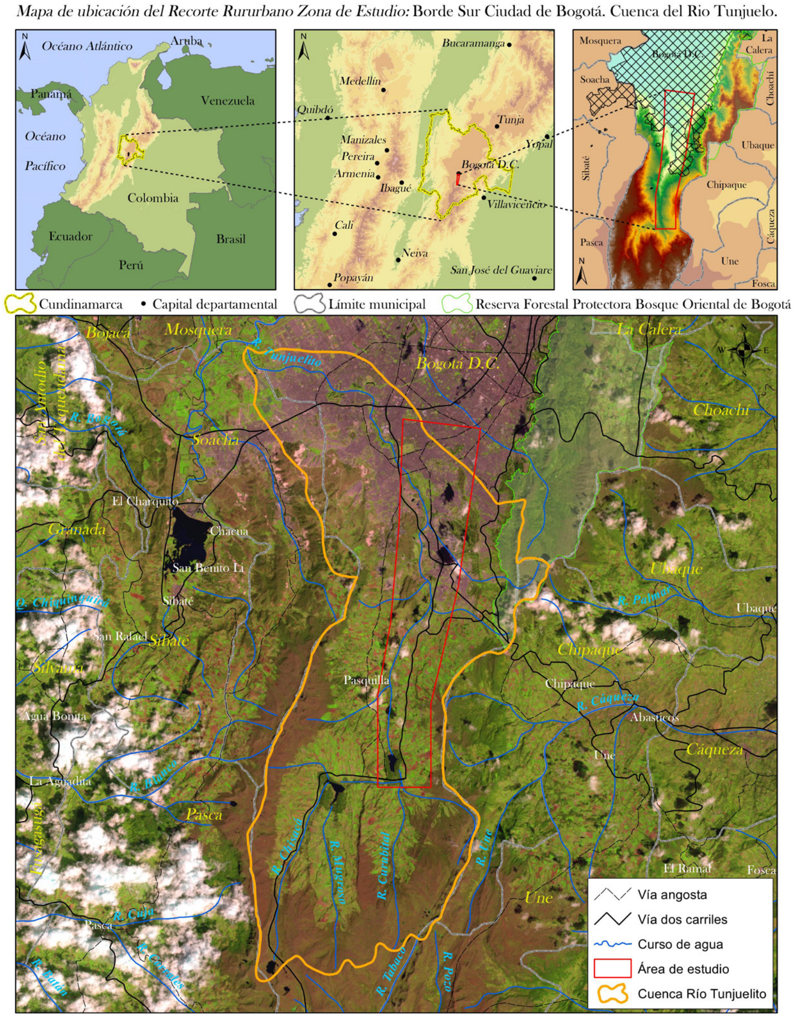
Figura 01 - Cobertura del Suelo Rural y Urbano en la Ciudad de Bogotá



Fuente: Secretaria Distrital de Planeación de Bogotá. Noviembre de 2019.
Escala del Estudio 1: 75:000

La zona especifica del estudio se ubica en la franja sur de la ciudad de Bogotá, dentro de la cual se encuentra la cuenca media del río Tunjuelo, en jurisdicción de las Localidades de Usme y Ciudad Bolívar. Estas dos localidades constituyen el 30,85% del suelo rural de la ciudad, para el caso de Usme con el 19, 24% (9.239 Ha) y Ciudad Bolívar con el 11,61% (5.574 Ha) y en ella habitan aproximadamente 4.354 personas (cf. Figura 02).

Figura 02 - Mapa de ubicación del Recorte Rururbano Zona de Estudio: Borde Sur Ciudad de Bogotá. Cuenca del Río Tunjuelo. Área de estudio : 8.500 hectáreas



Fuente: Elaboración propia para la presente investigación. Escala Gráfica: 1: 95.000. Escala fotointerpretación: 1: 25.000

DEL ESTRUCTURAL-CONSTRUCTIVISMO AL SENTIDO DEL LUGAR RURURBANO PERIFÉRICO *(LRP)*

Se recurre a definir el *LRP* a partir de la forma como se ensamblan las *acciones-prácticas* - intensiones, intereses, valores y comportamientos -, y las *interacciones-contextos* - acceso, uso, transformación y control- de los agentes implicados en la reproducción de los vínculos urbano-rurales. La idea de ensamble se concibe como denominación descriptiva del conjunto de *prácticas y objetos* posibles de alinearse, acoplarse o ajustar intereses y acciones socio-temporales, que constituyen nuevos espacios dotados de inteligibilidad y delimitación. Su propósito es el de ser determinados como sistemas de organización, administración o gobernabilidad. En definitiva, son formas de agenciamiento de lugares que no corresponden a escalas previas, ni a mapas políticos existentes (Deleuze & Guattari, 2004). Para estructurar dicha teorización, se seleccionan relaciones conceptuales que permitan una aproxi-

mación a la realidad de aquellos lugares de inflexión, en la posición de este trabajo, de las demarcaciones territoriales que estructuran el nexo entre los agentes heterogéneos que interactúan y definen reglas que demarcan, el tipo de relaciones entre el espacio urbano y rural. Aquellas reglas no existen en sí, están sujetas a las prácticas que éstos agentes ejercen, de tal suerte que la continuidad de la estructura, necesita de un proceso de estructuración, es decir de la reproducción de relaciones negociadas socialmente a lo largo del tiempo (Giddens, 2003).

Interpretar este tipo de estructuras, conlleva la necesidad de explorar las demarcaciones discursivas que contribuyen a discernir, las diversas situaciones operativas que dan existencia a aquellas estructuras sociales de diferenciación. En ese sentido, se está haciendo alusión a *acciones-prácticas e interacciones-contextos* de grupos humanos que dotan de significado su identidad, más allá del momento individual en el que se presenten. Situación que está cargada por demás de la fricción entre los límites de sus estructuras, interrumpiendo incluso las posibilidades de su continuidad.

Estudiar este fenómeno, lleva a problematizarlo desde la concepción teórica del Estructural- Constructivismo, es decir a partir de la forma como las personas conciben el mundo de las relaciones, como expresión de un sistema simbólico y discursivo. En el cual persisten disposiciones objetivas; normas, regulaciones, parámetros, pautas entre otras; independientes de la consciencia y de la voluntad de los agentes que son capaces de orientar o restringir sus prácticas y representaciones. Sin embargo, este enfoque determina que, en el transcurso de las interacciones objetivas, existe una forma de reproducción social diferencial, ligada a esquemas de percepción, pensamiento y acción que constituyen las situaciones de existencia *(habitus)* de las personas, dando lugar a estilos de vida que se basan en sus prácticas de relacionamiento, haciendo de esto, el signo distintivo de sus comportamientos y del mundo social al que pertenecen (Bourdieu, 2007).[2]

La cuestión no es detenerse en un recorte empírico de lo observable, no es lo que se asoma, la apariencia. Configurar un problema en esta perspectiva, implica sumergirse más allá en ello, no contentarse con lo que se ve, la verdad de la realidad no está en su morfología, sus cambios pueden demostrar las evidencias, pero ello no es absoluto. Es un asunto que refiere a la acción y práctica de los agentes, son

2 Adoptar esta opción analítica implica: "dejar de lado las representaciones ordinarias, a fin de construir las estructuras objetivas (espacio de posiciones), la distribución de los recursos socialmente eficientes que definen las coerciones externas limitativas de las interacciones y representaciones. En uno segundo, reintroduce la experiencia inmediata de los agentes, con objeto de explicitar las categorías de percepción y apreciación (disposiciones) que estructuran desde adentro sus acciones y representaciones (tomas de posición)" (Bourdieu & Wacquant, 1995, p. 20). La postura Estructural-Constructivista, se convierte, en una discusión ética que se transforma: "en una forma de conciencia, no de verdad. La conciencia es más compleja que la verdad, porque no está condicionada a los paradigmas de lo verdadero o falso. Sus exigencias son diferentes. La conciencia del individuo concreto, desde sus propios espacios cotidianos, cumple la función de permitir comprender lo que se está viviendo" (Zemelman, 2005, p. 38).

ellos quienes le otorgan sentido a una relación social que se determina en cuanto a una sintaxis espacio-temporal. Esta postura por tanto, rescata a los individuos en su espacialidad, sociabilidad e historicidad, otorga sentido a las relaciones e interacciones que se dan en lugares de interconexión. Su interpretación representa un desafío epistémico y metodológico, no se restringe a una simple argumentación, supone más bien, dar razonamiento a los agentes sociales que lo constituyen, lo que equivale a decantar la configuración de sus relaciones discursivas. [3]

De los argumentos descritos, podemos afirmar que las formas de acción entre los agentes sociales, se dan originalmente como producto de patrón de comportamiento. Siguiendo a Pierre Bourdieu (2006), esta es una estructura que se explica mediante el concepto de *Habitus,* cualidad que permite relacionarla, con los aspectos subjetivos que distinguen la disposición del agente en la estructura social. En este orden de ideas, la acción social que subyace como ámbito de configuración de Lugares vinculantes, es concebida como expresión de: "un sistema de disposiciones duraderas y transferibles, estructuras estructuradas predispuestas, para funcionar como estructuras estructurantes, es decir, como principios generadores y organizadores de prácticas y representaciones que pueden estar objetivamente adaptadas a su fin. Sin suponer la búsqueda consciente de fines y del dominio expreso de las operaciones necesarias para alcanzarlos, objetivamente reguladas y regulares, sin ser el producto de la obediencia a reglas, y, a la vez que todo esto, colectivamente esta orquestado, sin ser producto de la acción organizadora de un director de orquesta" (Bourdieu, 2006, p. 19, 29, 30 y 153).

Este argumento lleva a asumir la territorialidad de la acción, vista como un proceso *reproducción social*, mediante el cual se propicia el sentido de posesión y pertenencia a un Lugar.[4]

3 En especial, se hace aquí referencia a la reciprocidad *espacialidad-mundo* de las personas como proyección auto-referencial de la existencia de la realidad humana, constituida como proceso histórico conceptual de acontecimientos, que van dando forma a delimitaciones arbitrarias, físicas o sociales –cognitivas e imaginadas incluso -, que se convierten en el primer referente para la conformación y aprehensión del lugar (Ceceña, 2014). En definitiva, es una aproximación, a una concepción de la realidad social no lineal, definida por sus escalas de relacionamiento y desde los diversos tipos de agentes sociales en ella implicados. En ese sentido, estas conjeturas serían incompletas, si no se argumenta el ámbito relacional de los conceptos que son su fundamento.

4 El lugar que se construye producto de la percepción de los sujetos que lo animan, en el marco de acciones reguladoras entre las personas, comunidades intersubjetivas, e incluso de la vida racional, perceptiva, ética, jurídica, como de otros ordenes sociales que se encuentran en juego (Husserl, 2002). Los lugares cobran sentido crítico para su análisis, ya que son espacios de vida y en movimiento permanente, en los que se depende de pequeños ciclos económicos locales, que emergen en medio de espacios de transición, o como el reflejo de la nuevas y dramáticas formas que adopta el urbanismo global (Sieverts, 2003). Siguiendo a René Ceceña Álvarez (2011), la importancia de tematizar el Lugar, a fin de reconocerlo como sintaxis de *relaciones -prácticas- e interacciones -contextos-*, que se expresan mediante el discurso (deixis), campo de representación de nuestra referencialidad ontológica para poder ubicarnos y localizarnos en el mundo.
El Lugar es, por lo tanto, el referente social a partir del cual, la experiencia de la espacialidad-mundo se estructura, se rige en ella la transitividad de los agentes. Esto quiere decir, que el espacio es real, en tanto que inteligible por nuestra cognición, pero al mismo tiempo, puede ser imaginario cuando es concebido como expresión simbólica de representación. De ahí que la espacialidad sea concebida en primera instancia, como una construcción que parte de las relaciones sociales que demarcan un Lugar.

Se hace alusión a un medio de recreación de universos intersubjetivos que revelan actos provistos de sentido y definidos por trayectorias históricas específicas que provienen de la comunicación de las experiencias individuales, pero condicionadas por circunstancias materiales. Quiere esto decir que la reproducción social, está sujeta a las posiciones relativas y diferenciales que dependen de la posesión del capital social de cada individuo. Esta propagación, no se dan en el vacío, tiene expresiones concretas de desigualdad en el espacio social que se construye. Allí se definen los campos de lucha y conflicto, como de las relaciones de fuerza existentes entre quienes detentan formas de capital específico y los que poseen menos (Bourdieu, 2011).

Traduciendo estos factores, se quiere decir que la base de expresión de este tipo de territorialidad de la acción, deviene de un sentimiento que se construye, tanto desde un ámbito físico, como desde una invención intelectual de valores y comportamientos, base fundamental de las intenciones e interés que constituyen a los individuos (Nates, 2011, p. 214). En su sentido práctico, es el "arte de inventar", desde una conciencia práctica, que acumulada como capital simbólico: "permite producir la infinidad de los actos de juego que están inscritos en el estado de posibilidades y de exigencias objetivas; las coerciones y las exigencias del juego, por más que no estén encerradas en un código de reglas, se imponen a aquellos –y aquellos solamente- que tienen sentido del juego, es decir, el sentido de la necesidad inmanente del juego y están preparados para percibirlas y cumplirlas" (Bourdieu, 2007, p. 71).

Por lo tanto, la territorialidad vendría a representar el *habitus,* es decir, una estructura de "disposiciones", a lo cual Bourdieu infiere como el "resultado de una acción organizadora que representa y designa, además, una manera de ser, un estado habitual que incorporado al cuerpo, se hace predisposición, tendencia, propensión o una inclinación" que define el comportamiento de los agentes(Bourdieu, 2001, p. 26). Al estar incorporado al cuerpo, funciona como una especie de *capital genético*, un recurso incorporado que hace divergente a un agente de otro. En palabras de Bourdieu, es la representación de *la subjetividad socializada*. Esto quiere decir, que los agentes poseen un acumulado de experiencias prácticas, que pueden ser intercambiables como adaptables.

Se precisa aquí, la afirmación de formas de reproducción de capital ahora dichas como expresión de la acción cultural, simbólica y social, estas formas de capital se acumulan a consecuencia de las disposiciones y posiciones de los habitus, reconocidos en el juego de sus regularidades. En sus términos: "de los agentes indivi-

duales o de grupos que se apropian de capital privado o exclusivamente, posibilitan también, gracias a ello, la apropiación de energía social, en forma de trabajo vivo o de trabajo cosificado - como *vis insita,* el capital es una fuerza inherente a las estructuras objetivas y subjetivas, pero al mismo tiempo –como *lex insita-* un principio fundamental de las regularidades internas del mundo social" (Bourdieu, 2001, p. 131).

Se hace referencia a que las formas que adoptan estos capitales, son además la designación de regularidades internas del mundo social, es como aquel campo de consenso en el que cada sociedad se mantiene, en tanto determinados valores comunes compartidos. Especie de códigos que excluyen o aceptan, definen lo bueno y lo malo, con lo cual los individuos garantizan su accesibilidad e invariabilidad en todas las interacciones sociales y de éstas, como actos comunicativos. Este argumento infiere que, la orientación del actuar en una interacción social, no depende solamente del compartir ciertos valores comunes, ello requiere de explicitar las *intenciones e intereses* de la acción comunicativa que constituye las fuentes que configuran aquellos capitales. Asunto que, en su conjunto, define el carácter del *comportamiento* social que del intercambio de los mismos emerge.

Se confirma así, que la acción que reproduce estos capitales, es, en sí misma, unidad estructurante del proceso de territorialidad. Se reproducen, además del factor alusivo a los valores comunes, por la determinación individual intencional (del latín: *intentĭo*) de imprimir su voluntad hacia un fin. Lo *intencional* se advierte como un acto consciente, que se expresa por la distinción de acciones subjetivas, o de sentimientos que, desde el punto de vista de la conciencia práctica de los agentes, pueden identificar lo que desean. Incluso, en términos de asumirse como producto de una desviación de las rutinas acostumbradas, o, de ciertos indicios de efecto o indiferencia.

La teoría social confirma que el enlace motivado de la voluntad de las intenciones individuales, que demarcan la base de producción de aquellos capitales, al conjugarse con valores comunes y compartidos, adopta la forma de una acción que se orienta por *intereses* (del latín: *interesse)* orientados a la obtención un fin. Este hecho alude a la referencia de afinidad o tendencia de un individuo hacia otro sujeto, cosa o situación. Este acto comunicativo, ya no está sometido a la sola intencionalidad, reconoce una orientación de motivos inescrutables hacia al alcance de sus propósitos.

Lo que convence de forma especial este argumento, es que al tanto de la diversificación de *intereses*, surge el ámbito de las transacciones, en procura de obtener

beneficios que definan el entendimiento del arreglo o divergencia comunicativa. Es en éste margen, en el que se reproduce la distinción de un comportamiento propio, demarcación de una estructura social, en el que se capitaliza, en los términos aquí expuestos, una *estructura territorial diferencial*. Determinada por valores propios, que, en el nivel de su programación, tiene la capacidad de ensamblarse a otras lógicas estructurantes.

Dicho brevemente, el conjunto de planteamientos aquí descrito, permite reconocer que aquella unidad estructurante en la que se configura el mencionado proceso de territorialidad, viene a reproducirse operativamente mediante interacciones comportamentales internas que le dan forma. Con cada interacción entre las formas de capital descrita, se reproduce un carácter distintivo que las diferencia. Para un mejor entendimiento de estos planteamientos, se ha descrito el ámbito de estas acciones en la Figura 03:

Figura 03 - Unidad Estructurante: Las Prácticas de Territorialidad del Lugar



Fuente: Elaboración propia para la presente investigación.

Este hecho, configura entonces, el proceso de territorialización de aquella primera estructura social, ahora determinada por un Lugar de poder. Se infiere aquí, el poder vinculado hacia la obtención de un fin, campo de fuerzas que se territorializa para definir los límites de la acción social en un espacio-tiempo determinado. De ello se pueden distinguir dos tipos de territorializaciones, una lineal marcada por la soberanía espacial y dependiente de una autoridad centralizada que marca límites hacia el exterior; y otra zonal, en la que se establecen los diversos ámbitos de la vida social. Asunto que depende de fuerzas orientadas hacia el marcaje de espacios interiores, como sucede con distintos grupos sociales en las ciudades o también dentro de las instituciones (Nates, 2011, p. 212-213).

Corresponde a éste acto, la estructuración de flujos de interacción social que atraviesan y desenlazan el devenir de múltiples relacionamientos. Se constituye allí un microcosmos social, dotado de autonomía relativa, con lógicas y posibilidades

propias, con interés y disputas irreductibles al funcionamiento de otros ámbitos (Bourdieu, 2005). Acertado es que se signifique este hecho, dentro de la noción de *Campo,* o en otros términos la referencia a una unidad de estructuración, trama o redes, que representan el conjunto de vínculos que unen, tanto a miembros individuales como a colectivos, de los cuales depende el equilibrio de poder en una interacción social. Dicho de otro modo, se adentra al juego de la interacción, configuración de fuerzas entre agentes sociales que reclaman el reconocimiento de su distinción en un espacio-tiempo determinado. En este sentido, un *Campo* es un sistema estructurado de posiciones, y a su vez, el espacio de luchas entre los diferentes agentes. Lo cual quiere decir que, a cada *Campo*, le corresponde un *Habitus* o sistema de disposiciones incorporadas.

Un ejemplo de ello, es precisamente el que hace referencia al *Campo* que se estaría surgiendo, entre las relaciones urbanas y rurales, las cuales han emergido producto de la distribución desigual de las formas del capital. Asunto que entra a determinar la estructura de cada uno, y, por lo tanto, se define por el estado de una relación entre fuerzas históricas – agentes e instituciones - presentes en la trama de sus interacciones (Bourdieu, 2005). Se argumenta aquí, que aquellas redes de interacción, son las manifestaciones de una estructura de *representación social.*[5] Es decir, se está hablando de la unidad de estructuración que define al proceso de territorialización. En esa medida, producir este tipo de representaciones "es ya una apropiación, un dominio, un control, inclusive si permanece dentro de los límites de un conocimiento. Cualquier proyecto en el espacio que se expresa como una representación, revela la imagen deseada del territorio como lugar de relaciones" (Raffestin, 2011, p. 102).

Valga decir entonces, que, aquella unidad de estructuración -en adelante proceso de territorialización- en su invención, aplicación y difusión, se implanta selectivamente sobre el espacio para hacer de él, un campo de fuerza, redes que se contraponen a consecuencia del juego de comportamientos – *Habitus* - individuales y colectivos orientados al acceso, uso, transformación y control de recursos específicos. Interacciones que se dinamiza no de forma estable, sino mediadas por un amplio sistema contradicciones, que perpetua, no solo el desbalance social, sino, además, el aislamiento espacial de Lugares en la sociedad. Pero ¿Cuáles son los mecanismos que dan funcionamiento este proceso de estructuración?

5 El termino *representación social* está unido a la idea de realidad objetiva, expresión del individuo como parte fundamental para establecer interacciones sociales, que, mediadas por el discurso, constituyen criterios de distinción y diferenciación en cuanto a componentes del obrar común. Es la esfera en la que los individuos se hacen a sí mismos y de su lugar en la sociedad. Hay que subrayar que esta idea se constituye solo si existe un reconocimiento compartido de lo que distingue al individuo, en tanto su sensibilidad, experiencia y conocimiento. Por lo tanto, las *representaciones* no son ideas flotantes que se mueven en un espacio autónomo, son mediaciones simbólicas que contribuyen a la instauración de vínculos sociales. (Ricoeur, 2006, p. 79, 174, 176).

Se hace referencia a que la estructuración como campo de poder, revela en la interacción social que la orienta, actos que buscan el *acceso* (del latin: *accesus*) o eventos que aluden a aproximarse a algo, para alcanzar determinados fines. En nuestro contexto y como lo hemos reiterado, dicha operación se perfila hacia el alcance de recursos, con el fin de mantener en el tiempo y en el espacio, la subsistencia de relaciones sociales específicas.

Lo anterior deriva en actos, a través de los cuales los agentes, pueden imponer su derecho, basados en sus intenciones, intereses, valores y comportamientos, es decir, provenientes de su unidad estructurante, en adelante proceso de territorialidad. De manera empírica se habla, por ejemplo, de acceder a recursos como la propiedad de la tierra, educación, justicia, salud, trabajo organizado, a ganarse la vida, al desempeño de roles, a pertenecer a organizaciones sociales, en definitiva, a la aproximación excepcional y diferenciada sobre los recursos materiales e inmateriales que constituyen una sociedad.

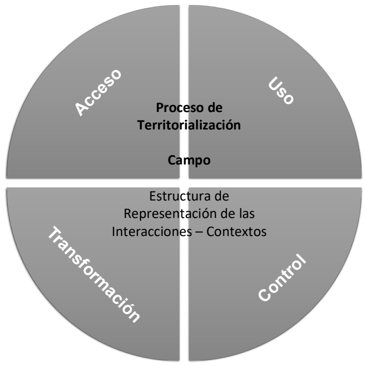
Ninguna operación de este tipo, puede suceder en la estructura social sin traducirse en interacciones precisas. Esto significa que el proceso de territorialidad, orientado al acceso de un recurso, tiene sentido, en tanto que se procure su *uso* (del latín *usus)*, hacer servir una cosa para algo, practicar algo habitualmente.

Un ejemplo de ello, es el determinado al momento en que un agente individual o colectivo, atesora un recurso, lo hace suyo como medio de subsistencia y como campo de negociaciones. Se representa a través de él y domina, desde aquella distinción, los intereses de otros agentes. El control del recurso se hace tanto material como simbólico, se amplía el umbral de su autoridad, pero al mismo tiempo, genera el rechazo y la contradicción dentro de su estructura de relaciones.

Todas estas observaciones, se dirigen a situaciones todavía más desconocidas, en el sentido de que las formas que adoptan las prácticas de *acceso* y *uso* en el proceso de estructuración, originan *transformaciones* de los recursos que se territorializan. Asunto que sólo puede ser explicado desde fuera. Es decir, todo proceso de territorialización, originado desde las prácticas de la territorialidad que hemos descrito, demarca un *contexto* de interacciones que significa, además, la constitución de formas de *control* de la estructura social. El *control* tiene entonces un papel determinante, se diría, regula y orienta la unidad de estructuración. Esto quiere decir, que el sistema de estructuración social, ya no puede establecerse en sistemas parciales, a través de normas o de regulaciones, sino únicamente, a través de las repercusiones estructurales, de fuerzas simbólicas que definen su diferenciación. Se puede condensar en manera de síntesis, que el proceso de territorialización, es un

contexto operativo de interacciones de control que le da forma a la estructura del Lugar. Para reflejar esta unidad analítica véase la Figura No 4:

Figura 04 - Unidad de Estructuración: Los Contextos en la Territorialización del Lugar



Fuente: Elaboración propia para la presente investigación.

Las dos estructuras que se han descrito, componen una parte de la esfera de interpretación en esta investigación, con el cual se pretende descifrar, cómo el dinamismo de sus prácticas y contextos discursivos, configura la demarcación de Lugares Rururbanos que se reproducen y representan, en el estado mismo de su vinculación. Es decir, se procura observar e interpretar, la expresión de formas territoriales que se salen del margen convencional, e incluso de la manera como hemos entendido la constitución territorial convencional de la sociedad. Este argumento asume el territorio, ya no como aquella entidad que piensa por nosotros, que se apropia, distribuye, delimita, controla y mapea la normalización del orden social; sino más bien, como un espacio informado y representado mediante una red de relaciones, donde los recursos ya no son naturales, sino producidos por una diversidad agentes, que, mediante flujos de comunicación, energía y trabajo, disputan aquellas formas de dominación (Raffestin, 2011, p. 5 - 45). Desde esta posición se aventura a reconocer otra dimensión, a explorar y dilucidar el emerger de una nueva estructura social. En decir, se refiere a aquel Lugar Rururbano, no como una relación de diferencia, sino como una estructura que está en directa contraposición.

Si se ha de convenir que el Lugar al que se hace referencia, se compone de dichas estructuras, y se ha anotado que se reproducen en contraposición a la organización convencional de la sociedad, estas nuevas vinculaciones tienen entonces, un marco determinante en su reproducción y representación, que no está dado por el equilibrio o la armonía, sino, más bien, están sujetos a sistemas *de contradicción*. Condiciones que permiten el cambio de la sociedad, y en las que no se puede predecir su destino. Un ejemplo de ello son las paradojas o pugnas que se generan por la oposición entre diferentes hechos sociales, lo cual conlleva a configuración de

estructuras de interacción antagónicas y ubicadas en el margen del control social, pero con una lógica de orden y reproducción propia.

Habría que decir también, que, si toda contradicción presupone un conflicto, es decir alteraciones a las relaciones sociales preexistentes, esta situación aporta advertencia y alarma, en cuanto a que señalarían lo inadecuado de las estructuras sociales. Se advierte así, que el Lugar que se reproduce, podría desaparecer, a causa de trastornos que otras estructuras provoquen en él.

Hasta aquí, se tiene claridad de las precisiones teóricas que explican la configuración de los procesos de territorialidad y territorialización en la demarcación de Lugares que se reproducen y representan, al tanto de estructuras de contradicción. Pero adviértase que todavía, no hemos dado respuesta a cómo se establece el ensamblaje territorial, entre aquella unidad estructurante y de estructuración que le darían forma y existencia, a la demarcaría del Lugar Rururbano. Pasemos en seguida a resolver este asunto.

Se había mencionado que la unidad estructurante y de estructuración, están marcadas sistémicamente por el ejercicio del poder. Al respecto se señala que no habría lugares privilegiados, sino lugares de "agrupación", nudosidades (redes), condensaciones de algún tipo, tramas que provocan discontinuidades en la distribución de las interacciones sociales (Raffestin, 2011, p. 130). En este orden de ideas, el sentido del Lugar Rururbano al que nos referimos, si bien se estaría creado como totalidad, producto de la mediación tecnológica sujeta a las dinámicas del consumo y del mercado, de fondo busca definir, una esfera de yuxtaposiciones o coexistencias de individuos con distintas narrativas. En otros términos, su ensamblaje, habrá de reconocerlo como: "un proceso sin fronteras, en el sentido de divisiones demarcatorias. Es la expresión de una constelación de relaciones sociales que se entrelazan en un *locus* particular de encuentro. Es un punto disímil de articulaciones sociales concretas, incluyendo los vínculos locales y todas aquellas conexiones que se extienden más allá de él. Todo ello cargado de historias complejas y densas. Se trata de espacios abiertos, porosos, híbridos – igualmente creativos -. Es este el *lugar,* como punto de encuentro de múltiples y yuxtapuestas narrativas. Se trata de una noción donde la especificidad, unicidad local, no proviene de raíces míticas internas, ni de una historia de relativo aislamiento. Sino precisamente de la particularidad absoluta de la mezcla de influencias que se congregan en él. Es posibles imaginarlos como momentos articulados en redes de relaciones y entendimientos sociales, pero donde una gran parte de sus interacciones se construyen en una escala mayor de lo que solíamos definir como el lugar en sí" (Massey, 2012, p. 152, 180).

Es entonces el agenciamiento del Lugar Rururbano, un acontecimiento discursivo en la cual se revela una "topografía de intereses". Expresión de sucesos descritos, mediante relatos por individuos que, desde la cotidianeidad, dan sentido y ordenación a sus elementos constitutivos. Este Lugar será, en el orden discursivo "el espacio en el que se distribuyen relaciones de coexistencia, en el que los relatos efectúan un trabajo que, incesantemente, transforman los lugares en espacio, o los espacios en lugares" (De Certeau, 2000, p. 127, 129, 130).

El planteamiento deja claro un asunto, el proceso de territorialidad es reflejo de un modo disímil de relacionamiento de los individuos o grupos que lo dinamizan y le otorgan sentido *práctico*. En este se fundamenta la proximidad e intensidad de las relaciones sociales, mientras que en el proceso de territorialización, las interacciones entre los individuos o grupos son de apertura e inclusión, le otorgan *contexto*. En el primero las relaciones son particularmente orientadas por la constancia, veracidad y lealtad que funda el tipo de relación social, mientras que, en la segunda, las interacciones se hacen funcionales y presumen fidelidades movilidades, sin jerarquías, en las que confluyen reciprocidades impredecibles.

Dicha categorización, se muestra como la confluencia estructural de continuidades-discontinuidades espacio-temporales, de fronteras de diferenciación o zonas en enlace político estratégico, en cuyo núcleo, se despliegan nuevas oportunidades económicas, políticas y subjetivas, para connotar un nuevo espacio de identidades. En otros términos, nos encontraremos ante un campo de fuerza, que, de forma diferenciada, se provee del agenciamiento de lugares y localizaciones que hilvanan estrategias (planes), que, mediante alianzas o pactos, en los que se territorializan o desterritorializan intereses (Sassen, 2015 & Deleuze & Guattari, 2004). Esta proposición, nos permite reflexionar sobre cómo un *Campo* social se entreteje, ahora de modo acumulativo, contradictorio, neutralizado o disyuntivo, en el plano de la división entre lo local y lo global (Sassen, 2010). En otras palabras, se quiere decir que se establece un nexo que estructura nuevas relaciones sociales, y en el que su reproducción y representación, tiene "Lugar" en alguna parte y se localiza entre algún espacio y otro.

Para desenmarañar aquella red de espacios relacionales y definir los límites de su enunciación simbólica, se requiere, por lo tanto, de la indagación sobre la convergencia en el tiempo y en el espacio de las trayectorias de los agentes sociales involucrados, tanto de sus acciones individuales como colectivas, en su esfuerzo de apropiación e integración territorial. Las bases conceptuales para esta proyección, exploraran tres esferas espacio temporales: i) La *experiencia material; ii)* ii) *Las instan-*

cias sociales; y iii) la imaginación simbólica. Estas inspiradas del pensamiento lefebvriano y que se presentan a continuación reflejando en ellas algunas de sus manifestaciones empíricas a partir del caso de estudio[6].

LA EXPERIENCIA MATERIAL

La *Experiencia Material* se define como un escenario de relaciones, entrecruce de arraigos vitales, factores históricos y de la sociabilidad; mundo experimentado directamente de los fenómenos cartografiables y empíricamente mensurables (Firstspace, Espacio Percibido, Territorios reales o Lugares de legitimidad).

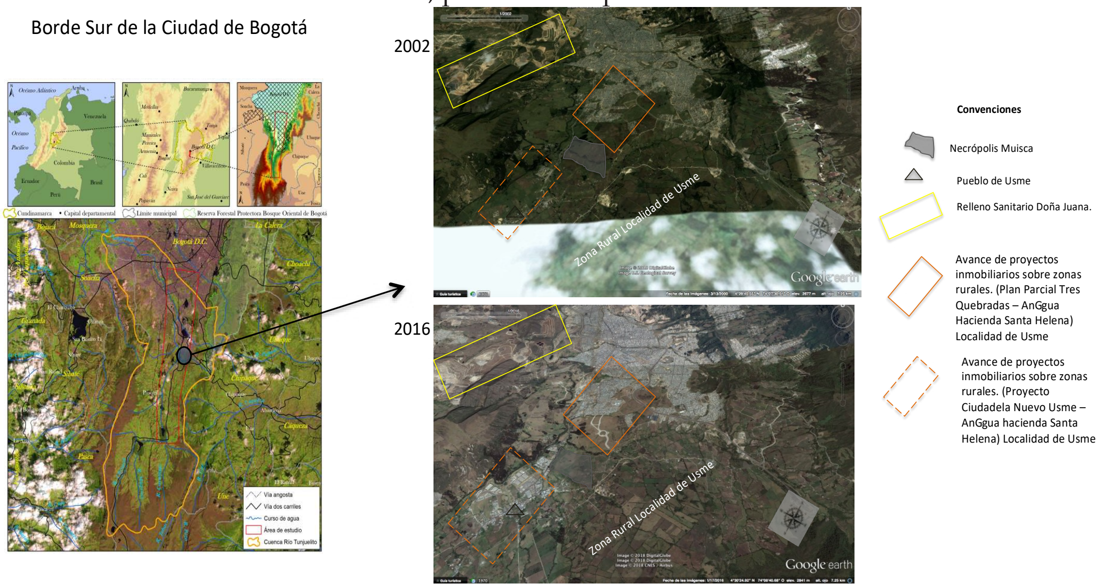
Para el caso de estudio, su manifestación está dada por la contraposición entre las trayectorias históricas del proceso de poblamiento de la zona y lógicas de expropiación del suelo en el sur de la ciudad de Bogotá. Si bien tienen como antecedente su transición de áreas vinculadas a la agricultura, en las que subyace la transacción de herencias familiares y lógicas de apropiación de la tierra por vías de hecho, que datan desde finales del siglo XIX, es a partir de la aparición de la Ley 9ª de 1989, el Acuerdo Distrital 6 de 1990 y en su desarrollo la Ley 388 de 1997 que se obliga a la elaboración de los estudios y los documentos técnicos de soporte para la definición del primer Plan de Ordenamiento Urbano de Bogotá. Este hecho de regulación administrativa, organiza una estructura institucional para habilitar al gobierno de la ciudad, de los medios para expropiar, por motivos de utilidad pública e interés social, bajo la premisa de principios de derechos que procuran el interés general. Las normas establecen, por ejemplo, la posibilidad de expropiar en favor de terceros, bajo la disposición de establecer contratos que garanticen la utilización de los inmuebles adquiridos. Este hecho ha dado a la planeación de la ciudad, la posibilidad de adquirir terrenos para realizar proyectos urbanos, conforme a las directrices que adopte el plan de ordenamiento territorial. Así, las regulaciones mencionadas, pueden tener aplicabilidad para expropiar por vía administrativa, a fin de dejar el espacio libre para la ejecución de proyectos de construcción de infraestructura social en sectores como la educación, recreación, centrales de abastos y seguridad ciudadana. Así mismo, proyectos de vivienda de interés social, incluyendo la legalización de títulos en urbanizaciones de hecho o irregulares. De igual manera, para la ejecución de programas y proyectos de renovación urbana y provisión de espacios públicos, desarrollo de infraestructura vial, preservación del patrimonio natural y de los recursos hídricos o traslados de población bajo riesgos físicos inminentes (Ley 388, 1997).[7]

6 En la construcción de sus significados se siguen los aportes de Lefebvre, 1974 en reedición 2013, p. 48, 112; Soja, 2008, p. 33- 49 y 1996 y Bozzano, 2000, p. 55-80.

7 Los procesos administrativos que dictamina la ley, inician bajo un ofrecimiento de compra al propietario, esta etapa se conoce como enajenación voluntaria, con ella se busca llegar a arreglos que faciliten la negociación bajo el principio de alcanzar precios razonables de transacción. Sin embargo, según los estudios consultados, no se cuenta con información empírica que

Para un detalle en la localización de la proyección inmobiliaria, en la Figura Nº 5, se presenta la ubicación en la localidad de Usme de los procesos de urbanización que allí han avanzado:

Figura 05 - Localización de proyectos inmobiliarios Plan Parcial Tres Quebradas y Ciudadela Nuevo Usme, periodos comparados 2002 – 2016



Fuente: Elaboración propia la presente investigación, a partir de Google Earth, noviembre de 2016

A manera de síntesis, la Figura Nº 6 ubica, a partir de los discursos e infografías colectivas suministradas por la comunidad, la actividad que refleja expansión inmobiliaria hacia el sur de la ciudad. Allí se ubican los nodos que configuran las dinámicas del vínculo urbano-rural, destacando la constitución de barrios, la industria de la extracción de materiales construcción, el Relleno Sanitario Doña Juana[8], las zonas veredales, predios y asentamientos rurales[9], el legado de las poblaciones indígenas que habitaron la zona[10], así como de las áreas protegidas para la reserva de recursos naturales[11][12] que persisten desde los años de 1970 al 2016:

otorgue precisiones sobre los posibles equilibrios o desequilibrios entre quienes operan este tipo de intercambio. Para el caso de Bogotá, es constante la realización de compras públicas, mediante las cuales se adquiere suelo con base en motivos de interés social, se urbaniza y luego se vende o subasta en manzanas a constructores para la edificación de viviendas de interés social. El valor comercial se determina a partir de la reglamentación urbanística municipal o distrital vigente (Maldonado, 2003 y 2013).

8 Para un mayor detalle ver: Doña Juana: derrumbe en el relleno sanitario agudiza la crisis ambiental de Bogotá. Recupeado en: https://www.youtube.com/watch?v=6kjy7Onuzqo

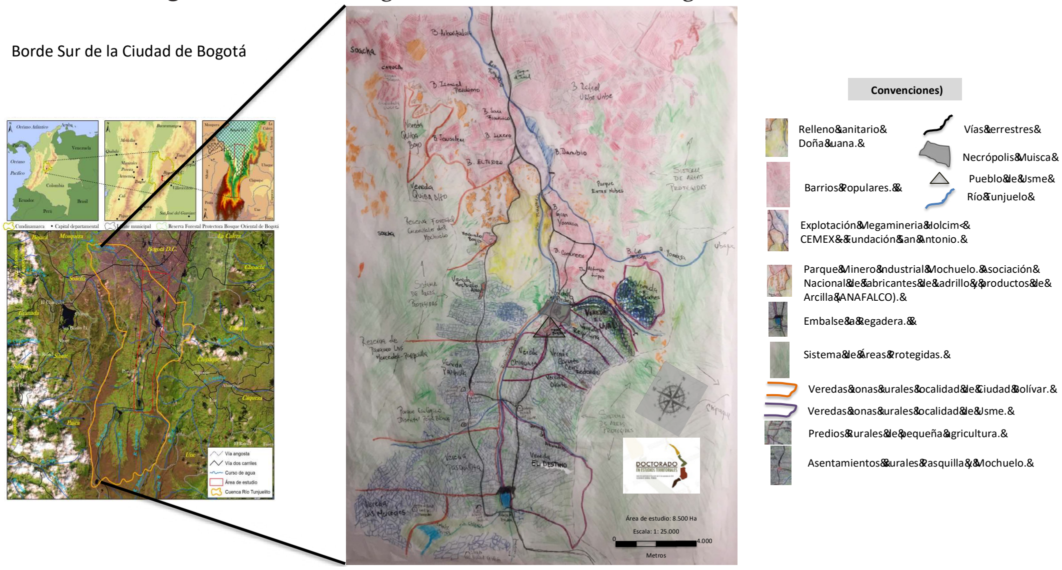
9 Para un mayor detalle ver: Expansión urbana - Area Rural Usme – Bogota. Recuperado en: https://www.youtube.com/watch?v=9PTMMhN2eY0&t=229s

10 Para un mayor detalle ver: Hallazgos arqueológicos en Usme. Recuperado en: https://www.youtube.com/watch?v=mZI7ABb31-Q&t=289s

11 Para un mayor detalle ver: Crónica; rodaje documental ¿A dónde va el río Tunjuelito?

12 https://www.youtube.com/watch?v=gHjL36s1_0E

Figura 06 - Entre Lugares Urbano-Rurales, Bogotá 1970 - 2017



Fuente: Apartes de Memoria del Taller: Historia Oral de la Expansión Urbana entre 1970 – 2017, con la participación del Grupo Focal (III) integrado por trece personas nacidas en la zona de estudio, siete mujeres y seis hombres, con rangos de edad entre 18 y 45 años, dedicados al cultivo y recolección de arveja, la producción de ladrillo y venta de alimentos en tiendas propias. Salón Comunal Vereda Mochuelo Alto. Marzo 2016

Las condiciones del cambio estructural que hemos podido ilustrar, tienen claramente verificación en la estructura ecológica del paisaje, en la que se reproducen las prácticas y contextos de la interacción entre el espacio urbano y el rural. Allí se hacen evidentes cambios en las coberturas de la tierra, asociadas a dinámicas de uso del suelo que tienen correlación directa con la pérdida de biodiversidad (Vitousek *et al.*, 1997 & Foley *et al.*, 2005).

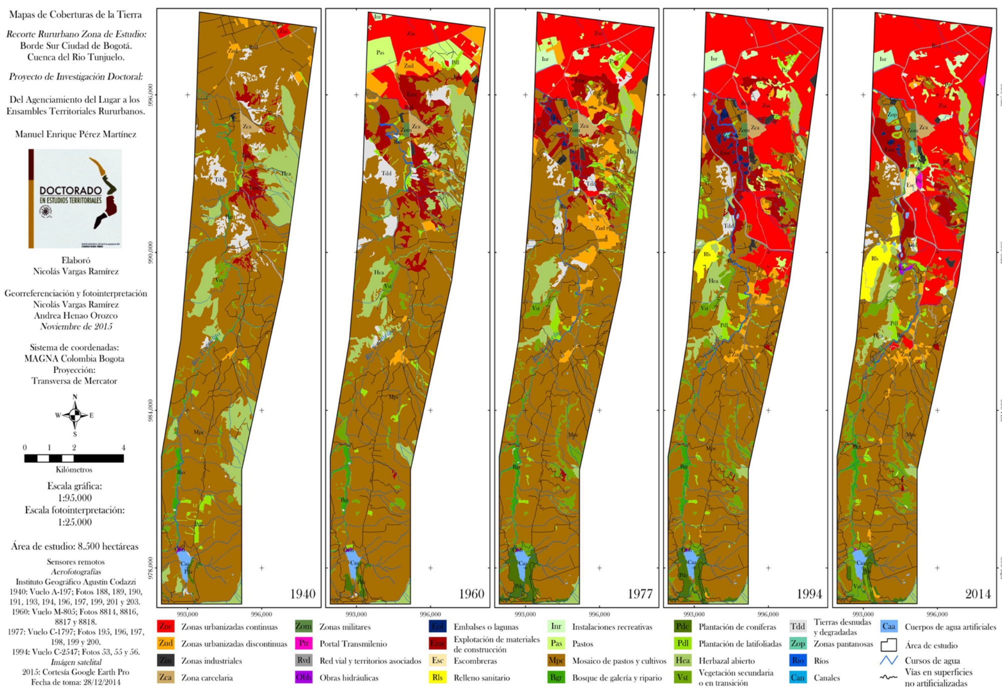
Es así que, la expansión de las actividades humanas asociadas al crecimiento poblacional para proveer bienes y servicios, ha intensificado el uso y cambio de paisajes naturales. Estos procesos del cambio socio-ecológico han repercutido en alteraciones de los sistemas terrestres y acuáticos en altas magnitudes, intensidades y escalas, especialmente sobre la composición y las dinámicas de múltiples ecosistemas. Los patrones, procesos, tasas de cambio, y trayectorias de los ecosistemas, están determinados específicamente por la interacción del componente biofísico (p. ej. la pendiente, clima, o suelo) y los factores socioeconómicos, tales como las instituciones sociales o los tipos de tenencia de la tierra (Millennium Ecosystem Assessment 2005; Zalasiewicz *et al.*, 2010; Southworth & Tucker, 2001; Lambin *et al.*, 2001; Etter *et al.*, 2011).

Las evidencias de esta transformación estructural, a fin de poder otorgar, además de verificación cuantitativa a los procesos que en términos de la espacialidad, sociabilidad e historicidad se han narrado, para así poder identificar, cómo de este proceso expansión de la urbanización, surge un profundo sistema de contradiccio-

nes, en el que se revela un efecto de complejidad sobre las zonas rurales en la periferia de la ciudad. Este punto de inflexión, nos da la posibilidad de entrar en aquellos espacios de retracción, en los que los procesos territoriales rurales en la ciudad han comenzado a emerger, ahora mediante nuevas formas de interacción y vinculación, ya no necesariamente basados en prácticas de vida tradicional, aunque se mantengan arraigos, valores y comportamiento compartidos, nos adentramos a un *campo* de reproducción y representación social diferente.

En razón a lo anterior, a continuación se presentan los resultados que revelan las evidencias en la escala del paisaje del cambio estructural que ha caracterizado la transformación del panorama biofísico en el borde sur de la ciudad de Bogotá. Disparidad funcional que hace incierta la continuidad o creación de territorios suficientemente extensos y diversificados, para ingresar a las formas de producción en masa, por las que se orienta el sistema imperante de la expansión urbana. El recorrido se inició mostrando los mapas del cambio de las coberturas terrestres que en la zona de estudio (8.500 Ha), tuvieron lugar entre 1940, 1960, 1977, 1994 y 2015 (cf. Figura 07).

Figura 07 - Cambios en las Coberturas del Suelo en 5 ventanas del tiempo - 1940, 1960, 1977, 1994 y 2015 - en el Periferia Sur de la Ciudad de Bogotá

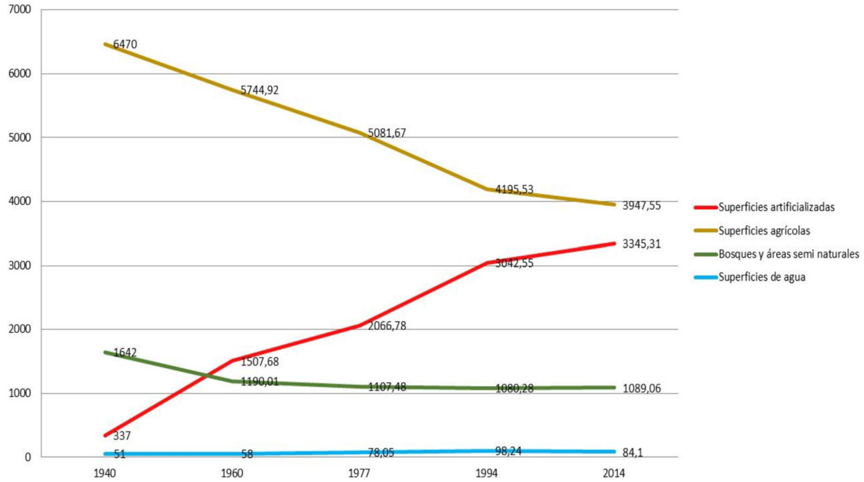


Fuente: Elaboración propia para este investigación, a partir de georreferenciación y fotointerpretación de coberturas de la tierra en escala 1:25.000. Bogotá, Noviembre de 2015

A manera de síntesis de tendencia, en la Figura Nº 8, se observa el crecimiento de las coberturas de tierra artificializadas, junto a una disminución de áreas no artificializadas en especial de bosques de galería y riparios, lo cual indica que las

categorías de las coberturas naturales y mosaico de pastos y cultivos fueron reemplazados por coberturas urbanizadas continuas.

Figura 08 - Tendencia del Aumento de las Coberturas del Suelo Periferia Sur de la Ciudad de Bogtá 1940 – 2015



Fuente: Elaboración propia para esta investigación, a partir de georreferenciación y fotointerpretación de coberturas de la tierra. Bogotá, noviembre de 2015

La cobertura de zonas urbanizadas discontinuas muestra una elevación progresiva hasta 1994, cuando se nota una disminución, especialmente porque un porcentaje (86.76%) de estas coberturas cambiaron a zonas urbanizadas continuas. Esto junto al lento incremento de la red vial y territorios asociados (de 0.22 % en 1994 a 1.38 % en el 2015). El incremento se muestra por la ampliación acelerada de la población, con una notoria tendencia de migración de las zonas rurales a las grandes ciudades en busca de mejores condiciones de acceso a empleo, transporte, salud y educación.

En resumen, las coberturas que más permanecieron en el tiempo fueron los Cuerpos de Agua Artificiales (87.48 %), la Red vial y territorios asociados (70.81 %), Zonas Urbanizadas Continuas (96.03 %) y Mosaico de Pastos y Cultivos (50.19 %). Las coberturas con mayores cambios fueron los Embalses y lagunas por Zonas Industriales (80.55 %), las Zonas Urbanizadas Discontinuas a Zonas Urbanizadas Continuas (86.76 %), las Zonas de Explotación de materiales de construcción a Zonas Urbanizadas Continuas (67.04 %), los Ríos a Bosques de galería y ripario (63.61 %) y las Plantaciones latifoliadas a Mosaico de Pastos y Cultivos (55.07 %).

Es notorio que los cambios en el uso del suelo y el paisaje, dada la fuerte presión de la expansión urbana, han originado un amplio campo de contradicciones, materializados a consecuencia de la yuxtaposición entre flujos inferiores de la producción de capital de la economía campesina, en contraste a los flujos superiores

del capital, provenientes de la extracción de la industrial minera y del sector inmobiliario. En este espacio, entran a confluir simultáneamente estructuras territoriales contradictorias, de una parte, representadas por nodos de asociaciones de campesinas, sus cultivos y estrategias de servicios para el mercado local, la protección de sus acueductos veredales; y de otro, la generación de factores de contaminación, producidos por la minería a cielo abierto, los vertimientos tóxicos, el negocio de las basuras, los fabricantes de curtiembres. Con ello, han proliferado las enfermedades respiratorias, los roedores, así como la remoción de tierra para las obras de infraestructura vial que ejercen presión sobre los sistemas de áreas protegidas circundantes.

Otros lugares reflejan condiciones de vida en el medio rural que se ven, además, escindidos, por la llegada de migrantes, quienes construyen barrios irregulares, se dedican al autoconstrucción y asumen una actitud de aislamiento. En estos territorios segmentados, las poblaciones se dedican al reciclaje, al igual que a la oferta de servicios turísticos agrícolas y comunitarios, arriendan predios, realizan cultivos en asocio, en los que vincula a mano de obra familiar, a fin de mantener una economía de rentas básicas. Este asunto acelera el proceso de producción, mediante el uso de agroquímicos.

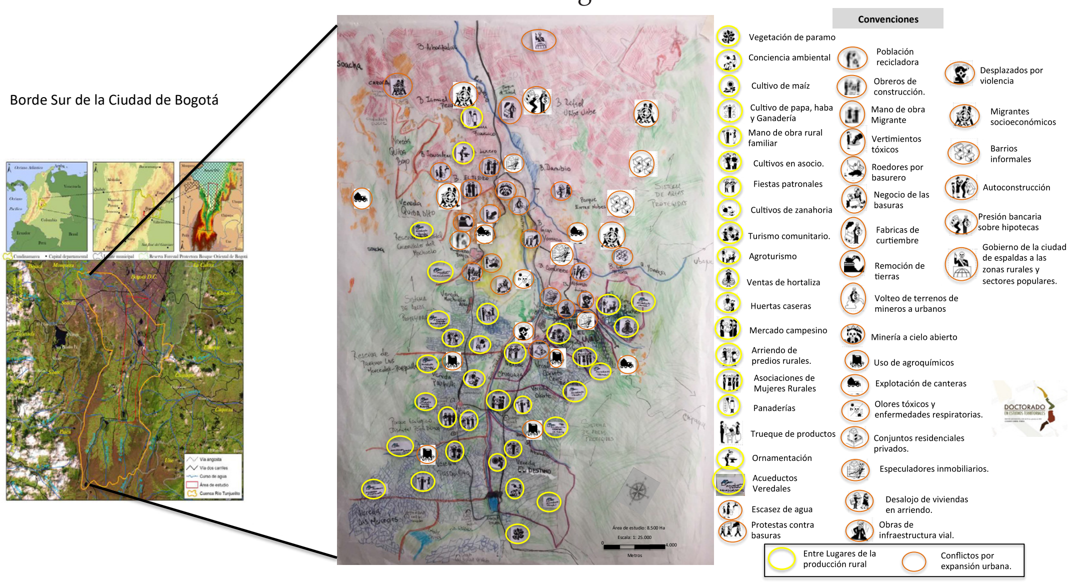
A su vez, se surten dinámicas alternativas para el mercado local de alimentos, mediante el trueque de productos, como el maíz, la papa, el haba, la zanahoria y la ganadería. Simultáneamente otras familias constituyen y mantienen, ofertas de alimentos en negocios de panadería u ofrecen para la seguridad de las viviendas y servicios de ornamentación.

En medio de estos lugares auto-contenidos, se hace evidente la proliferación de conjuntos residenciales que pagan seguridad privada, lo cual aumentan el fraccionamiento entre las poblaciones: “se convive guardando la distancia con el que llega”, mencionan sus pobladores. Estas nuevas personas se suman al control de los especuladores inmobiliarios, a la presión bancaria sobre las hipotecas que adquieren, que en muchos casos los obliga a desalojar sus viviendas, dadas las limitaciones en la generación estable de ingresos.

En términos generales, las narrativas que definen las causas de esta dinámica territorial, atribuyen que “el gobierno de la ciudad está de espaldas a las zonas rurales y a los sectores populares”. La localización de estas múltiples relaciones, puede apreciarse en la Figura 09, en ella se registran, mediante un ejercicio de cartografía social, el despliegue de las diversas contradicciones que conjugan aquel es-

pacio periférico que demarca el entramado de relaciones del borde sur de la ciudad de Bogotá.

Figura 09 - Cartografía del Sistema de Contradicciones por la Expansión de la Periferia en el borde sur de la ciudad de Bogotá. 2016



Fuente: Apartes de la Memoria del Taller : Impactos Sociales de la Expansión Urbana, con la participación de Grupo Focal (III, IV y V) integrados por treinta y tres personas, veintidós nacidas en la zona de estudio y once con 15 años de residir en área. Quince mujeres y diez y ocho hombres, en rangos de edad entre 18 y 45 años, vinculados al cultivo y recolección de arveja, la producción de ladrillo, la venta de alimentos en tiendas propia, recolección de cosechas, labores de panadería, venta de productos de belleza, arreglo de uñas, aseo de oficinas y madres comunitarias, ventas ambulantes, amas de casa, servicio domestico, peluquería, ornamentación y desempleado. Salón Comunal Vereda la Requilina.
Julio 2016

En síntesis, el sistema de contradicciones que se presenta, aleja las posibilidades de reafirmar relaciones interinstitucionales de carácter social, jurídico y técnico con permanencia en el tiempo, condición que ha desestimado estos espacios para innovación organizacional en la periferia de la ciudad. En síntesis, un elemento que dinamiza esta trama de contradicciones, es, sin lugar a dudas, el agenciamiento de las relaciones de producción campesina, que persisten diferencialmente en la zona de estudio. Vale la pena entonces profundizar en las trayectorias y dinámicas de la contracara rural que se contrae, pero persiste a la expansión urbana en la ciudad de Bogotá.

LAS INSTANCIAS SOCIALES

Las *Instancias Sociales* hacen referencia discursos ideológicos y generadores de ideas, maneras en las que se piensa y se escribe sobre el texto y la geografía espacio de los signos y de los códigos de ordenación (Redes). Expresión de imágenes de la espacialidad, por procesos pensados que se suponen moldean la sociabilidad (Secondspace, Espacios Concebidos, Territorios Pensados, lugares de legalidad).

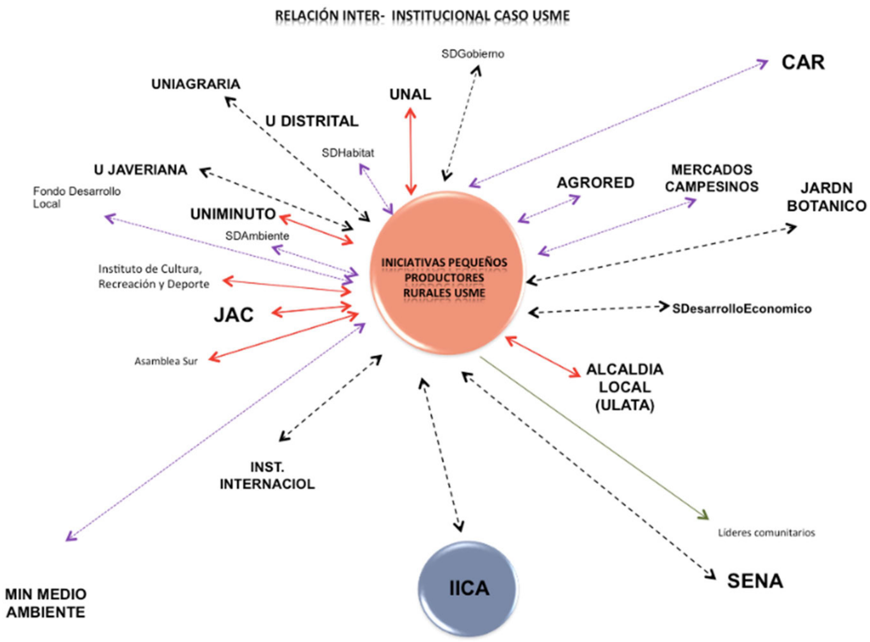
Para el caso de estudio se puede apreciar que el ámbito de desarrollo del lugar rururbano, en apariencia difuso de posibilidades de sostenibilidad y al margen de mercados que condensan flujos superiores de capital, sus estrategias de agenciamiento, han dado espacio a la interlocución de su representatividad ante el Distrito, así como del establecimiento de interacciones disímiles de previsión en el contacto con otras entidades, mediante lo cual se ha otorgado reconocimiento a sus prácticas de reproducción social. De esta labor agenciamiento, se han podido identificar campos de interacciones que reflejan una red de base comunitaria, mediante la cual se constata la configuración de un capital social que le da sentido a la estructura de territorialización que ciñe la existencia del Lugar Rururbano, y de él, como espacio de posibilidades para el desarrollo de la ciudad.

En este punto se representan las operaciones dialógicas que han construido los agentes sociales, al ir orientando su acción hacia el acceso, uso, transformación y control (proceso de territorialización) de los recursos naturales y sociales que están juego en la reproducción del Lugar Rururbano Periférico (LRP). Las estrategias que realizan los agentes implicados, van desde la convocatoria y gestión de reuniones comunitarias; para informarse, discutir situaciones que los afectan, tomar decisiones y planificar tareas para resolver problemas, establecer contacto con otros actores estratégicos para explorar condiciones de apoyo o acompañamiento; hasta la realización de audiencias públicas, citaciones con autoridades públicas, universidades y centros de investigación. Se ha mediado su participación en convocatorias, especialmente para el acceso de recursos de financiación por proyectos que se ofrecen periódicamente por la administración Distrital o por organismos no gubernamentales.

El entramado de relaciones que se han creado, territorializan múltiples y diferenciales relacionamientos, derivados del tipo de proximidad, continuidad, interferencia o inestabilidad que se presenta entre los agentes. Especialmente por el grado de afinidad o contradicción de los intereses en juego. En varios casos, a través de convenios o acuerdos formales e informales; en otros, por la espera de recibir beneficios; o ante la expectativa de resolver contradicciones; o en ocasiones, producto de asignaciones esporádicas de corto plazo a condición de resolver trámites o compromisos. En el mismo sentido, se pueden detectar relaciones conflictivas que obedecen a fricciones de desconfianza o falta de información. En este orden de ideas, a nivel de las localidades de Usme y Ciudad Bolívar, se configuran redes específicas entorno a instituciones y agentes que apoyan la cadena de mercado de alimentos, como de las actividades complementarias de la producción agrícola.

Se destaca en la estructura de la red de productores de Usme, la presencia de veinticuatro (24) nodos, con seis (6) interacciones de doble vía (Ver Figura No 8). En cuanto a la red de Ciudad Bolívar, se distingue un total de treinta y nueve (39) nodos, catorce (14) con relaciones en doble vía y quince (15) vínculos débiles de doble vía (Ver Figura No 10). Las iniciativas productivas presentaron un grado de intermediación de doscientas cincuenta y tres (253) para Usme y de setecientas tres (703) para Ciudad Bolívar.

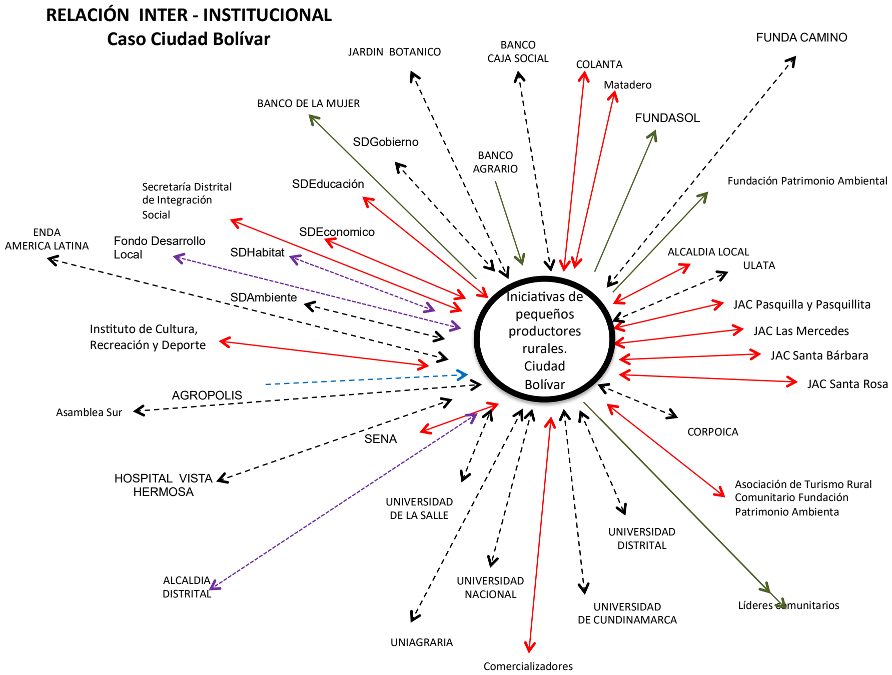
Figura 10 - Redes Sociales de Organizaciones Campesinas, Periferia Sur de la Ciudad de Bogotá, Caso Usme. 2016.



Tipo de Vínculo	Descripción de la Relación
	Relaciones en doble vía: representan vínculos basados en convenios o acuerdos formales, mediados por el cumplimiento de metas conjuntas y beneficios mutuos de largo plazo.
	Relaciones unidireccionales: acercamiento entre nodos, en espera de recibir beneficios bajo la condición de resolver problemas locales del centro hacia fuera o de fuera hacia adentro.
	Relaciones unidireccionales intermitentes: producidas en el mediano plazo y generadoras de expectativas para resolver problemas y en espera de algún tipo de formalización del l centro hacia fuera o de fuera hacia adentro.
	Relaciones intermitentes en doble vía: representan relaciones esporádicas de corto plazo, acciones supeditadas a tramites y compromisos entre nodos que no se formalizan.
	Relaciones conflictivas en doble vía: representan acciones mediadas por continuas imposiciones, fricciones de intereses, desconfianza, incertidumbre, falta de información, así como un bajo reconocimiento de legitimidad entre los nodos.

Fuente: Apartes de la Memoria del Taller: Las Redes Sociales de las Organizaciones Campesinas, con la participación de pequeños agricultores locales del borde urbano-rural, veintitrés personas nacidas en la zona de estudio, nueve mujeres y catorce hombres vinculados mantenimiento de ganado, cultivo y cosecha de arveja, zanahoria, haba, papa criolla y fresa, labores de producción de galpones, panales de abejas y miel, producción y venta de carne de cerdo. Septiembre de 2015

Figura 11 - Redes Sociales de Organizaciones Campesinas, Periferia Sur de la Ciudad de Bogotá, Caso



Ciudad Bolívar. 2016

Tipo de Vínculo	Descripción de la Relación
	Relaciones en doble vía: representan vínculos basados en convenios o acuerdos formales, mediados por el cumplimiento de metas conjuntas y beneficios mutuos de largo plazo.
	Relaciones unidireccionales: acercamiento entre nodos, en espera de recibir beneficios bajo la condición de resolver problemas locales del centro hacia fuera o de fuera hacia adentro.
	Relaciones unidireccionales intermitentes: producidas en el mediano plazo y generadoras de expectativas para resolver problemas y en espera de algún tipo de formalización del l centro hacia fuera o de fuera hacia adentro.
	Relaciones intermitentes en doble vía: representan relaciones esporádicas de corto plazo, acciones supeditadas a tramites y compromisos entre nodos que no se formalizan.
	Relaciones conflictivas en doble vía: representan acciones mediadas por continuas imposiciones, fricciones de intereses, desconfianza, incertidumbre, falta de información, así como un bajo reconocimiento de legitimidad entre los nodos.

Fuente: Apartes de la Memoria del Taller: Las Redes Sociales de las Organizaciones Campesinas, con la participación del Grupo Focal (I) Localidad de Ciudad Bolívar, doce personas, seis mujeres y seis hombres, vinculados a actividades de la producción de lecha, hortalizas y papa. Noviembre de 2016

Para las dos zonas, se verifican veinte (20) interacciones en doble vía entre las organizaciones de la producción agrícola, como de productos derivados. Se destaca el vínculo con la Cooperativa Colanta dedicada a la diversificación de la cadena de lácteos, cárnicos, refrescos, sales y concentrados; orientados a fortalecer las relaciones con municipios y regiones. Del mismo modo, aparecen lazos con Fundasol, entidad que promueve la economía solidaria y el cooperativismo, de igual forma con la Fundación FundaCamino, entidad privada que promueve el mejoramiento de la calidad de vida de niños con parálisis cerebral y la rehabilitación infantil. Un

mecanismo de visibilidad del entramado de relaciones, tiene que ver con el acceso a los medios de comunicación virtual y uso de redes sociales, como por el ejercicio de movilizaciones, marchas y tomas ciudadanas en espacios públicos específicos.[13]

En definitiva, se puede confirmar, que en este entramado de asociaciones, otorga la constitución de un proceso de territorialización, que evoca un tipo capital social vinculante y dispuesto, en términos de Bourdieu, se estar forjando allí, un conjunto de recursos actuales o potenciales que se ligan a una red duradera de relaciones, más o menos institucionalizada y de interreconocimiento en el que los agentes comparten intereses que se constituyen en formas de comportamiento que se unen por vínculos permanentes y útiles, que se dan por intercambios materiales y simbólicos, en los que se supone el reconocimiento de la proximidad entre los diversos agentes (Bourdieu, 2006). Su base de conexidad está dada por el sentido de pertenencia al conjunto de agentes que comparten intereses comunes, y que, a su vez, están enlazados por encadenamientos que, en su dinamismo, otorgan transitoriedad a intercambios que pueden llegar a ser perdurables material y simbólicamente.

LA IMAGINACIÓN SIMBÓLICA

La Imaginación Simbólica hace referencia a la esfera social en el que se profundiza la búsqueda de nuevos pactos que no obstruyen la lógica de la tradición, pero revelan las reacciones por la diferencia de grupos subalternos, proporciona una nueva base de políticas y luchas colectivas que pretenden un discurso multifacético, liberador, apasionado y rutinario, conocible e inconcebible (Thirdspace, Espacios Vividos – Territorios Posibles – Lugares del Despliegue Identitario).

Se deduce entonces que, el Lugar Rururbano Periférico (LRP) se muestra como producto y pertenencia de un grupo que se liga a partir del múltiples y variados intercambios que le constituyen, aspectos que forjan panoramas coherentes que no se conducen por alguna forma de dominación suprema o jerárquica global, más bien, las vinculaciones se dan, a partir de la añadidura de muchos efectos y relaciones locales contradictorias de estructuración, de lugares a ser estructurados y contextualizados. Pero cuando los dos movimientos se relacionan, aquel mundo social situado, comienza a transformarse definitivamente, adopta una configuración nueva, a lo sumo, más plausible y compleja, que le puede permitir posteriormente ensamblarse, recolectar y componerse en otro tipo de asociaciones.

13 Para recorrido por los medios virtuales de aproximación a la experiencia, puede consultarse: Parque EntreNubes. Recuperado de: https://www.youtube.com/watch?v=hPHTdEPcMmY; Usme, el eslabón perdido de Bogotá. Recuperado de: https://www.youtube.com/watch?v=ataGEfsOteI; Expansión Urbana Área Rural Usme. Recuperado de: https://www.youtube.com/watch?v=9PTMMhN2eY0; Campesinos de zonas rurales de Usme y Ciudad Bolívar piden crear nueva localidad: https://www.youtube.com/watch?v=vJ0DKnwQUBI; Usme territorio de Agua propuesta Ganadora IDPC 2012. Recuperado de: https://www.youtube.com/watch?v=Etwe90eMU-Y.

De esta manera, la critica que asumen los agentes sociales involucrados, se dinamiza por el acceso a beneficios materiales, para asegurar las prácticas reproductivas a fin de que éstos puedan sobrevivir y mantener sus proyectos de vida. Se dan allí, utilidades simbólicas de asociación, con el fin de constituir el reconocimiento de su origen e identidad, dentro de lo cual, las diferentes presiones que ejercen agentes mediadores e intermediarios, aportan predictibilidad al conjunto de vinculaciones, que incluso, pueden estar sujetas a repentinas bifurcaciones que pueden darse de manera inesperada. En otros términos, si cualquiera de los intermediarios muta, convirtiéndose en un mediador, entonces todo el conjunto, por solemne o controlado que sea, puede volverse impredecible (Latour, 2008, p. 288).

El Lugar Rururbano Periférico refleja aquí la sintaxis de múltiples interrelaciones, en las que se demarcan los límites de su espacialidad, sociabilidad e historicidad. En otros términos, afirmamos que, entre el espacio de significación, de lo que tradicionalmente denominamos como rural y urbano, algo ha estado en suspenso. Se enfrenta a una realidad que se refleja fragmentada en sus representaciones, en apariencia opuestas, pero que en definitiva su carga de distinción, retiene algo que da qué pensar, apela a una interpretación, dice más de lo que dice, pero nunca terminará de dar qué decir.

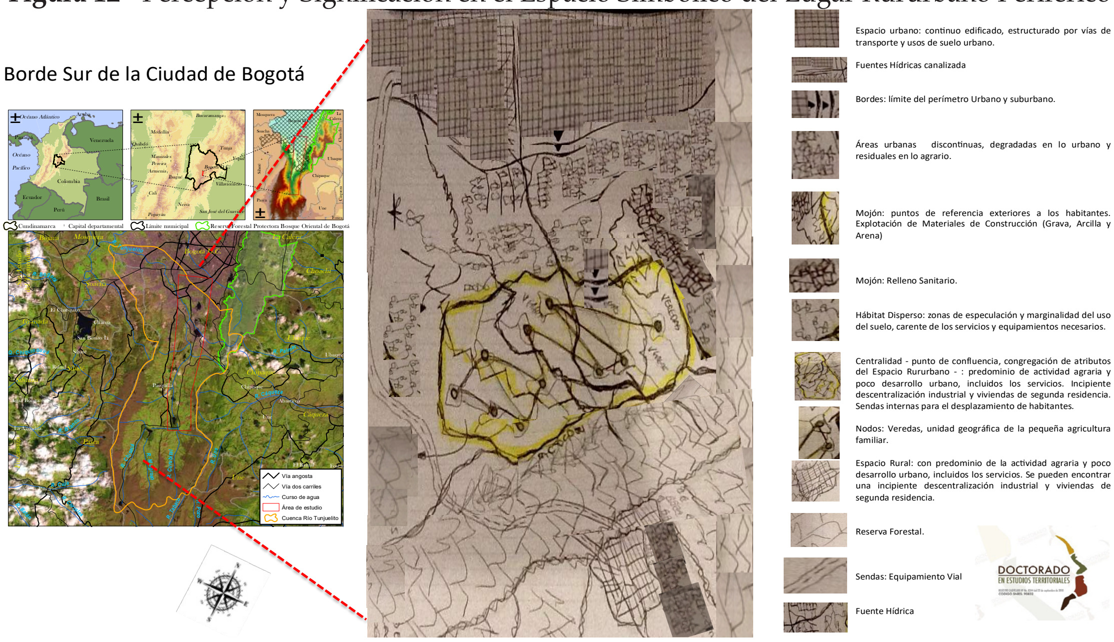
Se puede llegar así a obtener, la representación simbólica de un "tercer espacio" critico y proyectual, en el que se cruzan figuras complejas de diferencia e identidad, pasada y presente, de inclusión y exclusión que se muestra como un sentimiento exploratorio, incesante, donde se negocian experiencias intersubjetivas e intereses comunitarios, que de forma tentativa y flexible, permite reconocer la recombinación y extensión creativa de intercambios sociales que se encuentran en constante cambio. (Bhabha, H. 2020; Soja, E. 1996). Para este caso de estudio, ha de considerarse en él, una estructura de reproducción, que tiene como centralidad desde sus orígenes, las actividades agrarias y en ello de vital importancia el acceso y control del recurso hídrico, soporte vital de subsistencia y autoabastecimiento mediante acuerdos comunitarios para su administración.

Estos Lugares poseen conexión con espacios rurales ampliados, donde prevalece predominio de cultivos extensivos, además de presentar una incipiente descentralización industrial y de viviendas. El nodo articulador es la vereda, unidad geográfica en la que se desarrollan actividades de la pequeña agricultura familiar, que colindan y dependen de las reservas forestales circundantes. Este entramado se conecta por las sendas internas del equipamiento vial, utilizadas para el desplazamiento de sus habitantes y sus productos y van hasta las delimitaciones urbanas

externas. En dicha conexión, se enlazan los límites del perímetro urbano y suburbano, en aquel lugar se presentan áreas discontinuas, degradadas y residuales en lo agrario, reflejo de un hábitat disperso en el que persisten zonas de especulación y marginalidad en el uso del suelo, carentes de servicios básicos y de equipamientos necesarios para subsistir.

El margen interno que subsiste, contiene dos mojones, puntos de referencia exterior que determinan áreas de explotación minera de materiales de construcción y es el punto de localización que se confina con el Relleno Sanitario. El espacio próximo final, está circunscrito al continuo urbano edificado, las rutas de transporte, las viviendas formales consolidadas, los circuitos comerciales y las fuentes hídricas canalizada. El producto etnográfico que, a nuestro modo de ver, delinea el Lugar Rururbano Periférico se muestra en la Figura 12.

Figura 12 - Percepción y Significación en el Espacio Simbólico del Lugar Rururbano Periférico



Fuente: Apartes de la Memoria del Taller Impactos Sociales de la Expansión Urbana, con la participación de Grupo Focal (III, IV y V) integrados por treinta y tres personas, veintidós nacidas en la zona y once con 15 años de residencia en área de estudio. Quince mujeres y diez y ocho hombres, en rangos de edad entre 18 y 45 años, vinculados al cultivo y recolección de arveja, la producción de ladrillo, la venta de alimentos en tiendas propia, recolección de cosechas, labores de panadería, venta de productos de belleza, arreglo de uñas, aseo de oficinas y madres comunitarias, ventas ambulantes, amas de casa, servicio domestico, peluquería, ornamentación y desempleado. Salón Comunal Vereda la Requilina. Julio 2016

El ejercicio revela la materialización de un ensamble territorial, mediante el cual se forman y ajustan las *acciones-prácticas e interacciones-contextos* de espacios sociales dotados de inteligibilidad y delimitación. Por todo esto, se hace referencia a que dichas formas de estructuración, no son imágenes flotantes, ni se mueven en un espacio autónomo. Manifiestan la reciprocidad simbólica entre la espacialidad,

sociabilidad e historicidad de las personas, así como del despliegue de un proyecto auto-referencial de su existencia.

Aquí la red de vinculaciones, no es más que el modo mediante el cual se estructura la interacción, a partir de las estrategias que ejercen los agentes sociales, que son a su vez, como ya lo hemos reiterado, el producto de sus *habitus.* En nuestros términos, de aquellas prácticas de las que acontece el proceso de territorialidad, como una estructura emergente de la red, que no debe confundirse con la estructura del espacio social, ni con la de un campo en particular; se trata más bien de una estructura reticular que se sitúa, como parte del conjunto de sus interacciones, a partir de lo cual, los mismos agentes van reproduciendo sus cursos de acción, dando paso al proceso de territorialización del lugar rururbano que abordamos.

Es, por lo tanto, un atributo recíproco de líneas de fuga que entre los agentes connotan micropoderes, expresión de un tipo de relacionamiento territorial, que no es en sí, un dato natural, dado por relaciones, por ejemplo, meramente familiares o de parentesco. Es fundamentalmente, producto de una labor fundada bajo la intención colectiva de reproducir vínculos durables y útiles, no obstante, la continuidad o discontinuidad que pueda obedecer, a circunstancias de desconfianza, confrontación o reciprocidad de intereses.

En otros términos, la configuración territorial que da estructuración al Lugar Rururbano Periférico, se orienta hacia la transformación de relaciones contingentes, simultáneamente necesarias y electivas, en las que se yuxtaponen reglas objetivas, propias de las instituciones formales. En medio de las cuales, se da un inmanente juego de disposiciones, en el que agentes paradigmáticos actúan en función de una red de estructuración, que es, al mismo tiempo, producto de estrategias de inversión social consciente o inconscientemente orientada, que buscan como objetivo, tal y como lo demuestra el caso empírico del cual se base esta investigación: el reconocimiento y cumplimiento de derechos ciudadanos, protección y asesoramiento de las prácticas del trabajo agrícola, consecución de capitales financieros para el adelanto de proyectos que propicien el emprendimiento y la conservación de los recursos de la naturaleza. Así mismo, promover el encuentro ciudadano, a fin de ampliar el espectro de la participación y el sentido de apropiación de las prácticas comunitarias, e incidir, en instancias públicas y privadas para asegurar la existencia y desarrollo de las comunidades que habitan en la periferia urbano-rural de la ciudad.

Cabe decir, el Lugar Rururbano Periférico (LRP) desarrolla su propia lógica y leyes de funcionamiento, da estructuración a un espacio social diferencial, que promueve la integración, pero al mismo tiempo se constituye, en razón a sus con-

tradicciones, en objeto de disputa o de luchas simbólicas que buscan imponerse para conservarse o transformase. Es entonces una estructura, que procura un signo de distinción (Boudieu, 2011, p. 12, 22, 26). Léase aquí que no es bajo el término de una distinción de honor, utilizamos la expresión de Bourdieu, en una escala crítico diferencial, en la que se activan formas de vida que guardan vínculo con prácticas económicas y simbólicas propias del medio rural, pero que a la vez tienen persistencia constante y se desenvuelven en condiciones restrictivas y poco reconocidas, dentro de las dinámicas del desarrollo en el espacio urbano.

En esta medida el Lugar Rururbano Periférico, se reduplica por los agentes sociales que le dan en él, signo a sus beneficios y poder de asegurarlos en el tiempo. En ese sentido, la remembranza a su historia, a la tierra como atributo de relaciones productivas, al cultivo, el trabajo, la familia y la organización comunitaria, se manifiestan como factores determinantes en las prácticas de vida de las personas que allí interactúan.

Tiene entonces este tipo de lugares, una distinción espacial, que en nuestro caso se encuentra reflejada en ámbitos de circunscripción con agentes no humanos: entre el área de residencia, pero a su vez en conexión con las características de la vivienda, el predio, el río, el bosque, el acueducto o el lugar de los intercambios de mercado, así como en la esfera de sus procesos organizacionales y de la interlocución con otros agentes sociales. Son contextos de interacción, estrictamente ligados a las personas e incluso a los recursos de la naturaleza, involucran para su mantenimiento, el quehacer de estrategias en las que se realizan trabajos y transacciones, promoviendo relaciones de reciprocidad, no obstante, a las condiciones de incertidumbre que detentan este tipo de lugares, como veíamos profundamente recreados sobre un complejo sistema de contradicciones.

Todas estas acciones, establecen beneficios y poder, aseguran el mantenimiento de un sistema de vinculaciones, no obstante, un entorno de contradicciones que en él inciden, pero que igualmente reafirman una manera específica de vivir, que no puede verse afectada por un valor distintivo, externo a ello, en nuestro caso, por el ímpetu de contextos urbanos sobre las prácticas de vida rural.

Interpretar este proceso exigió identificar las redes de interacción que se territorializan con el tiempo. En otros términos, hemos proyectado un Lugar en él confluyen vivencias que se sienten y se hacen transpuestas en medio de relaciones físico-materiales y simbólico-imaginarias en el espacio social de sus interacciones. Es allí, donde aparece a nuestro juicio, el tercer espacio, el espacio de la imaginación simbólica, acción subalterna que se estructura a partir de un contorno de negocia-

ción de significados y que, en su desenvolvimiento, se diferencia por su escala de representación.

No obstante, a todo lo dicho, cabe mencionar, de forma crítica, que la detección y el análisis de las redes sociales, que se presentan en nuestro caso de estudio, pueden limitarse a una metodología, capaz de ser empleada en contextos teóricos variados e incluso para múltiples propósitos prácticos. Es posible que esta técnica, no se articule con la misma facilidad a cualquier otro tipo de marco teórico. Sin embargo, a nuestro modo de ver, es mucho más afín a perspectivas del tipo estructural-constructivista, en las que, en definitiva, es mucho más importante atender a las propiedades de intencionalidad y transformación de los agentes sociales.

Aquí no se está tratando con personas autómatas, del tipo sintagmático o paradigmático, a lo cual ya habíamos hecho alusión, el análisis estructural-constructivista, determina el reconocimiento de asociaciones, redes, que en tanto sus vínculos y nodos de referencia, permiten inferir tipologías de estructuración social, no necesariamente originadas por atributos similares, como por ejemplo el género, tipo de residencia, estatus, edad o creencias, o la dominación, entre otras, como lo distinguirían los muchos estructuralismos que existen en las ciencias sociales. El enfoque analítico al que hacemos mención, aparece como un campo de producción de conocimiento, que se focaliza en la interpretación de aquellas formas de asociación concretas, así, importa aquí, interpretar la trama de vinculaciones en las que se sitúa, como metáfora, el nivel de relaciones existentes y observables entre agentes sociales específicos, que se encuentran mediados por los *habitus,* y éstos, son a la vez, a la condición de su estructura.

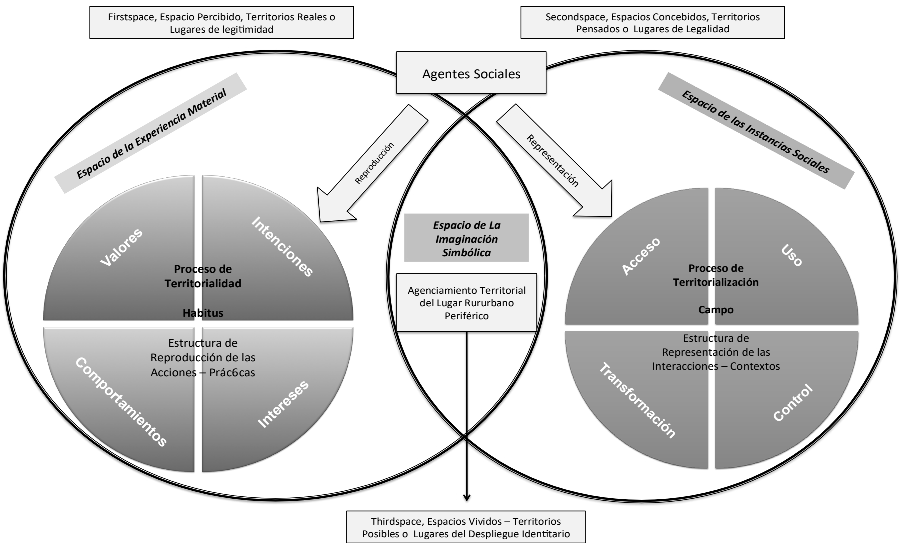
Si bien los planteamientos en el estructuralismo en Bourdieu, discuten la posibilidad de explicar la interacción por sus características de exclusividad, como si en ellas tuviesen lugar sujetos sociales puros, el dispositivo que lo liga en esta investigación, hace posible identificar el proceso mismo de estructuración, mediante lo cual, se provee de una descripción más adecuada de la configuración y funcionamiento de una vinculación colectiva cualquiera.

Se advierte entonces, a manera de abstracción y simulacro (metáfora), las propuestas que los agentes sociales visualizan, en la proyección territorial deseada, para alcanzar un pacto de formalización, que demarque las posibilidades de vinculación urbano-rural en el borde sur de la ciudad de Bogotá.

En consecuencia, se presenta en seguida, en la Figura No 13, a manera de síntesis, la estructura analítica que describe el ensamblaje de categorías en las que se

combinan las acciones-prácticas e interacciones-contextos de un Estudio Territorial sobre la configuración del *Lugar Rururbano*:

Figura 13 - Estructura Analítica de las Prácticas y Contextos de un Estudio Territorial sobre laConfiguración del Lugar



Fuente: Elaboración propia para la presente investigación

CONCLUSIONES

A partir de los ámbitos teóricos en evidencias empíricas descritas, se puede postular que el sentido de este tipo de Estudio Territorial, tiene por objeto, interpretar el *campo* discursivo que configura la reproducción y representación de las interacciones sociales que se reproducen a través de las historias que tienen las personas, que son en específico "nudos de relevancia" o lo que aquí se llama contexto (Bateson, 1993), mediante lo cual, se explicarían los factores espacio-temporales que determinan la expansión-retracción de las relaciones urbano-rurales.

Como se percibe, aquellas nociones diferenciadoras que ha sustentado la teoría social, entre agentes, pierden valor argumentativo desde la perspectiva Estructural-Constructivista que aquí sustentamos. Con esto se quiere argumentar críticamente, que incluso, la visión estructural que se adopta del pensamiento de Bourdieu, es limitada, al considerar a los agentes como expresión de sus posiciones y disposiciones sociales, como si éstos no tuviesen la capacidad de subvertir el sistema de sus relaciones, como si no fuesen seres activos, en tanto su capacidad de desplegar y transformar múltiples interacciones en diversas escalas de relacionamiento.

Esta crítica se hace productiva, sin que por ello deban abandonarse los estudios sobre la dominación o las formas del poder, propias de los estudios sociales, al tanto que se busque explorar un mundo social reconocible, de agentes heterogéneos

activos que se sumergen por fuera del dualismo funcional entre personas (sujetos) y cosas (objetos).

El Estudio Territorial que se sugiere, le da un valor de energía colateral a la agencia, entre entidades sociales y naturales, con lo cual se cuestiona la concepción de la reificación, desde la cual las Ciencias Sociales, terminan por considerar a todo aquello que compone el entorno de las relaciones humanas, como una construcción integrada y dependiente de poderes sólo aparentes. Que si bien, pueden seguir siendo: el mercado, el Estado o la norma, las pautas macro explicativas del orden social, como jerarquías de entidades clasificables y supremas, desde la perspectiva estructural-constructivista, aquellas instancias no se encuentran ni encima ni debajo de las interacciones, están siendo agregadas como enlaces, encadenamientos, en los que todos los agentes se alimentan de ellas (Latour, 2008).

Así la estructuración territorial del Lugar Rururbano Periférico (LRP), no proviene de un sistema centralizado de instituciones que lo planifiquen. Más bien, de su sociabilidad deviene el delineamiento discontinuo de rupturas espaciales que se territorializan, bordes en las que hacen sintaxis elementos físico-naturales transformados y en ellos, la contingencia del poder de instituciones de dominación económica, en las que se persisten referentes simbólicos de subsistencia e identidad. La sintaxis del lugar que se distinguió, no niega aquellas realidades urbanas preexistentes, más bien, lo que se debate, es su continua reacción en contra de posturas que niegan sus vinculaciones. Desde allí, lo que se interpreta, es una propuesta de integración intercultural que busca atravesársele, a las formas del desarrollo desigual que se contrarresta en el despliegue de la urbanización.

El estudio demarca un discurso del cual emanan expresiones de una cultura – valor con capacidad de producir un capital social con un poder diferencial e inquietante. Lo cual estructura el agenciamiento de una subjetividad localizada, manifiesta mediante espacios discursivos, que no pretenden aislarse del sistema de intercambios de la sociedad capitalista, sino más bien, proyectan reducir la brecha de la desigualdad geográfica, mediante la materialización de un capital social que se instaura mediante la trama de sus propios intercambios.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alberich, T. (2007). *Investigación-acción participativa y mapas sociales*. Recuperado de: http.//www.uji.es/bin/serveis/sasc/ ext-uni/oferim/forma/jorn/tall.pdf

Andrade, H. (2001). *La cartografía social para la planeación participativa: experiencias de planeación con grupos étnicos en Colombia*. Caracas: Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo. Recuperado de: http://webcache.googleuser-

content.com/search?q=cache:tScYmbj-cUIJ:www.scielo.org.co/pdf/rcdg/v21n2/v21n2a05.pdf+&cd=3&hl=es&ct=clnk&gl=co&client=safari

Barrera, S. (2009). *Reflexiones sobre Sistemas de Información Geográfica Participativos (SIGP) y cartografía social*. Cuadernos de Geografía. Revista Colombiana de Geografía 18: 9-23. Universidad Nacional de Colombia, sede Bogotá, Facultad de Ciencias Humanas, Departamento de Geografía.

Bateson, G. (1993) *Espíritu y Naturaleza*. Amorrortu. Buenos Aires.

Bertin, J. (1973). *Graphical Semiology*. University of Wisconsin Press, Madison, Wisconsin.

Bhabha, H. (2002). *El Lugar de la Cultura*. Ediciones Manantial SRL. Buenos Aires.

Bourdieu, P. (2006*). El sentido práctico*. Siglo veintiuno editores.

Bourdieu, P. (2001). *Poder, Derecho y Clases Sociales*. (2da Ed) desclée.

Bourdieu, P. (2007). *Las Cosas Dichas*. Colección el Mamífero Parlante. Gedisa.

Bourdieu, P. (2011) *Las estrategias de la reproducción social*. Siglo veintiuno editores.

Bourdieu, P. & Wacquant, L. (2005) *Una invitación a la sociología reflexiva*. Siglo XXI.

Bozzano, H. (2000). *Territorios reales, territorios, pensados, territorios posibles. Aportes para una teoría territorial del ambiente*. Editorial Espacio, Buenos Aires.

Ceceña, R. (2011). *Espacio, Lugar y Mundo. El fundamento topológico de la modernidad y los orígenes de la mundialización*. Universidad Nacional Autónoma de México.

De Certeau, M. (2000). *La Invención de lo cotidiano. V.1 Artes de hacer*. Universidad Iberoamericana.

Deleuze, G y Guattari, F. (1994). *Mil Mesetas. Capitalismo y esquizofrenia*. Traducción de. José Vázquez Pérez. Editorial Pretextos.

Dewan AM, Yamaguchi Y. (2009). *Land use and land cover change in Greater Dhaka, Bangladesh: using remote sensing to promote sustainable urbanization*. Appl Geogr 29:390–401

Etter, A., McAlpine, C.A., Seabrook, L. y Wilson, K.A. (2011). *Incorporating temporality and biophysical vulnerability to quantify the human spatial footprint on ecosystems*. Biological Conservation, 144, 1585–1594.

Foley, J. a, Defries, R., Asner, G.P., Barford, C., Bonan, G., Carpenter, S.R., Chapin, F.S., Coe, M.T., Daily, G.C., Gibbs, H.K., Helkowski, J.H., Holloway, T., Howard, E. a, Kucharik, C.J., Monfreda, C., Patz, J. a, Prentice, I.C., Ramankutty, N. y Snyder, P.K. (2005). *Global consequences of land use. Science*, 309, 570–4.

Giddens, A. (2003). *La construcción de la sociedad. Bases para la teoría de la estructuración*. Amorrortu/Editores.

Gumuchian H., Grasset E., Lajarge R., Roux E. (2003). *Les acteurs, ces oubliés du territoire.* Paris: Anthropos, coll. «Géographie», 186 p

Harley, B. (1989). *Hacia una deconstrucción del mapa. La nueva naturaleza de los mapas*. Cartographica 26 (2): 1-20.

Herrera, J. (2012). *Mapeo social, etnización y disputas territoriales*. En Autonomías Territoriales: Experiencias y desafíos. OTE, Observatorio de Territorios Étnicos, Bogotá. [Pp. 237-260]

Husserl, E. (1982). *La Idea de la Fenomenología. Cinco Lecciones.* FCE. España.

Iconoclasistas. (2011). *Reflexiones cartográficas II.* Recuperado de: http://iconoclasistas.com.ar/2011/05/19/reflexiones-cartograficas-ii/

Lambin, E., Geist, H. y Lepers, E. (2003). *Dynamics of land-use and landcover change in tropical regions.* Annual Review of Environment and Resources. 28: 205–241.

Lambin, E., Turner, B.L., Geist, H., Agbola, S.B., Angelsen, A., Bruce, J.W., Coomes, O.T., Dirzo, R., Fischer, G., Folke, C., George, P.S., Homewood, K., Imbernon, J., Leemans, R., Li, X., Moran, E.F., Mortimore, M., Ramakrishnan, P.S., Richards, J.F., Skånes, H., Steffen, W., Stone, G.D., Svedin, U., Veldkamp, T.A., Vogel, C. & Xu, J. (2001) *The causes of land-use and land-cover change: moving beyond the myths.* Global Environmental Change, 11, 261–269.

Latour, B. (2005). *Reensamblar lo social. Una introducción a la teoría del actor-red*. Manantial. Buenos Aires.

Lefebvre, H. (1974). *La producción del espacio*. Anthropos

Maldonado, M. (2003). *Reforma urbana y desarrollo territorial: experiencias y perspectivas de aplicación de las leyes 9a. De 1989 y 388 de 1997, Bogotá,* Universidad de los Andes, CIDER.

Maldonado, M. (2013). *Fortalezas y fisuras del uso de la expropiación para fines urbanos en Colombia. Revisión a partir de la experiencia de Bogotá*. Capitulo Cuarto. Antonio Azuela. (Coordinador) Expropiación y conflicto social en cinco metrópolis latinoamericanas. Linconln Institute of Land Policy. Cambridge, Massachusets.

Massey, D. (2012). *Imaginar la globalización: las geometrías del poder del tiempo-espacio.* En Albet A y Benach N. Dereen Massey. Un sentido global del lugar. Icara. Espacios Críticos.

Millennium Ecosystem Assessment. (2005). *Ecosystems and Human Well-Being: Biodiversity Synthesis*. World Resources Institute, Washington, USA.

Nates, B (2011). *Soportes teóricos y etnográficos sobre conceptos de territorio.* Revista Co-herencia Vol. 8, No 14 enero - junio 2011, pp. 209-229. Medellín, Colombia

Offten, K y Dym, J. (eds). (2011). *Mapping Latin America: a cartographic reader.* Chicago University.

Raffestin, C. (2011). *Por una geografía del poder*. El Colegio de Michoacán. México.

Requena, F. (2003). *Análisis de redes sociales. Orígenes, teorías y aplicaciones*. Centro de Investigaciones Sociológicas.

Reynoso, C. (2011). *Redes sociales y complejidad. Modelos interdisciplinarios en la gestión sostenible de la sociedad y la cultura*. Buenos Aires, Editorial Sb.

Ricoeur, P. (2006). *Caminos del reconocimiento.* Tres Estudios. FCE.

Risler, J., Ares, P. (2013). *Manual de mapeo colectivo: recursos cartográficos para procesos territoriales de creación colaborativa*. Tinta Limón: Buenos aires.

Sassen, S. (2010). *Territorio, autoridad y derechos. De los ensamblajes medievales a los ensamblajes globales*. Katz.

Sassen, S. (2015). *Expulsiones. Brutalidad y complejidad en la economía global*. Katz.

Sieverts, T. (2003). *Cites Without Cites. An interpretation of the zwischenstadt*, Londres.

Soja, E. (1996). *Thirdspace.* Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places. Blackwell Publishers Ltd.

Soja, E. (2008). *Postmetroplis: Estudios Críticos sobre las ciudades y las regiones*. Editorial Traficante de Sueños.

Southworth, J. y Tucker, C. (2001). *The influence of accessibility, local institutions, and socioeconomic factors on forest cover change in the Mountains of Western Honduras*. Mountain Research and Development, 21, 276–283.

Velázquez, A y Gallegos, A. (2005). *Manual Introductorio al análisis de redes sociales*. Recuperado de: http://revista-redes.rediris.es/webredes/talleres/Manual_ARS.pdf

Vitousek, P; Mooney, H; Lubchenco, J & Melillo, J. (1997). *Human Domination of Earth's Ecosystems.* Recuperado en: http://www.esf.edu/cue/documents/Vitousek_HumanDominEcosys_1997.pdf

Williner, A., Sandoval, C., Frias, M. y Pérez, J. (2012). *Redes y pactos territoriales en América Latina y el Caribe: Sugerencias metodológicas para su construcción*. Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (ILPES

Zalasiewicz, J. a N., Williams, M., Steffen, W. & Crutzen, P. (2010). *The new world of the anthropocene.* Environmental Science and Technology, 44, 2228–2231.

Zemelman, H. (2005). *Voluntad de conocer: el sujeto y su pensamiento en el paradigma crítico.* ANTHROPOS.

Zimmermann, A. (2004). *La Gestión de Redes. Caminos y herramientas*. ABYA YALA. Quito.

CAPÍTULO 9

O MUNDO DA SUSTENTABILIDADE: PRODUTOS ORGÂNICOS NAS PRATELEIRAS[1]

Silvana Lucato Moretti

DOI: 10.46898/rfb.9786558892427.9

1 Este texto é resultado final de tese de doutorado "A produção agrícola orgânica na região da Grande Dourados-MS: alternativas sócio-cultural-ambiental", defendida no ano de 2012, no programa de pós-graduação de geografia da Universidade Federal de Goiás/IESA com a orientação da Dra. Maria Geralda de Almeida

A centralidade do artigo é a discussão sobre as ideias de identidade, desenvolvimento e de natureza. A análise foi realizada em pesquisa junto aos produtores rurais de orgânicos na região da Grande Dourados, no Mato Grosso do Sul, e partiu da hipótese que agricultura orgânica se configura como uma possível produção alternativa à noção de desenvolvimento hegemônica na sociedade contemporânea.

A base produtiva do espaço rural da Grande Dourados é historicamente efetivada por meio de políticas de desenvolvimento que reforçam a ideia de produtor de grãos como papel do Brasil no contexto mundial de reprodução do capital. Especificamente sobre a constituição do território da Grande Dourados, o processo de transformação da natureza em riqueza promoveu a produção de um território centrado no agronegócio e nas *commodities.*

Porém, essa riqueza tem seu contraponto com a geração de problemas socioambientais como o grande número de trabalhadores com baixa remuneração salarial e condições de trabalho precárias, esvaziamento demográfico do campo e de pequenas cidades com a consequente concentração populacional nas chamadas "cidades polos" e a pilhagem dos elementos naturais como a terra e a água.

Esse processo é dinâmico e o Mato Grosso do Sul vivencia as contradições do mundo moderno, percebidas nas relações entre a sociedade/natureza, nos tratos sociais, no ambiente e na cultura. O movimento, as práticas socioambientais de grupos sociais com necessidades, desejos e visão de futuro diferenciados promovem o embate no processo de constituição do território.

Os embates locais referentes ao modelo de produção agrícola é reforçado pela preocupação em diversos setores da sociedade mundial quanto aos problemas gerados pela produção e consumo de alimentos baseado no uso intensivo da terra, da água e de produtos químicos.

A valorização da produção e do consumo de produtos orgânicos ocorre a partir dos problemas advindos da forma de produzir alimentos que é associada à chamada crise ambiental. A internalização ao mundo do capital dessa crise, encaminha para propostas de mudanças das práticas individuais dos consumidores urbanos como alternativa para a superação dela, claramente essa proposição de solução individualizada, não é o caminho para a solução dos problemas, como veremos adiante.

O consumo de produtos orgânicos em seu formato atual, ou seja, dominado por redes de produção e comercialização que estão para além dos lugares de produ-

ção, está presente em grande parte do mundo moderno e a procura por esse tipo de alimento cresce de maneira rápida associada às mudanças nos hábitos alimentares promovidos pela revalorização da natureza e a ideia de sustentabilidade ambiental com a busca de "condições de saúde" mais adequadas. Segundo Altieri e Nicholls (2003):

> A produção orgânica está presente em todo o mundo e cresce rapidamente. Na Europa, existem 3,5 milhões de hectares em produção orgânica certificada. Na Alemanha, são 8.000 produtores orgânicos que ocupam cerca de 2% da área total cultivada. Na Itália, há 18.000 e na Áustria outros 20.000, que representam quase 10% do total produzido pela agricultura. Na América do Norte, aproximadamente 1,1 milhões de hectares estão em produção orgânica certificada, com 12.500 produtores somente nos Estados Unidos, o que permitiu, de 1992 a 1997, dobrar a área dessa produção. Em 1999 a venda dos produtos orgânicos gerou US$ 6 bilhões em lucro. Na Califórnia, esses produtos constituem um dos segmentos da economia agrícola que mais cresce, com incremento anual nas vendas de 20 a 25%%, nos últimos seis anos. (Altieri; Nicholls, 2003, p. 12).

O crescimento da produção orgânica é associado à sua incorporação no sistema de produção financeiro da agricultura convencional, sendo a certificação o meio de garantir o controle e o poder sobre a produção e o consumo dos produtos orgânicos. Faz sentido, portanto, refletir se a agricultura orgânica estaria assumindo as mesmas características do modelo convencional de produção e consumo de produtos agrícolas ou poderia representar um "sinal de alternativa" (Boaventura, 2002) ao modelo de produção e consumo construído modernamente no mundo ocidental capitalista.

Os autores Altieri e Nicholls (2003), e Gliessaman (2005), considerados referências nas pesquisas sobre a produção orgânica, destacam que o principal objetivo desta prática agrícola é manter a produtividade agrícola de modo sustentável, eliminando o uso de fertilizantes sintéticos e pesticidas. Portanto, são aspectos técnicos relacionados à busca da sustentabilidade, mas, os mesmos autores, avançam na análise ao indicarem questões fundamentais como associação da produção e consumo de orgânico a aspectos culturais e de identidades na produção do espaço.

Gliessaman (2005) aponta, em um reducionismo analítico, para a busca da sustentabilidade ambiental como único caminho para garantir a preservação da cultura local associada à produtividade agrícola. Para a pesquisadora, a sustentabilidade só será alcançada por meio de práticas agrícolas "alternativas" orientadas pelo conhecimento aprofundado com relação à natureza e à cultura, o qual promovem mudanças sociais e econômicas, principalmente na produção de alimentos:

> A sustentabilidade significa coisas diferentes para distintas pessoas, mas há uma concordância geral de que ela tem uma base ecológica. No sentido mais amplo, a sustentabilidade é uma versão do conceito de produção sustentável - a condição

> de ser capaz de perpetuamente colher biomassa de um sistema, porque sua capacidade de renovar ou ser renovada não é comprometida.
>
> Como a perpetuidade nunca pode ser demonstrada no presente, a prova da sustentabilidade permanece sempre no futuro, fora do alcance. Assim, é impossível se saber, com certeza, se uma determinada prática é, de fato, sustentável, ou se um determinado conjunto de práticas constitui sustentabilidade. Contudo, é possível demonstrar que uma prática esta se afastando da sustentabilidade. (Gliessaman, 2005, pp. 52-53).

Portanto, para essa autora, a centralidade está na busca da sustentabilidade em sua lógica ambiental, desconsiderando aspectos centrais do mundo moderno, como o mercado, as desigualdades e a produção de riqueza, ou seja, as relações sociais em sua plenitude.

Associar a questão da sustentabilidade com a produção orgânica se transforma em um processo aparentemente lógico e racional. Mas diante das contradições existentes neste conceito e, principalmente, no consumo e na comercialização dos produtos, a lógica e a racionalidade do discurso da sustentabilidade apresentam certa incapacidade explicativa.

Pela sua importância como possibilidade de transformação de formas de produção e de consumo, não parece ser adequado analisar a produção de produtos orgânicos apenas como capaz de manter a produtividade da terra. Este modelo agrícola possui outras funções que não sejam apenas a produtividade. Uma das possibilidades que deve ser destacada é a capacidade de construção de identidades territoriais relacionadas ao campo e à moderna vida no urbano.

A perspectiva da possível produção de novas formas territoriais relaciona-se diretamente à ideia de sustentabilidade ambiental associada à "qualidade de vida", à saúde, à qualidade e ao sabor dos alimentos e à melhoria de renda para parcelas de agricultores pobres. Altiere (2004), sobre estas possibilidades, aponta para as associações temáticas entre agroecologia e produção do local:

> A abordagem agroecológica é também mais sensível às complexidades dos sistemas locais. Nelas os critérios de desempenho incluem não só uma produção crescente, mas também propriedades como a sustentabilidade, segurança alimentar, estabilidade biológica, conservação de recursos e equidade. (Altieri, 2004, p. 36).

A reflexão sobre o tema sustentabilidade assume relevância ímpar, e é permeada por perspectivas ideológicas associadas aos ditames do mercado, por muitos chamado de "mercado verde". Isso dificulta um olhar mais cuidadoso para o mundo sob a chamada perspectiva sustentável. Ou seja, a defesa do tema sustentabilidade nos tempos modernos significa a manutenção das estruturas do mundo moderno, que promovem a miséria social e a pilhagem ambiental.

Nesse sentido, considerar sustentáveis as práticas "alternativas" ao modelo produtivo agrícola dominante, criadas pelos pequenos produtores rurais e associadas ao consumo urbano de mercadorias consideradas "verdes", é essencial para a compreensão da existência da prática da agricultura orgânica num local (região da Grande Dourados) produzido pelo processo de modernização agrícola.

DISCURSOS E PRÁTICAS: OS DILEMAS DO CONSUMO VERDE

Ao aderir à prática da agricultura orgânica, os pequenos produtores rurais buscam atender ao mercado de consumo urbano. Os consumidores possuem um olhar parcial sobre o consumo verde e a sustentabilidade. É um olhar permeado pela perspectiva do *marketing* relacionado ao consumo de alimentos saudáveis e/ou produtos livres de "químicas" prejudiciais à saúde.

É visível nos centros comerciais, a proliferação de lojas destinadas à venda de produtos naturais, que vão desde lojas de alimentação para humanos, passando por lojas destinadas à venda de produtos para animais de estimação e lojas de cosméticos, culminando com lojas que comercializam roupas e brinquedos infantis produzidos exclusivamente com os chamados produtos naturais.

Abastecer esse comércio sofisticado e global é também função dos agricultores de produtos orgânicos, seja com produtos alimentícios, seja com madeiras e grãos, entre outros. Portanto, o agricultor de um local como a Região da Grande Dourados estará, devido à certificação orgânica internacional de seu produto, na rede mundial do comércio verde.

Esses agricultores possuem o conhecimento e o discurso da necessidade de mudança das formas de produção para atingir a sustentabilidade ambiental, tendo como meta a preservação ambiental para o futuro. A percepção que possuem do mundo atual é de crise ambiental, de fim dos elementos naturais, e que participam do processo de salvação do planeta, discurso presente nos relatos de produtores entrevistados:

> *A natureza está sendo destruída. A plantação de produto orgânica salva a terra.* (entrevista com produtor orgânico, P07, realizada em 14/10/2011);
>
> *O futuro está na produção de sementes de florestas; não vai existir floresta e teremos de reflorestar. As sementes será nosso maior bem da humanidade.* (idem P01);
>
> *A natureza se vinga do homem, com o orgânico a natureza é preservada.* (entrevista com produtor orgânico, P01, realizada em 07/02/2011).

O discurso é construído com a reprodução das ideias urbanas vinculadas pelos meios de comunicação, pelos técnicos dos órgãos de governo e pela própria

experiência com o trabalho na terra, conforme percebemos nos relatos dos agricultores entrevistados:

> *Passei a trabalhar com orgânicos depois que fui envenenado com veneno que aplicava na lavoura. Se faz mal para aplicar imagina para quem come?* (entrevista realizada em 07/02/2011, com o entrevistado P08);
>
> *Produzir orgânico é hoje bem melhor que o convencional pra mim é. Eu acho que a gente tem que pensa no caso da garantir a terra e pra quem tá comercializar e pra quem está comercializando e também para quem come. Porque hoje à questão da agroquímica é muito perigoso, você sabe que é perigoso.* (entrevista realizada em 09/02/2011, com entrevistado P09);
>
> *Veneno sempre me fez mal. Trabalhava com veneno, eu tive isso como princípio não mais trabalhar com veneno e sim com orgânico. Não penso em ficar rico, mas na saúde mesmo.* (entrevistas realizadas em março de 2010, P04).

Também assume relevância o discurso de harmonia nas relações sociais advindas do trabalho com orgânicos. É recorrente a fala do fim do conflito social na produção:

> *[…] trabalhar com o meio ambiente deixa o produtor criativo, o tempo todo faz novas transformações, precisa trocar conhecimentos com outros produtores, trocar ideias, se comunicar. Você nunca trabalha sozinho, o trabalho é coletivo.* (entrevista realizada em 14/10/2011, entrevistado P07);
>
> *...o proprietário tinha esta terra aqui não tinha interesse em produzir nada aqui. Eu aprendi lidar com orgânicos, fiz a proposta para ele de plantar, experimentar com orgânicos, para a família dele, não era para vender, ele aceitou. Hoje esta assim como você vê, com muita coisa dando certo.* (entrevista com P04, em março de 2010).

A confluência das experiências na produção com o discurso moderno da sustentabilidade e da viabilidade econômica construiu as bases para o trabalho desses agricultores com produtos orgânicos.

A leitura de mundo dos pequenos agricultores que optam pela produção de produtos orgânicos aproxima-se da ideia de mito. Um mito moderno, relacionado com a harmonia entre o uso da natureza e as relações sociais para a construção da sustentabilidade ambiental como garantia de um futuro para a humanidade. A ideia de mito é reforçada pela impossibilidade de romper com os alicerces do desenvolvimento construído pela razão matemática apontada de maneira contundente por Castoriadis (1987):

> (...) de um lado, a emergência da burguesia, sua expansão e sua vitória final são acompanhadas pela emergência, a difusão e a vitória final de uma nova 'ideia', a ideia de que o crescimento ilimitado da produção e das forças produtivas é, de fato, o objetivo central da vida humana. Esta 'ideia' é o que eu chamo uma significação imaginária social. A ela correspondem novas atitudes, valores e normas, uma nova definição social da realidade e do ser, daquilo que conta e daquilo que não conta. Numa palavra: de agora em diante, o que conta é o que pode ser contado. Por outro lado, filósofos e cientistas impõem uma nova e específica torção ao pensamento e ao conhecimento: não há limites para os poderes e as possibilidades da Razão, e a Razão por excelência, ao menos quando se trata da res extensa

> é a matemática: *Cum* Deus *calculat, fit mundus* ('À medida que Deus calcula, o mundo se faz', Leibniz)." (Castoriadis, 1987, pp. 144-145).

O significado alcançado pela noção de desenvolvimento — crescimento indefinido, maturidade, crescimento sem fim — é consubstanciado por algumas noções das quais, para Castoriadis (1987, p. 146), as mais importantes são: "a 'onipotência' virtual da técnica; a 'ilusão assintótica' relativa ao conhecimento científico; a 'racionalidade' dos mecanismos econômicos".

A busca de um novo formato para a construção da ideia de desenvolvimento deve ter como base a superação das noções de sustentação do modelo hegemônico, conforme apontadas pelo autor. A construção do chamado desenvolvimento sustentável não contribui para tal superação, pelo contrário: ela reforça o modelo dominante, mantendo a estrutura apontada por Castoriadis (1987). O discurso da perspectiva do desenvolvimento sustentável aponta para o futuro com as estruturas formatadas na produção do presente, criticados e compreendidos como destrutivos.

Esta crítica do desenvolvimento sustentável é observada nas entrevistas realizadas com agricultores inseridos no grupo de *produtores independentes* do território da Grande Dourados. Está presente no texto do Plano de Desenvolvimento Territórios Rurais Sustentáveis do MDA-SDT e no discurso dos consumidores de produtos orgânicos, registrado em entrevista realizada em 2011:

> *O cultivo de produtos orgânicos tem vantagens para mim, tem procura, e também é bom para o ambiente, tem o desenvolvimento sustentável, acho que pode dar certo, melhorar a renda e não usar venenos.* (entrevista com produtor orgânico em Dourados-MS, P01, em janeiro/2011);
>
> *Com os problemas ambientais, com problemas no clima, alimentos provocando doenças, acredito que temos que comer produtos sem químicas, sem veneno, tem o desenvolvimento sustentável com os produtos orgânicos.* (entrevista com consumidor de produtos orgânicos em Dourados-MS, C01, 09/11/2011).

Esse é o discurso presente, praticamente em todos os produtores orgânicos independentes, mesmo que estejam em realidades distintas, e escala diversificadas na capacidade de participação e intervenção nos processos sociais.

Em texto já clássico, Sader (1988, p. 142) fala em matrizes discursivas, "modos de abordagem da realidade que implicam diversas atribuições do significado". E, mais importante para a discussão feita presentemente, o autor afirma:

> os sujeitos não são livres para produzir seus discursos [...]. Eles recorrem a matrizes discursivas constituídas, e em primeiro lugar, à matriz da própria cultura instituída, reproduzida através de uma pluralidade de agências sociais [...].

Nos documentos bases do programa de Territórios Rurais Sustentáveis, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, os consultores Bacelar (2009), Sachs (2009)

e Perico (2009) consideram necessária a mudança do eixo de desenvolvimento, até então presente nas políticas públicas para os pequenos produtores rurais. Eles enfatizam um eixo denominado por eles como desenvolvimento local e sustentável. Bacelar (2009) explicita a proposta:

> […] o conceito de desenvolvimento sustentável que normalmente é apresentado com três círculos para indicar as dimensões econômicas, social e ambiental, supondo que o cultural está considerado dentro do social. Como estou aqui dando ênfase a essa dimensão proponho um quarto circulo. Lembre que o Rafael Echeverri também deu essa ênfase importante a dimensão cultural.
>
> Estamos tratando de um conceito novo, e não do conceito com o qual trabalhamos no século XX. Uma mudança é que a dimensão ambiental se impôs no debate, assim como a demissão social e cultural. O debate ficou mais complexo [...] (Bacelar, 2009, p. 35).

Essa consultoria propõe considerar o caráter multidimensional do desenvolvimento, superando a leitura exclusivamente economicista. Trata-se de uma tentativa de requalificar o desenvolvimento sustentável que, em sua origem, já considerava as diferentes dimensões – economia, ambiente e sociedade - com a inclusão da temática cultural, uma dimensão que não rompe com os preceitos básicos da proposta construída no século XX. Ou seja, a manutenção da produção de mercadorias em escala adequada para a reprodução do capital, com o uso de técnicas que amenizam os efeitos colaterais ao ambiente. A inclusão da dimensão cultural aparece como mais uma tentativa de construir metodologias capazes de "darem conta" dessa tarefa utópica.

Considera-se, neste trabalho, a hipótese que o tratamento dos fenômenos e processos de maneira fragmentada, elencando diferentes dimensões, conforme proposto pelo desenvolvimento sustentável, não tem significado transformações reais e necessárias na direção da construção da sustentabilidade socioambiental. A construção da ideia de crise ambiental enquanto discurso hegemônico proporciona e possibilita a constituição de sinais de mudanças e de busca de novos caminhos. Mas, estes caminhos são limitados pela centralidade do capital e suas regras de reprodução.

A leitura das realidades do meio rural, com a introdução e a ressignificação de práticas produtivas tratadas como orgânicas, e das cidades, com o consumo crescente de "produtos verdes", exija olhares e análises atentas e desprovidas de amarras metodológicas centradas na produtividade e "matematização" dos fenômenos.

O consumo de produtos orgânicos é parte do discurso moderno do mundo da sustentabilidade, um mundo construído com base na ideia de crise ambiental e

no entendimento da técnica aliada ao mundo da mercadoria capaz de solucionar os problemas considerados ambientais.

Concomitantemente, no campo da "alternativa" social ao modelo de produção e consumo voltado para a reprodução do capital, ocorrem avanços na leitura dos processos sociais ao incorporar na análise crítica as formas de usos e apropriação da natureza, o entendimento que "a natureza e o ambiente são catalizadores de processos de emancipação social e política" (Costa, 2008, p. 79). Em outras palavras, é importante e essencial para a superação das fragmentações analíticas e de luta política.

A emergência do mundo da sustentabilidade é uma produção social e, portanto, prenhe de contradições e conflitos, essencialmente territoriais, com o reforço do mundo comandado pela mercadoria, mas também com possibilidades de emancipação social e política para além do mundo das alternativas centradas no econômico.

Nas palavras de Lipietz (2003), encontramos a pista para um caminho a ser perseguido na busca da emancipação:

> Portadora de grandes ambições durante todo o século [referindo-se ao século XX], hoje a política está muito debilitada. Não há nenhum mal em que a política se torne mais modesta, entretanto sua atual impotência e seu enfraquecimento face à economia são extremamente perniciosos. Uma sociedade sem projeto político, entregue às forças do mercado e sugada pela espiral do "produzir cada vez mais" só pode levar ao crescimento das desigualdades sociais e das crises ecológicas. É urgente, portanto, dar novamente sentido e conteúdo à política. (Lipietz, 2003, p. 21)

A reflexão sobre a produção do mundo da sustentabilidade remete ao questionamento da própria constituição do mundo ocidental moderno e a organização territorial, conforme aponta Costa, quando indica a existência de um pensamento ambiental:

> Ao nascer de um questionamento geral ao projeto de modernidade, o pensamento ambiental, em suas diversas vertentes, questiona, também, o modelo de organização territorial associado àquele projeto, sendo a urbanização contemporânea sua forma mais visível. (Costa, 2008, p. 79).

Apesar de o pensamento ambiental questionar as premissas do mundo moderno ocidental, a proposta central para a solução da chamada crise ambiental é o consenso construído por meio das proposições do desenvolvimento sustentável. Portanto, a produção e o consumo de orgânicos, compreendido como uma das maneiras de resolver a crise ambiental, aparecem como vinculados aos princípios da nova qualificação do desenvolvimento, assumindo uma roupagem sustentável.

O consumo de orgânicos nas cidades tem, entre seus componentes, as ideias do mundo da sustentabilidade em contraponto à crise ambiental. Ele possui elementos ambientais, econômicos, sociais e culturais entre as motivações para a busca de produtos diferenciados.

A localização da origem do produto é um dos fatores fundamentais na definição do consumo. A localização, associada ao discurso da sustentabilidade, da técnica e da cultura, confere a determinados locais, a primazia da produção orgânica e sua valorização no mercado verde. A identidade construída sobre o lugar da produção é um dos elementos fundamentais para o consumo no urbano, para Font (2006):

> [...] existe um interesse cada vez maior em explorar a experiência de estar situado no mundo, de estar em um lugar, um interesse cada vez maior em tentar dar resposta a por que os seres humanos criam lugares no espaço e os preenchem de significado. O lugar proporciona o meio fundamental através do qual damos sentido ao mundo e através do qual atuamos. Quando criamos lugares quando vivemos os lugares, criamos identidades. (Font, 2006, p. 38).

A perspectiva da valorização do lugar de origem do produto é um contraponto à ideia cultuada e verdadeira do desapego do produto a um lugar específico. Conforme aponta Canclini (2008), a oposição dualista entre o próprio e o alheio perde sentido:

> [...] quando compramos um carro Ford montado na Espanha, com vidros feitos no Canadá, carburador italiano, radiador austríaco, cilindros e bateria inglesa e eixo de transmissão francês... As grandes empresas que nos fornecem alimentos e roupas fazem-nos viajar e engarrafarmo-nos em autoestradas idênticas em todo o planeta, fragmentam o processo de produção fabricando cada parte dos bens nos países em que o custo é menor. (Canclini, 2008, pp. 31-32).

A visibilidade da valorização da localização no mundo da sustentabilidade aparece na identificação da região e/ou país de origem do produto em sua embalagem. O lugar da produção agrega valor à mercadoria.

A valorização da localização ocorre em função da identidade do lugar e sua inserção no mundo da sustentabilidade. A capacidade de construção do discurso em torno do produto sustentável confere ao lugar maior ou menor agregação de valor ao comercializado, inclusive algumas regiões atingem o reconhecimento do mercado verde mundial na produção de determinados produtos. Por exemplo, o café orgânico costarriquenho, o azeite orgânico português, o queijo da Serra da Estrela em Portugal, o vinagre orgânico da Espanha, a matéria prima para cosméticos amazônicos.

Os produtos incluem na sua marca a identidade do lugar, a forma de organização e as práticas locais de produção. O domínio da técnica de produção e dos

ritmos e configurações da natureza no local – relevo, solo, clima, umidade, e demais elementos. Este conjunto permite a produção de determinados produtos com qualidade superior reconhecida pelo consumidor. É destacado ainda no mercado mundial, o processamento industrial dos produtos de origem orgânica realizado na Alemanha e na Holanda, países com reconhecida capacidade de produção industrial de produtos orgânicos.

O consumo de produtos orgânicos utiliza a lógica *das necessidades criadas*, ou seja, a construção de imagens e desejos que constroem a necessidade do ter. Para Bauman (2001), a sociedade atual superou a busca da satisfação das necessidades, sendo guiada no consumo pelo desejo:

> O consumismo de hoje, porém, não diz respeito à satisfação das necessidades [...] o *spiritus movens* da atividade consumista não é mais o conjunto mensurável de necessidades articuladas, mas o desejo – entidade muito mais volátil e efêmera, evasiva e caprichosa, e essencialmente não referencial que as necessidades, um motivo autogerado e autopropelido que não precisa de outra justificativa ou causa. A despeito de suas sucessivas e sempre pouco duráveis reificações, o desejo tem a si mesmo como objeto constante, e por essa razão está fadado a permanecer insaciável qualquer que seja a altura atingida pela pilha dos outros objetos (físicos ou psíquicos) que marcam seu passado. (Bauman, 2001, p. 88)

A soberania do ter, impulsionada pelo desejo na sociedade moderna, é associada ao desenvolvimento mensurado pela quantificação de consumo, por meio do crescimento linear sem fim da capacidade de consumir. O que conta é o mais, é o ter, principalmente, mais mercadorias. O estágio alcançado pelas sociedades ocidentais "ricas", que estariam na maturidade industrial, possuindo a capacidade de crescer ilimitadamente, é definido como o modelo de consumo a ser atingido.

O consumo de produtos orgânicos ocorre por dentro do processo de construção do consumismo enquanto definidor da vida cotidiana. O uso de mercadorias produzidas de forma orgânica, representa a busca de um modo de vida diferenciado em um mundo dominado pela artificializacão, sem romper, entretanto, com as estruturas do mundo do consumo.

Com relação ao consumo e seu papel no mundo moderno, Canclini (2008) chama a atenção para uma questão fundamental: a passagem do sujeito cidadão para o sujeito consumidor. No processo de radicalidade da modernidade, o sujeito passa a ter suas reivindicações atendidas pelo mercado, deixando a esfera jurídico-politico de ser, o meio de atender às demandas dos cidadãos. Nas palavras do autor:

> A insatisfação com o sentido jurídico-político de cidadania conduz a uma defesa da existência [...] de uma cidadania cultural, e também de uma cidadania racial, outra de gênero, outra ecológica, e assim podemos continuar despedaçando a cidadania em uma multiplicidade infinita de reivindicações. Em outros tempos

> o Estado dava um enquadramento (ainda que fosse injusto e limitado) a essa variedade de participações na vida pública; atualmente, o mercado estabelece um regime convergente para essas formas de participação através do consumo. (Canclini, 2008, p. 37).

A estrutura criada pelo mercado para o comércio dos produtos orgânicos atende ao desejo de parcela dos cidadãos do mundo portadores da necessidade de alterar o tipo de produtos que utilizam em seu cotidiano. Ou seja, ela atende à cidadania ecológica, no sentido de conservação ambiental e de vida saudável. Em sua tese de doutorado Brei (2007) conclui:

> O consumo não é uma prática material, nem uma fenomenologia da 'abundância', ele não se define pelo alimento que digerimos, pela roupa que vestimos, pelo carro que utilizamos, nem tampouco pela substancia oral e visual das imagens e mensagens, mas pela organização de tudo isso de uma forma sistemática. É a totalidade dos objetos e das mensagens constituídas que resulta num discurso mais ou menos coerente. Para se tornar objeto de consumo, é preciso que ele se torne um signo. Assim, o consumo deixou de ter seu significado antigo de satisfação de necessidades e passou a significar também um processo de comunicação e de transmissão de valores, mensagens, ideias, *status* social, etc. (Brei, 2007, p. 83).

O consumidor de produto orgânico, na perspectiva de cidadão com desejo relacionado à cidadania ecológica, participa do processo de consumo enquanto significado de um modo de vida sistematizado na perspectiva individual da vida saudável e do coletivo na salvação ecológica do planeta pelo do chamado consumo consciente.

O documento Cadeia Produtiva de Produtos Orgânicos, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aponta as motivações para o consumo de orgânicos:

> As motivações para comprar produtos orgânicos seriam a saúde pessoal e familiar, seguida da não utilização do uso de agroquímicos, do valor biológico, do sabor e aroma e, por último, da preocupação com o meio ambiente. (Brasil, 2007, p. 46).

Essa informação repete os dados obtidos nas entrevistas realizadas para esta pesquisa com consumidores em Dourados-MS e Lisboa-Portugal: a procura por produtos orgânicos é, na sua maioria, relacionada ao desejo individual de utilizar alimentos saudáveis. Também ela atende ao significado social do mundo sustentável pelo consumo individual de mercadorias com significados relacionados à busca de *status* social, além de atender a valores morais e ideias produzidas e disseminadas pelo modo de vida urbana moderna.

O VALOR DO PRODUTO ORGÂNICO NO MUNDO DA SUSTENTABILIDADE

O domínio do modo de vida urbano promove o distanciamento radical do chamado ambiente natural do cotidiano dos habitantes das cidades. Os elementos que significam o natural são destruídos ou escondidos, tanto quanto paisagem, como quanto território. As chamadas áreas verdes nas cidades são transformadas "paisagisticamente em refúgios, reflexos artificiais de ideias de natureza construídas pela sociedade moderna urbana. Parques com gramados, lagos, árvores cultivadas, esculturas de animais, entre outros elementos, conferem a esses lugares o *status* de áreas naturais no urbano. Não é objetivo desse trabalho a análise do processo de distanciamento da natureza no urbano, mas o entendimento de tal processo é importante para compreender a busca pelo natural presente em parcelas da sociedade urbana.

A configuração do mundo moderno pressupõe o domínio e o distanciamento do chamado mundo natural. Ela provoca na cidade a crescente e inevitável ausência de elementos naturais enquanto materialidade – vegetação, animais, rios, solo, etc. – e também imaterialidade – referindo-se à cultura produzida a partir da relação com os elementos naturais, alimentação, saúde, lazer, músicas, danças e demais. O distanciamento da sociedade urbana dos elementos da natureza é compreendido por parcelas desta sociedade como responsável pela promoção dos problemas presentes no mundo moderno, principalmente, aqueles vinculados à saúde.

O processo de "reencantamento" da natureza, fenômeno que toma corpo pós década de 60 do século XX, refere-se à busca de práticas que se aproximem de elementos naturais. Por exemplo a procura por remédios naturais para cura de doenças, atividades de lazer realizadas no campo e o uso de alimentos orgânicos para a alimentação. Portanto, a radicalidade da separação entre sociedade e natureza promove, em parcelas da sociedade mundial moderna, a necessidade e o desejo por elementos materiais e imateriais que se aproximem da ideia de natural.

Assim, concordo com a reflexão apresentada por Almeida (2003) sobre a evolução da ideia de natureza em que:

> Várias foram às atividades dos homens em face da natureza, resultantes de suas concepções como selvagens, sublime, pura, divina, objeto de conhecimento, útil, recursos, sendo que estas ainda se manifestam, com variações, nas relações sociedades-coisas naturais. Embora o leque de entendimento sobre o natural se tenha ampliado, permanece em comum nestas visões a sua concepção como realidade alheia à intervenção social, como um produto único e exclusivo das leis da seleção natural e a exclusão de sua dimensão histórica. A natureza se visualiza,

> então, como negação da vida urbana, da cultura e das práticas sociais. (Almeida, 2003, p. 72).

Concordando com essa perspectiva analítica da natureza como negação da vida urbana, o “reencantamento” por ela, transformada em práticas cotidianas por parcelas da sociedade, aparece como alternativa ao modelo dominante do urbano radicalizado no mundo moderno. No entanto, essas práticas realizadas pelas classes sociais que possuem capacidade de compra são realizadas como consumo de mercadorias, no mais puro processo de reversão da cidadania política em individualizada pelo consumo.

Em cidades como Dourados, com a produção da geografia tendo como centralidade o agronegócio, o consumo de orgânicos tem significado de contraposição ao discurso de desenvolvimento centrado na grande propriedade e na produção de *commodities* para exportação. A riqueza econômica local é fruto das atividades do agronegócio, tendo como base a exploração dos elementos naturais e da mão-de-obra barata e subjugada ao trabalho na cadeia produtiva agrícola da grande produção para o exterior. Portanto, o desejo pelo consumo de alimentos orgânicos contrapõe-se à base produtiva local e, pelo menos como ideia, aparece como diferenciada e alternativa ao criar demanda por este tipo de alimentos.

A produção e consumo de produtos orgânicos pode ser pensada a partir de aspectos que vão além da produção do capital, como a produção de valores e de atividades produtivas que tecnicamente se apropriam de práticas culturais consideradas ultrapassadas pelo modelo agrícola dominante. Mas elas fazem uso do conhecimento moderno sobre a natureza para criar técnicas produtivas diferenciadas, ou seja, a técnica culturalmente valorizada no processo de produção que visa à sustentabilidade da sociedade e não apenas o rendimento econômico.

A produção da natureza e sua relação com o território são construídas pelos grupos sociais de acordo com as culturas, as identidades e suas representações. Especificamente, a participação da produção e consumo orgânicos na construção de um território é por interesses econômicos, mas, também pelas operações simbólicas essenciais para estruturação e consolidação da prática produtiva e do consumo. Almeida (2003) afirma sobre a constituição territorial:

> Como organização do espaço, pode-se dizer que o território responde, em primeira instância, às necessidades econômicas, sociais e políticas de cada sociedade e, por isso, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam. Porém, sua função não se reduz a esta dimensão instrumental: o território é também objetivo de operações simbólicas e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo, de natureza, e esta ocorre em decorrência de uma cultura ecológica. (Almeida, 2003, p. 75).

Tal processo é dinâmico e o Mato Grosso do Sul vivencia as contradições do mundo moderno, percebidas nas relações entre a sociedade/natureza, nos tratos sociais, no ambiente e na cultura. O movimento, as práticas socioambientais de grupos sociais com necessidades e desejos alinhados ao mundo da sustentabilidade promovem o embate no processo de constituição do território.

Os grupos sociais demandam um consumo de produtos alimentícios produzidos com técnicas que não utilizam agrotóxicos sintéticos, essa prática é resultado de um movimento da sociedade moderna de valorização das dinâmicas naturais na produção dos alimentos, e ao mesmo tempo, exige garantias da procedência orgânica dos produtos.

Para Font e Rufí (2006, p. 41), os conceitos de globalização e de identidade são essenciais para compreendermos as dinâmicas do mundo contemporâneo e do fenômeno recente da produção e do consumo de produtos orgânicos. A globalização implica em uma relação dialética entre o local e o global passando por uma ampla gama de estados intermediários, colocando em evidência a importância da análise de escala no sentido global de hierarquia geográfica de diferentes níveis e dinâmicas territoriais.

Para os produtores orgânicos conseguirem a inserção de seus produtos no mercado consumidor global, necessitam do reconhecimento de uma normatização produzida pela racionalidade técnico-científica que seja compreendida, aceita e imposta globalmente. O reconhecimento é conferido por meio da certificação.

A linguagem técnico-científica é o instrumento universal de diálogo entre os diferentes lugares e suas práticas. O reconhecimento dos produtos e sua aceitação por diferentes culturas são balizados pelo julgamento técnico e cientifico normatizado por critérios definidos pela racionalidade do mundo moderno. Generalizando, pode-se afirmar que o produto orgânico participa da lógica capitalista moderna de produção de mercadorias, e de forma específica, a mercadoria definida como orgânica contém em si a ideia de ser cientificamente considerada diferenciada. O saber produzir produtos agrícolas sem o uso de componentes agroquímicos é aprisionado pelo controle das técnicas científicas que definem o produto como orgânico ou não. Concordo com as palavras de Matos (2010) quando ele associa a privatização do conhecimento com a produção do monopólio e do controle.

> Reduzindo o indivíduo à condição de consumidor, o capitalismo contemporâneo é regressivo e se impõe pelo monopólio de acesso às tecnologias relacionais que ele converte em tecnologias do controle. Nesse sentido, o capitalismo e regressivo, curto-circuito a livre circulação dos saberes, privatizando o conhecimento, convertido assim em mercadoria escassa (Matos, 2010, p. 107).

Assim, os produtos orgânicos são aceitos no mundo global como mercadorias escassas ao atenderem especificações técnicas de produção e de comercialização definidas pelas certificadoras estabelecidas e aceitas como capazes de fazerem esta avaliação. São mercadorias escassas ao passarem pelo controle do conhecimento privatizado.

Especificamente em Dourados-MS ocorre a comercialização em supermercados de produtos industrializados com selos de certificadoras. Esses produtos orgânicos são padronizados por critérios técnicos e estão presentes em diferentes áreas urbanas do mundo. A pesquisa com consumidores em Dourados foi realizada durante o ano de 2011. Ela teve como objetivo compreender como ocorre o consumo de produtos orgânicos em um lugar cujo domínio econômico, social e cultural da produção agropecuária está centrado no uso intensivo de agrotóxico, ou seja, objetivou-se vincular a produção e consumo de orgânicos na produção de um território diferenciado. Foram entrevistados 12 consumidores no momento de suas compras em estabelecimentos que comercializam produtos orgânicos, especificamente, em um supermercado, em uma loja de produtos naturais, numa frutaria e na feira-livre.

Os supermercados em Dourados, de maneira geral, possuem uma gôndola ou seção específica para produtos naturais, entre eles, produtos industrializados com selos de orgânicos. Para a pesquisa de campo foi escolhida uma das lojas da maior rede de supermercados da cidade, onde são comercializadas verduras produzidas por produtores locais de orgânicos.

As verduras comercializadas nesse supermercado não possuem identificação quanto à origem orgânica, elas são disponibilizadas ao consumidor na seção de legumes e verduras, conjuntamente com produtos não orgânicos. Segundo relato do gerente da loja, isso ocorre porque o produto orgânico comercializado não possui certificação.

> *Toda produção é vendida diariamente. Na loja pesquisada, são disponibilizados diariamente 30 pés de verduras orgânicas. Na terça e quarta-feira de todas as semanas, o supermercado realiza promoção de legumes e verduras. Nestes dias, a venda é maior que os outros dias da semana.* (entrevista com gerente do supermercado em Dourados--MS, 06/06/2011).

A maioria dos consumidores de verduras da rede de supermercados considerada nesta pesquisa não tem a informação de que o produto é orgânico, portanto, não faz o consumo pelo fato de serem orgânicos.

Em Dourados, foi identificada uma loja voltada especificamente para a comercialização de produtos naturais e que também comercializa produtos orgânicos. Ela

está localizada na área central da cidade, onde são vendidos produtos industrializados como cereais, sucos, pães, alimentos prontos, entre outros produtos. A clientela dessa loja é composta por consumidores de alto poder aquisitivo, que utilizam os produtos orgânicos como complemento alimentar no seu dia a dia. Um consumidor relata:

> *Compro cereais orgânicos para comer junto com frutas, faço um mix de cereais com fruta para o café da manhã. [...] prefiro estes cereais porque são orgânicos, naturais. [...] Aproveito a vinda à loja e já compro o pão, que é feito com produtos naturais.* (entrevista com consumidor em Dourados. C09. Realizada em 12/06/2011).

Em outro estabelecimento pesquisado, a venda de orgânicos não é a principal atividade comercializada, é complementar aos outros produtos vendidos. O consumidor deste estabelecimento não tem hábitos variados e de produtos orgânicos, de acordo com sua fala busca a qualidade:

> *Faço compra normalmente aqui, as verduras e legumes são de ótima qualidade, quando encontro algum produto orgânico eu compro [...] não venho comprar aqui por causa dos orgânicos.* (entrevista com consumidor C05 - realizada em 12/06/2011).

Os produtos de origem orgânica são comercializados nas mesmas prateleiras que os normais, colocados lado a lado, possibilitando ao cliente a escolha pelo tipo e preço. Segundo o gerente da loja, esta estratégia é positiva para o cliente que compara o preço e a qualidade e define a compra.

Por fim, encontramos produtos orgânicos comercializados em feiras semanais ou eventuais na cidade de Dourados. A feira maior e mais tradicional da cidade ocorre aos sábados e domingos, na Rua Cuiabá. Nesta feira, os produtores de orgânicos vendem seus produtos, mas não os identificam como orgânicos. Também neste caso, como no supermercado, os consumidores normalmente não sabem que estão comprando produtos orgânicos. Mas, diferentemente do supermercado, existem os clientes fixos dos produtores, que conhecem o trabalho dos agricultores e procuram comprar seus produtos semanalmente.

Outra forma de comercialização é a venda direta ao consumidor, realizada pelo produtor de porta em porta, sem a participação do comércio formal. Esses produtos orgânicos não possuem certificações e a compra e vendas têm como base a confiança do consumidor no produtor. No comércio de produtos orgânicos sem certificação em lojas e supermercados, o consumidor confia na palavra do comerciante sobre a origem e a qualidade orgânica do produto. A feira, menos conhecida, é a feira da Economia Solidária que ocorre semanalmente no interior da Cidade Universitária de Dourados[1]. Essa feira é organizada pelas incubadoras sociais da

1 A Cidade Universitária de Dourados é composta pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul e a Universidade Federal da Grande Dourados.

UEMS e da UFGD, e possui entre seus expositores pequenos produtores agrícolas de orgânicos.

Os consumidores dos produtos lá vendidos são técnicos administrativos, acadêmicos e professores das universidades. Esses consumidores procuram os produtos orgânicos e demonstram consciência sobre o tipo de produto que consomem. Conforme o relato:

> *[...] compro os produtos da feirinha semanalmente. O problema é que ela não é constante; às vezes não tem produtos, ou não tem a feira. Mas, quando tem, sempre procuro comprar os produtos orgânicos.* (entrevista com consumidor – C04 – realizada em 04/04/2011).

As múltiplas formas de consumo de alimentos orgânicos demonstram a capacidade de inserção deste tipo de produto no mundo moderno, atendendo a diferentes necessidades e desejos dos cidadãos. A regulamentação da venda dos produtos locais, a princípio, cria dificuldade de escoamento, mas com a venda direta ao consumidor, ou seja, "*de porta em porta*", cria-se uma demanda de consumo.

É comumente divulgado e aceito que a geração e o consumo dos produtos orgânicos estão intimamente relacionados ao processo de valorização e/ou de "reencantamento" para com a natureza, processo este fortalecido no final do século XX, em decorrência das diversidades das crises apresentadas neste período, com destaque para a crise ambiental, com o risco presente de destruição das condições naturais de vida humana no planeta terra.

A noção de sustentabilidade surgiu como uma espécie de "antídoto" contra a crise societária. Ela é apresentada como instrumento para solucionar os problemas impostos pela sociedade moderna. Em nome da sustentabilidade, são constituídas propostas para amenizar a crise ambiental, porém de um modo que garantam a continuidade do direito de consumir. Nessa linha de proposição, Khatounian (2001) apresenta a proposta da educação para o consumo como fundamental para avançar no processo de sustentabilidade.

> A médio e longo prazo, a despeito de todos esses esforços anteriores, possivelmente pouco se atingirá sem uma política global de reeducação dos consumidores, seja com agricultura orgânica ou convencional. Essa reeducação vai além da alimentação, espraiando-se por todas as áreas do consumo. Por isso, também poderia ser chamada de educação para o consumo. (Khatounian, 2001, p. 51).

Em outras palavras, pode ser entendido que o autor propõe a formação de um padrão e/ou modelo de consumo direcionado a atingir os índices estabelecidos de sustentabilidade.

Um aspecto raramente focado nas publicações sobre os alimentos orgânicos diz respeito ao seu consumidor: quem é o consumidor desse tipo de produto? Quais suas necessidades? De que maneira ocorrem as transformações dos hábitos de consumo destes cidadãos?

Os padrões de consumo não podem ser definidos igualmente para toda a sociedade global. Não se trata apenas uma questão aritmética, um cálculo mundial do limite da natureza, também é uma questão social e cultural que implica em inúmeras variáveis agrupadas em dois grandes processos: as questões econômicas e políticas entre os países e sua capacidade de decisão; e as questões éticas de cada sociedade e sua capacidade de resistência à imposição de normas e práticas socioculturais desvinculadas das questões territoriais.

Institutos e grupos de pesquisas se dedicam à busca da concretização de indicadores da sustentabilidade ambiental, entre eles, *o World Resources Institute* - WRI, um dos pioneiros no desenvolvimento de pesquisas sustentáveis conforme destacam Marzall e Almeida (2000). Entretanto, eles não conseguem definir índices e metas centrais que possam criar modelos de consumo sustentáveis, não conseguindo também impor indicadores aceitos mundialmente voltados para a transformação da sociedade pelo consumo.

A perspectiva positiva para esse mercado promove um aceleramento no processo produtivo e é apontado como comércio do futuro, ela emerge nos países centrais, com destaque para os países da Europa ocidental, onde os produtos orgânicos são encontrados para venda em diferentes estabelecimentos comerciais: supermercados, lojas especializadas, feiras, entre outros. Também formatos diversificados produtos *in natura* e produtos industrializados.

Os consumidores de produtos orgânicos são analisados em diferentes perspectivas analíticas. Portilho (2003) faz uma abordagem destes consumidores como participantes da construção do mundo da sustentabilidade; já Brei (2007) aponta para a ideia de satisfazer as necessidades e desejos produzidos socialmente no mundo moderno; por fim, Canclini (2008) aborda os compradores de tais produtos como cidadãos, fazendo uma importante reflexão crítica sobre o ato de comprar produtos orgânicos estar vinculado à ideia de transformação pelo consumo, substituindo as utopias coletivas.

O valor superior dos preços dos produtos orgânicos em relação ao convencional é uma das contradições do processo de produção e de consumo desse tipo de produto. A produção sai do campo como produto de práticas de sustentabilidade

socioambiental e é comercializado como um produto diferenciado, de luxo, agregando no valor do produto final a questão subjetiva do desejo do consumo de produtos melhores para a saúde individual do consumidor e para o planeta.

Para Truninger (2010), o preço nem sempre ganha centralidade nas justificativas alimentares dos consumidores. Para eles nem sempre eles agem em conformidade com premissas da maximização da utilidade e minimização do custo econômico de um produto. Assim, as teorias econômicas neoclássicas têm dificuldades em responder e reconhecer este fenômeno de consumo. As entrevistas realizadas com os consumidores corroboram com esta afirmativa ao indicarem que existem formas plurais e justapostas para definir o consumo dos produtos orgânicos.

As justificativas para o consumo de produtos orgânicos são variadas, como alimentos naturais, saborosos, de boa qualidade, ecológicos, éticos, produzido por métodos tradicionais, inovadores, entre outros. Ou seja, temos uma pluralidade e multidimensionalidade na motivação para o consumo, muitas vezes superando a racionalidade econômica.

Ainda Truninger (2010), tem demonstrado que o motivo do aumento do consumo dos produtos orgânicos é provocado pela divulgação constante nos meios de comunicação de problemas de saúde gerado pelo consumo de determinados alimentos, movimento conhecido como "Pânicos Alimentares".

Os "Pânicos Alimentares" vivenciados recentemente no mundo são frutos de divulgação planetária, pelos meios de comunicação, de doenças originárias do consumo de alimentos. Por exemplo, ela cita as doenças originadas em lugares específicos, mas que atingem milhares de pessoas em curto espaço de tempo, como *doença da vaca louca*, a *gripe aviária* e a *febre aftosa*. Normalmente, estas doenças estão vinculadas a produtos geneticamente modificados ou a superbactérias geradas no processo de criação de determinados alimentos. Também está relacionada à ideia de "Pânico Alimentar" a vinculação de notícias referente ao consumo inadequado de determinados produtos, gerando, por exemplo, a obesidade infantil, que em países como os Estados Unidos já é tratada como doença social[2].

A divulgação mundial desses problemas de saúde vinculada à alimentação promove a insegurança da população e reforça a discussão sobre o tema segurança alimentar e momentaneamente gera o aumento do consumo de produtos orgânicos.

2 Estudos sobre os índices de obesidade infantil são divulgados constantemente por órgãos de comunicação do mundo todo. A ABESO – Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica – tem estudado e divulgado dados sobre obesidade infantil no Brasil. www.abeso.org.br.

Especificamente no Brasil, o uso de agrotóxico pode ser considerado como um problema de saúde coletiva. De acordo com dados apresentados pelo pesquisador Pinheiro (2012). O Brasil é considerado como o maior consumidor de agrotóxico do mundo: estima-se que cada brasileiro consuma em média 5,2 litros de veneno por ano, uma quantidade muito superior ao permitido pelas legislações vigentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Nas entrevistas realizadas com consumidores de produtos orgânicos, a saúde individual aparece como primeiro motivo da mudança para o consumo de produtos orgânicos, mais especificamente no Brasil, um motivo relevante é o uso de veneno na agricultura. Para exemplificar:

> *Sei que os alimentos são produzidos com o uso de veneno, passei a consumir produtos orgânicos sem veneno*. (entrevista com consumidor – C11 - em Dourados-MS, realizada em 11/06/2011);
>
> *Para produzir hoje estão usando muito veneno para matar pragas, para o alimento ficar pronto para colher mais rápido, estas coisas devem ficar no corpo da gente, ai decidi procurar comer mais produtos orgânicos*. (entrevista com consumidor – C09 - em Dourados-MS, realizada em 11/06/2011).

Dos produtores de orgânicos entrevistados para essa pesquisa, todos informaram que um dos motivos mais relevantes para terem optado pelo orgânico foi a saúde, prejudicada pelo manuseio de veneno na produção.

O entrevistado P-18, morador do Distrito de Itahúm, distante 22 km de Dourados-MS, em sua entrevista afirma que na horta orgânica possui "um sócio efetivo, os insetos, e só vende aquilo que os bichos não conseguiram comer." Acredita estar passando ao consumidor um produto sadio livre de agrotóxico:

> *Minha produtividade é baixa, os bichos comem muita coisa, mas prefiro assim, tive muitos problemas de saúde e sei que foi o veneno agrícola. Agora não tenho mais, estou bem de saúde, e quem compra não vai ficar doente.* (entrevista com produtor de Dourados, P-18, realizada em 05/06/2011).

Os motivos apontados pelos produtores e consumidores para optarem pelo produto orgânico constroem um discurso de um circuito "alternativo" ao mercado. O sentimento apresentado pelos produtores e consumidores de Dourados. Trata-se da participação em um singelo e romântico mundo alternativo que busca, com muitos problemas para a produção e o consumo, uma vida mais saudável e socialmente mais justa.

A confiança aparece como a palavra chave na relação entre o produtor, o comerciante e o consumidor. Confiança de que o produto está livre de agrotóxicos, confiança no preço justo e confiança na fidelidade do consumidor.

Mas, algumas práticas do mundo moderno urbano exigem posturas vinculadas à racionalidade técnico-cientifica, conforme indicam as entrevistas com consumidores de Lisboa-PT:

> *Compro os produtos com selo de biológico, e observo a origem do produto, é estampado na embalagem, só compro os de origem portuguesa.* (entrevista com consumidor – C04, realizada em Lisboa-PT em 06/01/2012);
>
> *No Brio os produtos são todos estampados com selo biológico e a região de origem do produto. Não compraria sem estas informações.* (entrevista com consumidor – C09, realizada em Lisboa-PT em 20/12/2011).

Os produtores precisam da certificação para ampliar suas vendas. O comerciante, para agregar valor ao produto orgânico, principalmente no *marketing*, necessita de instrumentos legais para divulgar a venda dos produtos. E com a ampliação do número de consumidores, aqueles com conhecimento da existência da certificação, exigem garantias da qualidade orgânica dos produtos.

O comércio de produtos orgânicos assume sofisticação a partir do uso de técnicas de armazenamento, transporte, certificação e distribuição, seguindo normas da racionalidade urbano-industrial que permitem visualizar a estruturação deste comércio.

As formas que assumem o comércio dos produtos orgânicos vinculam-se à constituição do comércio do mundo moderno e sua racionalidade burguesa, e à criação de desejos e necessidades objetivando a obtenção de lucro, participando da reprodução do capital.

O comércio dos orgânicos produzidos em Dourados tem como característica, no caso de produtos vendidos em lojas, o vínculo pessoal entre o agricultor e o comerciante. No caso da venda em feira, o comércio é realizado diretamente por cada produtor individualmente, dependendo de sua capacidade de transporte do campo para a cidade.

Significativa em Dourados é a iniciativa de grupos de produtores na participação em rede de economia solidária, principalmente, organizando a comercialização. Pequenos produtores rurais mediados por projetos de órgãos vinculados ao poder públicos – ministérios, universidades, secretarias estaduais e municipais, e mesmo pelo SEBRAE[3] - organizam-se em grupos solidários de comércio. Alguns produtores orgânicos participam dessa iniciativa, fazendo parte da rede de economia solidária, integrados a produtores não orgânicos. Portanto, o que os une, mais do que a forma de produção, é a condição de pequeno produtor e a possibilidade de decisão coletiva sobre o que produzir e o destino da produção. Como ensina Singer (2002,

3 SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

p. 18), "a empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão".

A análise teórica das práticas baseadas nos preceitos da economia solidária é feita por pesquisadores em diferentes partes do mundo, entre eles Singer (2002), Mance (2008), Gaiger (2008) e Hintze (2003). No entanto, é fundamental refletir sobre as possibilidades dos produtores e consumidores de produtos orgânicos participarem de uma rede de solidariedade para além do objetivo do consumo de alimentos saudáveis, e pensar na possibilidade de participação em estruturas de produção e consumo que apontem para práticas diferenciadas de solidariedade e gestão democrática.

A rede constituída pela economia solidária em Dourados, centrada no pequeno produtor agrícola, permite que os produtos cheguem à cidade e sejam comercializados em feiras, caracterizando-se numa forma encontrada pelos agricultores para superar a dificuldade de circulação das mercadorias. Os produtores orgânicos participantes desta rede conseguem, com esta estratégia, atingir um público maior de consumidores, conforme relatado:

> *Participo das atividades desenvolvidas pela Economia Solidária, vou às reuniões. Fiz cursos para administrar melhor e sempre que tem alguma feira de produtos eu participo. Um ajuda o outro no transporte, na venda. Vendo bem os produtos. Facilita porque tem o transporte, os eventos junta gente, aí vende mais.* (entrevista com produtor orgânico em Dourados-MS, P06, realizada em 03/05/2011).

O consumidor, nesse caso, tem conhecimento da sua participação em uma rede diferenciada, com práticas de solidariedade. Ele é moldado para o consumo desse tipo de produto; ele reconhece o diferencial do processo de produção e comercialização:

> *Sempre que tem feira da Economia Solidária, eu procuro participar e comprar os produtos, principalmente os produtos orgânicos. O problema que encontro é que não é uma venda constante; somente encontro quando tem feiras em eventos aqui na universidade. Não encontro este pessoal para comprar na cidade.* (entrevista com consumidor em Dourados-MS, C13, realizada em 18/03/2012).

A questão apontada pelo consumidor é um dos principais entraves ao comércio de produtos orgânicos, a dificuldade em encontrar os produtos para compra, ou seja, a distribuição da produção.

A estrutura produtiva montada na região da Grande Dourados é direcionada para a produção de *commodities* – cana, soja, milho, entre outros – não existindo infraestrutura específica para a circulação da pequena produção destinada ao consumo interno. A produção e o consumo de orgânicos, mesmo com a construção de imagem e de necessidades em escala mundial (o mundo da sustentabilidade), são

submetidos a lógica central do capital, a sua reprodução e a disputa pela hegemonia das formas e estruturas de acumulação. Na Região da Grande Dourados, a estrutura produtiva e de consumo de alimentos vincula-se ao poder do agronegócio. A cultura produzida no local é associada diretamente à construção do agronegócio. Dessa forma, a música, a alimentação, a dança, enfim, as representações culturais são produzidas no processo de produção do território do agronegócio.

A produção e o consumo de produtos orgânicos vinculados a um processo mundial de ressignificação cultural na Região da Grande Dourados são apresentados como alternativos, como marginais no sentido de não estarem incorporadas as estruturas e práticas sociais hegemônicas cotidianas. Nesse sentido, os consumidores locais de produtos orgânicos criam nichos de consumo específicos, criando uma rede de contato e troca de experiências que passam pelo conhecimento de práticas e técnicas distantes do cotidiano local. A rede de consumo informal está diretamente vinculada à pequena escala de produção e consumo, sendo possível o conhecimento de quem produz e onde se produz, e de quem comercializa e onde se comercializa, estando, portanto, desvinculada de redes produtivas e de comércio em grande escala.

Esse parece ser um dos embates fundamentais vivenciados na produção e consumo de orgânicos. A pequena escala permite o conhecimento e o controle, mas a pressão pelo ganho de escala, o aumento da capacidade de disputa de mercado e a competitividade dos produtos promovem a mudança espaço-tempo da produção e do consumo.

A participação dos produtos orgânicos no mundo da mercadoria e a transformação do valor de uso para o valor de troca impõem práticas sociais, econômicas, culturais e ambientais diferentes do apresentado pelos discursos dos produtores e consumidores de orgânicos. Em sua essência, a mercadoria orgânica apresenta um caráter fetichista como qualquer outra, participando do mundo global competitivo.

O sítio da produção do alimento orgânico aparece como um local de resistência e alternativo à grande produção mecanizada de grãos. A paisagem da grande produção é identificada como "mar de soja", em função da plantação "perder de vista no horizonte". A homogeneização da cultura, retirada de todas as plantas e a plantação exclusiva de uma única cultura, permitem essa relação com o mar e o perder de vista, é uma paisagem sem vida, a vida se resume a uma cultura. A paisagem da produção orgânica, quebra essa lógica da paisagem limpa e ampla, o sítio, do produtor de orgânicos é pequeno, ocupado por diferentes culturas e ocupado por árvores e animais.

Territórios e paisagens diferenciadas, produzidas para atender aos diferentes desejos de consumidores de mercadorias. O mundo da sustentabilidade, internalizado no mundo do capital, conseguirá resolver o dilema do mundo atual, criar limites para a transformação da natureza e sua consequente artificializacão?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. *Agroecologia*: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4 [a.] ed. Porto Alegre - RS: Editora da UFRGS, 2004.

ALTIERI, M. A; NICHOLLS, C. I. *Agroecologia resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial e produção e distribuição*. 2003 Disponíveis em: < http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos.>. Acesso em: 12/2010.

ALMEIDA, M. G. Em busca do poético do Sertão: um estudo de representações. In: *Geografia:* leituras culturais. Goiânia: Editora Alternativa, 2003. p. 71-88.

BACELAR T. Gestão social e desenvolvimento sustentável dos territórios: os desafios da multidimensionalidade. Visão a partir do Brasil. In: *Gestão social dos territórios. Brasília-DF*: IICA, 2009. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável: v.10).

BAUMAN, Z. *Modernidade liquida*. Rio de Janeiro RJ.: Editora Zahar, 2001.

BREI. V. A. *Da necessidade ao desejo do consumo: uma análise da ação do marketing sobre a água potável.* 2007. 310f. Teses (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Escola de Administração um programa de Pós-graduação em Administração. Porto Alegre - RS, 2007

CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos*. 7 [a.]ed. Rio de Janeiro - RJ: Editora UFRJ, 2008.

CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do labirinto*- lI – Domínios do Homem. Rio de Janeiro RJ: Editora Terra e Paz, 1987.

COSTA, H.S. de M. *Meio ambiente e desenvolvimento.* Um convite à leitura. In: Saberes ambientais. Desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FONT, J. N; RUFÍ, J. V. *Geopolítica, Identidade e Globalização*. São Paulo – SP: Editora Annablume, 2006.

GAIGER, L. I. *A dimensão empreendedora da economia solidária*: notas para um debate necessário. Otra Economia. v. II. n. 3, 2o sem/2008. Disponível em: Acesso em: 06/2012.

GLIESSAMAN, S. R. *Agroecologia ecológica em agricultura sustentável.*3 [a] ed. Porto Alegre - RS: Editora UFRGS, 2005.

HINTZE, S. (org). *Trueque y economía solidaria*. ICO, Universidad Nacional de General Sarmiento. Argentina, 2003. Disponível em: HTTP://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/argentina/ico/trueque.pdf. Acesso em 30 de abril de 2012.

KHATOUNIAN, C. A. *A reconstrução ecológica da agricultura.*Botucatu. SP: Editora Agroecológica. 2001.

LIPIETZ, A. *A ecologia política, solução para a crise da instância política*? In: Ecología Política. Naturaleza, Sociedad y utopia. Buenos Aires: Clacso, 2003.

MANCE, E.A. *Constelação Solidarius*. As fendas do capitalismo e sua superação sistêmica. Passo Fundo -RS: Instituto Superior de Filosofia Berthier. 2008.

MARZALL, K.; ALMEIDA, J. *Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas*. Caderno de Ciência & Tecnologias. Brasília – DF. v. 17, n. 1. jan/abr, 2000. p.41-59.

MATOS, O. C. F. *Benjaminianas.* Cultura capitalista e fetichismo contemporâneo. São Paulo: Editora UNESP, 2010

PERICO, R. E. *Identidade e território no Brasil.* Brasília-DF: editora IICA, 2009.

PORTILHO, M. F. F. *O discurso internacional sobre o consumo sustentável*: possibilidades de politização e ambientalização da esfera privada. 2003 189f Tese (Doutorado). Instituto de filosofia e Ciências humanas. UNICAMP, 2003.

SACHS, I. *Gestão social para desenvolvimento sustentável e democrático dos territórios*. v.10. Gestão Social dos Territórios. Brasília-DF: editora IICA/NEAD, 2009. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável:).

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.

SANTOS, B. S. (Org.). *Produzir para viver*: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, P. *Introdução à Economia à Solidária*, 1ª ed. São Paulo- SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

CAPÍTULO 10

"DIÁLOGO" ENTRE OS SERTÕES, DE EUCLIDES DA CUNHA, E A POLÍTICA NACIONAL DE DSENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR – 2003 – 2014): SENTIDOS DE ORIENTAÇÃO ESPACIAL[1]

Robinson Santos Pinheiro

DOI: 10.46898/rfb.9786558892427.10

1 O texto faz parte da pesquisa de doutorado denominada "Os Sertões: diálogos sobre o processo de identificação territorial do Estado-Nação Brasil no ontem e no tempo-de-agora.", finalizado no ano de 2015

INTRODUÇÃO

O presente texto tem o intuito de evidenciar o resultado obtido com a tese desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás. Somado a isto, como esta é uma coletânea que se liga a memória profissional da professora Maria Geralda de Almeida, inicialmente, aqui, destaco a importância dessa orientadora na minha existência. Em que as suas orientações e críticas, circundam as inserções que realizo enquanto professor pesquisador. A sua forma de ser e estar no/com o mundo me atravessou. Você, eterna professora, faz parte dos meus eu's, dos sentidos de orientação que construo perante o mundo. Ou seja, além de desenvolver uma tese, houve o desenvolvimento de um ser. Agradeço o tempo e a vontade de diálogo que tecemos.

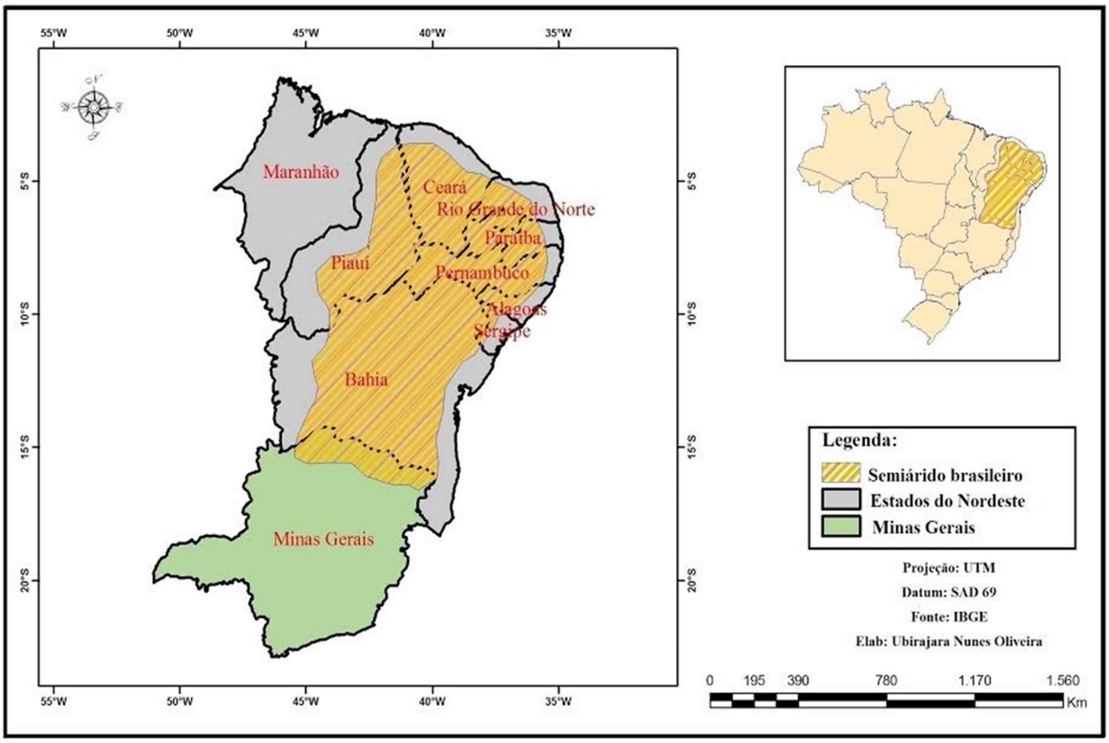
De volta a tese, o objetivo foi o de averiguar em que medida o imaginário espacial estatal presente no romance *Os Sertões* (1902), escrito por Euclides da Cunha (1866 - 1909), poderia contribuir com a interpretação do imaginário espacial do Estado brasileiro no Século XXI.

A título de aproximação discursiva entre contextos históricos "distantes", foi selecionada como obra de referência do imaginário espacial do Estado brasileiro no Século XXI a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), entre o período de 2003 a 2014. No que toca a aproximação espacial, ficou definida como área de análise o Semiárido (Figura 01) e a microrregião de Euclides da Cunha (Figura 02), localizada no norte do estado da Bahia.

A escolha das espacialidades se justifica por dois motivos: o Semiárido é o domínio ambiental que envolveu a vida dos sertanejos e o discurso de Euclides da Cunha, e a microrregião de Euclides da Cunha por ser a espacialidade em que a denominada Guerra de Canudos, que embasou a confecção de *Os Sertões*, se desenrolou no fim do século XIX.

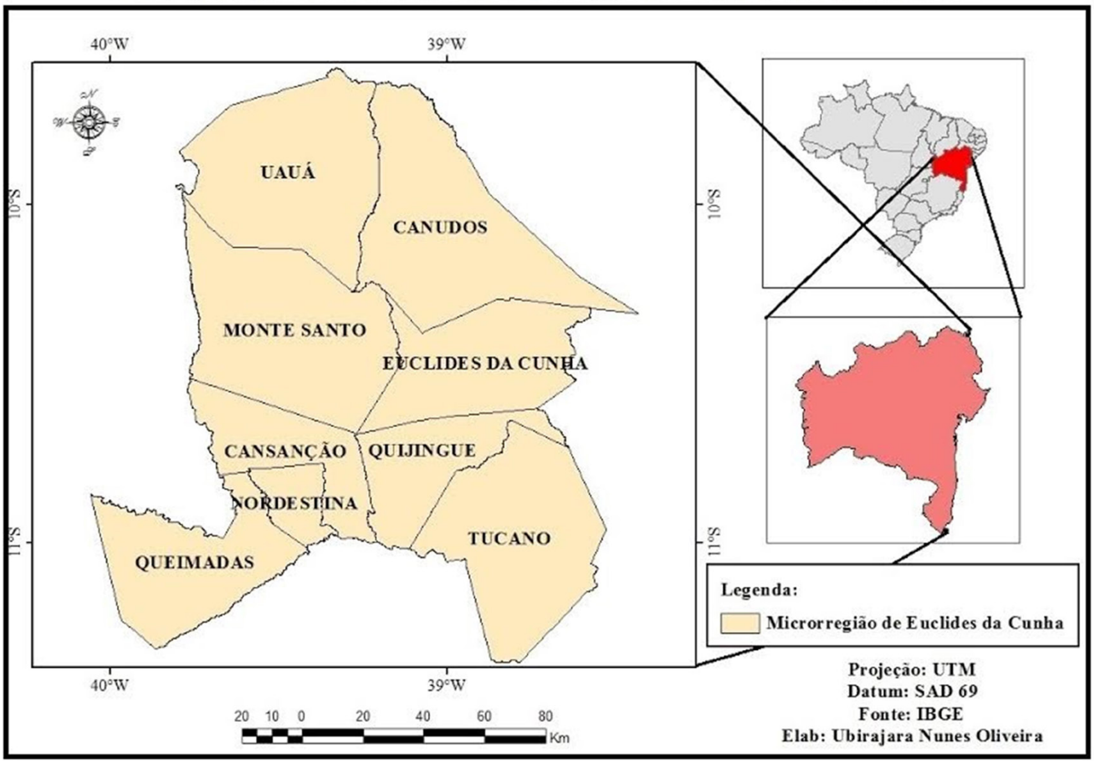
A obra literária *Os Sertões*, dividida em três partes, busca retratar e analisar os elementos naturais, sociais e bélicos envolvidos durante a Guerra de Canudos (1896 – 1897). Essa enquanto o conflito do recém instalado Estado republicano (1889) e um grupo de sertanejos organizados entorno da figura de Antônio Conselheiro. Conselheiro era um líder espiritual - atividade de fé comum nos sertões deste período -, que ganhou fama por caminhar vinte e dois anos pelos sertões a realizar pregações, tarefas sociais, conserto de igrejas e de cemitérios.

Figura 01 - mapa de localização do Semiárido Brasileiro



Fonte: In: Pinheiro (2015).

Figura 02 - mapa de localização da microrregião de Euclides da Cunha



Fonte: Pinheiro (2015).

Antônio Conselheiro era contrário à República, pois acreditava que a Monarquia representava os desígnios de Deus. Assim, chamava os republicanos de gover-

no do "Cão" – referência a figura do Diabo. O descontentamento chegou ao ponto de resolver, após atritos com os representantes do Estado, escolher um local em que pudesse erguer a moradia aos fiéis a Deus. Em que conseguiriam viver a vida longe dos desmandos dos seguidores do "Cão".

Com o passar do tempo, entre os anos de 1893 a 1896, rapidamente, Belo Monte ganha destaque no cenário regional. A estrutura organizada em Belo Monte permitiu amenizar a pobreza entre os sertanejos. Assim, com o tempo, o boato se espalhou e muitos sertanejos seguiam para construir sua casa junto a Antônio Conselheiro.

Com o rápido crescimento, o governo da Bahia incita no Rio de Janeiro – então Capital Federal - que a Monarquia se reorganiza no sertão nordestino. Com o aumento da pressão do governo baiano e da região diretamente envolvida, a República decreta Guerra aos conselheiristas; e, para o restante do Brasil, se "vendeu" nos jornais a nomenclatura/ideia: Guerra de Canudos.

Por fim, Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, bem como autores que o seguiram, tal qual Calasans (S.D.), verificam que a orientação de Guerra foi um equívoco, uma barbárie, pois não havia uma monarquia que se organizava, e sim sertanejos que buscavam sentidos para a sua existência marginalizada a partir dos elementos sociais/culturais e materiais que possuíam como orientação.

A simultânea escolha da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, se dá por ela ser uma política de Estado que orienta as ações de desenvolvimento do território nacional. Tem como objetivo diminuir as desigualdades regionais das macrorregiões bem como as desigualdades internas das cinco regiões brasileiras. A PNDR foi lançada no ano de 2003, no governo do Partido dos Trabalhadores - PT, sob planejamento e coordenação do Ministério da Integração Nacional. Contudo, para que sua realização aconteça, demanda-se a necessária relação com outros ministérios.

Dessa forma, com foco na tentativa de superação das desigualdades regionais extremas ou a necessidade de promoção de dinâmica regional estratégica, a PNDR possui regiões de intervenção prioritárias. Como os locais com alta incidência de pobreza (exemplo o Semiárido) ou de interesse a "segurança nacional" (Faixa de Fronteira).

Cabe arguir que o motivo da escolha de momentos históricos "distantes" se justifica, como visto em Ferraz (2011), na tentativa de verificar em que medida a literatura pode ajudar no processo de orientação espacial do tempo presente da leitura.

Assim, o que se busca com este texto, de forma geral, é apresentar os pontos de (des)encontros entre o imaginário espacial interpretado, por meio do uso do referencial teórico da Filosofia da Linguagem (Bakhtin, 1986) e da Hermenêutica Filosófica (Gadamer, 2008), no texto de *Os Sertões* com o interpretado no texto da PNDR. Caso o leitor queira ampliar o diálogo que resultou na interpretação desenvolvida neste artigo, por favor, cf. a tese (Pinheiro, 2015).

(DES)ENCONTROS NOS SERTÕES

> [...] O Brasil não vai crescer o que tem que crescer se o Nordeste não continuar crescendo acima de outras regiões, porque tem que tirar o atraso. (Dilma Rousseff, 2013).

Há, comparativamente, muito do interpretado na tessitura de *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, no trecho da fala da Presidenta Dilma Rousseff, proferida no ano de 2013. Continua-se com a perspectiva de inserir o Nordeste, por "conseguinte", o Semiárido, no caminho do desenvolvimento nacional, pois, como se observa, o Nordeste parece ser o entrave e bem como a possibilidade para o crescimento brasileiro.

Contudo, aqui, se compreende que essa é uma discussão delicada, pois envolve momentos históricos "distantes", com contextos - científico, filosófico, social, econômico, político, cultural - próprios. No entanto, ela merece ser feita, pois, se acredita que as respectivas particularidades possuem pontos de "(des)encontros" no espaço.

O espaço, como discutido em Santos (1997), é compreendido como produto(r) da sociedade. Assim, acaba por (i)materializar os imaginários sociais que se monumentalizam como referência de orientação/organização espacial. Dessa feita, como já apontado na introdução, a interpretação dos (des)encontros se realizou por meio da comparação do "desdobramento" do imaginário espacial estatal presente na obra *Os Sertões* com o articulado e interpretado no texto da PNDR, durante o período de 2003 a 2014.

No decorrer da tese, se verificou que os pilares do discurso euclidiano sobre o espaço são centrados em dois, quais sejam: a visão de integração dos espaços e pessoas dos sertões e, atrelada a esta, a modernização das relações sociais e produtivas dos espaços. Integração e modernização da atuação do Estado-Nação Brasil são as bases de orientação, acreditava Euclides da Cunha (1967).

Em Euclides da Cunha, com *Os Sertões*, se tem o momento de edificação da "empreitada" nacional de integração modernizadora (Vidal; Souza, 1997). Para Eu-

clides da Cunha (1967), a inserção dos sertões na lógica produtiva e social do litoral era vista enquanto algo a ser conquistado por intermédio da civilização/modernização dos sujeitos e, por conseguinte, da natureza. Em outras palavras, civilizar para crescer.

Diante disso, o autor acreditava que a ação do Estado deveria ser – até mesmo por meio da Guerra – a inserção dos "retardatários" do Brasil na civilização que adentrava pelo litoral. O lema é, para ele, a integração para "aproveitar" a forte raça histórica brasileira olvidada durante o processo de regência colonial e imperial.

Esta era a inovadora resposta euclidiana "frente" a sociedade de sua época: buscar a constituição de uma raça histórica, autêntica, nacional, que assim pudesse fazer frente e substituir o pessimismo advindo da questão racial degenerativa oriunda da população miscigenada com os negros, ou em demasia. Nesse sentido, percebe-se que a questão da integração, para Euclides da Cunha, era a cultural e a racial. Assim, ele apontava que, necessariamente, os sertanejos deveriam ser "transformados" pelos motes de orientação civilizacional da época, para, posteriormente, conseguirem contribuir com o desenvolvimento nacional.

O autor de *Os Sertões* acreditava que a população sertaneja melhor, em comparação com os negros, se adaptaria as novidades que adentravam pelo litoral devido a sua condição genética superior ao do negro. Somado a isso, evidencia que a condição genética do sertanejo, formado num contexto geográfico e histórico específico, também proporcionaria, em comparação com os brancos, uma melhor adaptação aos distintos arranjos físicos do território nacional. Possibilitando, assim, a ocupação efetiva de todos os espaços nacionais; a independer das condições ambientais e sociais.

Euclides da Cunha (1967) faz, em certa medida, uma reprodução escalar das lógicas de organização e orientação ocidental em território brasileiro, porque mesmo aceitando os sertanejos enquanto a possibilidade do Brasil se tornar "grande", desenvolvido, isso só se efetivaria no momento em que, no seu dizer, os "Hércules Quasímodos" fossem civilizados. Ou seja, é reconhecer o sertanejo em suas especificidades para transformá-lo. A integração e a modernização, assim, são vistas em *Os Sertões*, enquanto instrumento de homogeneização espacial.

A resposta euclidiana reproduz a lógica perversa de deslegitimação espacial e temporal europeia pelo fato de que no momento em que reconhece a existência do sertanejo, deslegitima a dos miscigenados em demasia e a dos negros.

Como salientado por Sevcenko (1985), Euclides da Cunha buscou tecer sentidos de orientação para o seu mundo, para tal, utiliza-se das teorias que tinha contato. Como resultado, teceu uma análise geopolítica que intuía poder permitir ao Brasil superar os "entraves" de constituição de um projeto civilizador no início do século XX.

Euclides da Cunha, dessa forma, reconhece que o desenvolvimento da sociedade via a superação histórica, por meio da inserção de valores e técnicas, é inevitável. Assim, sua resposta perpassa por um ajustamento do território – natureza e sociedade – ao "movimento" civilizatório Ocidental Europeu e norte-americano em voga no momento histórico.

Já com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a ação do Estado por meio da integração e da modernização possui suas especificidades em relação ao imaginário interpretado em *Os Sertões*. Nos aspectos de desencontros, a questão "central", como interpretado na PNDR (Pinheiro, 2015), não é a integração da "forte" raça histórica e sua respectiva espacialidade por meio da cultura européia, e sim pelos aspectos econômicos. Com isso, a partir da lógica de acumulação flexível, ao invés de legitimar a homogeneização espacial, a PNDR "incita" a heterogeneidade do espaço enquanto potencialidade de crescimento econômico que, por conseguinte, resultaria no desenvolvimento social.

Tendo como foco o fomento a economia do país, como pode ser observado nos estudos que balizam a PNDR (2003), o desenvolvimento é correlacionado ao crescimento econômico. Desta feita, o espaço é interpretado enquanto a evolução do PIB (municipal, regional, nacional) e do PIB *per capita*. Como imaginário resultante, tem-se a "orientação" de que o aumento da dinâmica econômica, com a integração produtiva dos diferentes espaços brasileiros, pode promover o desenvolvimento local e regional ao mesmo tempo em que promove o nacional (PNDR II, 2014).

O elemento social/cultural euclidiano, na PNDR, por sua vez, como dito acima, é interpretado enquanto singularidade que, dentro da lógica mercadológica contemporânea, é vista enquanto potencialidade de intensificação da dinâmica econômica dos espaços locais e regionais tanto na economia nacional como na internacional.

Entrementes, cabe destacar que a valorização das particularidades espaciais e culturais possui os seus limites, pois no momento em que a modernização dos aspectos produtivos ocorre, esta é acompanhada de um imaginário "próprio", advindo dos valores e das concepções de mundo inerentes ao modelo de organização

social mundial manifestado por meio da Divisão Internacional do Trabalho. Este modelo social é amplamente divulgado e valorizado pelos meios midiáticos: Televisão, Filmes, Internet, Rádio, Revistas, Jornais, Literatura, Música.

A concepção do "poder maior", conforme sugere Raffestin (1993) para pensar a categoria território, influenciando pessoas e lugares não é nova. *Os Sertões*, embora obra romanceada, é exemplo, e, em suas páginas, se encontram exemplos anteriores. Na contemporaneidade da escrita deste trabalho, a televisão, no Semiárido, é o veículo que permite de forma ampliada a relação entre o lugar e o mundo. Como verificado durante um curto trabalho de campo na microrregião de Euclides da Cunha, em abril de 2014, a antena parabólica parece, tal qual a cisterna, um acessório indispensável para as casas dos moradores do sertão. Exemplo pode ser percebido na residência da Figura 03 abaixo, moradia indígena Kaimbé, da comunidade de Massacará, fundada pela Missão de Frades Franciscanos, no ano de 1689, na cidade de Cumbe, hoje Euclides da Cunha, BA.

Figura 03 - Casa construída na sede da missão jesuíta de Massacará



Foto: Arquivo do autor (24/04/2014)

No interior da casa da fotografia, destacar-se-á um exemplo do "conflito" dialético entre o lugar e o mundo da contemporaneidade estudada. Como pode ser observado na Figura 04, os desenhos feitos pelo filho adolescente (15 anos) do casal donos da casa possuem forte influência das personagens de origem oriental. Como adendo, cabe mencionar um detalhe sintomático, de uma parede com sete desenhos, quase todas as personagens desenhadas estão chorando; tal qual a exemplificada na figura que segue.

Figura 04 - Destaque de um desenho exposto na sala da família Kaimbé



Foto: Arquivo do autor (24/04/2014)

A integração, assim, na PNDR, é entendida enquanto instrumento de viabilização do desenvolvimento econômico nacional bem como o regional e o local. Isso seria resultado da modernização produtiva das potencialidades históricas e geográficas singulares dos espaços do Semiárido e do Brasil. No entanto, mesmo estabelecendo como meta o fomento a diversificação histórica e geográfica como mote de orientação de desenvolvimento, a modernização ocorre de forma a se estabelecer por intermédio da concomitante inserção de práticas e valores que "acompanham" o processo de Divisão Nacional e Internacional do Trabalho. Principalmente porque o foco do Estado-Nação Brasil não está no fortalecimento das relações política, econômica e cultural regional e local e sim na perspectiva de inserção destas nos mercados nacional e mundial.

Os projetos, os valores e os contextos se modificam. No entanto, os sertões, desde Euclides da Cunha, com o seu livro, permanecem enquanto o espaço do "atraso" que será superado pela modernização integradora da natureza, de corpos e de "mentes". *Os sertões*, obra romanesca e o conceito do espaço pesquisado na PNDR, desta maneira, são imaginados enquanto o contínuo espaço do que está por vir.

Verifica-se que tanto em *Os Sertões* como na PNDR o espaço é imaginado em movimento, pois negar o movimento modernizador seria a recusa ao desenvolvimento social/cultural e econômico. Entretanto, na contemporaneidade, com as transformações do processo técnico-científico-informacional dos meios de produção e com o aprofundamento e abrangência da Divisão Internacional do Trabalho, a integração modernizadora se intensificou e se expandiu no mundo e no Brasil. Não obstante, como visto em Pinheiro (2015), a intensificação e a expansão da moderni-

zação não ocorrem de forma a favorecer a sociedade. Pelo contrário, observa-se que esta acontece de maneira a garantir a manutenção das desigualdades sociais historicamente (re)produzidas. Martins (2011, p. 15) contribui com a discussão ao evidenciar a lógica de produção do sistema agrário brasileiro, em que este se moderniza, contudo, a arcaica base latifundiária permanece disfarçada numa outra coisa, hoje denominada agronegócio, ele diz: "É a persistência do passado que se esconde, e às vezes se esconde mal, por trás das aparências do moderno, que faz da sociedade brasileira uma sociedade em que essa peculiaridade pesa decisivamente".

Com a análise do imaginário espacial presente em *Os Sertões* e na PNDR, foi possível perscrutar a necessidade de se "inventar" outras possibilidades de superação das mazelas sociais reproduzidas em distintas escalas. Lefebvre (2004) argumenta que se deve trabalhar, dentro das circunstâncias de degradação do espaço – o autor citado direciona as cogitações a partir do urbano - entre o nível do possível e do impossível. Assim, assegura que outro mundo é possível, todavia, averigua que nas atuais conjunturas isto é impossível. Conquanto, como o supracitado menciona, isto não deve ser direcionado ao imobilismo diante do real, pelo contrário, dever-se-á implantar alternativas para mudar a realidade vivida.

Em Belo Monte, buscou-se uma alternativa. A experiência realizada na antiga fazenda Canudos demonstrou, conforme averiguado em Moniz (2001), Nogueira (1974), Sola (1991), ter possibilitado, em relação aos outros espaços de clima semiárido no Brasil, uma condição melhor de existência para os moradores dos sertões, mesmo a relação social sendo análoga à coronelística – com o centro de poder na religião - (Barteldt, 2009). Segundo Moniz (2001) e Nogueira (1974), a forma com que a produção se realizou em Belo Monte, com os conselheiristas, possibilitou "romper" com parte do processo econômico e político de ocupação territorial. O principal poder "abalado" foi o agrário.

Em Belo Monte, com o desmonte da histórica lógica fundiária, se realizou a melhor distribuição de dois elementos: a terra, por conseguinte a riqueza gerada, e a água. Diante disso, mesmo enfrentando dificuldades de diversas montas, foi considerado como conquista entre os sertanejos do Semiárido, sendo Belo Monte denominada por muitos como paraíso terrestre (Nogueira, 1974).

A cidade liderada por Antônio Conselheiro chegou a possuir relação em nível regional, influindo com destaque no fluxo de pessoas e de mercadorias. Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, por sua vez, não reconhece esse caráter que distinguia Canudos do restante dos sertões. Ele simplesmente homogeneizou a situação de pobreza e civilidade e, com isso, não conseguiu verificar que, naquele "montão" de

casebres dispostos, como o autor disse, "em becos inextrincáveis", havia singularidades emancipatórias.

Neste contexto, olvidado por Euclides da Cunha e pela historiografia oficial que até o momento vigora, aprofunda os sentidos contemporâneos de orientação espacial frente a *Os Sertões* - obra literária e realidade. Como verificado em Belo Monte, a autonomia dos indivíduos por meio do uso coletivo da terra e da água possibilitou melhores condições de existência para os sertanejos.

O exposto acima tem por intuito contribuir com a construção de "outras" lógicas de intervenção do Estado por intermédio da integração modernizadora. Justifico essa afirmação, pois, como se verificou na interpretação de *Os Sertões* e do texto da PNDR, bem como rapidamente se analisou em outros contextos históricos (Pinheiro, 2015), a prática de integração modernizadora historicamente serviu como instrumento de retroalimentação das estruturas sociais, políticas e econômicas conservadoras.

O Estado não promove, portanto, melhorias significativas para a construção de um Brasil mais justo. A modernização, assim, na forma com que se reproduziu na história, é uma farsa[1]. E aqui se encontra o ponto de orientação da análise/interpretação/leitura de *Os Sertões* para a contemporaneidade, a superação dos engodos institucionalizados que envolvem o imaginário modernizador dos espaços brasileiro. Em especial atenção, ao Semiárido brasileiro, esse enquanto a contínua espacialidade da seca; adendo discursivo que serve e serviu para a legitimação de inúmeras irregularidades, transformando, como denunciado por Castro (1992), a seca numa indústria.

Para a superação da farsa, acredita-se que o pensamento euclidiano permanece atual, pois os seus dois elementos constituintes da ação do Estado – integração e modernização - são compreendidos, em diálogo com o olvidado por ele sobre as condições de vida em Belo Monte, enquanto possibilidades emancipatórias para o espaço do Semiárido bem como para o do Brasil.

Dessa feita, compreende-se que a integração espacial perpassa pela (re)valorização das relações locais e regionais de produção[2], diminuindo a dependência (financeira e produtiva) em relação ao "externo" (nacional e internacional). Já a modernização, como verificado na interpretação do imaginário espacial de *Os Sertões* e da PNDR, não pode ser concebida enquanto estanque, ou que se deve cristalizá-la

1 Ao interpretar o dizer de Hegel que todos os fatos e personagens da história mundial aparecem duas vezes, Marx (S. D., p. 5) argui que o seu interlocutor: "[...] esqueceu-se de acrescentar: uma vez como tragédia e a outra como farsa".
2 Não como ocorre com a PNDR, em que a discursiva valorização é voltada para atender a lógica conservadora do mercado nacional e mundial.

no espaço, pelo contrário, é necessário acompanhar o seu "movimento". Todavia, esse acompanhamento não quer dizer aceitar o seu "curso". É preciso buscar a superação dos impactos negativos do processo modernizador nacional e internacional, revertendo os sentidos técnicos, científicos e informacionais, transformando-os em instrumentos que de fato se coloquem a garantir melhores condições de existência para o viver em coletividade a partir das particularidades espaciais (Santos, 2000).

Assim, cabe destacar que, aqui, compreende-se que a situação de "inversão" da lógica perversa contemporânea dificilmente se realizará sem a figura do Estado[3], pois se torna inviável cogitar a superação das questões sociais da escala interna do nacional bem como em sua escala externa se não houver instrumentos que regule e normatize a produção espacial em seu processo integrador de modernização.

PARA NÃO CONCLUIR

Na tabela 01, pode se verificar uma síntese do interpretado sobre a concepção de espaço via a integração e modernização nacional em *Os Sertões* e na PNDR.

Tabela1 - Imaginário espacial de *Os Sertões* e da PNDR- tabela comparativa

Imaginário espacial:	*Os Sertões*	PNDR
Estado	Promover a inserção dos valores e práticas da civilização europeia.	Promover a maior dinâmica econômica dos diferentes territórios brasileiros.
Integração	Vista como homogeneização espacial (valores e práticas). Imaginário de que após a integração nacional dos sertões bem como dos sertanejos o futuro do Brasil será promissor.	Vista como promoção e valorização da diversidade histórica e geográfica como meio de possibilitar o crescimento econômico e, por conseguinte, o desenvolvimento social.
Modernização	Projeto civilizacional, foco na promoção dos valores Ocidentais, para, posteriormente, inserção nas práticas produtivas.	Foco na modernização dos setores com potencialidade econômica com base na contemporânea Divisão Internacional e Nacional do Trabalho.

Org. O autor

Como visto durante a discussão proposta, ambas as interpretações possuem suas especificidades. Construções históricas que resultam da invenção/produção dos sentidos de orientação da ação do Estado-Nação Brasil internamente e inter-

3 A se construir. Mészários (2011), Lefebvre (2004), Houtart (2011), Santos (2000), Zizek (2012), embora com argumentos diferentes, contribuem com o processo de produção/invenção de outro Estado.

nacionalmente. Cabe destacar que o sentido balizador das concepções ideológicas, filosóficas, culturais, sociais etc. são oriundas das particularidades de quem as promovia. São as respectivas idiossincrasias dos idealizadores da PNDR bem como de Euclides da Cunha que fez com que escolhesse um caminho ao invés de "um outro ou outro".

O diálogo entre Geografia e Literatura aqui proposto nos leva a arquitetar outros projetos de integração modernizadora. Uma vez que o movimento deste processo, como aprendido em Berman (2007) e no interpretado nos textos trazidos para o diálogo na tese (Pinheiro, 2015), não tem fim.

Assim, para a continuidade do movimento, se visualiza a necessidade da construção de outros sentidos de orientação para melhor direcionar o processo de integração modernizadora. Este que realmente venha ao encontro da produção de uma espacialidade mais justa, equitativa, rompendo com os ciclos das farsas conservadoras que historicamente se (i)materializaram no Estado-Nação Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem:* problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BARTELT, Dawid Danilo. *Sertão, República e Nação.* São Paulo: Edusp, 2009.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar:* a aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CALASANS, José. *No Tempo de Antônio Conselheiro:* figuras e fatos da campanha de Canudos. Coletânea. S. D. Disponível em: http://josecalasans.com/downloads/no_tempo_de_antonio_conselheiro[1959].pdf. Acesso em: 06/02/2013.

CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade:* discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões:* campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Coleção da Edições de Ouro dos Clássicos Brasileiros, 1967.

FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. *Literatura e espaço:* aproximações possíveis entre arte e geografia. In: GÖETTERT, Jones; MARSCHNER, Walter Roberto. Transfazer o espaço: ensaios de como a literatura vira espaço e vice-versa. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I:* traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HOUTART, François. *Dos bens comuns ao "bem comum da humanidade"*. Bruxelas, Bélgica: Fundação Rosa Luxemburgo, 2011.

LEFEFBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Humanitas, 2004.

MARTINS, José de Souza. *A política do Brasil:* lúmpen e místico**.** São Paulo: Contexto, 2011.

MARX, Karl. O 18 de Brumário de Louis Bonaparte. In: *A Editoria Avante*. (S. D.). Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/. Acesso em: 13/09/2013.

MÉSZÁRIOS, István. *Para além do capital:* rumo a teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONIZ, Edmundo. *Canudos:* a luta pela terra. 9 ed. São Paulo: Global, 2001.

NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos:* revisão histórica. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

PINHEIRO, Robinson. *Os Sertões:* diálogos sobre o processo de identificação territorial do Estado-Nação Brasil no ontem e no tempo-de-agora. TESE. Geografia. Goiânia:UFG,2015.

PNDR - *Política Nacional de Desenvolvimento Regional* – PNDR II: texto executivo. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2012. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=54bce099-503a-4076-8613-d90dd6107c79&groupId=10157. Acesso em: 22/07/2014.

PNDR - *Política Nacional de Desenvolvimento Regional* – PNDR. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2003. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ad1fe39c-1537-4969-8939-a31be9ac4b34&groupId=10157. Acesso em: 11/11/2013.

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional. *A PNDR em dois tempos: a experiência apreendida e o olhar pós 2010*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2010. (Relatório). Disponível em: http://www.repositorio.seplan.mt.gov.br/planejamento/download/dr/PNDR.pdf. Acesso em: 02/04/2013.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

ROUSSEFF, Dilma. Fala de inauguração de Políticas Voltadas para o Semi-Árido. IN: *Semiárido.* Disponível: http://www.semiarido.org.br/noticias-show/3117/0/dilma-rousseff-anuncia-plano-especifico-para-o-semiarido. Acesso: 06/06/2013.

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço.* Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização:* do pensamento único à consciência universal. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão:* tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2 ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.

SOLA, José Antônio. *Canudos:* uma utopia no sertão. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1991.

VIDAL e SOUZA, Candice. *A pátria geográfica:* sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: UFG, 1997.

ZIZEK, Slavoj. *Vivendo no fim dos tempos*. Trad. Maria Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2012.



CAPÍTULO 11

ESTADO, POLÍTICA E CULTURA: PRODUÇÃO DO ESPAÇO METROPOLITANO DE GOIÂNIA, COLONIALIDADE DE PODER E ENCOBRIMENTOS DAS COMUNIDADES DE TERREIRO [1]

Mary Anne Vieira Silva

DOI: 10.46898/rfb.9786558892427.11

1 Este artigo é parte da discussão desenvolvida na tese intitulada: Dinâmicas Territoriais do Sagrado de Matriz Africana: O Candonblé em Goiânia e Região Metropolitana, defendida em 2013 no Programa de Pós-Graduação em Geografia, IESA-UFG, sob a orientação da professora Dra. Maria Geralda de Almeida.

INTRODUÇÃO

As práticas culturais na metrópole de forma *sui generis* garantem múltiplas interpretações sobre o direito aos espaços da cidade. É válido destacar que, no atual contexto político, ampliam-se os debates em prol da promoção e do reconhecimento de identidades, bem como de garantias de tratamento de equidade para segmentos sociais diferenciados. As questões pertinentes ao campo religioso, de gênero e racial são tratadas e incorporadas nos programas e agendas políticas nas diversas unidades federativas brasileiras.

Não obstante, ocorre o afloramento de grupos organizados que lutam para garantir os direitos humanos e o fim das práticas de intolerâncias religiosas e culturais. Ao mesmo tempo e de forma contraditória assistimos cenários de esvaziamento de ações públicas voltadas para a igualdade de tratamentos para com os grupos subalternizados, aqui, os religiosos de matriz africana. A própria lógica que imputa as desigualdades de aceitação aos sujeitos sociais é a condição *sine qua non* da reprodução do espaço. Tal situação se reproduz por ações combinadas e contraditórias de agentes produtores do espaço urbano, com estruturas hierárquicas desiguais que incluem a tríade: Estado, política e cultura.

Os usos atribuídos ao espaço revelam essa lógica desigual. Citamos, então, como referências as práticas culturais: rodas de sambas, grafites, batuques, pajelanças e outros, por se diferenciarem dos modelos normativos da sociedade, em termos étnico-racial, religiosos e de poder aquisitivo. Essas práticas geralmente são invisibilizadas em Goiânia. Assim, as circunstâncias de existência das religiões de origem africana, notadamente, no interior dos espaços metropolitano perpassam às ordens disciplinares de intimidações e negação das ritualísticas sagradas. Daí a necessidade de realização de debates e reflexões sobre as formas de acessos e garantias de usos desses espaços.

Indubitavelmente, essas ordens quando tratadas pelas lentes das políticas de reconhecimentos identitários imputam aos segmentos mencionados os efeitos coloniais de marginalizações. Ora, essa marginalização acontece a partir dos imperativos econômicos e políticos, ora, pela rejeição, preconceito e intolerâncias que intentam aniquilar as heterogeneidades culturais/religiosas na/da cidade.

As religiões de ritos africanos em Goiânia/GO sofrem intensas negativações semânticas e na fragmentação dos espaços urbanos são segregadas e encobertas. O antropólogo Silva (1995), destaca que a universalização de religiões racionalizadas e internalizadas por grupos dominantes, no caso do cristianismo, apresenta-se como

caminho, para refletir o desenvolvimento do mundo urbano e um fecundo campo investigativo para a compreensão da cultura, da política e do território, sobretudo quando a presença do Outro, do desconhecido, passa a ser invisibilizada.

PROCESSOS DE COLONIALIDADES DE PODER VIVENCIADOS PELAS COMUNIDADES DE TERREIRO NA METRÓPOLE GOIANA

No Estado de Goiás, os candomblés, se apresentam com certas especificidades em relação a outros estados brasileiros. Na Bahia, marcadamente, os ritos de candomblés já ganharam espaços de debates nas secretarias estaduais e municipais, universidades, associações e federações religiosas, lá eles apresentam panoramas mais politizados. No Maranhão - o Tambor de mina; em Pernambuco - o culto de Xangô; no Rio de Janeiro - as várias nações de candomblés e no Rio Grande do Sul - o Batuque, já são bem reconhecidos por suas tradições rituais e historicamente, já realizam contínuas ações de resistências aos processos que buscam obliterar os direitos e as autoridades dos cultos. Mas, quando referenciamos Goiânia e região metropolitana, as comunidades de terreiro sofrem vários processos de segregação espacial e fortes fragilidades de inserções nos cenários políticos e civis.

Na década de 1970, as comunidades de terreiros ocupavam áreas centrais da capital goiana, mas dispunham de pouco espaço físico e/ou submetiam-se ao controle disciplinar, imposto pelo modo de vida da metrópole. Tais situações ocorrem mesmo em terreiros frequentados por pessoas com poder aquisitivo mais elevado. Já na década de 1990, com a expansão do tecido urbano, as casas passaram a se localizar nas zonas periféricas e na região metropolitana.

Os usos do espaço atendem, na maioria, as formas de dominação impostas pela ideologia dominante, aludindo a que Bourdieu (2010) designa por poder simbólico. A fragmentação espacial das práticas religiosas permite pensar sobre o poder simbólico, uma vez que este é entendido como um “poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (idem, 2010, p. 08).

A fragmentação espacial intensifica as hierarquias simbólicas que são expressas e perpetuadas no contexto social pelos indivíduos comuns à sociedade, sobretudo aqueles que não são conscientes da existência desse poder. Para organizarmos essa reflexão assente na crítica aos processos de produção do espaço urbano e a inserção dos segmentos religiosos de matriz africana na Região Metropolitana de Goiânia (RMG), partimos de alguns pontos: a) os dispositivos normativos que segregam e invisibilizam as práticas culturais na metrópole alijam ilês, ritos e prati-

cantes de direitos universalizados; b) as dinâmicas de produção do espaço urbano relacionam-se com os conceitos de colonialidade de poder e espaços coloniais de poder, propostos por Quijano (2002).

Nesse sentido, consideramos que o termo *colonialidade de poder*, para a questão abordada, permite criticar as heranças coloniais que ainda se fazem presentes nas sociedades contemporâneas, em especial nas nações latinoamericanas. Tal conceito recupera a ideia foucaultiana de *poder disciplinar*, referindo-se à existência de um poder geral, ditado ou não por leis, que condiciona a vida do indivíduo na sociedade. O referido poder revela os dispositivos panópticos erigidos pelo Estado moderno que se inscrevem numa estrutura mais ampla, de caráter mundial, configurada pela relação colonial entre centros e periferias.

Quijano (2005) destaca que essa forma de condicionamento acontece em sociedades antes colonizadas – sobretudo na América Latina – reproduzindo o modelo europeu de sociedade, de produção e de vivência. Nesse sentido, o fenômeno da segregação urbana, pode ser visto como uma reprodução desse modelo no espaço. As ações da Colonialidade de Poder se fazem a partir das relações de dominação em locais em que as hierarquias sociais foram bem definidas e envolvem os construtos étnicos, raciais e socioculturais.

Os critérios definidores desse padrão não possuem lógica definida. As diásporas africanas no Brasil favoreceram a formação de novas identidades, ora de conotação racial, ora religiosa e econômica. Na medida em que as relações sociais configuram tais identidades, elas se associam às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas, e, consequentemente, ligadas ao padrão de dominação que se impõe.

A cidade, por sua vez, é o resultado daquilo que nela é praticado, o urbano é a sua construção, a imposição de abstrações, de formalidades e de aparências. Assim, a sociedade colonial produz um espaço urbano colonial, e a cidade é a representação dessa produção, pois, como diz Lefebvre (1991, p. 47), "a cidade tem uma história: ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas".

Essa problemática inserida na ordem local passa a representar a realidade da metrópole goianiense. Nela, intensos processos de adensamento urbano tornam-se notórios visto por meio da verticalização, aglomeração e ampliação de serviços e comércio, além da formação de novas centralidades, espraiamento das áreas perifé-

ricas, dentre outras materializações que constituem a própria organização espacial urbana.

Para Cavalcanti (2001, p. 15), esse processo de produção do espaço urbano "está intimamente ligado à produção em geral [...] componente da produção social" com lógicas e dinâmicas próprias, articuladas ao modo de produção da sociedade. A lógica racional/técnica dada ao espaço urbano produz a segregação socioespacial. A esse respeito Cavalcanti, (2001, p. 17) apresenta a "produção de periferia, de favelas, de bairros operários, de bairros de auto segregação da burguesia, de centros deteriorados". Na esteira desse entendimento, abre-se a problematização do tratamento espacial, em que pese a lógica perversa de segregação vivenciada em Goiânia, bem ampliada, quando atrelamos a tríade: espaço – poder – cultura.

Nessa metrópole, os sujeitos sociais dominantes abrolham no espaço urbano as localizações e relocalizações das atividades produtivas e da população. Em ações conflituosas, essa produção é instituída por diversos agentes. Assim, os processos espaciais, nessa lógica, são entendidos como forças que modificam a estrutura social. Tais processos materializam as espacialidades da sociedade. É válido ressaltar que os próprios cultos de matriz africana, na sua essência constituem-se como resistência cultural e, se reproduzem sob os imperativos da marginalização de cultura segregada, proibida e escondida.

Nesse sentido, podemos dialogar com a concepção de que a colonialidade de poder, "esteve e está de todo modo ativa, pois faz parte do contexto global dentro do qual ocorrem os processos que afetam todos os espaços concretos de dominação" (Quijano, 2002, p. 10). E ainda, enfatizamos que os dispositivos de poder produzem a síntese dessa compreensão: os *espaços coloniais de poder*, como resultado e resultantes das práticas coloniais que se firmam na produção do espaço. A ocupação dos espaços na metrópole reproduz a lógica desigual, que ataca a diferença em busca de homogeneizar as práticas culturais espaciais e hierarquizá-las.

O *espaço colonial de poder* é campo de disputas das mais distintas formas simbólicas, em que os segmentos dominantes conseguem ocupar o lugar mais alto das hierarquias e orquestram os ritmos e a lógica em que o espaço se transforma. Tal lógica, consequentemente, segue os ditames empreendidos pelo processo que Dussel (1993) denomina por "colonização do mundo da vida", em que o *ego* europeu impõe um *locus* que oblitera práticas subalternas.

Para tanto, as religiões de matriz africana na metrópole goianiense são práticas do *Outro*, subalternizadas e conformadas em um espaço colonial de resignação. As

práticas candomblecistas encontram-se, em Goiânia, em contextos que lhes oferecem duas opções: ou se adaptam aos padrões normativos da cidade, que as tornam invisíveis no meio urbano, ou se afastam dos grandes centros para áreas que, muitas vezes, não são necessariamente adequadas para as vivências dessas comunidades. Em Goiânia e na Região metropolitana, as ações de colonialidade de poder resultaram em estratégias de exclusão para os grupos que vivenciam práticas não dominantes.

Nesse espaço plural, disforme e desigual como é o caso do metropolitano, a cultura em suas diversas fragmentações se insere espacialmente, segundo Costa (2005, p. 99) "por mosaico de modalidades de relacionamento social, de expressões artísticas e religiosas, de formas de comunicação e de ações políticas". Na metrópole, essa multiplicidade atende às normativas do consumo, do valor e da própria segregação urbana.

Diante dessa compreensão da cultura no espaço urbano, inferimos que a espacialização da mesma – segue formas de comportamento, expressividades corporais, recursos linguísticos e referenciais simbólicos e religiosos – que se compõem por processos de apropriações e territorializações. O processo de espacialização dos fragmentos da cultura na metrópole é dado por assimetrias sociais. No caso das comunidades de terreiro, sua inserção é garantida por lógicas marginais e periféricas dos padrões culturais normativos, geralmente, intensificadas pelos dispositivos do Estado. Esse último, por sua vez, atua como agente de dominação e produtor direto do espaço urbano. Instituição que reifica a dialética de valores coloniais, e se furta a responsabilidade de realizar políticas públicas democráticas e equânimes de resistências que atuem a contrapelo as desigualdades de direitos à cidade.

Sabe-se que a cultura, na atualidade, encontra-se no epicentro de projetos de governo com propósitos de impulsionar o desenvolvimento, em níveis regional/local, via projetos ligados aos atributos turísticos, à preservação de tradições, dentre outros. Geralmente, as ações de forma direta ou escamoteada, no bojo dessas estratégias políticas alijam sujeitos sociais de seus contextos de vivências e promovem a inserção das expressões e saberes singulares nos cenários de representações midiáticas, teatralizadas e mercantilizadas. Logo, a crítica é feita aos efeitos do processo de politização da cultura, ou, melhor da incorporação das diversas formas de vivências culturais pelos aparatos estruturais, conformados de formas de poder e de mercantilização. O entendimento que decorre é o de que a cultura ganha campos singulares que articulam setores diversos da sociedade, a saber: instituições, profissões, atores, símbolos, imagens, valores, entre outros. Igualmente, a cultura, ao ser

tratada no temário político, promove nos agentes posições de conflitos que diretamente podem surgir como vias de desmantelamentos dos ideários hegemônicos, como contraposições aos modelos normatizadores e de controle.

Teles dos Santos (2005, p. 234) pondera que a cultura não existe sem poder, mesmo sem estar no poder instituído, torna-se tênue a linha que separa o poder da cultura, uma vez que, a cultura se constitui de poder. Ela se reifica como estratégia de luta e embate, pois se há poder nas representações culturais, há um duplo poder dessas quando estão no poder instituído.

Diante disso, constatamos a plena evocação das políticas públicas como instrumento de força e legitimador para esse poder instituído para segmentos sociais que são sempre deixados de fora. A realidade de alijamento é resultante dos desníveis históricos e sociais, da conformação de rugosidades espaço-culturais e da perpetuação da ideologia colonialista.

Ao remontar esse debate deparamos com o clássico pensamento de associar a concepção de religião atrelada ao conceito de cultura, por meio de discursos essencialistas de fé, costume e tradição. Na trajetória da modernidade em que se assiste a ruptura desse ideário, vê-se a ampliação do processo de mercantilização cultural (mundialização-globalização) das ideias, dos produtos e dos lugares e o aparecimento do discurso de laicidade do Estado. Isso favorece para que a cultura torne-se motor político e revelador das imbricadas relações estabelecidas pelos indivíduos em sociedade.

As vivências do sagrado, segmentos e denominações religiosas são, além de intrínsecas, constantes nas políticas organizativas do território nas unidades federativas brasileiras. No município de Goiânia, elas são configuradas inclusive em seus planos diretores. Tais políticas territoriais concorrem para as definições identitárias e para construções e significações do espaço. Elas determinam o uso social do espaço que notoriamente é dado em relações de privilégios aos credos hegemônicos, sobretudo cristãos.

A política contemporânea direcionada aos grupos étnicos, culturais e socialmente minoritários no Brasil torna-se avanços e conquistas dos setores organizados e dos movimentos sociais que lutam por legitimidade cultural, racial e religiosa. As conquistas são vistas por meio de aprovação de leis em formas de estatutos e outros. Cita-se o Estatuto de Promoção da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 e o texto que atualmente encontra-se em debate sobre Igualdade Religiosa e dispositivos complementares como a Lei Federal 10.639/2003 e o parecer 003/2009

do Conselho Estadual de Educação de Goiás. Esses dispositivos promoveram ações no interior das unidades federativas de forma setorizada, mas se apresentam ainda desarticuladas. Tal discussão, de forma transversalizada, é assente nos debates teóricos que focalizam o modo como as políticas de reconhecimento identitários se mostram divorciadas historicamente, em distintos momentos, das vivências culturais.

Essa realidade de descompasso para os grupos culturais étnicos no Brasil subsidiou os estudos de Sérgio Costa (2006), sobretudo quando este discute as condições geradas nos espaços pós-coloniais que designam *pari passu* às próprias situações de subalternidade. Para Rodriguez (1998, p. 12),

> el concepto mismo de subalterno o subalternidad es tan resbaladizo como controversial. En la teoria marxista, particularmente em Gramsci, la subalternidad se construye a partir de la relación del sujeto con su circunstancia histórica, inscrita dentro de los medios de producción. Esta constitución suscribe entonces los principios de la "determinación económica" y de la economía como "instancia última". La subalternidad es pensada como una condición ontológica en relación a contextos históricos pre-determinados. "El hombre piensa como vive", dicen en Cuba. Para Gramsci, el sujeto también se piensa como vive. Y dado que el sujeto subalterno es un sujeto dominado, el pensamiento sobre y desde él aparece primariamente como una negación, como un límite. Esta negación invoca agendas intelectuales que abarcan todo el campo cultural, desde la escolaridad hasta las representaciones disciplinarias. La dinámica entre estas determinaciones y condiciones viene a constituirse en agencias.

Em certa medida essas agendas acadêmicas e políticas se constituem em ações politizadas, centradas em críticas sobre os modos de produção de hegemonias e subordinação ao Estado e ao domínio da cultura cristã/européia como agendas simbólicas. Sobre essa questão Spivak (2010, p.16), postula que, a subalternidade é "o limite absoluto ou o lugar onde a história é narrada como lógica".

A subalternidade é substancialmente entendida por meio da análise de narrativas históricas, ou da própria historiografia dos documentos e da configuração dessa documentação. Guha (1996) realiza uma crítica sobre a existência da arqueologia de documentos e da construção de uma história que privilegia a narrativa do poder do Estado, das condições de subalternidades e do poder das hegemonias.

A concepção de Spivak (2010) parte da posição crítica aos estudos subalternos, em especial, relacionada aos debates realizados pelas teorias pós-coloniais. Para a autora a questão central é pensar se o sujeito subalterno, este construído pelos processos coloniais pode ter posição de fala frente aos mecanismos de sua subalternidade. Acrescenta-se que essa via, possibilita entender que o sujeito subalterno "não pode ocupar uma categoria monolítica e indiferenciada, pois esse sujeito é irredutivelmente heterogêneo" (Spivak, 2010, p. 11).

O termo subalterno não se refere a todo e qualquer sujeito marginalizado, baseando-se nos postulados de Gramsci. Esse seria eminentemente aquele em cuja voz não pode ser ouvida. Spivak (idem, p. 12), argumenta que "o subalterno insere as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante". O postulado pós-colonial é diretamente relacionado às posições críticas sobre as vivências dos sujeitos subalternos nos contextos da colonização dos povos, por meio das múltiplas formas de dominação.

Costa (2006) amplia essa discussão, quando aponta sobre as relações que foram constituídas no contexto das narrativas históricas pós-coloniais, no qual o Brasil, por sua construção histórica, se insere. Ele imprime reflexões sobre as reorganizações sociais, políticas, culturais, econômicas que se estabeleceram quando os espaços e sujeitos colonizados deixaram, de forma oficial, essa condição. Não obstante permaneceram as relações de subalternidade às quais legaram aos grupos étnicos estigmas que se perpetuaram nos ideários social, político, ideológico, econômico e cultural no país.

O autor ainda observa que em torno dos aspectos econômicos e culturais se desdobram questões que não podem ser negligenciadas. No que se liga aos aspectos econômicos, o que fica em voga é que desse ambiente pós-colonial emerge uma estrutura desigual de oportunidades. Para as questões culturais é observado que as diferenças, sentidas de modo negativo, estão expressas nas formas do comportamento cotidiano, tratamentos pessoais, marginalização espacial e social.

No contexto brasileiro as correções dessas diferenças, desde o ano de 2001, percorrem os caminhos das ações afirmativas. Essas ações afirmativas sócio-políticas que combatem o racismo perpassam o contexto educacional, com a introdução de conteúdos antirracistas nos currículos escolares, a inserção de dispositivos jurídicos voltados às vítimas de racismo, bem como na apuração e punição de crimes com este cunho, e valorização das manifestações culturais.

No campo das práticas religiosas, a realidade dos candomblecistas em Goiás está relacionada ao campo político e recoloca em debate os processos que imputaram aos grupos minoritários ações de colonialidade de poder. Esse conceito, já mencionado, relaciona-se aos dispositivos formais e não-formais que exercem sobre os grupos subalternizados o poder disciplinar e normativo advindo de uma concepção hegemônica de segmentos étnicos, religiosos, culturais e/ou políticos e, ainda, econômicos.

Notadamente, percebemos em cenário estadual, ausências de ações de valorização da memória e do patrimônio imaterial que representam as identidades das culturas africanas em Goiás. Sabe-se que considerável parcela de praticantes das religiões de matriz africana e afro-brasileiras, vivencia um árduo processo de internalização de valores inferiores a eles imputados. Argumentamos que esses valores afetam diretamente suas identidades, impondo-lhes ordens de invisibilidades no cotidiano.

Os mecanismos de encobrimento e invisibilidade dos sujeitos e dos territórios relacionados às Comunidades de Terreiro goianas apoiam-se numa estrutura de ordem semântica, política e espacial: Primeiro, a semântica ocorre por discursos que se reproduzem ao longo do tempo histórico e incorporam no imaginário social estigmas de identidade negativada; A política, em segundo, se efetiva por ações públicas que reforçam e negam o uso dos espaços públicos para as práticas culturais e para as ritualísticas dos sujeitos praticantes; E por último, as espacialidades são vivenciadas pelo duplo fenômeno de periferização e segregação, quando se observa o afastamento das Casas dos centros urbanos e áreas valorizadas.

Esse último fenômeno é revelado pela disputa e apropriação do espaço o que favorece à organização das lutas sociais por acessos a melhores localizações, infraestruturas e acesso aos bens naturais. Nesse sentido inferimos que nos campos público, religioso e simbólico em Goiás, o fato do sujeito assumir-se como praticante das religiões de matriz africana, ainda no século XXI, concorre para sua inscrição em um *locus* social permeado pelo preconceito e discriminação.

Essa situação promove enfrentamentos de grupos religiosos de hegemonia ascendente, como é o caso da comunidade evangélica e de outros segmentos tradicionais cristãos contra os partícipes das religiões de matriz africana. Atualmente, as formas de construção dessa geograficidade histórica encoberta, transposta para a comunidade imaginada de matriz africana – passa a ser instrumentalizada e renovada na forma de comunidades religiosas em espaços pós-coloniais.

Tal situação constitui-se como campo epistemológico válido para o conhecimento de comunidades herdeiras de situações diaspóricas. Até a década de 1990 existiam afirmações advindas de setores acadêmicos e religiosos cristãos, da inexistência de cultos, ritos e territórios de Candomblé em Goiás. A tese: *Dinâmicas territoriais do sagrado de matriz africana: o candomblé em Goiânia e região metropolitana* possibilita dar visibilidade em termos de existência e localização dos Ilês Axés e, ainda, recolocou a questão de que a invisibilidade é construída por meio da ordem do discurso, a qual oblitera a identidade cultural dos praticantes.

O fenômeno religioso para o segmento de matriz africana, na metrópole goianiense se configura com dupla disposição. Isso porque, por um lado, estas sofreram com o encobrimento histórico, geográfico e social até o final do século XX. Por outro lado, no limiar do século XXI, percebe-se premente movimento que reivindica o reconhecimento de seus direitos à visibilidade e coexistência com outros segmentos religiosos no espaço público goiano.

A afirmativa acima, outras inferências se acrescentam para explicar o processo de reconhecimento dessas religiões no Estado de Goiás. A primeira é o consenso de que, até os anos 2000, havia a ausência de produção acadêmica voltada para as discussões preliminares sobre as Religiões de Matriz Africana. A segunda trata-se da falta de registros em órgãos oficiais e midiáticos sobre a presença desses segmentos religiosos e suas manifestações, sobretudo, ligados ao Candomblé.

Para os encaminhamentos finais, no âmbito das políticas públicas, o Estado, em seu viés democrático, atribui a si o dever de fortalecer e preservar as práticas culturais que compõem as bases da sociedade. Dialeticamente, ele também reitera a visão de cultura monopolizada, nega seu papel inicial de laicidade e consolida as hierarquias e, até mesmo, as hegemonias no seio da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção social do espaço diaspórico está assente nos construtos históricos e geográficos dos intentos coloniais. Esses acarretaram a ocorrência das invisibilidades identitária e territorial, além do acirramento dos mecanismos de encobrimento para com as Religiões de Matriz Africana em território brasileiro, advindos ora pelo Estado, ora pelos segmentos religiosos hegemônicos.

Pensadores que se vinculam ao grupo de estudiosos da cultura dito pós-modernos, assim como Homi Bhabha, reconhecem que conceitos como o de relativismo cultural e multiculturalismo respaldam as teses das sociedades dominantes, e ele ainda recoloca a crítica ao pensamento social que promoveu historicamente o silenciamento das vozes dos grupos que vivenciaram e vivenciam os imperativos da dominação, a saber: as mulheres, os portadores de sexualidade "desviante" e as sociedades coloniais e pós-coloniais.

Outra crítica volta-se para a negação das formas de uma produção de história homogênea desenvolvida no bojo da racionalidade européia. Homi Bhabha recoloca nos seios dos seus debates e estudos, as possibilidades da coexistência da diversidade, das diferenças socioculturais, políticas, gênero e outros. Bhabha relaciona que

essas críticas se efetivam em um processo de negociação do subalterno, esse ocorre no local de entremeio, designado por entre-lugar. Isto posto, o entre-lugar "é uma fronteira cultural, no qual se pode observar o choque das diferenças, e no qual as descontinuidades de universos culturais, semânticos e imagéticos se traduzem em embates políticos" (2005, p. 107).

À luz do pensamento liminar, consideramos que os princípios da diferença, da multiplicidade, dos interstícios culturais e dos entre-lugares sustentaram as bases das questões territoriais e identitárias das religiões de matriz africana em Goiânia e região metropolitana.

O pensamento liminar percorrido de acordo com as interpretações de Mignolo (2005) surge sob o imperativo weberiano que oblitera a colonialidade do poder. Essa concepção garante o enfretamento de cunho epistêmico no sentido de designar novos sentidos políticos, culturais, simbólicos e ideológicos para as culturas subalternizadas. Campo epistêmico sobre o direito à cidade para os grupos religiosos de matriz africana que se configurou no contexto do Estado de Goiás, a partir da conformação do território "liminar/transicional" discutido por Bhabha (2005).

A cultura yorubana é ressignificada na/pela organização e institucionalização do culto aos orixás. Esta se estabelece em termos transicionais devido ser ela o lugar em que emergem questões que explicam as experiências de grupos étnicos por meio de disputa de poder e de resistência cultural nos espaços colonizados, no caso o Brasil.

O espaço liminar e transicional é representado por ordens que promovem rupturas nos padrões de tempo linear e homogêneo e diretamente constitui o espaço "iterativo e interrogativo". Com base na experiência da diáspora africana em território brasileiro, na qual a constituição do candomblé está inserida, observamos estratégias de resistência cultural que eminentemente devem ser tratadas por relações diretas com o território.

Os processos históricos e geográficos efetivaram nesse território ações coloniais e relações dialéticas na formação de espaços culturalmente híbridos ou de entre-culturas construídas pelos praticantes que partilham das diversas identidades ligadas às cosmologias africanas. Os ideários identitário e territorial se traduziram por visões plurais, pelos quais as culturas se organizaram em permanente contato umas com as outras e em constantes movimentos de ressignificações.

As relações de poder constituídas no espaço diaspórico entre os sistemas culturais se revelaram árduas e contínuas violências simbólicas. Dentre essa violência simbólica, tomamos como a mais significativa delas o não reconhecimento de direito e de posse dos terreiros de Candomblés em Goiânia e Região metropolitana por parte do poder público. Outros seriam os reconhecimentos públicos em diversas ordens: a) do próprio espaço sagrado com suas específicas cosmolocalidades; b) uso do espaço e das garantias de preservação e manutenção das ritualísticas sagradas.

Por último, ressaltamos que essas práticas se materializam no cotidiano da metrópole por ordens de poder que se ligam aos processos de segregação, de periferização, de marginalização, de normatização e de disciplinarização cultural, política e, mormente, espacial. Enfim, espacialidades plurais repletas de colonialidades de poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BHABHA, H. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2005

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CAVALCANTI, L. S; MORAIS, Eliana Marta Barbosa (Org.). *A cidade e seus sujeitos*. Goiânia: Editora Vieira, 2001.

COSTA, S. *Dois Atlânticos*: Teoria Social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DUSSEL, E. *1492*: O Encobrimento do Outro. A origem do "mito da modernidade". São Paulo: Vozes, 1993.

LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

MIGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 71-103

QUIJANO, A. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. *Revista Novos Rumos*. nº 37, 2002. pp. 04-28.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005. pp. 227-278.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. pp. 84-130.

SANTOS, J. T. dos. *O Poder da Cultura e a Cultura no Poder*: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2005.

SILVA, V. G. da. As Esquinas Sagradas. O candomblé e o uso religioso da cidade. In: MAGNANI, J. G.; TORRES, L. L. (Orgs.). *Na Metrópole*. Textos de Antropologia Urbana. São Paulo: EDUSP, 1995, p. 88-123.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

CAPÍTULO 12

A GEOPOLÍTICA DOS QUARTÉIS DO EXERCITO NO BRASIL CENTRAL EM 2021[1]

Marajá João Alves de Mendonça Filho

DOI: 10.46898/rfb.9786558892427.12

1 Este artigo é parte da dissertação intitulada: A Geografia dos Quartéis do Exercito na Região de Cerrado de GO,TO,DF e Triângulo Mineiro, defendida no ano de 2005 sob a orientação da professora Dra. Maria Geralda de Almeida, Prosgrama de Pós-Graduação em Geografia, IESA-UFG.

INTRODUÇÃO

O objetivo é atualizar os dados referentes às pesquisas desenvolvidas entre os anos de 2002 a 2005, sobre a geopolítica dos quartéis do Exército Brasileiro situados no Brasil Central, tema principal da dissertação de mestrado defendida no IESA/UFG. Após 16 anos do término da pesquisa pode-se constatar que alterações ocorreram e serão analisadas para a melhor compreensão do fenômeno.

É importante ressaltar que o Brasil Central foi alvo de políticas governamentais que visaram a progressiva incorporação socioeconômica do cerrado ao sistema produtivo nacional nos últimos 270 anos, com maior ênfase ao longo do século XX e início do século XXI. A meta estabelecida foi a de aliar o adensamento demográfico em áreas pouco povoadas, ao crescimento econômico ligado ao aumento da produção agropecuária. No que tange à defesa, várias estratégias foram criadas com vistas à otimização do poder nacional. Estas estratégias foram as grandes responsáveis pela geopolítica de divisão regional dos Comandos Militares os quais articulam e definem a distribuição de Unidades Militares, os efetivos, os armamentos, e as missões de cada quartel.

Serão discutidas a relação do aumento de quartéis com a estratégia de defesa da área do Comando Militar do Planalto, relacionando-os com as cidades onde se localizam. Para isso, inicialmente será observado a situação dos quartéis no ano de 2005, com o objetivo de reconhecer seus posicionamentos e seus significados. Posteriormente, compararemos com a situação em 2021. Na sequência, analisar-se-á a Geografia Política dos Quartéis em Goiás, Tocantins, Distrito Federal e Triângulo Mineiro, antes e depois da criação de Brasília, para que se possa entender as mudanças na estrutura de defesa do Brasil Central a partir da transferência da Capital Federal.

Buscar-se-á a compreensão da Geopolítica destas Organizações, através da estratégia de garantia do poder nacional, vinculado à defesa do território. Para tanto, será realizado um esforço para a compreensão da relação entre as categorias Região, Fronteira e Geopolítica e o posicionamento dos quartéis.

ORGANIZAÇÃO DOS QUARTÉIS EM 2021 E SEU SIGNIFICADO

A presente análise contempla apenas os quartéis da Força Terrestre do Exército que são formadores de reservistas de 1ª Categoria (recebem uma formação militar durante aproximadamente um ano), motivo pelo qual os Tiros de Guerra (quartéis formadores de reservistas de 2ª categoria – formação com cerca de seis meses)

e outras Organizações Militares administrativas não são abordadas. Os quartéis do Exército são instrumentos de manutenção do poder do Estado, da lei e da ordem, e por isso, devem se adequar ao contexto geopolítico internacional e nacional do momento. Desta forma, as organizações militares tiveram momentos históricos específicos de aumento e reposicionamento visando à otimização da defesa da pátria. Observa-se que nas áreas de cerrado em estudo, houve um enorme crescimento no número de quartéis nos últimos 70 anos.

As políticas governamentais, que culminaram com a melhoria da infraestrutura do interior da nação, aumentaram o fluxo de pessoas em direção as áreas de fronteiras. Após o fechamento da fronteira econômica, os conflitos pela terra se acentuaram. Por isso, a necessidade de aumento da presença e do poder do Estado através de quartéis aumentou, juntamente com a conjuntura geopolítica internacional do pós 2ª Guerra Mundial, marcado pela Guerra Fria, constituindo, desta forma, fatores que justificam o aumento dos quartéis.

Nos últimos anos, o Exército tem colocado em prática novas alterações na configuração dos quartéis no Brasil Central no início do século XXI. Para se ter uma ideia, no final do mês de dezembro de 2003, ocorreu a criação da Brigada de Operações Especiais em Goiânia/GO. Com isso, várias outras unidades foram criadas, substituindo antigas Organizações Militares.

O posicionamento dessas novas Unidades Militares de elite do Exército em Goiânia se deu por causa da relativa centralidade em relação ao território nacional, favorecendo a possibilidade de intervenções em qualquer parte do Brasil, e ainda, a localização do aeroporto que fica em frente aos quartéis. Aliado a este fator, a infraestrutura das Unidades Militares já existentes e o grande tamanho da área, permitiram a ampliação das instalações originais, o que também cooperaram na definição da sede em Goiânia.

O Comando da Brigada de Operações Especiais, o Batalhão de Forças Especiais, o Pelotão de Defesa Química Biológica e Nuclear, o 6º Pelotão de Polícia do Exército, O Batalhão de Operações Psicológicas e a Base Administrativa, ocuparam as Instalações do Comando da 3ªBrigada de Infantaria Motorizada, Companhia de Comando, 23º Pelotão de Polícia do Exército e 6ª Companhia de Comunicações em Goiânia. Essas Organizações Militares, por sua vez, foram transferidas para Cristalina e ocuparam o quartel do 43º BIMtz que também foi extinto.

As instalações de Cristalina são bem amplas e estrategicamente posicionadas. Elas permitem o alojamento de uma considerável quantidade de tropas, que podem

em pouco tempo reforçar os efetivos militares de Brasília, pois se localizam a 115km da Capital Federal, exatamente na junção da BR 040 com a BR 050, rota para o Sudeste do país.

Em janeiro de 2005, na cidade de Formosa, foi criado o 6º Grupo de Lançadores Múltiplos de Foguetes e Campo de Instrução de Formosa (6º GLMF/CIF), nas instalações do até então exclusivamente Campo de Instrução de Formosa (CIF). Essa Unidade Militar originou-se da junção da 1ª Bateria de Lançadores Múltiplos de Foguetes (1ªBia LMF) que estava sediada em Brasília - DF, do 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (6º GACosM) que estava sediado em Praia Grande – SP e do Campo de Instrução de Formosa – GO (CIF).

As mudanças ocorridas ressaltam o valor geopolítico da área do CMP, e a importância estratégica das áreas de cerrado para a defesa nacional. Na verdade, os quartéis passam por reformulações estratégicas periodicamente, recebendo novas funções com o intuito de se adequar às intensas e rápidas transformações vividas em nosso país. Essas transformações são o reflexo das mudanças ocorridas desde a colonização brasileira até os dias atuais, especialmente no período do início do século XX até o fim da Guerra Fria. Dentro deste novo contexto, Becker nos esclarece que:

> Ora, a demanda por repensar as relações espaço-poder decorre justamente da perplexidade em face à desestabilização desses pressupostos. Ao nível dos eventos, o fim da Guerra Fria com a queda do muro de Berlim é, certamente, um marco. O rompimento da divisão do espaço e do poder mundiais em dois blocos, e a distensão daí decorrente trouxeram à luz as diferenciações espaciais, significando a recuperação do político e da cultura expressos em conflitos pela definição de territórios (1995, p. 271).

As relações de poder sobre o espaço mundial que eram vigentes no final do século XIX foram mudadas em função dos dois conflitos mundiais que ocorreram, e também da Guerra Fria que se iniciou depois da Segunda Guerra Mundial. As estratégias foram elaboradas para que o Estado pudesse assegurar o seu poder, o qual estava intimamente ligado com o seu território. Silva explica que:

> Para traçar a sua Estratégia, um Estado qualquer, por mais fraco que seja, precisa olhar assim, o mundo ao largo em sua totalidade global, e não só discernir aí as tensões dominantes que o agitam, mas captar-lhes a intensidade, sentir-lhes a evolução e prever-lhes o desfecho (1981, p. 159).

O Estado brasileiro procurou meios para a proteção do vasto território nacional que no início do século XX apresentava uma ocupação demográfica concentrada em algumas áreas próximas a grandes cidades brasileiras como: Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Florianópolis. A incorporação intensiva de todo o litoral brasileiro, juntamente com a ocupação do Brasil Central, e finalmente, a in-

crementação demográfica da Amazônia, esboçavam as diretrizes geopolíticas para a defesa nacional. Concomitantemente, novos quartéis foram criados e outros reposicionados para adequar o emprego das tropas.

Com os fluxos demográficos ocorridos após os anos 1930, a partir da geopolítica de aumento da defesa do território, e consequentemente, do poder nacional, ocorre uma redistribuição populacional sobre o território brasileiro. O espaço brasileiro passa por um processo paulatino de incorporação, com a busca de um relativo adensamento demográfico em regiões quase desabitadas, especialmente no Centro Oeste. Nesta lógica, as frentes pioneiras foram as responsáveis pelos grandes fluxos de pessoas, as quais provocaram uma série de transformações na paisagem do país.

A dinâmica demográfica provocou o aumento no número de cidades, sendo que muitas delas "surgiram" espontaneamente, enquanto outras foram planejadas pelo Estado. Destaca-se a concentração populacional ocorrida com a criação de Goiânia, na década de 1930, provocando o incremento demográfico em toda a Região do Mato Grosso Goiano, e resultou em inevitáveis acréscimos nos efetivos e quartéis.

A transferência da Capital Federal brasileira da cidade do Rio de Janeiro para a cidade de Brasília em 1960, representou a materialização do segundo grande passo na ocupação do interior do país, e do grande marco de aumento dos efetivos militares na região de cerrado de Goiás, Tocantins, Distrito Federal e Triângulo Mineiro.

A interiorização da capital no *heartland* da nação foi estabelecida pela necessidade de uma equidistância para todos os pontos do território, e para proporcionar o aprofundamento em larga frente da sua posição, em face a possíveis invasões vindas do litoral atlântico ou de outras nações territorialmente fronteiriças ao Brasil.

A estratégia de defesa nacional contemplou a criação de vários quartéis não só em Brasília, mas também, a instalação de unidades militares da Marinha e da Aeronáutica em outras cidades do Distrito Federal, de Goiás, e no Triângulo Mineiro, região conhecida como Brasil Central, proporcionando não apenas a defesa da área, mas especialmente, das vias de acesso à capital. A influência de Brasília no posicionamento dos quartéis será analisada no próximo tópico, bem como a estrutura militar na área antes e depois da construção de Brasília.

DA GEOGRAFIA POLÍTICA À GEOPOLÍTICA DOS QUARTÉIS ANTES E DEPOIS DA CRIAÇÃO DE BRASÍLIA

A Geografia Política e a Geopolítica são instrumentos por excelência da Geografia, possibilitando o entendimento do espaço e fornecendo estratégias para a otimização do poder do Estado. De acordo com Lacoste,

> Colocar como ponto de partida que a geografia serve, primeiro, para fazer a guerra não implica afirmar que ela só serve para conduzir operações militares; ela serve também para organizar territórios, não somente como previsão das batalhas que é preciso mover contra este ou aquele adversário, mas também para melhor controlar os homens sobre os quais o aparelho do Estado exerce sua autoridade. (1997, p. 22).

A Geografia enquanto uma ciência que analisa a sociedade e o espaço possui várias ferramentas, ou ainda, diversas formas de abordar os fenômenos que se materializam na paisagem. Dentre os diferentes enfoques geográficos, a discussão das Unidades Militares, à luz da Geografia Política é muito importante para a compreensão do posicionamento dos quartéis. Antes disso, faz-se necessário o esclarecimento dos termos Geografia Política e Geopolítica. A Geopolítica origina-se da Geografia Política, entretanto, não são termos sinônimos, e sim, correspondem a análises diferenciadas a respeito do território e da sociedade, com vistas ao poder nacional. Sobre o entendimento dos termos, Costa identifica como.

> Geografia política o conjunto de estudos sistemáticos mais afetos à geografia e restritos às relações entre o espaço e o Estado, questões relacionadas à posição, situação, características das fronteiras, etc., enquanto à geopolítica caberia a formulação das teorias e projetos de ação voltados às relações de poder entre os Estados e às estratégias de caráter geral para os territórios nacionais e estrangeiros, de modo que esta última estaria mais próxima das ciências políticas aplicadas (1992, p. 16).

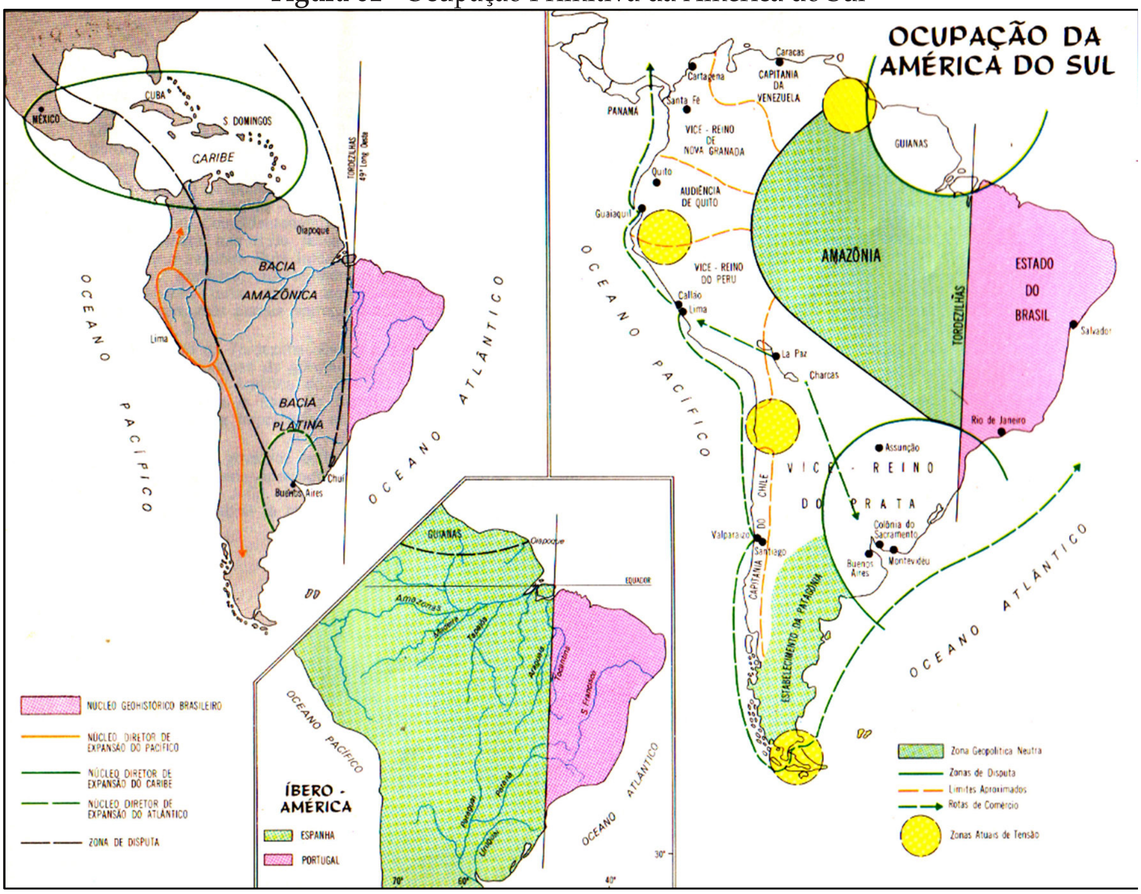
A Geografia Política é caracterizada pela presença do naturalismo no seu discurso, considerando o determinismo do meio natural como o ponto inicial para a incorporação do território. Assim, a análise do espaço é entendida como condição ou possibilidade da ação humana. Por isso, ao começar pela análise do meio físico, pode-se otimizar os estudos sobre o poder nacional. Em outras palavras, partindo da Geografia Política, consegue-se elaborar com maior precisão a Geopolítica de defesa com vistas ao poder.

Dentro de uma análise geohistórica, à luz da Geografia Política, os quartéis da área em estudo foram inicialmente instalados não apenas como ferramentas de defesa territorial e de segurança da população, mas também, como instrumentos para legitimar a aquisição de áreas anteriormente pertencentes à Espanha. Um bom exemplo foi o dos Portugueses que no período da União Ibérica puderam avançar

de maneira pacífica pela Amazônia, e ainda, ocupar as nascentes do Prata estabelecendo as capitanias de Mato – Grosso e Santa Catarina. Isso garantiu o aumento da colônia portuguesa e consequentemente, assegurou o crescimento do poder nacional pautado no incremento (Castro, 1986).

Dessa forma, o Meridiano de Tordesilhas representou a 1ª fronteira brasileira, dividindo o território da América do Sul em duas partes: uma frontal à costa do Atlântico, sob o domínio português, e a outra parte ao longo da costa do Pacífico delimitando a parte espanhola. Com a retificação de Tordesilhas a partir do Tratado de Madri, a América portuguesa, que hoje é o Brasil, agregou enormes extensões territoriais, assegurando a posse da foz do Amazonas para Portugal. Isso permitiu o avanço da fronteira na direção Leste-Oeste, rumo ao interior do continente. Já a posse da foz da bacia do Prata junto à Espanha contribuiu para a expansão espanhola na parte sul do continente, alcançando vasta extensão de terras para este país. A figura 01 demonstra a antiga delimitação territorial estabelecida pela Espanha e por Portugal, conforme acordado no Tratado de Tordesilhas de 1494 (Castro, 1986).

Figura 01 - Ocupação Primitiva da América do Sul



Fonte: Castro, 1986, p. 2

Como o objetivo espanhol visava uma maior quantidade de costas, alcançou-se quase 70° de latitude sul. Conforme Castro (1986), o resultado concedeu a Por-

tugal aproximadamente 8.500.000Km², e à Espanha 9.300.000 Km², retirando-se os 500.000Km² das Guianas. A Espanha alcançou maior eficácia ao dominar a América Central com base na cidade do México; o Atlântico Sul com base num enfoque terminal sul em Buenos Aires; e o Pacífico com um enfoque abrangente oeste em Lima. Ou seja, a estratégia de cidades – chave, as quais sediavam Unidades Militares, foi importante para a manutenção da grande extensão territorial da América espanhola. A área interiorizada e despovoada entre portugueses e espanhóis gerou uma zona geopolítica neutra.

Devido ao aumento da mineração em Minas Gerais, as Bandeiras avançaram rumo ao sertão brasileiro em busca de ouro. As constantes tentativas de Invasão ao território brasileiro provocaram nos séculos XVII e XVIII, a construção de vários fortes, delimitando um limite geoestratégico constituindo um autêntico cinturão defensivo. De acordo com Castro,

> Cabe ressaltar a maior dificuldade brasileira em defender o seu território, tendo em vista a maior vulnerabilidade geopolítica do saliente nordestino. A materialização deste fato é demonstrada nos vários fortes construídos pelos Portugueses (1986, p. 2).

O tratado de *Utrech* assinado em 1713 retificou as fronteiras brasileiras devido aos quartéis já instalados na zona geopolítica neutra, fornecendo a legitimação para a criação da Capitania de Goiás em 1722. Após a sua criação, esta recebe suas primeiras tropas, e o 1º quartel, foi adquirido em 1751 (Brandão, 1978). Sobre a estrutura de defesa da época, Gomes explica:

> A primeira companhia de soldados chegou a Goiás proveniente de Minas, por ocasião do levante dos mineiros do Tocantins com o imposto da capitação, em 1736, para ajudar o superintendente a restabelecer a ordem. Era uma companhia de dragões, soldados de cavalaria, composta de 44 praças. Esta mesma companhia com pequeno aumento de efetivos manteve-se como a unidade militar básica em Goiás durante todo o tempo da colônia. Os dragões eram soldados profissionais com um engajamento mínimo de 10 anos; formavam um corpo militar que recebeu do viajante francês Saint – Hilaire, em texto sobre a organização militar de Goiás, os maiores elogios (2004, p. 175).

Os efetivos instalados na nova capitania foram fundamentais para a garantia do poder de Portugal sobre os novos territórios anexados, os quais foram oficialmente incorporados após a assinatura de um protocolo entre as duas coroas. Isso ocorreu em 1750, com o Tratado de Madri que ratificou o Tratado de *Utrech*, e consolidou o aumento do território do Brasil.

Entre 1751 e 1917, o único quartel existente na área em estudo foi o Batalhão 20 de Infantaria, sendo que várias modificações ocorreram em seus efetivos, dentro do contexto geohistórico dos quartéis na região central brasileira. A localização do

Batalhão se encontrava na Capital da Capitania, a Cidade de Goiás. A função inicial da tropa era a defesa da ordem da Capitania, podendo também atuar na defesa do território nacional, como ocorreu durante a Guerra do Paraguai (1864 – 1870).

Com o esgotamento da mineração, Goiás passa por uma fase de estagnação econômica que só é rompida com a chegada dos trilhos da estrada de ferro no território goiano. A partir dos eventos ocorridos durante a Primeira Guerra Mundial, a lógica de defesa interna, antes atribuída ao Exército, agora é destinada à Força Pública (hoje Polícia Militar); e as Forças Armadas passam a ser destinadas à defesa externa. Isso fez com que o Batalhão 20 de Infantaria se transformasse em 6º Batalhão de Caçadores em 1917 (Brandão, 1978).

As transformações ocorridas após a Segunda Guerra Mundial, provocaram um remanejamento das forças de defesa, para atender o novo contexto vigente, uma vez que estas protegem o Estado. Dessa forma, faz-se necessária a compreensão da relação Estado e espaço, vivida neste momento histórico e suas evoluções futuras.

Ao analisar as relações entre Estado e espaço, deve-se ter em conta que o Estado não é uma forma acabada, mas na verdade, um processo (Santos, 1997a). O primeiro momento dessa relação teve o seu auge com o capitalismo industrial e a consolidação dos Estados-nação no século XIX. Neste sentido, contribuições maiores devem ser resgatadas na obra “Geografia Política”, de Ratzel, lançada em 1897, considerada como base de uma tecnologia espacial do poder do Estado. A Geografia Política deveria ser uma ferramenta para os dirigentes que, em contrapartida, aprenderiam a instrumentalizá-la. Assim, para compreender a natureza de um império, seria necessário passar pela escola do espaço, isto é, de como tomar o terreno (Becker, 1995).

Entretanto, outro momento crucial da relação Estado-espaço ocorre no pós-guerra, situação não prevista por Ratzel. O espaço torna-se utilizado como meio de controle social, uma vez que o Estado se transforma em um Estado de governo. A governabilidade passa a ser pautada no tripé: Economia Política, Crescimento Populacional e dispositivos de segurança. Associada a essa mudança há o desenvolvimento do Estado aliado a governabilidade, em que a forma de dispor as coisas e objetos de modo conveniente reflete o próprio controle sobre eles, atribuindo ao Estado à característica intervencionista.

O Estado busca estratégias de controle do espaço, uma vez que tal ação garante a segurança do modelo econômico vigente. As leis, os ordenamentos espaciais, os sistemas de controle, dentre outros, passam por momentos de evolução à medi-

da que os meios técnico-científico-informacionais agregam inovações. Portanto, as relações sociais também modificam, permitindo as devidas adequações em prol do modelo econômico atuante no momento.

Por isso, uma profunda mudança ocorre no processo de desenvolvimento do capitalismo, o qual não reproduz apenas as relações econômicas, mas também, as relações sociais de produção. Desta forma, o valor estratégico do espaço não se resume mais aos recursos e posições geográficas, e sim, torna-se condição da reprodução generalizada, pautada pelo desenvolvimento científico e tecnológico (Santos, 1997b).

Apenas a partir de 1953 os efeitos da Marcha para o Oeste começam a produzir os seus resultados nos quartéis da área em estudo. Nesse ano, uma Companhia do 6º Batalhão de Caçadores deixa a cidade de Ipameri e se instala em Goiânia com o objetivo de estabelecer a presença de tropas federais em uma das mais importantes cidades da Marcha para o Oeste. Em 1960 há um grande *boom* de criações e transferências de quartéis para o Brasil Central, devido à criação de Brasília. Com a nova capital, ocorre um enorme reordenamento da defesa territorial brasileira, a partir do estabelecimento de novas estratégias de defesa e a inclusão de novas cidades no dispositivo de segurança.

Outro elemento que chama a atenção é o grande número de transformações e criações de Unidades Militares, principalmente para a atualização tecnológica e doutrinária do emprego da tropa ocorrida entre 2006 e 2018. Outro fator importante, foi a criação de novas unidades, especialmente com a construção da nova sede do Comando Militar do Planalto – CMP e 11ª Região Militar – 11º RM, no Setor Militar Urbano, em Brasília – DF. As unidades transformadas foram o 11º BEC que atualmente passou a ser o 2 B Fv, na cidade de Araguari – MG; já em Brasília, o CIGEX passou a ser 2ºCGEO e a Cia C 11ª RM passou a ser B Adm Ap CMP; em Goiânia, o Pel DQBN se tornou Cia DQBRN. Quanto a unidade criada, em Goiânia, destaca-se o Btl Ap Op Esp; em Formosa foi criado C Log Msl Fgt e o Nu B Adm e CIF; e em Brasília foi criado a 7ª Cia Intlg. Por fim, a 1ª Bia AAAe foi transferida de Brasília para Manaus, sendo posteriormente transformada em 12º GAAAe.

Os quartéis estão posicionados em cidades estratégicas, de forma que estabelecem relações diretas ou indiretas com a segurança de Brasília, e consequentemente com o poder nacional, além é claro, do monitoramento de toda a área em estudo. Vesentini (1996) comenta que a construção de Brasília inicialmente não estava vinculada somente à interiorização da nação, mas também, à estratégia de ocupação e defesa do território nacional, fundamentada na Geografia Política do Brasil Central.

Para um melhor entendimento, o quadro 01 expressa uma comparação numérica de cidades e quartéis antes e depois da nova Capital Federal brasileira.

Quadro 01 - Quartéis formadores de reservistas de 1ª categoria em GO, TO, DF e TM antes e depois da criação de Brasília[1].

Período	Cidades / Quartéis
Antes de Brasília	**Goiânia**: 10ºBatalhão de Caçadores; **Ipameri**: 6º Batalhão de Caçadores;
Depois de Brasília (até 2005)	**Goiânia**: Cmdo Bda Op Esp; Pel DQBN; BAC; B F Esp; B Op Psi; 6ºPel PE; Base Adm; Blt Ap Op Esp; **Cristalina**: Cmdo 3ªBda Op Esp; Cia C 3ªBda Inf Mtz; 23ºPel PE; 6ªCia Com; **Formosa**: 6ºGLMF/CIF; **Ipameri**: 23º Cia Eng Cmb; **Jataí**: 41ºBIMtz; **Palmas**: 22ºBIMtz; **Brasília**: BGP; RCG; BPEB; Cia C 11ªRM; Cmdo 11ºRM; Cmdo CMP; 3ºEsq C Mec; 32ºGAC; 1ªBia AAAe; 11ºGAAAe; 16ºB Log; CIGE; 11ºD Sup; CIGEx; **Araguari**: 11ºBEC; **Uberlândia**: 36ºBIMtz; **Aragarças**: 58ºBIMtz.
Depois de Brasília (2006 a 2018*)	**Goiânia**: Cmdo Bda Op Esp; Cia DQBN; 1ºBAC; 1ºB F Esp; B Op Psi; 6ºPel PE; Base Adm; **Cristalina**: Cmdo 3ªBda Op Esp; Cia C 3ªBda Inf Mtz; 23ºPel PE; 6ªCia Com; **Formosa**: 6ºGLMF; C Log Msl Fgt; Nu B Adm e CIF **Ipameri**: 23º Cia Eng Cmb; **Jataí**: 41ºBIMtz; **Palmas**: 22ºBIMtz; **Brasília**: BGP; RCG; BPEB; B Adm Ap CMP; Cmdo 11ºRM; Cmdo CMP; 3ºEsq C Mec; 32ºGAC; 11ºGAAAe; 16ºB Log; 11ºD Sup; 2ºCGEO; 7ª Cia Intlg; **Araguari**: 2º B Fv; **Uberlândia**: 36ºBIMtz; **Aragarças**: 58ºBIMtz.

Fonte: adaptado de históricos das OMs, Boletim do Exército nº36/ 2003 e Boletim do Exército nº44 e Estrutura Organizacional do Comando Militar do Planalto, disponível em <http://www.cmp.eb.mil.br/images/sistema/organograma_cmp.png>, acessado em 15 set 2018

1 As unidades militares que foram criadas entre 2006 e 2018 estão sublinhadas no quadro. Algumas foram transformadas em unidades mais modernas para atender a demanda da modernização científica, tecnologia e doutrinária do emprego da tropa.

O motivo pelo qual dez cidades goianas próximas à Brasília são consideradas prioritárias, levou esse autor a concluir que com o controle delas, se consegue proteger o DF de toda e qualquer manifestação ou protesto. Essa lógica está relacionada com o princípio da dispersão enquanto estratégia de poder de um conjunto de tropas. Sobre esta estratégia, Vesentini analisa que,

> A própria organização espacial dos exércitos evoluiu. No século XVII, a força de uma tropa tinha com princípio a massa. A partir do séc. XVIII, com o desenvolvimento do fuzil, é necessário a dispersão dos soldados e o consequente aumento na disciplina da tropa (1996, p. 45).

Dessa forma, pode-se compreender mais um dos motivos que estabeleceram o posicionamento de tropas não apenas em Brasília, mas também em cidades próximas a ela. Observa-se então, que a geografia política fornece a análise dos fundamentos geográficos para que o Estado possa encarar o espaço com disposição, disciplina e organização hierárquica, desde a escala nacional até a estrutura espacial das cidades.

Outra preocupação com a relação à transferência da capital foi a integridade territorial do país, principalmente à frente da relativa autonomia dos Estados e Municípios do Estado Federalizado. O posicionamento geográfico da nova capital cria a expectativa de fortalecimento do Governo Federal. Outro argumento muito forte para a transferência da capital, pautado na geografia política, foi o do aumento da segurança nacional.

Ou seja, por mais que o vasto Oceano Atlântico pudesse proporcionar certa proteção ao Rio de Janeiro, a salvaguarda de uma capital do Planalto Central seria muito maior, mesmo com o avanço tecnológico dos foguetes transcontinentais e os armamentos de maior alcance (Vesentini, 1996).

Do ponto de vista político, uma posição geográfica centralizada da capital em relação ao território permitiria "auscultar" melhor a nação. Assim, a sociedade carioca não influenciaria nas decisões políticas tomadas na área coração do país, o que seria muito importante para a imparcialidade republicana proposta. Não existindo uma ou outra oligarquia local tentando estabelecer privilégios para os seus Estados em detrimento dos outros, o princípio da neutralidade política estaria assegurado.

As vias de transportes construídas para a integração de Brasília a todas as Unidades da Federação foram propostas especialmente após 1964. Ao conectar as áreas mais desenvolvidas do país com Brasília, e esta, com as demais regiões do Brasil, tem-se mais um passo da grande Marcha para o Oeste avançando rumo aos vazios demográficos nacionais. Vesentini (1996, p. 102) ressalta o papel das rodovias: "A

integração nacional da nova capital veio com as novas rodovias que ligaram Brasília à: Belém (2.000Km), Belo Horizonte (700Km), Goiânia (200Km), Fortaleza (1.500Km) e Acre (2.500Km) ".

As rodovias e ferrovias que chegavam à Brasília constituíram verdadeiras artérias de condução de fluxos demográficos, econômicos, industriais e de informações rumo às diversas partes do Brasil. A geografia dos transportes foi elaborada para diminuir as distâncias temporais, permitir a criação de diversas atividades econômicas em todas as partes do país e gerar o almejado desenvolvimento. As rodovias que são criadas a partir de Brasília constituem a continuação do plano nacional de viação idealizado no Governo Vargas. Sobre este plano, Vlach (2002, p. 143) comenta: "O Plano de Viação Nacional de 1934 leva em conta as condições geográficas do Brasil, além dos objetivos da política de comunicações que Travassos quer ver implantada no Brasil".

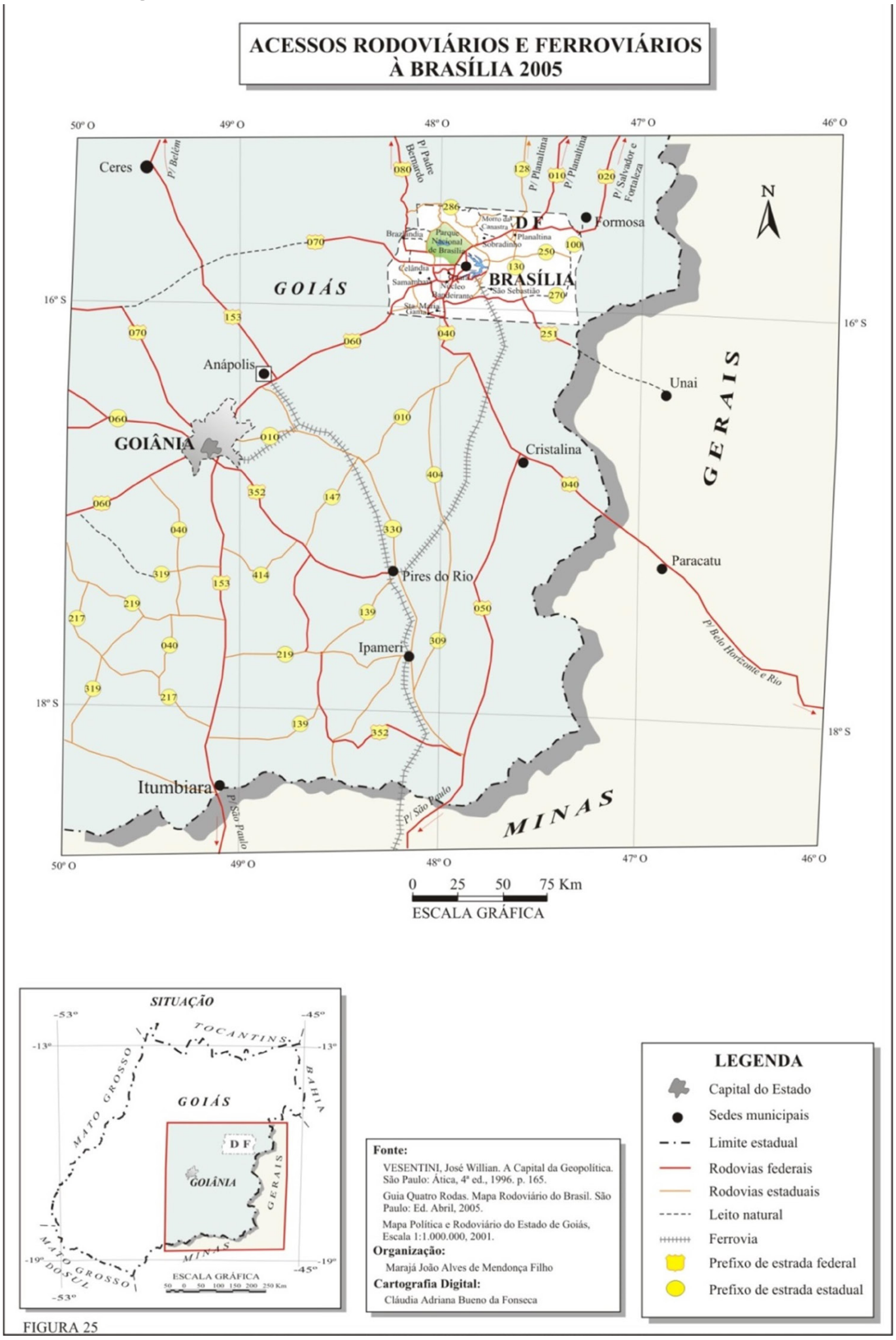
Portanto, as vias de transportes são fundamentais para a conexão de todas as partes do país, em busca da coesão do território nacional. A articulação das vias de transporte é fundamental para um país com dimensões continentais como o Brasil. Além de "diminuir as distâncias", elas são essenciais para a integração e coesão do país. As vias que passam a "conectar" a cidade de Brasília com as demais partes do Brasil são responsáveis também pelos fluxos de pessoas, mercadorias, serviços e também das "ordens" emanadas do "comando" da nação.

Para a definição dos locais de passagem das rodovias não basta apenas a necessidade de conexão entre pontos, o traçado também deve obedecer às análises do meio físico para a otimização das suas funções e para a redução dos custos. Ou seja, as rodovias são construídas em posições extremamente estratégicas e a existência de mecanismos de controle delas são importantes para a segurança e poder do Estado. Portanto, precisam ser protegidas com o posicionamento estratégico dos quartéis. Sobre a segurança destas vias de acesso, Vesentini esclarece que,

> [...] houve a necessidade de se relocar bases militares para garantir a Segurança Nacional. (...). Na realidade, uma das grandes preocupações dos governos militares pós-64 foi a de juntamente com a consolidação de Brasília como Capital Federal, reforçar a segurança militar da cidade e de seu entorno. Pela ótica geopolítica, a implantação de Brasília no planalto goiano representa uma etapa fundamental da estratégia de ocupação efetiva do território nacional e de fortalecimento da segurança do Estado, implicando assim relocações nas bases logísticas e operacionais nas quais repousa a "segurança da nação". Foram instalados em Brasília vários quartéis para a devida segurança da capital. Houve ainda a instalação de vários quartéis em cidades estratégicas, formando um verdadeiro cinturão de defesa (ibidem, p. 163).

Observa-se que além da defesa de Brasília propriamente dita, o dispositivo de segurança nacional contempla a proteção do Distrito Federal, do seu entorno e ainda, das principais vias de acesso à Capital. Assim, compreende-se mais um dos motivos que influenciaram o posicionamento dos quartéis nas cidades próximas à Brasília.

Figura 02 - Acessos Rodoviários e Ferroviários à Brasília 2005



Esse "cinturão" de defesa pode ser subdividido em "cinturões", que vão desde o "fechamento de Brasília" até a "muralha" externa dos Comandos Militares de Área. O primeiro "cinturão" é mais pontual, protegendo apenas a cidade de Brasília. Observa-se na figura 03 os detalhes do bloqueio da capital.

Figura 03 - A Estratégia das Forças de Segurança para a Defesa de Brasília

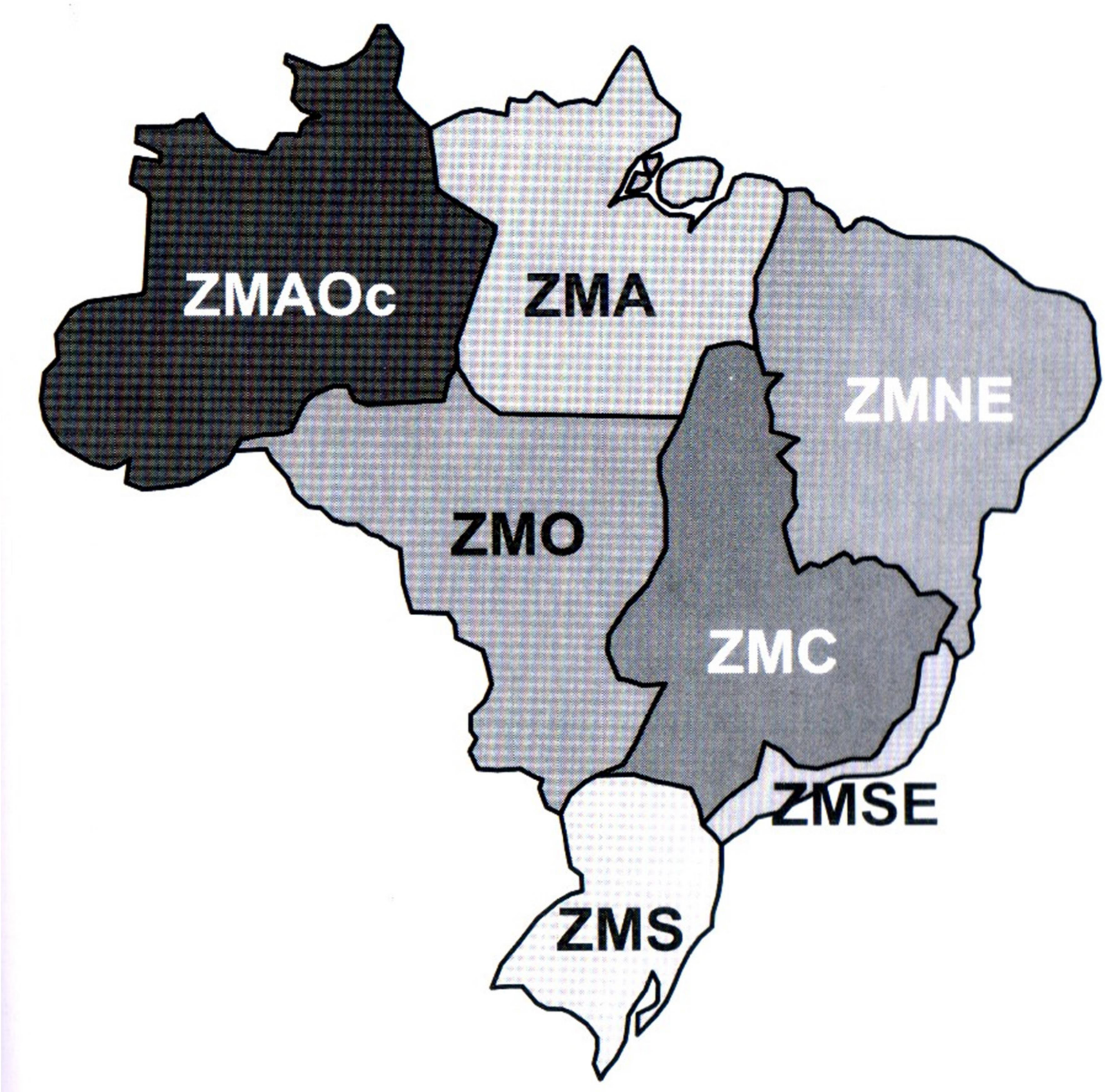


O primeiro cinturão pode ser formado com o bloqueio das vias de acesso ao plano piloto, as quais passam entre o Lago Paranoá e o Parque Nacional de Brasília. Estes são protegidos por Unidades Militares do Exército situados em pontos estratégicos. No que tange ao Lago, pequenos efetivos conseguem bloquear as três pontes

existentes, e desta forma, podem garantir a segurança da Capital em um nível mais pontual, ou seja, a nível da cidade de Brasília.

O segundo "cinturão" é constituído pelas Unidades posicionadas nas principais vias de acesso à Capital Federal, situadas nas Cidades de Jataí, Goiânia, Ipameri, Cristalina e Formosa, além de Anápolis com sua Base Aérea da Aeronáutica, as quais podem ser reforçadas com as Unidades de Uberlândia e Araguari. O terceiro "cinturão" é constituído pela "muralha" formada pelos demais Comandos Militares do Exército Brasileiro que circundam a área do Comando Militar do Planalto, conforme a figura 04.

Figura 04 - Divisão Territorial do Brasil em Zonas Militares de Defesa



Fonte: Alves, 2004, p. 41

Esse terceiro "cinturão" está mais ligado à defesa externa do que à defesa interna de Brasília, enquanto os dois primeiros cinturões são prioritariamente empregados na defesa interna da capital, e consequentemente, do poder nacional.

Observa-se que a geografia política dos Quartéis acabou acompanhando os planejamentos elaborados pelo governo federal. O processo sistemático e contínuo de criação de quartéis reflete as próprias políticas governamentais. De acordo com Costa,

> As políticas públicas territoriais, a partir da década de 50, tornaram-se fundamentalmente parte subsidiária da política econômica, a nível nacional [...].
>
> O principal plano global de desenvolvimento desse período, já na década de 70, é o I PND – I Plano Nacional de Desenvolvimento. O I PND acentua a tendência do Estado de procurar enfocar suas políticas territoriais através de estratégias de "integração nacional", ou seja, procurar expandir a "fronteira econômica" do país, a partir do Centro – Sul na direção Centro – Oeste, Amazônia e Nordeste.
>
> [...] O II PND (1974 – 1979) muda o enfoque do I PND onde os investimentos foram direcionados para a ocupação do interior da nação, e, concentra os esforços na política econômica global do país. Ênfase nos setores que pudessem contribuir decididamente nas exportações (1995, p. 59).

Não foi por acaso que os anos que sucederam a criação de Brasília foram marcados pelo intenso processo de aumento no número de quartéis. A defesa da capital é fundamental para a garantia do aparelho estatal que planeja, executa e fiscaliza as políticas de desenvolvimento nacional. O ano de 1960 representou um marco na política de Segurança Nacional do país. Pode-se afirmar que se a transferência da capital não houvesse ocorrido, não existiriam tantos quartéis na atual área de jurisprudência do CMP.

A Geografia Política é a base e o fundamento da geopolítica dos quartéis do Exército na área do CMP, representando a própria materialização da estratégia de segurança de Brasília, dentro da lógica de Segurança Nacional. Enfim, conforme já foi analisado, os quartéis são as formas da defesa com a função de assegurar o poder do Estado. Portanto, constituem-se em "fixos" estrategicamente instalados que servem para proteger a Capital Nacional contra quaisquer "fluxos" indesejáveis ou ameaçadores ao Estado.

UM ESFORÇO PARA A COMPREENSÃO DA RELAÇÃO ENTRE AS CATEGORIAS: REGIÃO, FRONTEIRA E GEOPOLÍTICA E O POSICIONAMENTO DOS QUARTÉIS

A integração dos três elementos da geopolítica, fronteira e região, permite a compreensão da estratégia, do processo e da materialização do poder e do sistema de segurança nacional, na área em estudo.

A partir das estratégias geopolíticas de defesa e poder, fundamentadas na Geografia Política, são feitos os planejamentos governamentais visando o desenvolvimento do país e o fortalecimento do Estado. A geopolítica permeia a fase prelimi-

nar, o momento presente e procura antever o contexto futuro da nação. Baseado no planejamento geopolítico iniciou-se o processo de execução das etapas previstas, as quais foram demonstradas no contínuo avanço da fronteira econômica. O avanço da fronteira é o agente de modificações espaciais que transforma e gera regiões, segundo as políticas e estratégias elaboradas na geopolítica de defesa do poder nacional. Já as regiões militares, representam a materialização das formatações espaciais, sendo construídas e reconstruídas de acordo com os projetos de defesa do Estado.

No presente trabalho, as regiões contempladas são as de jurisprudência de cada quartel existente dentro do Comando Militar do Planalto. Ou seja, à medida que a Geopolítica nacional planejou a ocupação do Brasil Central, a fronteira econômica avançou do sudeste brasileiro rumo à Amazônia, passando pela área em estudo provocando a constante re-divisão regional dos quartéis. As criações de Goiânia e de Brasília marcaram o avanço da fronteira econômica, e passaram a sediar a instalação de vários quartéis. Sobre Goiânia, Sena (1999, p. 141) analisa que "foi uma capital construída no movimento de ocupação do Oeste". Concordando da mesma forma, Vlach analisa:

> Em 1942, é inaugurada Goiânia, construída para ser a capital de Goiás, verdadeiro marco da "marcha para o oeste". É interessante registrar que, referindo-se à proposta de ocupação e povoamento dessa região, Everardo Backheuser a qualifica como "programa geopolítico" do governo Vargas (2002 – 2003, p. 145).

Goiânia provoca não apenas um considerável aumento demográfico no Brasil Central, mas também, fornece uma série de instrumentos para a construção de Brasília. A impressão que se tem é a de que Goiânia "vai à frente" e prepara o "terreno" para a concepção e construção de Brasília. Com relação à Brasília, Magnoli (1997, p. 283) ressalta que:

> A transferência da capital para o Planalto Central é, como regra, analisada no contexto do processo de integração territorial e das ideologias desenvolvimentistas que o acompanharam, no segundo pós-guerra e, especialmente, com Juscelino Kubitschek.

Juscelino Kubitschek foi um dos grandes responsáveis pelo aumento do número de quartéis na área em estudo, uma vez que foi o Presidente no período de construção de Brasília. O Triângulo Mineiro também merece destaque, pois conecta o eixo Rio de Janeiro – São Paulo à Brasília, e ainda, por haver pertencido à Capitania de Goiás (1748 – 1816). A região do Triângulo Mineiro possui terras muito férteis e ocupa uma considerável área de 52.760Km².

Assim também, Palmas é uma das cidades que mais cresce no país e possui uma importância muito grande, ao estabelecer relações econômicas e políticas em todo o Estado do Tocantins. Palmas é a concretização do recente avanço da Frontei-

ra Econômica rumo à Amazônia, e atua não apenas como capital do Tocantins, mas também como base logística para o avanço da fronteira.

Na medida que a fronteira cumpre o papel imposto pela geopolítica, ela provoca a ocupação diferenciada do espaço, de forma que "podemos distinguir uma região como sendo um espaço físico onde as relações de produção adquirem aspectos distintos" (Sorj, 1980, p. 95). No caso dos quartéis, quando ocuparam posições estratégicas em Ipameri, Jataí, Cristalina e Formosa, buscaram dentro da concepção das regiões funcionais, dividir a área de jurisprudência territorial de Goiás, e paralelamente, proteger os acessos à Brasília.

Observa-se que a realidade do frágil sistema de Segurança Nacional brasileiro foi exposta durante a 2ª Guerra Mundial, devido ao seu pequeno efetivo militar, e também, a falta de armamento e equipamentos mais adequados para o período. O Estado brasileiro procurou estabelecer um planejamento visando a adequação da defesa, principalmente no que tange ao aumento do efetivo, ao reposicionamento dos quartéis, e à aquisição de equipamentos e armamentos mais modernos. Os quartéis construídos na área do CMP refletem também a adequação dos efetivos e dos recursos, instalados especialmente após 1960.

Na década de 1970 os efetivos alcançam 120.000 militares, na década de 1980 aumenta para 183.000 militares e em 1993 chega-se a 196.000 militares no Exército Brasileiro (Bibliex, 1997), efetivo até o ano de 2005. Já em 2018 o efetivo é de aproximadamente 219 mil militares. O aumento do número de quartéis na área em estudo, também é fruto do remanejamento de outras Unidades Militares das Regiões Sul e Sudeste do país, para o Centro – Oeste e a Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório o papel das Forças Armadas e em especial, o papel do Exército, vinculado à defesa contra possíveis investidas externas sobre o solo brasileiro. A devida adequação foi paulatinamente feita tanto em termos numéricos quanto em termos técnicos e táticos. A redistribuição alcançou um nível operacional considerável, uma vez que várias foram as situações de emprego das tropas em eventos vinculados à segurança interna do país.

Os quartéis são posicionados em cidades que se tornaram estratégicas com o avanço da fronteira, e que por isso possuem uma importante influência regional, pautada na geopolítica de segurança nacional. Como a própria região é dinâmica, observa-se que os quartéis também se adaptam às transformações regionais para

se adequarem à realidade de defesa. Desta forma, é fundamental a transferência de quartéis entre cidades, as modificações no tipo do quartel, os aumentos dos efetivos e também as modernizações doutrinárias para a proteção dos recursos existentes no território do país.

O Estado precisa proteger seu território contra possíveis invasões por parte de outros povos, uma vez que é fonte de recursos. Portanto, as Forças Armadas enquanto instrumentos de poder do Estado são imprescindíveis para a garantia da proteção dos recursos naturais existentes no território nacional. As recentes invasões americanas ao Afeganistão e ao Iraque mostraram muito bem como os recursos podem ser objetos de conflitos e apropriados por outras nações.

A área em estudo é sobremodo importante, uma vez que a Capital Federal ali está situada. Observa-se que em conflitos internacionais as capitais são consideradas alvos estratégicos, cuja conquista pode ser crucial para a vitória de uma das partes, ou pelo menos, constitui-se em fator de extrema vantagem no evento. A concentração de mecanismos de defesa em Brasília tem por objetivo principal, a garantia da proteção do centro de poder do Estado não apenas contra inimigos externos, mas também, contra adversidades internas. Por isso, existem vários "cinturões" de defesa para garantirem a manutenção do poder estatal. E para isso, os quartéis representam a materialização do Poder do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA

ALVES, L. R. R. O Arquipélago Brasil e a manobra estratégica em linhas interiores: uma proposta estratégica militar baseada em especulações geopolíticas. *A Defesa Nacional*, ano CX, nº 799, mai/ jun/ jul/ ago 2004. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2004.

BECKER, B. K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. CASTRO, I. E. et al. *Geografia:* conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

BIBLIEX. *O Mundo Hoje 1995/1996 – Anuário Econômico e Geopolítico Mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

BRANDÃO, A. J. da C. *Almanach da Província de Goyaz:* para o ano de 1886. Goiânia: Ed. da UFG, 1978.

CASTRO, T. de. *Retrato do Brasil:* Atlas texto de geopolítica. Rio de Janeiro; Biblioteca do Exército,1986.

COSTA, W. M. da. *O Estado e as Políticas Territoriais do Brasil.* São Paulo: Contexto, 4ª ed., 1995.

COSTA, W. M. da. *Geografia Política e Geopolítica:* Discursos sobre o Território e o Poder. São Paulo: Hucitec / Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

GOMES, H. et al. *Geografia Goiás-Tocantins*. Goiânia: Editora da UFG, 2004.

LACOSTE, Y. *A geografia* **-** Isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra. 4ªed. – Campinas, SP: Papirus, 1997

MAGNOLI, D. *O Corpo da Pátria:* imaginação geográfica e política externa do Brasil (1808 – 1912). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço.*2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1997.

SENA, C. *Fronteira Centro-Oeste.* Goiânia: Kelps, 1999.

SILVA, G. do C. e. *Geopolítica do Brasil.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.

SORJ, B. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira.* Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

VESENTINI, J. W. *A Capital da Geopolítica.* São Paulo: Ática, 1996.

VLACH, V. R. F. Estudo Preliminar Acerca dos Geopolíticos Militares Brasileiros. *Terra Brasilis* **–** *Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil*. Ano III – IV, N. 4 – 5 Território. Rio de Janeiro, 2002 – 2003.

ÍNDICE REMISSIVO

SOBRE OS ORGANIZADORES

Eliseu Pereira de Brito

Professor da Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT. Tem doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, IESA/UFG. Coordena o Grupo de Estudos Geográficos da Amazônia e Tocantins; editor da Revista Tocantinense de Geografia.

Jéssica Soares de Freitas

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, IESA/UFG. É pesquisadora do Laboratório de Dinâmicas Socioespaciais e Territoriais- Laboter - IESA/UFG e do Laboratório de Geografia Cultural, IG/UFU

Maria Geralda de Almeida

Professora colaboradora da Universidade Federal de Sergipe e integrante do Programa de Docente Voluntário da Universidade Federal de Goiás. Tem doutorado pela Université de Bordeaux III. Integra a RELISDETUR- Red latinoamericana de innvestigadores em desarrollo y turismo; RIEF - Red Internacional de Investigadores en Estudios de Fiesta, Nación y Cultura e o NEER- Núcleo de Estudos sobre Espaço e Representações. Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia da Universidade Federal de Goiás.

Mary Anne Vieira Silva

Professora da Universidade Estadual de Goiás - UEG. Tem doutorado pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. É professora do programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER).

Valney Dias Rigonato

Professor do curso de Geografia da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB. Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, IESA/UFG. Atua como pesquisador externo do Laboter – UFG. É professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino da UFOB.

SOBRE OS AUTORES

Valney Dias Rigonato

Licenciatura, Mestrado e Doutorado em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás com Doutorado Sanduíche na Escola Superior de Negócios e Empreendedorismo na Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. Pesquisador externo do LABOTER/IESA/UFG. Atualmente é professor do curso de Geografia do Centro das Humanidades da Universidade Federal do Oeste da Bahia, Campus Barreiras; líder do grupo de pesquisa Educação Geográfica, Diálogos de Saberes e Cerrado e pesquisador do grupo Identidade, Cultura e Memória. É coordenador do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Geografia Escolar e também desenvolve pesquisas na área de Geografia Humana.

Avacir Gomes Dos Santos

Pós-doutorado em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro no Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Cultura e Religião; Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás; Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia; Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia e Graduação em História pela Universidade Federal de Rondônia. Professora Associada da Universidade Federal de Rondônia, Curso de Pedagogia, Campus de Rolim de Moura.

Leonardo Ravaglia Ferreira Gonçalves

Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás; Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná; graduação em Turismo também pela Universidade Federal do Paraná. Docente da Coordenação de Área de Turismo e Hospitalidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Fátima Sueli Oliveira dos Santos

Doutorado pela Universidade Federal de Goiás; Mestrado em Educação Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Especialização em Educação Especial e em Direito Penal e Criminal pela Faculdade de Macapá; Graduação em Direito no Centro de Ensino Superior do Amapá e Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é professora no Instituto Federal do Amapá.

Luana Nunes Martins de Lima

Doutorado em Geografia pela Universidade de Brasília; Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás; Especialização em História Cultural: Imaginário, Identidades e Narrativas; Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Goiás e Graduação em Turismo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Professora do curso de Geografia na Universidade Estadual de Goiás (Campus Itapuranga) e do Mestrado Profissional em Estudos Culturais, memória e Patrimônio (PROMEP), na Universidade Estadual de Goiás (Campus Cora Coralina).

Janaína Mourão Freire

Doutorado em Geografia pela Universidade de Brasília; Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás e Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade de Brasília. Foi Coordenadora de Inovação pela Diretoria de Inovação da Anima; exerceu o cargo de Coordenadora de Capacitação e Formação Docente da Diretoria de Desenvolvimento Acadêmico e Inovação do UniBH e foi Diretora Acadêmica Adjunta do UniBH. Desenvolve pesquisas em Geografia Cultural com foco em Patrimônio Cultural, em Currículo Multicultural e Comunicação da Ciência. É fundadora do projeto Núcleos, voltado ao estabelecimento de instituições Ancoras. Atualmente é professora no Centro Universitário de Belo Horizonte.

Carlos Roberto Bernardes de Souza Júnior

Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás; Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia; atualmente é estudante de Doutorado na Universidade Federal de Goiás, estagiário do LAGECULT da Universidade Federal de Uberlândia e do LABOTER/UFG.

Manuel Enrique Pérez Martínez

Doutorado em estudos territoriais pela Universidad de Caldas; Mestrado em Planejamento e Administração do Desenvolvimento Regional e Sociologia pela Universidad de Los Andes e Graduado em Sociologia pela Universidad Nacional de Colobia. Desde 1999 é profesor do Departamento de Desenvolvimento Rural e Regional da Facultad de Estudios Ambientales y Rurales de la Pontificia Universidad Javeriana. Coordenador da linha de Investigação: Territorialidades urbano-rurales en la ciudad contemporânea.

Silvana Lucato Moretti

Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás; Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Professora Efetiva do Ensino Superior da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Robinson Santos Pinheiro

Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás; Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados e Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Professor de Geografia Humana da Universidade Federal de Pelotas.

Mary Anne Vieira Silva

Pós-doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás; Mestrado em Geografia pela Universidade de São Paulo e Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Ceará. Professora Estatutária Adjunto Nível II da Universidade Estadual de Goiás; Coordenadora do Centro Interdisciplinar de Estudos África-Américas; Professora do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu, nível mestrado, em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado e do curso de Geografia do Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas da Universidade Estadual de Goiás.

Marajá João Alves de Mendonça Filho

Pós-doutorado Interdisciplinar em Direitos Humanos; Doutorado em Geografia pela Universidade de Brasília; Mestrado e Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é professor da Universidade Estadual de Goiás e do Instituto de Pós Graduação. Foi professor da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, entre os anos de 2005 e 2017, sendo coordenador dos cursos de Geografia e História nos anos de 2006 e 2007; professor da Universidade Federal de Goiás entre março de 2007 e fevereiro de 2009; e professor da Universidade Católica de Goiás nos anos de 2003 a 2006.

Trilogia Geografias Socioculturais
Volume 3

Abordagens Socioculturais em Geografia

(Organizadores)
Eliseu Pereira de Brito
Jéssica Soares de Freitas
Maria Geralda de Almeida
Mary Anne Vieira Silva
Valney Dias Rigonato

RFB Editora
Home Page: www.rfbeditora.com
Email: adm@rfbeditora.com
WhatsApp: 91 98885-7730
CNPJ: 39.242.488/0001-07
Av. Augusto Montenegro, 4120 - Parque Verde,
Belém - PA, 66635-110



9 786558 892427 >